2014

Relatório Anual

Santander Totta, SGPS

Santander Totta

ÍNDICE

3	Principais Indicadores
4	Mensagem do Presidente
5	Órgãos Sociais
8	Factos relevantes e prémios obtidos em 2014
10	Informação Corporativa
11	Responsabilidade Social Corporativa
15	Enquadramento da Actividade
24	Áreas de Negócio
30	Áreas de Suporte ao Negócio
34	Informação Económica e Financeira
42	Gestão de Risco
51	Proposta de Aplicação de Resultados
52	Informação Complementar e Anexos
62	Governo Societário
64	Demonstrações Financeiras Consolidadas
70	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
231	Relatórios e Pareceres Consolidados
237	Demonstrações Financeiras Individuais
241	Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
251	Relatórios e Pareceres Individuais

PRINCIPAIS INDICADORES

BALANÇO E RESULTADOS (milhões de euros)	2014	2013 Proforma	2014/2013	2012
Activo Líquido	**41 543**	41 551	-0,0%	41 400
Crédito Líquido	**25 524**	26 096	-2,2%	26 942
Recursos de Clientes	**25 561**	24 642	+3,7%	25 509
Capital Próprio	**3 362**	2 919	+15,2%	2 767
Margem Financeira Estrita	**546,5**	514,8	+6,2%	550,0
Comissões Líquidas, Out.Res.Activ.Bancária e Activ.Seguros	**270,7**	309,3	-12,5%	554,2
Produto Bancário	**967,8**	853,1	+13,4%	1 234,0
Resultado de Exploração	**473,2**	380,5	+24,4%	769,4
Resultado Antes de Impostos e Interesses Minoritários	**271,4**	152,0	+78,5%	313,2
Resultado Líquido	**193,1**	102,0	+89,2%	250,2

RÁCIOS	2014	2013	2014/2013	2012
ROE	**6,7%**	3,1%	+3,6 p.p.	12,9%
ROA	**0,5%**	0,2%	+0,2 p.p.	0,6%
Rácio de Eficiência	**51,1%**	55,4%	-4,3 p.p.	37,7%
CET I Ratio *	**15,1%**	14,4%	+0,7 p.p.	n.d.
Tier I Ratio *	**16,5%**	15,3%	+1,2 p.p.	n.d.
Total Capital Ratio *	**16,5%**	15,3%	+1,2 p.p.	n.d.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	**4,2%**	3,8%	+0,5 p.p.	3,5%
Crédito em Risco / Crédito Total	**5,7%**	5,9%	-0,1 p.p.	4,3%
Crédito Reestruturado / Crédito Total	**9,4%**	8,7%	+0,8 p.p.	7,0%
Crédito Reestruturado não incluído no Crédito em Risco / Crédito Total	**6,8%**	5,4%	+1,4 p.p.	n.d.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	**102,5%**	104,7%	-2,1 p.p.	97,6%
Cobertura de Crédito em Risco	**75,9%**	67,7%	+8,2 p.p.	79,9%
Rácio de Transformação**	**116,5%**	126,2%	-9,6 p.p.	127,1%

NOTAÇÕES DE RATING	2014	2013		2012
FitchRatings				
curto prazo	**F2**	F3		F3
longo prazo	**BBB**	BBB-		BBB-
Moody´s				
curto prazo	**NP**	NP		NP
longo prazo	**Ba1**	Ba1		Ba1
Standard & Poor´s				
curto prazo	**B**	B		B
longo prazo	**BB**	BB		BB
DBRS				
curto prazo	**R-1L**	R-1L		R-1L
longo prazo	**BBBH**	BBBH		BBBH

OUTROS DADOS	2014	2013	2014/2013	2012
Colaboradores	**5 376**	5 620	-244	5 715
Colaboradores em Portugal	**5 329**	5 571	-242	5 665
Pontos de Atendimento	**594**	640	-46	667
Total de Agências e Centros Empresa em Portugal	**579**	625	-46	652

* Com resultado líquido de dividendos a distribuir

** Calculado de acordo com a definição do "Memorando de Entendimento"

Nota: Em 2013, efetuou-se a reclassificação para o passivo (instrumentos representativos de capital) dos interesses minoritários em fundos de investimento consolidados pelo método de integração global. Pelo mesmo motivo, os interesses minoritários de resultados daqueles fundos passaram a ser registados na rubrica de Outros Resultados de Actividade Bancária.

"Queremos ser o melhor Banco Comercial, que obtém a confiança e lealdade dos nossos Clientes, Colaboradores, Accionistas e Sociedade e que cresce em quota de mercado.

Para isso, queremos tornar o Banco, mais Simples, Próximo e Justo para todos os nossos Stakeholders."

O ano 2014 foi mais um ano conturbado na economia portuguesa e em particular no sector financeiro português. As novas medidas regulatórias, a transformação digital, a queda acentuada das taxas de juro e a falta de crescimento na actividade económica do país, implicaram uma perda de receitas na generalidade dos bancos, elevada necessidade de investimentos e níveis de provisionamento muito significativos. Em consequência, o sistema financeiro como um todo registou elevados prejuízos.

Apesar deste cenário, em 2014, o Santander Totta alcançou um resultado líquido de 193,1 milhões de euros, o que representa um crescimento de 89,2% em relação ao valor registado no ano anterior. Mantivemos os rácios de capital em níveis confortáveis, com o rácio CET I a alcançar 15,1% e o rácio Tier I a situar-se em 16,5%.

A consecução destes bons resultados alcançados deve-se sobretudo a três factores:

- Um modelo de negócio assente em banca comercial de retalho com foco no Cliente e uma gestão rigorosa da margem financeira;
- Uma gestão prudente de riscos e uma procura permanente de maior eficiência através da inovação digital e disciplina em custos;
- Uma equipa de profissionais bem preparada e motivada.

A aposta digital foi e continuará a ser uma prioridade. Desenvolvemos um plano de transformação multicanal, com a ambição de impulsionar a forma como o Banco se relaciona com os seus Clientes. Destaco o lançamento do novo processo da abertura de conta digital, através de *tablet*, o que permitiu reduzir o tempo despendido e melhorar a qualidade da informação registada, reforçando ainda o rigor, o cumprimento regulamentar e a segurança do processo.

Para melhor corresponderemos às necessidades dos Clientes, foram lançadas várias soluções inovadoras que colocam o Santander Totta como um Banco de referência na proximidade ao Cliente, sendo de salientar:

- Na área de Particulares, o ***Santander Select*** que representa um modelo de atendimento diferenciado para Clientes *afluent;*
- O **Mundo 1 2 3**, lançado já no início de 2015, é uma solução destinada ao *mid* e *mass market*; no segmento de Empresas;
- O ***Santander Advance***, que proporciona soluções financeiras e não financeiras altamente inovadoras.

O ano 2014 foi também o ano em que iniciámos a construção do **novo edifício** para centralização de serviços, construído de acordo com as melhores práticas ambientais e que trata novos e melhores serviços comuns aos nossos Colaboradores.

Através do **Santander Universidades**, continuámos a reforçar o nosso apoio ao ensino superior que é, cada vez mais, o nosso foco na política de Responsabilidade Social.

Gostaria de partilhar com todos os nossos Colaboradores e Clientes, as distinções que recebemos mais uma vez, em 2014, de "Melhor Banco" pelas mais diversas publicações internacionais, e a eleição, pela primeira vez, como "Escolha do Consumidor 2015" na categoria dos Grandes Bancos, uma avaliação feita pelos consumidores, reflexo do trabalho das nossas equipas e do reconhecimento dos nossos Clientes.

Para 2015, queremos continuar a ser o melhor Banco Comercial, que obtém a confiança e lealdade dos nossos Colaboradores, Clientes, Accionistas e Sociedade. Para isso, queremos tornar o Banco, mais **Simples**, **Próximo** e **Justo** para todos os nossos *Stakeholders*.

António Vieira Monteiro
Presidente executivo do Santander Totta

SANTANDER TOTTA, S.G.P.S., S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	António Manuel de Carvalho Vitorino
Vice – Presidente	António de Macedo Vitorino
Secretário	Luís Manuel Baptista Figueiredo

Conselho de Administração

Presidente	António Basagoiti Garcia-Tuñón
Vice-Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	José Carlos Brito Sítima
	José Manuel Alves Elias da Costa
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos

Conselho Fiscal

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C.
	Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

Revisor Oficial de Contas

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, S.R.O.C.

Comissão Executiva

Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	José Carlos Brito Sítima
	José Manuel Alves Elias da Costa
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos

Secretário da Sociedade

Efectivo	Luís Manuel Baptista Figueiredo
Suplente	Raquel João Branquinho Nunes Garcia

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice – Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	Luís Manuel Baptista Figueiredo

Conselho de Administração

Presidente	António Basagoiti Garcia-Tuñón
Vice-Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	Carlos Manuel Amaral de Pinho
	João Baptista Leite
	José Carlos Brito Sítima
	José Urgel Moura Leite Maia
	José Manuel Alves Elias da Costa
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Conselho Fiscal

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C.
	Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A.

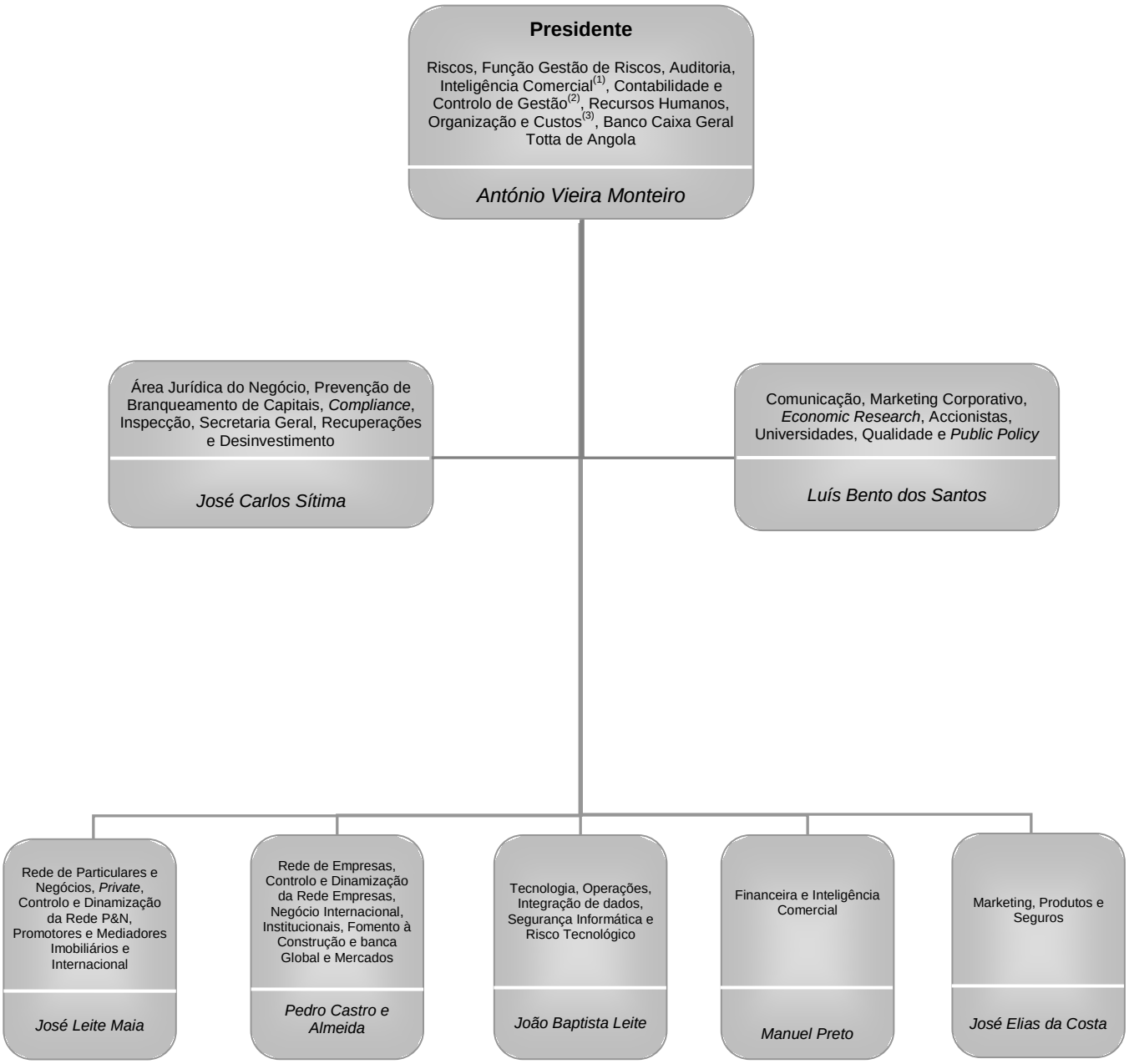
Comissão Executiva

Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	João Baptista Leite
	José Carlos Brito Sítima
	José Manuel Alves Elias da Costa
	José Urgel Moura Leite Maia
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Secretário da Sociedade

Efectivo	Luís Manuel Baptista Figueiredo
Suplente	Raquel João Branquinho Nunes Garcia

Organigrama Funcional da Comissão Executiva



(1) Na área de Inteligência Comercial, o Presidente é coadjuvado pelo Dr. Manuel Preto

(2) A gestão da área de Contabilidade e Controlo de Gestão é assegurada pelo Dr. Ignácio Centenera, Director Agregado à Comissão Executiva

(3) A gestão da área de Recursos Humanos, Organização e Custos é assegurada pelo Dr. Nuno Frias Costa, Director Agregado à Comissão Executiva

Prémios em 2014

Melhor Banco em Portugal
Euromoney

Melhor Banco em Portugal
Global Finance

Banco do Ano em Portugal
The Banker

Melhor Grupo Bancário em Portugal
World Finance

Best Private Banking Services Overall 2014
Euromoney

Escolha do Consumidor 2015

Outros reconhecimentos

Grande Banco Mais Rentável *(ex aqueo)* – *Exame*

Melhor *Private Banking* – *Euromoney*
Nas seguintes categorias de serviços: "Gestão da Relação com o Cliente", "Gama de Produtos de Investimento", "Gama de Serviços de Assessoria", "Serviços de Family Office", "Assessoria Corporativa" e "Melhor Banco nos segmentos Super Affluent (US$ 500.000 - 1.000.000), High Net Worth I (US$1.000.000 - 10.000.000), High Net Worth II (US$10.000.000 - 30.000.000) e Ultra High Net Worth (mais de US$30.000.000)".

Banco Mais Seguro em Portugal 2014 – *Global Finance*

Best Sales in Portugal, *Structured Products Awards 2014* – *Structuredretailproducts.com*

***Best Foreign Exchange Provider* 2014 em Portugal** – *Global Finance*

Melhor Intermediário Financeiro com maior colocação de obrigações de empresas – *NYSE Euronext*

Melhor *Contact Center* do Sector Banca 2014 – *APCC*

Prémio EDP Energia Eléctrica e Ambiente – *EDP*
Na categoria "Serviços e Outras Actividades (Consumo anual >1,25 Gwh)"

Prémios "Por Um Mundo Mais Fitness" – *GYM Factory*
Na categoria "Pelo desenvolvimento do sucesso organizacional através da promoção de estilos de vida saudáveis junto dos colaboradores e familiares"

Outros factos relevantes em 2014

Janeiro

- António Sampaio da Nóvoa é o vencedor do Prémio Universidade de Coimbra 2014

Fevereiro

- Revista *Euromoney* elege *Private Banking* do Santander Totta como o melhor em Portugal
- Santander Totta lança o *Select,* o novo modelo de atendimento para os clientes *affluent*
- Santander Totta lança cartão de débito com levantamentos gratuitos em mais de 30.000 ATM's no mundo inteiro
- João Lobo Antunes recebe Prémio Universidade de Lisboa

Março

- Moody's reafirma *rating* do Santander Totta
- Santander Totta apoia o primeiro centro de inovação em Portugal em Ciências Sociais e Humanas
- Prémio Universidade de Lisboa 2014 atribuído ao Professor Adriano Moreira
- Santander Totta realizou emissão de obrigações hipotecárias a 3 anos com *spread* de 88pb

Abril

- Revista *Global Finance* distingue Santander Totta como o "Melhor Banco em Portugal"
- Santander Totta apoia Cátedra da UNESCO na Universidade de Évora
- Estudantes desenham troféu da fórmula 1
- "The Next Big Idea – Universitários" arranca no Instituto Superior Técnico

- O impacto da crise económica sobre os médicos em Portugal e a paisagem cultural do Tejo são os projectos que recebem Prémio de Investigação Santander Totta/UNL

Maio

- Banco Santander Totta organiza conferências sobre inserção no mercado de trabalho
- Santander Totta lança "Soluções Casa" para clientes que queiram comprar, trocar ou remodelar a sua habitação
- Semana "Somos Santander" promove colaboração, cooperação e trabalho em equipa
- 700 estudantes da Universidade do Porto já cruzaram o Atlântico ao abrigo do programa Santander Universidades

Junho

- Santander Totta emite obrigações hipotecárias a 5 anos
- Santander Totta investe 5,5 milhões de euros em projectos de sustentabilidade em 2013
- Estudante de economia da NOVA vence Prémio *Primus Inter Pares*

Julho

- Santander lança passaporte para as empresas viajarem no mundo inteiro
- Euromoney elege Santander Totta como o "Melhor Banco em Portugal"
- Banco Santander apresenta o novo troféu dos GP de fórmula 1 do Reino Unido e da Alemanha 2014
- III Encontro Internacional de Reitores Universia faz do Rio de Janeiro a capital mundial do ensino superior
- Santander e Telefónica lançam a plataforma de ensino superior Miríada X, a mais importante do mundo em espanhol e português
- Emilio Botín: O Banco Santander destinará 700 milhões de euros para projectos universitários até 2018

Setembro

- Ana Botín nomeada por unanimidade Presidente do Banco Santander

Outubro

- Santander distinguido como o "Banco Mais Verde do Mundo"
- Casa da América Latina e Santander Totta premeiam estudantes de doutoramento
- Santander Totta lança 1.500 bolsas de estágios remunerados em PME
- Santander Totta recebe prémios de "Melhor Banco em Portugal" e "Banco Mais Seguro" do País
- Adriano Moreira recebe Prémio Universidade de Lisboa
- Universidade Nova recebe XV Encontro de Reitores do Grupo Tordesilhas
- BEI e Banco Santander Totta: 400 milhões de euros para as PME e empresas de média capitalização
- Prémio Santander Universidades Idea Puzzle entregue a investigadora da Universidade de Coimbra
- Santander Advance: um programa diferenciador no apoio às empresas portuguesas

Novembro

- Spin 2014 – projecto português vence prémio de empreendedorismo no México
- Santander Totta é a "Escolha do Consumidor 2015"

Dezembro

- Santander Totta é o "Banco do Ano em Portugal"
- Ana Botín apresenta Carta Universia Rio 2014
- DBRS passa *outlook* do *rating* da dívida do Banco Santander Totta de negativo para estável
- Casa da América Latina e Santander Totta entregam prémio científico a estudantes de doutoramento
- Santander Totta lança sistema rápido de abertura de conta em *tablet*

A nossa cultura baseia-se na crença de que tudo o que fazemos deve ser **Simples**, **Próximo** e **Justo** (*Simple, Personal and Fair*)

SANTANDER: MISSÃO, VISÃO E CULTURA

"A solidez do nosso modelo de negócio oferece uma oportunidade única para crescer. Só seremos capazes de a aproveitar **se contarmos com uma equipa que compartilhe a mesma missão, que se comprometa com a visão do banco e tenha uma forma comum de fazer as coisas**.

A missão do Santander é contribuir para o progresso das pessoas e empresas.

Em 1857, o objectivo dos fundadores do Santander era financiar o comércio entre a Espanha e a América Latina para gerar emprego e prosperidade nas duas regiões. Hoje, o nosso objectivo é mais amplo, mas o resultado dos nossos esforços deve ser o mesmo.

A nossa visão é ser o melhor Banco comercial, ganhando a confiança e a fidelidade dos nossos colaboradores, clientes, accionistas e da sociedade.

Estou convencida de que a única forma de conquistar essa visão é construindo a melhor relação possível com os nossos colaboradores, clientes, accionistas e com a sociedade. E a base dessa relação deve ser a confiança e a fidelidade:

- Se a nossa equipa se sente motivada, comprometida e recompensada, fará tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar os clientes.
- Se os nossos clientes recebem um atendimento excelente e sentem que respondemos às suas necessidades, a sua fidelidade ao Banco será maior.
- Quando isso ocorre, o nosso lucro e a nossa rentabilidade crescem, aumentando a fidelidade dos nossos accionistas, que investirão mais no Banco.
- Isso permitirá apoiar ainda mais a sociedade, gerando confiança e fidelidade, o que por sua vez reforçará o orgulho de pertencer à nossa equipa.

E assim, esse círculo virtuoso recomeça.

A nossa cultura baseia-se na crença de que tudo o que fazemos deve ser Simples, Próximo e Justo *(Simple, Personal and Fair)*

Escolhemos estas três palavras porque, juntas, reflectem o que os nossos colaboradores e clientes, no mundo inteiro, dizem que esperam do seu banco.

Um banco **simples** oferece aos seus clientes produtos fáceis de entender e um serviço de qualidade, com independência de como, quando e onde querem trabalhar connosco. Um banco simples melhora os seus processos, tornando-os mais fáceis, claros e acessíveis para os seus clientes e equipas.

Um banco **próximo** valoriza e trata os seus clientes como se fossem únicos, oferecendo um atendimento profissional e personalizado em que possam confiar. Ao mesmo tempo, apoia os seus colaboradores para que desenvolvam todo o seu potencial e alcancem os seus sonhos.

Um banco **justo** trata as pessoas como elas gostam de ser tratadas e oferece aos investidores uma rentabilidade sustentável, além de contribuir para o desenvolvimento da sociedade."

Mensagem de Ana Botín – Informe anual 2014

Introdução

O Santander Totta desenvolve uma política de responsabilidade social, alinhada com a política do Grupo Santander, tendo como principal eixo o apoio ao ensino, promoção do conhecimento, mérito e empreendedorismo, especialmente no Ensino Superior, através dos acordos de colaboração que mantém com as Universidades e Politécnicos portugueses.

O Banco orienta também a sua intervenção para a comunidade onde está inserido, através de apoios a vários projectos sociais e da participação de colaboradores voluntários em iniciativas de cariz social; na área ambiental, através da adopção e promoção de medidas de combate às alterações climáticas, de redução de consumos e de desenvolvimento sustentável; e na área cultural, através do apoio a iniciativas e mecenato cultural. A promoção da saúde e bem-estar e do desporto são também áreas importantes na política de responsabilidade social.

Em 2014, o investimento total em Portugal em actividades directamente relacionadas com a responsabilidade social corporativa ascendeu a cerca de 5,6 milhões de euros, uma ligeiro aumento em relação ao ano anterior.

Investimento Social

Universidades

Actualmente, o Banco Santander Totta tem 46 acordos de colaboração com as instituições do Ensino Superior em Portugal. Em 2014, o Banco continuou a reforçar e a estreitar as relações com as Universidades e Politécnicos portugueses, tendo-se consolidado parcerias existentes e iniciado novos acordos de colaboração.

No âmbito das parcerias com as Universidades foram realizadas várias iniciativas de entregas de prémios de mérito científico e académico e de apoio à inovação e empreendorismo, de bolsas e apoio para estudos e de bolsas de mobilidade ao abrigo do Programa de Bolsas de Mobilidade Internacional (luso-brasileiras, ibero-americanas para estudantes e ibero-americanas para professores e investigadores), que permitiram a mais de 170 estudantes, professores e investigadores terem uma experiência de mobilidade.

Programa de Bolsas de Estágio nas PME's

Com o objectivo de aumentar e promover a empregabilidade juntos dos licenciados portugueses, o Banco lançou o Programa de Bolsas de Estágio Santander Universidades, através do qual serão atribuídas 1.500 bolsas de estágio para alunos finalistas ao longo dos próximos três anos.

As bolsas de estágio têm a duração de três meses, num valor de 1.650 euros cada (550 euros por mês) e serão realizadas em pequenas e médias empresas portuguesas. O programa irá implicar um investimento global do Banco, ao longo de três anos, de 2,5 milhões de euros.

Com este programa, o Santander Totta pretende facilitar aos estudantes o complemento da sua formação académica superior através de estágios em empresas e permitir a estas o acesso a um estagiário com formação superior sem qualquer custo para elas. Visa igualmente promover a ligação Universidade – Empresa e reforçar o compromisso do Banco com as Instituições de Ensino Superior e com o desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Programa de Bolsas de Mobilidade Internacional

Durante o ano de 2014, foram disponibilizadas mais de 170 bolsas de mobilidade internacional ao abrigo do Programa de Bolsas de Mobilidade Luso-brasileiras e Ibero-americanas.

Instituído em 2007 pelo Santander Totta, mais de 700 estudantes já cruzaram o Atlântico ao abrigo do Programa de Mobilidade para estudar num país diferente. Ao longo de sete anos de existência dos programas de mobilidade Santander Universidades, os cerca de 700 estudantes que participaram no programa criaram pontes de ligação entre a Universidade do Porto e uma centena de instituições de Ensino Superior ibero-americanas, especialmente do Brasil e da Argentina, mas também de Espanha, Chile ou México. De Portugal saíram 231 estudantes, enquanto 445 jovens sul-americanos fizeram o caminho inverso como bolseiros deste programa.

Prémios e Bolsas

Em 2014, o Banco atribuiu 54 prémios de mérito científico e académico e de apoio ao empreendedorismo e 202 bolsas de estudo e apoios sociais, sendo de destacar:

- Prémio de Investigação Santander Totta/UNL;
- Prémio Universidade de Lisboa/Santander Totta;
- Prémio Universidade de Coimbra/Santander Totta;
- Prémio de Jornalismo Económico (PJE) Universidade Nova de Lisboa/Santander Totta
- Prémio *Primus Inter Pares*
- Prémio Científico Casa América Latina / Santander Totta
- Politécnico do Porto entrega 75 bolsas de investigação com o apoio do Santander Totta

Apoio ao empreendorismo

Ao longo do ano, o Santander Totta em associação com outras entidades apoiou um conjunto de iniciativas de apoio ao empreendorismo e criação de emprego, entre as quais se salienta:

- Concurso RedEmprendia Spin2014 (um dos vencedores foi o projecto *WeTruck*, uma solução de mobilidade eléctrica para aplicar em veículos de transporte de cargas refrigeradas);
- Prémio Santander Universidades Idea Puzzle (em parceria com a Idea Puzzle, o Santander Totta entregou, pelo terceiro ano consecutivo, o prémio ao melhor desenho de investigação de doutoramento criado com o *software* Idea Puzzle);
- Concurso Nacional Poliempreende (concurso de ideias e projectos de vocação empresarial do ensino superior politécnico);
- The Next Big Idea - Especial Universidades (prémio para as melhores ideias em desenvolvimento nas instituições de ensino superior);
- Santander *Young Leaders* (o Santander Universidades, em conjunto com o Santander *Private Banking*, lançaram o Santander *Young Leaders*, um grupo de reflexão e *networking* entre jovens de elevado potencial);
- Apoio à Cátedra da UNESCO na Universidade de Évora (o Banco Santander Totta e a Universidade de Évora assinaram um acordo, através do qual o Banco irá apoiar a Cátedra UNESCO de Património Cultural Imaterial e Saber-Fazer Tradicional, da Universidade de Évora).

Apoio às infraestruturas de Ensino Superior

- **Apoio ao primeiro Centro de Inovação em Portugal em Ciências Sociais e Humanas**

O Centro de Inovação, do qual o Santander Totta é parceiro, pretende apoiar os estudantes e investigadores no desenvolvimento de ideias de negócios e na criação de empresas privadas ou cooperativas de base científica, que possam vir a atrair investimento e gerar emprego altamente qualificado. O Centro promoverá ainda a transferência de conhecimento entre as unidades de investigação da Faculdade e o mercado.

- **Apoio à construção do novo campus da Nova SBE**

O Santander Totta vai apoiar a construção do novo campus da Nova School of Business and Economics (Nova SBE), enquanto *founding partner*. Um projecto estratégico, não só para o Ensino Superior em Portugal, mas também para o posicionamento e internacionalização de Portugal.

Encontros

- **III Encontro Reitores Universia**

Realizou-se o III Encontro Internacional de Reitores no Rio de Janeiro, no qual o Santander assumiu o compromisso de destinar 700 milhões de euros a projectos universitários nos próximos quatro anos. Deste montante, 40% será destinado a bolsas de acesso de mobilidade nacional e internacional de estudantes e professores, 30% para fomentar a pesquisa, inovação e o empreendedorismo universitário e os restantes 30% para apoiar projectos académicos e iniciativas destinadas à modernização e incorporação das novas tecnologias na universidade.

- **XV Encontro de Reitores do Grupo Tordesillas**

Realizou-se em Lisboa o Encontro do Grupo de Tordesillas. O Grupo é constituído por 58 universidades do Brasil, Espanha e Portugal e conta com o apoio do Santander para o desenvolvimento de diversos projectos.

Universia Portugal

O novo plano estratégico da Universia está orientado para dois eixos de actuação: projectos académicos relacionados com a difusão do conhecimento e com a aproximação da universidade à empresa que inclui publicações académicas, relatórios e estudos, MOOC's, inovação aberta, entre outros; e os serviços universitários que promovem: o emprego e estágios profissionais para estudantes e recém-licenciados; a formação empresarial através do vínculo com a universidade e ainda acções de marketing *online* especificamente dirigidas a jovens ibero-americanos.

Emprego

- **Rede Trabalhando**

O ano de 2014 foi o ano de consolidação da rede Trabalhando em Portugal, com o lançamento de 7 novos portais em instituições de Ensino Superior, juntando-se aos 13 portais universitários que foram lançados em 2013 e aos 5 portais corporativos que integram esta rede profissional.

Com este projeto, as universidades ganharam plataformas de gestão para a inserção profissional (a maioria não tinha nada), o que lhes permite gerir os CV's dos alunos, as ofertas de emprego exclusivas à instituição e receber ainda ofertas partilhadas de todos os *sites* da rede.

- **Jumping Talent - Concurso de talento universitário**

A 1ª edição do *Jumping Talent* contou com a presença de 60 estudantes universitários portugueses, os quais tiveram que mostrar as suas capacidades perante os orientadores das 7 empresas participantes, entre elas o Santander Totta.

Apoio à Comunidade e Meio Ambiente

Voluntariado e envolvimento dos colaboradores

O Santander Totta apoia vários projectos sociais e de participação dos colaboradores, sendo de salientar:

- Dia do Voluntariado - Open Day (acção realizada em todos os países onde o Grupo Santander está presente);
- Projecto Cultiv'art (tem como objectivo responder a problemas de higiene urbana e baixa empregabilidade da população residente no Bairro Quinta do Cabrinha, em Alcântara (Lisboa);
- Feira de Natal BIPP 2014 (o BIPP é uma instituição particular de solidariedade social que visa a plena inclusão das pessoas com necessidades especiais na sociedade);
- Canto Solidário (espaço solidário das instalações do Banco, dedicado à promoção de projectos e iniciativas de solidariedade social);
- Mini Maratona Santander Totta (mais de 800 colaboradores do Banco e seus familiares participaram nas provas de meia e mini maratona do Porto, uma prova que contou com o apoio do Santander Totta);
- Iniciativa Caminhadas e Corridas (o Santander Totta apoiou o Hospital D. Estefânia na compra de um equipamento para o Serviço de Medicina Física e Reabilitação, com a entrega do valor total das inscrições dos colaboradores, que participaram nesta iniciativa);
- Recolha de alimentos (o desafio solidário da semana "Somos Santander" foi uma recolha de alimentos em todos os países onde o Grupo está presente. Em Portugal foram recolhidos 2.710 quilos de alimentos doados à Instituição Acreditar);
- Cabaz Solidário (a Direcção de Recursos Humanos desenvolveu esta iniciativa, através da qual foram recolhidos, nos balcões e nos serviços centrais, alimentos não perecíveis, material escolar novo, brinquedos novos, bem como gorros, cachecóis e luvas para idosos, que serão doados a uma instituição local).

Apoio Social

- **"Bolsas Fundação Universia Capacitas"**

A Fundação Universia e a área de Relações com Accionistas Santander entregaram as "Bolsas Fundação Universia Capacitas" para accionistas e familiares de accionistas do Banco Santander. Estas bolsas destinam-se a accionistas Santander de Portugal, Espanha, Estados Unidos e México ou seus familiares até ao segundo grau, matriculados em Universidades desses países.

O objectivo deste programa é apoiar os jovens com deficiência no seu processo de formação universitária, aumentando as oportunidades de acesso a um emprego de qualidade.

- **Fundação CEBI**

Desde 1995 que o Santander Totta é membro fundador da Fundação CEBI e apoia uma instituição particular de solidariedade social, cujo objectivo é apoiar crianças, jovens, idosos e famílias mais desfavorecidas, participando na sua Assembleia de Fundadores e mantendo um representante no Conselho de Administração.

Das suas acções destaca-se a promoção da educação, abrangendo 1.800 alunos, desde a creche ao 9º ano de escolaridade, sendo que destes, cerca de 400 beneficiam de bolsas de acção e promoção social. Acrescenta-se, ainda, o apoio a mais de 250 idosos por ano e cerca de 400 atendimentos diários de medicina física e reabilitação.

- **Seminário de *Fundraising***

O Santander Totta patrocinou a participação de cinco instituições do terceiro sector no 6º seminário de *fundraising* organizado pela Call to Action. O principal objectivo do seminário foi o de capacitar as empresas participantes a gerirem de forma sustentada e angariarem de forma adequada os seus recursos.

- **Campanha desperdício zero**

O Santander Totta em parceira com a Gertal lançou uma campanha intitulada "Desperdício Zero", em que por cada 100 refeições totalmente consumidas a Gertal doou, ao Banco Alimentar Contra a Fome, 1 quilo de bens alimentares. No total da campanha foram doados cerca de 350 quilos de alimentos.

- **Outros apoios**

No âmbito da sua política de responsabilidade social corporativa, o Banco mantém um apoio próximo ao terceiro sector através de apoios, patrocínios e donativos, a diferentes instituições de solidariedade social, associações e ONG's.

Educação Financeira

- **Junior Achivement**

O Santander Totta estabeleceu um protocolo de colaboração com a *Junior Achievement*, uma organização mundial que se ocupa da formação de crianças e jovens em temas de empreendedorismo, cidadania, economia, ética e literacia financeira, em que os formadores são voluntários de diversas empresas.

Cerca de 80 colaboradores do Banco inscreveram-se como voluntários e estão já a dar aulas no ensino público, do 1º ao 12º ano.

- **Plano Nacional de Literacia Financeira**

O Santander Totta participou no Plano Nacional de Literacia Financeira, desenvolvido pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), Banco de Portugal (BdP) e Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e que visa contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adopção de comportamentos financeiros adequados.

Em 2014, o Banco associou-se a várias iniciativas, como o dia Mundial da Poupança, na divulgação de informação nos seus canais de comunicação externa.

Cultura

- **Escola de Dança do Conservatório Nacional**

O Banco apoia a EDCN e atribui bolsas aos melhores alunos, com o objectivo de apoiar a formação de bailarinos profissionais nas áreas de dança clássica e dança contemporânea.

- **Festival das Artes**

O Banco apoiou a realização do Festival das Artes, realizado em Coimbra, organizado pela fundação Inês de Castro, que em 2014 foi dedicado ao património e homenageou a Universidade de Coimbra.

- **Fundação Serralves**

Apoio ao Programa cultural da Fundação Serralves no âmbito da comemoração do seu 25º aniversário.

- **Outros apoios**

O Santander Totta no âmbito dos seus apoios culturais tem privilegiado a inclusão, sempre que possível, de clientes em diversas iniciativas, como alguns concertos na Casa da Música e na Fundação Calouste Gulbenkian.

Ambiente

- Presença no Green Fest (em 2014, o tema principal foi a "educação para a sustentabilidade" através da promoção de um espaço para partilha de ideias). O espaço "Networking Lounge" promovido pelo Banco foi uma área privilegiada para que empresas, organizações, profissionais e cidadãos com ideias pudessem estabelecer contactos e partilhar conhecimentos de forma simples e eficaz.

Sensibilização dos colaboradores para práticas e hábitos sustentáveis

- GIRO-GRACE, Intervir, Recuperar e Organizar (iniciativa de voluntariado empresarial na qual são realizadas várias intervenções a nível nacional, com vista à melhoria da qualidade de vida de jovens, crianças em risco e idosos, à defesa dos animais e à recuperação de espaços naturais).

Medidas de eficiência energética e de redução de consumos

Em 2014, o Santander Totta continuou a desenvolver esforços na melhoria da eficiência das infra-estruturas e desenvolvimento de mecanismos para redução de consumos, num investimento total de 1,7 milhões de euros.

Nos balcões, foram instalados detectores de presença, de modo a desligar a iluminação quando os diversos locais estão desocupados e procedeu-se, também, à substituição dos sistemas de climatização obsoletos por outros de menor consumo.

Nos edifícios centrais, instalou-se um sistema de *free cooling* para funcionamento com temperaturas exteriores inferiores a 20ºC desligando o sistema de climatização e automatizou-se o controlo da iluminação através da instalação de luminárias com regulação de fluxo para aproveitamento da luz natural.

Economia Internacional

A economia mundial, em 2014, manteve o ritmo de crescimento do ano anterior, assim não confirmando as expectativas iniciais de uma aceleração. Isso resultou especialmente da progressiva revisão em baixa das projecções de crescimento para as economias emergentes e em desenvolvimento, já que as economias desenvolvidas assumiram o papel de motor da economia mundial.

Contudo, mesmo o crescimento neste bloco não foi homogéneo, com os Estados Unidos a acelerarem, enquanto a zona euro, apesar de sair de uma situação recessiva, voltou a atrasar-se, afectada pelo aumento do risco geoestratégico, na sequência das tensões políticas entre a Ucrânia e a Rússia. Já no final do ano, os dados de crescimento apontaram para uma recuperação moderada da actividade económica.

Crescimento Económico Mundial

	2013	2014	2015
Mundo	**3,3**	**3,3**	**3,5**
Países Avançados	**1,3**	**1,8**	**2,4**
EUA	2,2	2,4	3,6
UEM	-0,5	0,8	1,2
Reino Unido	1,7	2,6	2,7
Japão	1,6	0,1	0,6
Países em Desenvolvimento	**4,7**	**4,4**	**4,3**
África	5,2	4,8	4,9
Ásia	6,6	6,5	6,4
China	7,8	7,4	6,8
Europa de Leste	2,8	2,7	2,9
Médio Oriente	2,2	2,8	3,3
América Latina	2,8	1,2	1,3
Brasil	2,5	0,1	0,3

Fonte: FMI (Janeiro de 2015)

Nos EUA, a actividade económica contraiu inesperadamente no primeiro trimestre, ainda que muito influenciado por condições climatéricas particularmente adversas, que afectaram não só o investimento, através da actividade no sector de construção, como também a despesa de consumo das famílias. Este efeito foi já revertido no segundo trimestre, com uma reaceleração do PIB, uma tendência que se manteria nos restantes trimestres, o que resultou em que o FMI revisse em alta as projecções de crescimento, não só para o ano de 2014, como também para 2015.

O mercado laboral norte-americano continuou bastante dinâmico, com uma criação média mensal de 260 mil postos de trabalho em 2014, mas que excedeu os 300 mil no final do ano, o que permitiu uma mais rápida descida da taxa de desemprego, para 5,6% em Dezembro.

Fruto desta evolução, a Reserva Federal dos EUA foi reduzindo gradualmente o volume de aquisição de activos financeiros ("tapering") em 10 mil milhões de dólares por mês, tendo terminado o programa de "quantitative easing" em Novembro.

No final de 2013 e início de 2014, a discussão sobre o início deste processo de "tapering" e a sua execução teve um impacto relevante sobre os mercados emergentes, que tinham beneficiado, nos últimos anos, da liquidez gerada pela intervenção dos bancos centrais. Assistiu-se a uma saída massiva de fundos destes mercados, causando perturbações cambiais e obrigando a intervenções, pelas autoridades, incluindo subidas das taxas de juro de referência. África do Sul, Turquia e mesmo o Brasil, já este ano, adoptaram medidas, como a subida acentuada das taxas de juro de referência, para travar a depreciação cambial que as suas divisas estavam a registar.

Em simultâneo com o "tapering", os governadores da Reserva Federal iniciaram o debate interno quanto ao momento do início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, que os investidores antecipam[1] poder ocorrer durante o Verão de 2015, mas que avaliam igualmente, fruto das declarações dos responsáveis norte-americanos, ser implementado de forma gradual, com as principais taxas de juro de referência a permanecerem ainda em níveis reduzidos.

No Reino Unido, e apesar de uma revisão em baixa dos dados de crescimento relativos aos três primeiros trimestres do ano, a economia terá crescido 2,6%, uma aceleração face ao ano transacto, baseada quase exclusivamente na procura interna. A forte descida da taxa de desemprego, para 5,7%, permitiu uma aceleração do consumo privado. Já o investimento foi igualmente forte, duplicando a taxa de crescimento relativamente ao ano de 2013. Apesar disso, o Banco de Inglaterra manteve a sua política expansionista, deixando uma eventual alteração das taxas de juro de referência dependente de uma melhoria mais pronunciada da actividade económica, já que durante o ano de 2014 a inflação desacelerou e permaneceu abaixo do objectivo do Banco de Inglaterra.

No Japão, a actividade económica estagnou em 2014, contrariamente às expectativas de uma recuperação mais sustentada, na medida em que o Banco Central está a implementar um agressivo programa de "quantitative easing". A adopção de medidas destinadas a reverter a tendências de deterioração dos agregados orçamentais, num quadro de fraca procura interna e de estagnação dos rendimentos pesou sobre

[1] De acordo com as taxas de juro e consenso coligido pela agência Bloomberg no final de Janeiro de 2015.

o sentimento dos agentes económicos. O adiamento de algumas medidas orçamentais (novas subidas dos impostos) para o ano de 2017, em vez de 2015, podem auxiliar ao fortalecimento da actividade.

Na China, a actividade económica começou a desacelerar, em reacção ao abrandamento do mercado imobiliário residencial, mas a actuação das autoridades, com um conjunto de medidas de estímulo, como sejam a descida das taxas de juro de referência, permitiram amenizar o ritmo de desaceleração.

	PIB	Inflação
UEM	**0,8**	**0,4**
Alemanha	1,5	0,8
França	0,4	0,6
Espanha	1,4	-0,2
Itália	-0,5	0,2

Fonte: CE (Fevereiro de 2015)

Na zona euro, o ano de 2014 iniciou-se com um maior dinamismo face ao esperado, com a generalidade dos indicadores de actividade a revelarem, de forma generalizada, uma aceleração da actividade e subsequente revisão em alta das perspectivas de crescimento. Contudo, durante o segundo trimestre, e também em reacção ao aumento da tensão geopolítica na Europa, a conjuntura reverteu e em alguns países houve mesmo uma contracção do PIB, aumentando a heterogeneidade dos ritmos de crescimento entre os membros da zona euro, em especial entre a Alemanha e demais países. Já só no quarto trimestre surgiram sinais de uma reaceleração da actividade económica, apoiada, por um lado, pela descida do preço do petróleo (que tem um efeito positivo ao nível do rendimento disponível das famílias, além de reduzir os custos energéticos para as empresas) e, por outro lado, pela depreciação do euro, que caiu para mínimos de 2003 face ao dólar norte-americano, em redor de 1,13 dólares.

A melhoria observada no final do ano abre perspectivas mais optimistas para o ano de 2015, como resulta da revisão em alta das projecções de crescimento pela Comissão Europeia. No entanto, e apesar de uma ligeira redução da divergência de crescimento entre países, a zona euro deve continuar a crescer abaixo da tendência de médio prazo.

Este quadro de crescimento abaixo do potencial, mas em especial de uma maior desaceleração da inflação que, em Dezembro, se situou em -0,2%, levou o Banco Central Europeu, em Junho, a descer as principais taxas de juro de referência e a anunciar um conjunto alargado de medidas destinado a relançar o crédito bancário e, por esta via, apoiar o crescimento económico e uma reaceleração da inflação.

A taxa das operações de refinanciamento baixou para o mínimo histórico de 0,05%, enquanto a taxa da facilidade de depósito junto do BCE passou a ser negativa (-0,2%). Com esta medida, o BCE procura que o sector financeiro reduza o volume de depósitos que detém junto do BCE (mas que já se reduziu significativamente desde os máximos de 2012) e os canalize para a economia real. Em simultâneo, o BCE anunciou que manterá a cedência ilimitada de liquidez até ao final de 2016.

O segundo pacote de medidas anunciado consiste num conjunto de operações de refinanciamento de prazo alargado direccionadas (TLTRO, na sigla em inglês), através das quais o BCE cede liquidez: (i) numa primeira fase, num montante até 7% da carteira de crédito a empresas e famílias (excluindo hipotecas); e (ii) numa segunda fase, até 3 vezes a variação líquida do crédito, relativamente a uma referência, definida como a variação do crédito acumulada nos 12 meses até Abril de 2014. Estas operações, com a duração máxima de 4 anos, têm uma taxa de juro fixa, equivalente à taxa refi do momento da tomada de fundos (adicionada de 0,1pp para os dois TLTRO de 2014, e sem *spread* nas operações de 2015). Na primeira fase, o montante de liquidez adicional elegível estava estimado em cerca de 400 mil milhões de euros, dos quais foram utilizados 213 mil milhões.

Um terceiro conjunto de medidas inclui dois programas de aquisição de activos financeiros: o primeiro, de obrigações hipotecárias (ao abrigo do qual, até final de 2014, tinham sido adquiridos cerca de 31 mil milhões de euros); e o segundo de securitizações de créditos (ABS) a empresas e ao consumo (ao abrigo do qual, no mesmo período, foram adquiridos cerca de 1,7 mil milhões de euros).

Já em Janeiro de 2015, o BCE anunciou mais um conjunto de medidas, destinadas a apoiar a recuperação económica e combater eventuais pressões desinflacionistas. Destaca-se o reforço do seu programa de aquisição de activos financeiros, que é alargado a dívida pública, de agências e de entidades supranacionais (como o Mecanismo Europeu de Estabilidade, o BEI ou a própria União Europeia), num montante que, incluindo as obrigações hipotecárias e ABS, será de cerca de 60 mil milhões de euros por mês (ou seja, o novo programa ronda os 50 mil milhões de euros de dívida por mês). A repartição dos montantes por país será efectuada de acordo com a subscrição de capital do BCE (Portugal tem uma quota ajustada de aproximadamente 2,5%[1]).

O risco não será partilhado plenamente por todo o Eurosistema, já que as aquisições de dívida pública ficarão a cargo dos bancos centrais nacionais. O BCE

[1] Quota ajustada considerando apenas os países membros da União Monetária.

assumirá o risco resultante da aquisição de dívida de instituições europeias e 8% das demais compras de activos. No entanto, há uma mutualização indirecta, através dos fluxos financeiros que ocorrem através do TARGET2.

Espanha e Irlanda, que em 2013, concluíram os seus programas de ajustamento foram as duas economias mais dinâmicas da zona euro, com crescimentos de 1,4% e 4,8%, respectivamente.

No final do ano, houve um novo aumento da incerteza, fruto da convocação de eleições antecipadas na Grécia, que se realizaram já em Janeiro de 2015. O novo Governo, liderado pela Coligação Radical de Esquerda SYRIZA pediu uma extensão do actual programa de ajustamento, até ao final de Junho de 2015, estando presentemente a negociar as medidas de condicionalidade que lhe permitirão receber a última *tranche* do programa, de cerca de 7 mil milhões de euros. Os dados de contas públicas relativos ao início de 2015 revelam uma deterioração dos indicadores orçamentais, com uma quebra mais pronunciada da receita fiscal, que coloca em causa os objectivos de saldo primário para o ano.

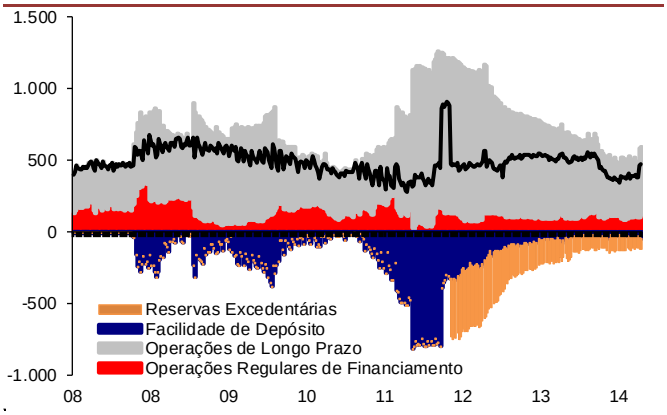
Não se observou um contágio da situação grega aos demais países europeus, com a generalidade das taxas de juro de médio e longo prazo a descerem para mínimos históricos absolutos, e com uma redução dos *spreads* de crédito face à Alemanha, também devido às expectativas quanto ao novo programa do BCE.

Em 2014, concretizou-se um dos passos para a criação da União Bancária[1]. Em Novembro, o BCE assumiu a responsabilidade pela supervisão bancária, sendo agora o supervisor directo de mais de uma centena dos maiores bancos europeus, e ficando os demais sob supervisão conjunta do BCE com os bancos centrais nacionais.

Em antecipação a esta assunção da supervisão, o sector bancário europeu foi alvo de uma avaliação completa ("comprehensive assessment"), ao abrigo da qual foi realizado um processo de avaliação da qualidade dos activos, assim como um exercício de testes de esforço. Ao longo do ano, os bancos foram realizando operações de reforço dos capitais regulatórios, assim como constituindo provisões para fazer face aos novos requisitos impostos pelas autoridades europeias. Apenas 10 instituições tiveram que apresentar planos de reforço dos capitais, num montante total de 10 mil milhões de euros.

Apesar das medidas do BCE destinadas a manter elevada a liquidez total cedida à economia, a liquidez excedentária reduziu-se, durante grande parte do ano, já que é penalizada pela taxa de depósito negativa. No final do ano, contudo, a liquidez aumentou, com a realização dos dois primeiros TLTROs.

Cedência de liquidez pelo BCE
(€ bn)



Fonte: BCE

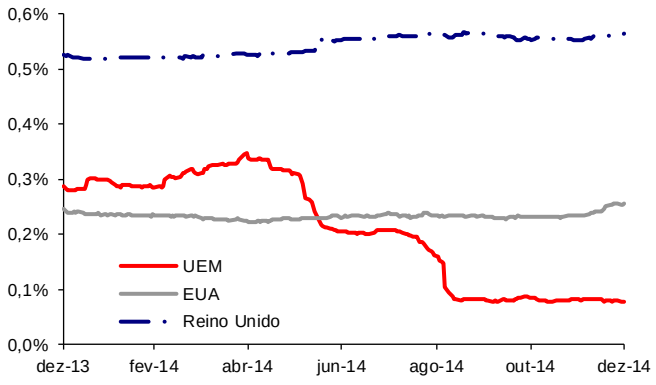
A dinâmica da taxa de juro Eonia, que reflecte a taxa média das operações do *overnight* realizadas no mercado interbancário europeu, reflectiu as expectativas de evolução da liquidez total na zona euro, registando uma descida, em especial na segunda metade do ano, após o BCE ter descido a taxa refi e comunicado a nova estratégia de cedência de liquidez e de aquisição de activos financeiros. No final do ano, a taxa Eonia entrou em terreno negativo.

A taxa Euribor 3 meses, que iniciou o ano com uma ligeira tendência de subida, também em linha com os dados económicos mais fortes, iniciou posteriormente uma tendência de descida, acentuada pelos dois momentos em que o BCE desceu a respectiva taxa de juro de referência. Os prazos inferiores a um mês acompanharam a evolução da taxa Eonia, convergindo também para níveis negativos.

Nos EUA, as taxas de juro apesar do fim do programa de aquisição de activos financeiros e do debate em torno do eventual início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, as taxas de juro de curto prazo permaneceram relativamente inalteradas, verificando-se uma subida apenas no final do ano, após a melhoria dos dados económicos, em especial a criação de emprego.

[1] A União Bancária pressupõe a quebra da relação entre o risco bancário e o risco soberano, através da criação de três mecanismos, simultâneos: (i) mecanismo único de supervisão, atribuído ao BCE; (ii) mecanismo único de resolução bancária; e (iii) fundo de garantia de depósitos comum.

Taxas de Juro 3 Meses

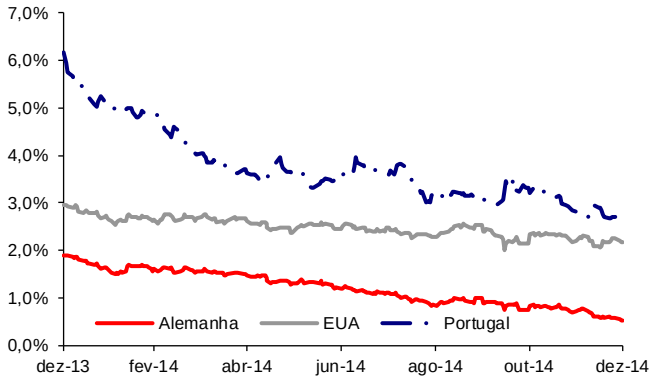


Fonte: Bloomberg

As taxas de juro de longo prazo, na zona euro, mantiveram uma tendência de descida sustentada durante todo o ano, apoiadas, quer pela evolução positiva das variáveis orçamentais, quer pelas expectativas de que o BCE iniciasse o programa de aquisição de activos financeiros, como veio a ser decidido na segunda metade do ano. As *yields* de longo prazo caíram, assim, para mínimos históricos absolutos, de forma generalizada entre os países da zona euro. Na Alemanha, a *yield* dos 10 anos fechou o ano em 0,5%, enquanto em Portugal se reduziu para 2,65%.

Nos EUA, apesar do fim do programa de "quantitative easing" e do debate sobre a mudança de ciclo monetário, a *yield* dos 10 anos desceu, desde aproximadamente 3% até cerca de 2,15% no final do ano.

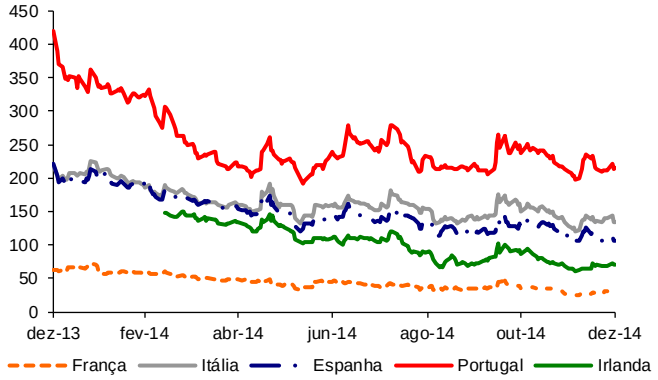
Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

Os *spreads* de crédito soberanos, contudo, tiveram uma dinâmica diferenciada. No primeiro semestre, a tendência foi de estreitamento, sendo que no caso português os *spreads* se reduziram de cerca de 450pb para 250pb. No segundo semestre, a volatilidade foi mais elevada, e a dinâmica de estreitamento dos *spreads* foi mais moderada. Neste período, a Irlanda foi o país que mais beneficiou de uma redução de *spreads*, fruto do anunciado reembolso antecipado dos empréstimos ao FMI e da revisão em alta do rating soberano para o nível de "A". A trajectória de descida foi retomada já no ano de 2015.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

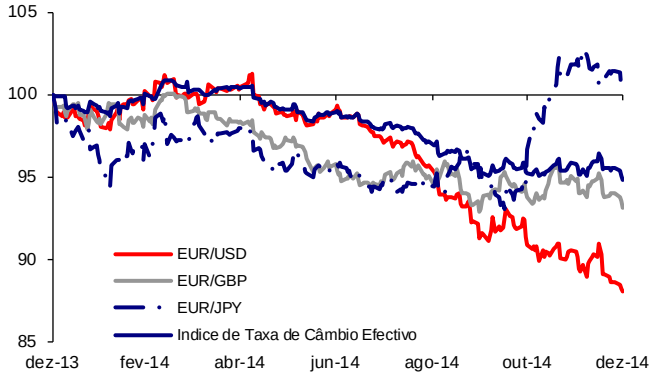
No mercado cambial, o euro registou uma mais pronunciada depreciação, que o conduziu para mínimos históricos face à generalidade das divisas. Esta dinâmica foi mais marcada no segundo semestre do ano, quando o BCE iniciou a nova fase de política monetária expansionista, com a descida das taxas de juro de referência e a adopção de medidas não-convencionais.

Face ao dólar, o euro cotava a 1,2 dólares, no final do ano, partindo de níveis em redor de 1,37 no início do ano, e que se mantiveram até Junho. A antecipada actuação divergente dos bancos centrais dos EUA e do Reino Unido, por um lado, e da zona euro, pelo outro, a partir de Junho, conduziu à depreciação do euro, que se estende pelos primeiros meses de 2015, quando o euro atingiu mínimos de mais de 10 anos face ao dólar. Face à libra esterlina, o euro cota em mínimos desde 2008.

A taxa de câmbio efectivo do euro (que considera as divisas dos doze principais parceiros comerciais da zona euro) depreciou, em consonância, igualmente para mínimos desde 2002.

Já em 2015, o Banco Nacional da Suíça abandonou a ligação que mantinha entre o franco suíço e euro, no âmbito da qual intervinha no mercado para defender uma cotação em redor de 1,20 francos por euro. Num primeiro momento, o franco suíço apreciou até 0,85 face ao euro, para estabilizar posteriormente em redor de1,07 francos por euro.

Principais Taxas de Câmbio (Dez-2013 = 100)

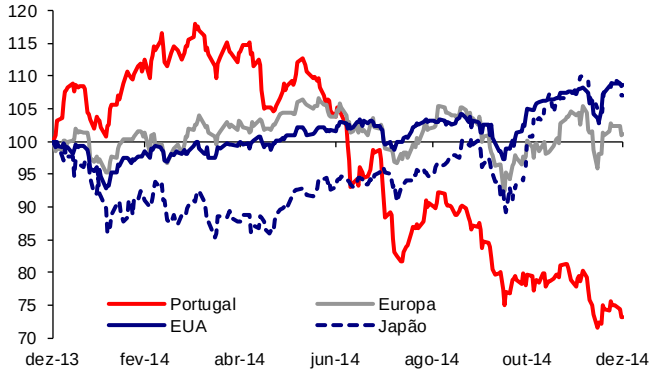


Fonte: BCE

Os mercados accionistas internacionais valorizaram cerca de 10% no conjunto do ano, mas num movimento que foi apenas perceptível já no final de 2014, quando os dados económicos, em especial nos EUA, mas também no Reino Unido, foram mais fortes do que o antecipado. Com efeito, ambos os mercados fecharam em máximos históricos absolutos.

Na zona euro, essa tendência foi menos pronunciada, mesmo apesar das perspectivas de que o BCE viesse, como veio, a adoptar uma política de "quantitative easing".

Mercados Accionistas (Dez-13 = 100)



Fonte: Bloomberg

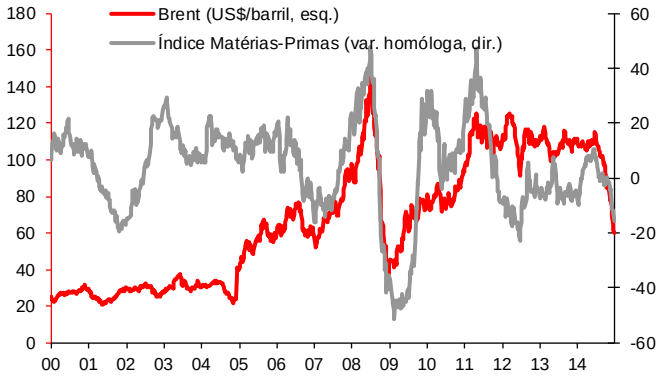
O mercado accionista português, contudo, terminou o ano de 2014 com uma depreciação acumulada de cerca de 30%, apesar de uma valorização de quase 20% – muito acima da dinâmica de outros mercados – no primeiro quadrimestre do ano. A resolução do BES no Novo Banco, em Julho, e os desenvolvimentos relacionados com a Portugal Telecom foram determinantes para esta tendência.

A evolução dos preços das matérias-primas foi diferenciada, quer entre produtos, quer entre diferentes momentos do tempo. No final do ano de 2014, contudo, a tendência foi de queda relativamente generalizada.

O petróleo oscilou em redor de 110 dólares durante grande parte do primeiro semestre, iniciando posteriormente um movimento de correcção, fruto também da queda da procura, que conduziu o preço até cerca de 50 dólares por barril no final do ano.

Já o preço dos metais, preciosos e de base, assim como dos cereais, registou uma primeira tendência de valorização, que seria revertida também na segunda metade do ano. O ouro atingiu um máximo de cerca de 1,400 dólares por onça no final do primeiro trimestre, servindo como activo de refúgio quando do aumento da instabilidade geopolítica na Europa, mas a dissipação dos riscos conduziu a uma depreciação, terminando o ano em 1,150 dólares.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

Economia Portuguesa

No final do primeiro semestre, Portugal concluiu o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado com as instituições internacionais em Abril de 2011, no âmbito do qual recebeu um montante de financiamento de cerca de 76 mil milhões de euros.

Portugal prescindiu da última *tranche* de financiamento, de cerca de três mil milhões de euros, devido à decisão de inconstitucionalidade, pelo Tribunal Constitucional, das novas regras de cortes salariais (que alargavam os cortes a salários a partir de 650 euros mensais). Para concluir a 12ª avaliação e receber a *tranche* final, Portugal teria de estender o prazo do programa e adoptar, num reduzido período de tempo, medidas compensatórias. Na medida em que a República recuperou, ainda em 2013, o acesso aos mercados financeiros internacionais permitiu substituir as fontes de financiamento, sem perturbações.

Dados Macroeconómicos

	2012	2013	2014
PIB	**-4,0**	**-1,6**	**0,9**
Consumo Privado	-5,5	-1,5	2,1
Consumo Público	-3,3	-2,4	-0,3
Investimento	-18,1	-6,7	5,2
Exportações	3,4	6,4	3,4
Importações	-6,3	3,9	6,4
Inflação média	2,8	0,3	-0,3
Desemprego	15,6	16,2	13,9
Saldo Orçamental (% do PIB)	-5,6	-4,8	-4,5
Dívida pública (% do PIB)	125,8	129,7	130,2
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,0	3,0	2,1

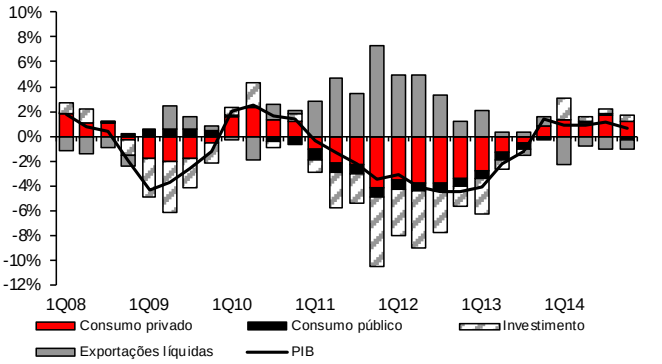
Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Santander Totta, FMI

No conjunto do ano, a economia cresceu 0,9%, a primeira taxa de crescimento positiva desde 2010, e que no final do ano ficou caracterizada por uma reaceleração do crescimento económico, mas cujos efeitos se poderão sentir de forma mais marcada em 2015.

Durante o primeiro semestre, o crescimento caracterizou-se por um abrandamento face ao final de 2013, tendo sido marcado por factores pontuais, como seja o encerramento temporário da refinaria de Sines, para manutenção, o que se materializou também na redução das exportações de produtos energéticos, e consequente impacto sobre o crescimento. No primeiro trimestre de 2014, o PIB contraiu 0,6% em cadeia, devido em grande medida a este factor, mas recuperou nos trimestres seguintes, uma ver retomada a normal laboração pela refinaria.

As fontes de crescimento económico alteraram-se em 2014, com um domínio da procura interna, mas isso reflectirá antes uma fase de transição no processo de transformação estrutural da economia.

Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)

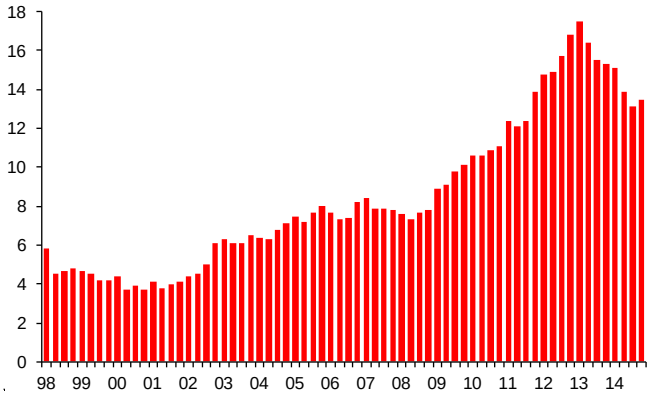


Fonte: INE

O consumo privado tem vindo a expandir moderadamente, à medida que as famílias começam a repor os níveis de despesa que tinham cortado durante os anos de 2011 e 2012. A despesa em bens duradouros, que tinha contraído fortemente nos últimos anos, aumentou, embora permaneça ainda em níveis abaixo dos verificados antes da crise.

A descida do desemprego, que caiu para 13,5% no quarto trimestre, recuperando os níveis de 2011, fruto de uma criação de emprego, contribuiu para a melhoria da confiança dos consumidores. Apesar de uma ligeira descida, a taxa de poupança permanece em níveis elevados, em redor de10% do rendimento disponível.

Taxa de Desemprego



Fonte: INE

O investimento continuou a recuperar, apesar de ter havido a antecipação de alguns projectos para 2013, fruto de um incentivo fiscal à despesa de capital. Em 2014, o investimento cresceu 5,2%, embora também apoiado pela dinâmica da variação de existências, sem este efeito, a formação bruta de capital fixo cresceu 2,3%, a primeira expansão desde 2008. Este

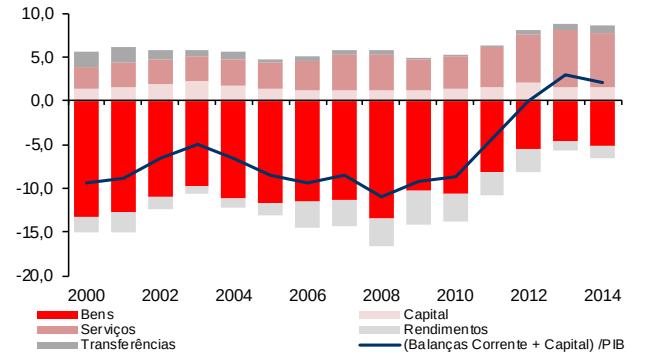
crescimento foi liderado pela despesa de capital em máquinas e equipamentos e material de transporte, sendo que o sector da construção continuou a subtrair ao investimento.

A procura externa líquida, ao contrário da tendência dos anos anteriores, teve um contributo negativo para o crescimento do PIB, mas que pode ser um efeito transitório. As exportações de bens e serviços cresceram 3,4% no conjunto do ano, desacelerando face ao ano transacto, mas afectadas pelo mencionado encerramento da refinaria de Sines. Já no final do ano, assistiu-se a uma recuperação das vendas para o exterior, em linha com a melhoria da economia europeia, com um crescimento homólogo de 5,1% no 4T2014.

As importações cresceram 6,4% em 2014, quase duplicando o ritmo de crescimento de 2013, sendo visível um aumento das compras ao exterior de material de transporte (não só veículos ligeiros de passageiros, como também comerciais, ligeiros e pesados) e de outros bens de equipamento. As importações de bens de consumo cresceram de forma mais moderada.

A balança de bens e serviços, contudo, manteve uma situação excedentária, de 1,1% do PIB, ligeiramente abaixo do excedente observado no ano anterior. A balança corrente e de capital também se manteve excedentária, com um saldo de 2,1% do PIB.

Balança Corrente e de Capital (% PIB)

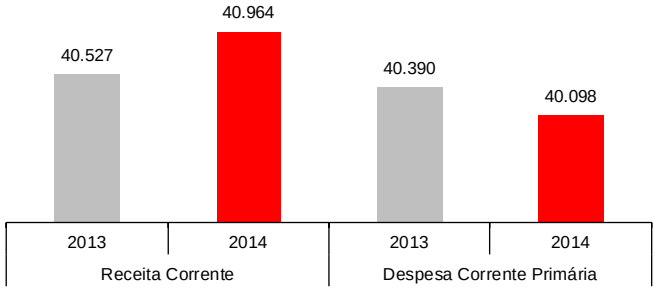


Fonte: Banco de Portugal, INE

Em resultado da progressiva melhoria das contas externas, a posição de investimento internacional melhorou, para uma situação negativa correspondente a 112,85 do PIB (-118,4% no final de 2013).

A execução orçamental de 2014, na óptica da contabilidade pública (caixa), evidencia uma melhoria do saldo orçamental face ao ano transacto, situando-se inclusive abaixo da meta definida pelo Governo, fruto do maior crescimento da receita, em especial de IRS e IVA, enquanto a despesa corrente caiu, apesar do impacto sobre a despesa com pessoal decorrente da declaração de inconstitucionalidade dos cortes salariais constantes do OE2014.

Receita Corrente e Despesa Corrente Primária (€ mn)

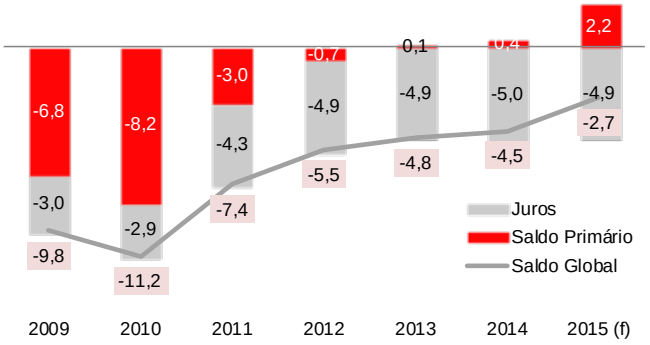


Fonte: Ministério das Finanças

Em contabilidade nacional, e de acordo com as projecções da UTAO e do Conselho de Finanças Públicas, o défice terá sido de 3,8% do PIB, quando corrigido de factores pontuais (a assunção, pelo Estado, de financiamentos a empresas públicas do sector dos transportes). Incluindo estes efeitos, o défice terá sido de 4,5% do PIB. O Eurostat ainda não decidiu sobre o modo de contabilização do empréstimo que o Estado fez ao Fundo de Resolução, no montante de €3,9 mil milhões de euros (2,2pp do PIB), mas a ser registado no défice será um efeito não recorrente e sem implicações para a execução orçamental em 2015, nem para a dívida, uma vez que foram utilizados fundos que já estavam disponíveis no âmbito do fundo de recapitalização do sector bancário, criado dentro do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.

Uma dinâmica de relevo na evolução dos agregados orçamentais é o facto de o saldo primário ter passado a registar um excedente, de cerca de 1,1pp do PIB (excluindo efeitos não-recorrentes), após dois anos em que o saldo já esteve próximo do equilíbrio.

Défice Orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

A notação de risco da República foi revisto em alta pela agência Moodys, para Ba1 (um nível abaixo do nível de *investment grade*), com *outlook* estável. As demais agências mantiveram o *rating*, mas reviram o *outlook* para estável.

Durante o ano, o Tesouro manteve o acesso aos mercados financeiros internacionais, com várias emissões de dívida de médio e longo prazo, a 5 e 10 anos, as quais foram realizadas com forte procura e com taxas de juro progressivamente mais baixas. Em Setembro, o Tesouro emitiu a 15 anos, à *yield* de 3,9% e já em 2015 o reforço da nova emissão a 10 anos, a OT2015, lançada em Janeiro com um cupão de 2,875%, foi realizado com uma *yield* de 2,04%. Em Julho de 2014, e pela primeira desde 2010, o Tesouro realizou uma emissão em dólares norte-americanos, à taxa de 5,23%.

Em 2015, o Governo obteve autorização das instituições internacionais para reembolsar parcialmente os empréstimos ao FMI, com o objectivo de amortizar, até ao final de 2017, cerca de 14 mil milhões de euros. Esta medida é justificada pelo facto de a República ter, presentemente, condições de financiamento em mercado mais favoráveis (em termos de taxas e de prazos de financiamento).

A situação no sector bancário foi marcada pelo processo de resolução do Banco Espírito Santo, na primeira aplicação a nível europeu dos novos mecanismos de resolução. Foi criado o "Novo Banco", instituição de transição, e que manteve a generalidade dos activos e a actividade bancária, com excepção de activos problemáticos, na sua maioria a exposição ao Grupo Espírito Santo, que ficou na esfera do BES. A subscrição de capital foi realizada pelo Fundo de Resolução, com fundos cedidos pelos bancos participantes, assim como com um empréstimo do Estado português. O processo de venda do Novo Banco iniciou-se ainda em 2014.

Esta situação não teve efeitos de contágio ao sector financeiro, na sua totalidade, com o volume de depósitos a manter-se estável. Durante o ano, os bancos que tinham processos de restruturação acordados com a DGComp avançaram para a sua conclusão, com a liquidação total ou parcial da recapitalização realizada pelo Estado português. Os bancos abrangidos pelo "comprehensive assessment" passaram nos critérios exigidos pelo BCE e pela EBA, com excepção de uma instituição, que apresentou medidas correctivas.

O crédito total às empresas continua a reduzir-se, reflectindo, por um lado, a desalavancagem em curso na economia, e, por outro lado, factores específicos, como a assunção do financiamento de algumas empresas pelo Estado Português e, já no final do ano, a reclassificação dos empréstimos a SGPS, em que as sociedades meramente instrumentais foram reclassificadas no sector de outras instituições financeiras não-monetárias. Estes dois efeitos justificam quase uma redução do crédito a empresas em cerca de 6 mil milhões de euros (numa variação total de cerca de -13 mil milhões de euros).

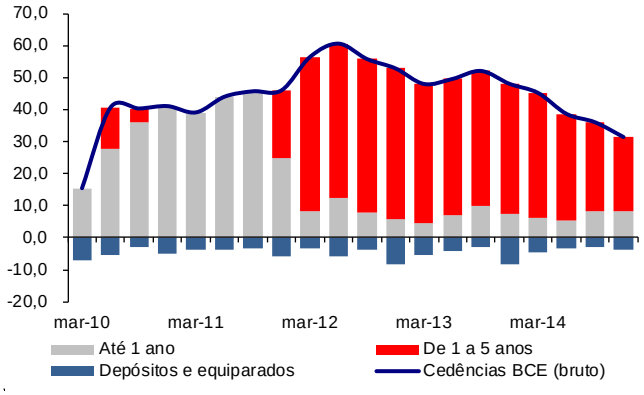
Os fluxos de novos créditos a empresas registaram uma redução, a partir de Julho, em simultâneo com a resolução do BES. No entanto, os dados relativos ao último trimestre já evidenciam uma recuperação da produção, o que ocorre também ao nível do crédito aos particulares, em especial hipotecário.

Esta dinâmica está em sintonia com a tendência constante do mais recente inquérito às condições no mercado de crédito, que sinalizam uma nova flexibilização das condições de concessão de crédito, assim como um aumento da procura de crédito.

A liquidez não é uma restrição à concessão de crédito, permanecendo abundante. Por um lado, o BCE mantém os seus programas de cedência de liquidez, mas o sector financeiro nacional tem vindo a reduzir paulatinamente a utilização destas facilidades, mesmo com os novos TLTRO, onde se assistiu antes a uma alteração das maturidades de financiamento, em favor dos prazos mais longos. No final do ano, os bancos nacionais estavam financiados em 31,4 mil milhões de euros (27,7 mil milhões quando ajustado dos depósitos junto do BCE, o que compara com 39,8 mil milhões no final de 2013).

Por outro lado, o volume de depósitos permaneceu bastante elevado, embora no final do ano, mas em especial no início de 2015, tenha havido uma redução, com as famílias a subscreverem produtos de aforro emitidos pelo Tesouro, com taxas de juro muito mais elevadas do que as praticadas pelo sector bancário, que desceram, em sintonia com as taxas de juro de mercado.

Financiamento no BCE
(€ bn)



Fonte: Banco de Portugal

Principais riscos e incertezas para 2015

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade no ano de 2015 estão relacionados com factores domésticos e externos.

A nível internacional, os factores de risco estão relacionados com (i) os desenvolvimentos relativos ao programa de ajustamento na Grécia e ao passo seguinte em termos de financiamento daquele país. As negociações entre as autoridades gregas e as instituições internacionais são fundamentais para evitar dinâmicas adversas para a confiança e para a sustentabilidade do processo de crescimento, quer na Grécia, quer na zona euro; (ii) os desenvolvimentos geoestratégicos na Europa de Leste; (iii) a possibilidade de os EUA iniciarem um ciclo de subida das taxas de juro de referência e o seu impacto sobre os fluxos de fundos entre economias; e (iv) a sustentabilidade da recuperação da economia mundial.

A nível nacional, as principais fontes de incertezas são várias. Por um lado, o potencial de crescimento deve beneficiar das reformas estruturais implementadas nos últimos anos, mas num processo que ainda deve prosseguir, para consolidar os ganhos já alcançados. Também a dinâmica da economia europeia é importante para o crescimento do PIB, sendo ainda o principal parceiro comercial.

Por outro lado, o ciclo eleitoral, com a realização de eleições gerais no início do Outono. Não existindo factores de risco político, pode, contudo, haver um adiamento de decisões de investimento pelo sector privado, com efeitos sobre o crescimento económico. O ciclo eleitoral pode também levar ao adiamento do processo orçamental, que apenas será iniciado quando o novo governo estiver em funções, já no quarto trimestre de 2015.

Adicionalmente, e no que respeita ao sector financeiro, o desafio coloca-se com o aumento da rendibilidade, logo que esteja concluído o processo de ajustamento. A melhoria do ciclo económico pode influenciar positivamente a necessidade de provisionamento de imparidades de crédito, mas o contexto de baixas taxas de juro e a ainda lenta recuperação dos volumes de crédito tem efeitos sobre a geração de margem financeira.

Ainda relacionado com o sistema financeiro, em 2015, deve ser concluído o processo de venda do Novo Banco.

Banca Comercial

Particulares e Negócios

Na área de Particulares e Negócios, o Santander Totta reforçou as suas quotas de negócio quer no mercado de recursos quer no mercado do crédito.

Ao longo de 2014, foi desenvolvida uma estratégia sustentada na solidez do Banco, o que permitiu apoiar os clientes particulares e de negócios/PME's.

Quanto ao crédito a particulares, o Banco aprovou projectos através da concessão de crédito pessoal no montante de 469 milhões de euros, e de crédito à habitação no valor de 394 milhões de euros. Às empresas do segmento de Negócios/PME's foram concedidos 1.563 milhões de euros de crédito.

No capítulo dos recursos, as taxas de juro de mercado baixaram para níveis historicamente baixos, o que teve consequências relevantes no mercado em termos de produtos de poupança. Assim, as condições e o portefólio de produtos do Banco, especialmente de passivo tradicional, tiveram de ser ajustados a essas condições de mercado, embora continuando a premiar o nível de relacionamento dos clientes com o Banco.

Numa lógica de diversificação do património dos clientes, o Banco manteve a disponibilização, em contínuo ao longo do ano, de depósitos indexados e seguros financeiros e reforçou a sua oferta ao nível da gama de fundos de investimento mobiliário, lançando novos fundos destinados aos segmentos *Select* e *Mid/Mass Market*.

No que respeita a fundos de investimento comercializados pelo Banco, registou-se um aumento anual de 16,7%, atribuível, principalmente, aos fundos *Santander Select* (178,1 milhões de euros) e fundos *Santander Private* (116,6 milhões de euros), tendo sido lançados 8 novos fundos (3 para o segmento *Select*, 3 para o segmento *Private Banking* e 2 para o segmento *Mass Market*), com o intuito de complementar a gama de fundos disponibilizada aos clientes.

No final de 2014, a quota de mercado de fundos de investimento mobiliário comercializados pelo Santander Totta situava-se em 14,5%, correspondente a um aumento de 3,0 pp face ao período homólogo.

É de destacar, também, o contínuo foco na captação de novas domiciliações de ordenados, na colocação de soluções de protecção (seguros autónomos) e na colocação de cartões de crédito em novos clientes. Neste apartado manteve-se o foco no aumento do parque, alavancado pelo aumento do número de clientes novos de cartões de crédito que atingiu mais de 57.000 clientes. O aumento do parque, juntamente com a manutenção das taxas de utilização dos cartões, permitiu um crescimento da facturação, em termos homólogos, acima do crescimento do mercado em cerca de 5 pontos percentuais.

Ao longo do ano, ocorreram diversas iniciativas no sentido de rentabilização do portefólio e de promoção da utilização dos cartões Santander Totta, com os clientes a beneficiarem de várias ofertas e descontos. Registou-se a continuidade da parceria com o grupo Hotéis Vila Galé, a consolidação do "Programa de Descontos" e o lançamento da parceria com a Repsol, que oferece descontos imediatos nos pagamentos com os cartões Santander Totta.

Relativamente à aceitação, o Banco manteve a sua posição de referência junto das principais cadeias de retalho, atingindo posições muito relevantes, nomeadamente nos ramos alimentar, de vestuário e de electrónica de consumo. A quota de mercado de facturação do Banco cresceu 8,1% (acima do valor de mercado), o que se reflectiu na melhoria da quota de mercado que se manteve acima dos 17%. Este reforço fica a dever-se não só ao bom relacionamento comercial com um conjunto importante de clientes, como ao reconhecimento por parte destes da qualidade do serviço prestado pelo Banco.

No controlo do crédito vencido, apesar da conjuntura económica desfavorável, o Banco superou os objectivos definidos para 2014, continuando a ser determinante a política de rigor e, também, a implementação de novas soluções de regularização e renegociação de dívida adequados a cada cliente.

Private Banking e *Select*

Em Fevereiro de 2014, foi lançada a marca *Select* que ao longo do ano se foi solidificando, registando-se um crescimento de 18% na base de clientes do segmento, fruto de uma maior dinâmica na oferta de produtos aliada a uma estrutura dedicada de gestores para uma maior proximidade com o cliente.

Num ano pautado por uma maior incerteza nos mercados financeiros, nomeadamente em Portugal, a área do *Private Banking* alcançou os seus objectivos de negócio definidos no início do ano, ou seja crescer em clientes, património gerido e produto bancário.

O modelo de negócio do *Private Banking* do Santander Totta permite de forma consistente, objectiva e sistemática controlar a adequação dos produtos ao perfil de investimento dos clientes, com base nos parâmetros de risco considerados para o modelo.

Os *drivers* que permitiram consolidar a posição do Banco no mercado foram a sua solidez, uma oferta de produtos diversificada, abrangente e articulada com a área de *Private Banking* e o dinamismo da equipa, o que conduziu a que o Santander Totta fosse distinguido, pela quarta vez consecutiva, pela prestigiada revista Euromoney como a melhor área de *Private Banking* a operar em Portugal, na categoria "Best Private Banking Services Overall" no âmbito dos "Euromoney's Private Banking Awards".

Best Private Banking Services Overall 2014

EUROMONEY PRIVATE BANKING SURVEY 2014

Empresas

Na área de Empresas, os resultados obtidos em 2014 confirmam o compromisso do Banco em apoiar a actividade das empresas, apostando em sectores críticos para o crescimento da economia portuguesa, nomeadamente o sector exportador, tanto ao nível do negócio internacional como no apoio à internacionalização, e em sectores de bens transaccionáveis que possam beneficiar da estabilidade do *rating* da República e da expectativa de recuperação gradual do investimento dos agentes económicos.

No início de 2014, o Banco reforçou a rede comercial de Empresas com a abertura de três novas Direcções Comerciais (Paredes, São João da Madeira e Torres Vedras), apostando, assim, numa maior proximidade aos clientes.

O ano caracterizou-se por uma maior pressão a nível de preços, reflexo de uma maior disponibilidade de oferta bancária no segmento de empresas. A Rede Empresas manteve a sua linha de actuação, com grande foco no crescimento da carteira de crédito, com uma produção que ultrapassou os 5,2 mil milhões de euros, salvaguardando a gestão equilibrada dos volumes da carteira de crédito e de recursos.

Em resultado da estreita colaboração entre o Santander Totta e o Banco Europeu de Investimento (BEI), no âmbito das linhas de apoio ao investimento em projectos e programas em vários sectores da economia e abrangendo diversos segmentos, preferencialmente PMEs e MIDCAPs, o Banco concluiu, em Setembro, a colocação da totalidade da 6ª linha BEI, no montante de 200 milhões de euros a qual permitiu apoiar cerca de 1.000 empresas.

Na sequência da elevada receptividade das empresas às linhas BEI, o Banco formalizou, em Outubro, uma nova linha (7ª) no montante de 200 milhões de euros, a qual já permitiu, até Dezembro, a concessão de financiamentos no montante de 60 milhões euros.

Nas linhas PME Investe/Crescimento, o Banco Santander Totta mantém uma intervenção de relevo com uma quota de mercado de cerca de 16,7%, tendo colocado, até Dezembro, mais de 20 mil operações, no montante global de 2 mil milhões de euros. Na linha PME Crescimento 2014, cuja comercialização se iniciou em Março, o Banco posiciona-se igualmente acima da sua quota de mercado, atingindo uma franquia de 18,7% em montante de financiamento de operações enquadradas pela PME-Investimentos (entidade gestora destas linhas), posicionando o Santander Totta como líder nesta linha.

O Banco mantém, igualmente, a liderança em *factoring* e *confirming*, com uma quota de mercado agregada de 25%, o que mais uma vez é sintomático do compromisso do Banco no apoio efectivo à actividade das empresas.

Portal Santander Trade
Um novo portal que liga o mundo à sua empresa

Na vertente do negócio internacional, o Banco alargou a sua oferta de valor às empresas, pondo à disposição dos clientes o portal *Santander Trade* e a capacidade de alargar a relação dos clientes a potenciais parceiros através do "Clube Santander". Melhorando o seu apoio a um conjunto seleccionado de clientes com forte envolvimento em negócio internacional, o Banco ofereceu o "Passaporte Santander", permitindo que as empresas passem a beneficiar de um tratamento de relação homogéneo nas geografias onde o Grupo Santander está presente. Adicionalmente, através do *International Desk*, o Banco continuou a prestar apoio às empresas em processo de internacionalização. Durante o exercício, o Santander Totta promoveu 22 eventos regionais sobre negócio e realizou ou participou, em parceria com entidades externas, em mais de 20 conferências e iniciativas focadas em mercados internacionais.

Promotores e Mediadores

Durante o segundo semestre de 2014, assistiu-se a um ponto de viragem relativamente à atenção e acompanhamento que o Banco, em geral e a Direcção de Coordenação de Promotores e Mediadores Imobiliários em particular, viria a prestar ao crédito habitação e ao canal de mediadores imobiliários.

Como reflexo desta nova realidade, destacam-se: (1) o lançamento de campanhas de captação de crédito habitação para os mediadores imobiliários; (2) a realização de *road shows* de mediadores replicando o que tão bons resultados tem dado no canal de promotores externos, onde em conjunto com a rede comercial foi possível divulgar as novas soluções Santander para o crédito habitação e a nova estratégia

do Banco para a dinamização das parcerias existentes; (3) a conclusão do levantamento dos protocolos existentes com empresas de mediação em actividade; (4) a presença no SIL - Salão Imobiliário de Portugal desta vez com claro destaque para o crédito habitação.

Manteve-se o mesmo foco e atenção no canal de promotores externos, procurando aumentar ainda mais o compromisso e o nível de colaboração com o Banco, assegurando uma grande proximidade através da realização de mais de 120 *road shows*, durante o ano de 2014.

Ao longo do ano, mantiveram-se as habituais campanhas e concursos para incentivar a captação de contas ordenado, crédito ao segmento de negócios e crédito pessoal. Mais recentemente foi lançada uma campanha de crédito habitação e pela primeira vez foi realizado um concurso de seguros.

Relativamente ao projecto das lojas de promotor que actuam em colaboração com o balcão de apoio em localidades onde o Banco não está presente, registou-se um importante reforço desta rede com uma variação anual de mais 25 lojas, alcançando um total de 295 lojas de promotor abertas.

Canais Complementares

O ano de 2014 ficou marcado pela implementação do "Plano de Transformação Multicanal", suportado pela criação da marca interna **appy,** dando corpo à estratégia e posicionamento definidos pelo Grupo para os canais directos com o objectivo de estar mais próximo dos clientes. Este impulso e marco de mudança implicaram a reformulação do alinhamento dos canais directos, consubstanciado na prioridade de alterações estruturais com vista a capacitar estes canais com uma maior e melhor oferta nos vectores produto, serviço e experiência do cliente.

SelfBanking

A actividade de *SelfBanking* centrou-se no rejuvenescimento tecnológico, com a substituição de mais de uma centena de equipamentos instalados em balcões e na inovação tecnológica, instalando na rede Multibanco o primeiro conjunto de ATM's com capacidade de recirculação de notas depositadas.

O número de ATM's da rede Multibanco decresceu, devido, essencialmente, ao ajustamento da rede de balcões. No entanto, as quotas de mercado mantiveram-se estáveis face ao ano anterior, apresentando valores de 12% em número de ATM´s e de 13% em número de movimentos.

NetBanco

Tendo como objectivo ser um canal focado na venda e parte integrante da relação com o cliente, destaca-se, em 2014, a disponibilização de contratação de seguros autónomos e de pedido de cartão de débito. Encontram-se em curso outras iniciativas que visam reforçar a capacidade deste canal, com implementação mais alargada no tempo.

A disponibilização de um serviço digital mais completo tornou-se uma realidade em 2014, com a inclusão dos avisos e extractos de conta no serviço de documentos digitais. A venda certificada tornou-se igualmente uma realidade, possibilitando a consulta de todos os documentos aceites pelo cliente no momento da contratação de um produto *online*.

No *Mobile* Particulares, considerado um canal fundamental para manter e solidificar a relação com o cliente, foram desencadeadas várias iniciativas com vista a melhorar substancialmente a experiência do cliente e o nível da oferta de serviço. Foram disponibilizados os pagamentos ao Estado, o agendamento de pagamentos de serviços e a consulta de movimentos de cartão de crédito, entre outros. Foi realizado um estudo de usabilidade da plataforma que visou desencadear iniciativas estruturais prioritárias, que se encontram em curso.

No NetBanco Empresas, a aposta foi feita na transaccionalidade como alavanca de captação de clientes empresa. Destaca-se a disponibilização do pedido de créditos documentários de importação, um serviço de documentos digitais (avisos, extractos de conta e declarações fiscais), bem como a adequação ao regulamento 260 para o SEPA nas vertentes de débitos directos e transferências a crédito.

O número de utilizadores de canais digitais evoluiu positivamente em 2014, com maior expressão no *Mobile* (+52%), o que resulta também de uma menor base de partida face aos restantes canais mas que é sintomática da forma como os clientes estão a evoluir no relacionamento com o seu Banco.

Contact Center

No ano de 2014, o *Contact Center* do Santander Totta foi considerado, pelo 6º ano consecutivo, o "Melhor Contact Center de Portugal no Sector Financeiro", prémio atribuído pela Associação Portuguesa de *Contact Centers*.

Ao longo do ano, implementou-se uma visão multicanal, de forma a

assegurar uma experiência de cliente de referência e potenciar a eficiência e a rentabilidade.

O *Contact Center* tem reforçado o investimento no aumento da sua autonomia e na rápida resolução de todas as situações que são apresentadas pelos clientes. Todos os pedidos dos clientes, mesmo que fora do âmbito do *Contact Center,* têm seguimento e resolução rápida junto das áreas competentes.

Foi criado o Centro de Atendimento *Advance* para apoio a todas as empresas, clientes actuais e potenciais, com especial destaque para as PME's, garantindo o suporte a todos os utilizadores do *site* e efectuando contactos junto dos clientes para apresentação de produtos e serviços do Banco.

O foco do *Contact Center* continua a ser a prestação de um serviço de qualidade aos clientes do Banco, de uma forma multicanal e com visão de segmento.

Redes Sociais

Ao longo de 2014, a presença nas redes sociais foi reforçada, com destaque para o início da presença no *Linkedin* e *Instagram* e o lançamento de novas iniciativas nas páginas do *Facebook*. O número de fãs da página oficial do Banco já ultrapassou os 65.000 fãs.

Actividade internacional

Em 2014, ocorreu o final do período de ajustamento negociado por Portugal com os credores internacionais, constituindo esse facto um sinal positivo para a comunidade residente no exterior.

A actividade económica em Portugal confirmou alguns sinais de melhoria, embora o nível de desemprego se mantenha acima do que seria desejável principalmente em níveis etários mais jovens e com maior qualificação o que tem tido impacto no fluxo de emigração.

A área Internacional manteve a sua estratégia de proximidade aos clientes residentes no estrangeiro, visando apoiar também, através das unidades no exterior, os que iniciam o seu percurso laboral fora de Portugal, dinamizando a oferta de serviços e de soluções em estreita articulação com a rede comercial em Portugal.

Neste contexto, promoveu-se, em articulação com o jornal com maior expressão nas comunidades, o "Mundo Português", um destacável com informação que visava melhorar a integração social nos principais países de emigração.

Internamente, adequou-se a oferta da "Super Conta Residentes no Estrangeiro" e preparou-se a dinamização do segmento "Select", apresentando aos clientes diversas soluções para gestão de poupanças.

Também no apoio às comunidades, nos países onde o Banco está presente, realizaram-se encontros com clientes e o Banco esteve presente no Salão Imobiliário em Paris, onde se procurou transmitir confiança no país e os valores do Grupo e do Banco.

A tradicional campanha de Verão decorreu com êxito com a oferta de produtos tradicionais portugueses e o atendimento personalizado a ter uma grande receptividade por parte dos clientes não residentes. Com maior visibilidade nos principais aeroportos e balcões, dinamizaram-se campanhas de comunicação para incentivar os clientes a transferir fundos para Portugal. Essa promoção teve maior expressão num concurso, cujos prémios foram a atribuição de viagens e a presença no mundial de futebol que se realizou no Brasil, no primeiro semestre, e a oferta de viagens a Portugal, no último trimestre.

A sucursal de Londres manteve o foco na relação com os portugueses residentes no Reino Unido, em especial no que respeita a alguns grupos de clientes e grupos profissionais e técnicos que optaram por trabalhar naquele país.

Com uma estratégia comercial conjugada com níveis de segurança e rendibilidade adequados às condições de mercado, foi possível um crescimento no volume de recursos e de transferências na área de residentes no estrangeiro tendo ainda a carteira de crédito apresentado uma ligeira redução fruto essencialmente de amortizações.

No ano em análise foi possível apresentar, a exemplo dos dois anos anteriores, um crescimento significativo de novos clientes no segmento.

No que respeita a transferências de residentes no estrangeiro, canalizadas através do Santander Totta, registou-se um crescimento de 18% assim como uma evolução positiva na quota de mercado.

Global Banking & Markets

Ao longo de 2014, a área de *Corporate Finance* continuou a desenvolver uma intensa actividade destacando-se a participação, como co-líder, nas seguintes operações, concluídas com sucesso: (1) sindicato de colocação da oferta pública de venda/IPO da ESS – Espírito Santo Saúde; (2) sindicato de colocação da oferta pública de venda de acções da REN, no âmbito da 2ª fase de privatização da empresa; e (3) sindicato de colocação da oferta pública de subscrição do aumento de capital do BES.

Destaca-se ainda a actuação do Santander Totta como assessor e intermediário financeiro da José de Mello Saúde na OPA lançada sobre a ESS – Espírito Santo Saúde.

Na área de *Credit Markets*, as empresas aproveitaram a descida de *spreads* de crédito para tomarem decisões de alongamento ou refinanciamento do seu endividamento. Adicionalmente, verificou-se uma evolução muito positiva na área de *Project Finance* com as empresas a explorarem e a concretizarem oportunidades de financiamento de novos projectos. O Santander Totta esteve presente na generalidade das operações celebradas, em particular no sector das energias renováveis.

A área de Produtos Estruturados registou um bom desempenho na comercialização de produtos de passivo. Durante o ano, foram emitidos 23 produtos estruturados, dos quais 19 são emissões denominadas em euros cujo montante total ascendeu a 781 milhões de euros e 4 denominadas em dólares norte-americanos cujo montante atingiu 50,1 milhões de dólares norte-americanos. As emissões que foram colocadas neste período estão indexadas a diferentes activos transaccionados em mercados accionistas de várias geografias.

Em Fevereiro de 2014, o Banco Santander Totta foi distinguido pela *Euromoney Structured Retail Products* como “Best Sales in Portugal” de produtos estruturados em Portugal.

Seguros

À semelhança do ocorrido em Espanha, no final de 2012, o Santander Totta assinou, em 31 de Dezembro de 2014, uma parceria estratégica com o Grupo Aegon com o objectivo de reforçar a especialização em produtos de seguros a qual, aliada à reconhecida capacidade de distribuição do Santander, permitirá reforçar de uma forma clara a franquia de seguros na sua base de clientes.

A materialização desta aliança traduziu-se na criação de duas novas sociedades anónimas de direito português, na dependência da Santander Totta Seguros e na consequente venda de uma participação de 51% das mesmas à Aegon Spain Holding BV, assegurando o controlo conjunto nos acordos parassociais contratados.

No que respeita à actividade recorrente, o ano de 2014 voltou a ser muito positivo no que respeita a comissões, comprovando-se a adequação da estratégia de colocação de produtos autónomos alinhados com as necessidades dos segmentos de clientes do Banco, confirmando o incremento da procura destes produtos e o aumento da persistência das carteiras.

No âmbito dos seguros de vida risco comercializados de forma autónoma a crédito, é de realçar o contínuo crescimento face a 2013 e em particular nos produtos lançados em 2012. O “SafeCare” mantém uma boa colocação, incrementando-se a carteira de apólices em 47% face ao fecho de 2013, somando no final de Dezembro de 2014 cerca de 75.400 pessoas seguras. O “Protecção Lar” mantém uma elevada procura, com colocações de quase 26.300 apólices, em 2014.

Manteve-se igualmente o foco na comercialização de soluções para proteger o rendimento familiar em caso de morte ou desemprego - “Plano Protecção Família” e “Plano Protecção Ordenado” - tendo as vendas atingido cerca de 36.550 apólices no ano de 2014. O “Seguro Viva Mais” atingiu colocações de cerca de 7.460 apólices.

Durante o primeiro trimestre de 2014, deu-se início à comercialização do produto “LifeCorporate”, um produto destinado a empresas cuja preocupação visa a protecção do ponto de vista financeiro na ocorrência de eventos de morte ou invalidez de empregados que desempenhem funções chave na empresa.

Relativamente aos seguros de vida financeiros, é de destacar o lançamento dos produtos “Plano Financeiro”, sob a forma de seguros ICAE não normalizados (*unit linked*), que proporcionam um retorno mensal e trimestral pago sob a forma de resgate parcial, tendo o volume total comercializado ascendido a cerca de 286 milhões de euros, em 2014, que compara com 390 milhões de euros comercializados, durante o ano 2013.

Nos seguros de risco e mistos, o volume de prémios cifrou-se em 130,6 milhões de euros representando um aumento de 5,9% face aos prémios emitidos no período homólogo, sendo de registar um aumento de 17,2% nos prémios de seguros autónomos.

Perspectivas para 2015

Em 2015, as expectativas apontam para uma gradual recuperação da actividade económica, assim como das condições financeiras, na zona euro. Ainda assim, emergem novos focos de incerteza relacionados com a crise grega, com o prolongamento do conflito na Ucrânia e Rússia, com o abrandamento económico nos países emergentes e com a gradual consolidação da zona euro no que diz respeito à harmonização das regras financeiras (união bancária) e estratégias de investimento e de defesa supranacionais.

A economia portuguesa deverá manter-se numa trajectória de recuperação da actividade económica, em linha com os seus parceiros europeus. No entanto, existem factores de risco associados, nomeadamente o resultado do processo eleitoral, caso se repercuta num abrandamento na implementação das necessárias reformas estruturais.

Os bancos irão desenvolver a sua actividade num enquadramento de baixas taxas de juro, *spreads* de crédito sob pressão e grande complexidade nas novas exigências regulatórias, nomeadamente no que respeita a requisitos de capital, rácios de liquidez e de alavancagem, e ainda os novos regulamentos referentes aos mecanismos de resolução, o que terá um impacto estrutural na rendibilidade das instituições financeiras nos próximos anos.

O Santander Totta tem demonstrado uma forte capacidade de geração de receitas, mantendo a solidez de balanço e uma situação de liquidez confortável. Em 2015, um dos principais objectivos do Santander Totta é continuar a aumentar a rentabilidade dos capitais próprios, pelo que a evolução da margem financeira será um factor crítico para o aumento das receitas do Banco, através da gestão equilibrada entre a normalização do custo do passivo e o crescimento dos volumes de negócio.

O Santander Totta continuará focado na sua estratégia de apoio à revitalização da economia portuguesa e das empresas, mantendo uma política de controlo rigoroso dos riscos no que respeita à concessão e ao seguimento de crédito.

Em simultâneo, o banco prosseguirá a sua estratégia de banca comercial baseada numa maior proximidade ao cliente, apresentando soluções adequadas a cada segmento de negócio com o objectivo de incrementar os níveis de vinculação dos clientes e fazendo com que o Santander Totta seja o seu primeiro Banco. A estratégia assentará: (1) na maior simplificação dos processos, tornando-os mais eficientes; (2) na utilização de ferramentas que permitam uma melhor gestão da informação; e (3) na agilização da gestão de risco, com modelos mais ajustados a cada segmento de clientes, mantendo uma gestão prudente e rigorosa dos riscos assumidos.

Apesar de a rede de agências permanecer como um canal fundamental na relação com os clientes, o Banco continuará a potenciar o modelo de distribuição multicanal de modo a prestar um serviço mais completo e acessível aos clientes.

Recursos Humanos

As linhas de actuação da área de Recursos Humanos assentaram no desenvolvimento do colectivo em que a participação, colaboração, cooperação e trabalho em equipa assumem protagonismo, no alinhamento corporativo nas práticas e políticas a implementar bem como na proximidade às áreas de negócio e o apoio directo à concretização dos objectivos estratégicos estabelecidos.

Ser o melhor Banco para os nossos clientes e o melhor lugar para trabalhar, para além de um objectivo, constituiu um desafio na forma de combinar os contributos individuais com a força de todos.

O apoio à reorganização interna, na constituição e reforço das equipas da área de Inteligência Comercial e dos segmentos *Private*, *Select* e *Advance*, o redimensionamento da rede comercial, associado às movimentações de pessoas daí decorrentes, o acompanhamento directo a 70 balcões no âmbito do Programa *Be Up* e as 480 visitas efectuadas às áreas dão nota da proximidade e apoio da equipa de Recursos Humanos às diversas áreas de negócio e da dinâmica interna que se viveu em 2014.

A atribuição de 338 novos níveis salariais, os 157 *up grades* funcionais, o facto de 98% dos colaboradores terem recebido remuneração variável e o aumento salarial médio de 1,38% ilustram a importância dada ao reconhecimento do mérito e contributo individual dos colaboradores para a concretização dos objectivos do Banco.

Na área de Conhecimento e Desenvolvimento destaca-se o acompanhamento da estratégia de negócio do Banco com a criação de programas específicos para apoiar o lançamento das marcas *Select* e *Advance*: *To Be Excelent* e *Be Advance*, respetivamente. Na vertente *Customer Engagement* é de referir, ainda, o programa *Energia Comercial* para directores de balcão da rede de Particulares e Negócios Sul com o objectivo de desenvolver competências que incrementem a relação de confiança do cliente com o Banco. Estes programas envolveram cerca de 500 colaboradores da rede comercial.

No âmbito da diversidade de género decorreu a 2ª edição e foi lançada a 3ª edição do *Women's Executive Program,* construído em parceria com uma Universidade e que tem como objectivo impulsionar a carreira das mulheres com potencial através da aprendizagem de várias competências-chave agrupadas em 3 blocos: negócio, liderança e carreira/gestão pessoal. Este programa conta com a participação de 53 directoras.

Ao longo do ano, desenvolveram-se acções específicas para os directores de 2ª linha da estrutura do Banco, tais como: *Liderança Ressonante, Seja o CEO de Si Próprio, Mente Livre e Produtividade e Mindfulness - Cultivar a Atenção Plena.* Estas acções tiveram a participação de 80 colaboradores.

Ainda no domínio do Desenvolvimento, realizaram-se programas de *Executive Coaching* a 65 pessoas e integrou-se o *Mentoring* nos seguintes programas: *Mentoring para Universitários* com a participação de 30 estudantes e *Santander Futuro para Jovens Directores*, com a participação de 20 chefias com nomeação recente.

Com uma oferta de 90 cursos em *E-Learning*, atingiu-se 32% do total de horas de formação (71.264 horas) via plataforma, permitindo assim uma maior oferta para responder às necessidades individuais e dispersão geográfica.

No âmbito da colaboração junto das Universidades, o Banco esteve presente nas principais escolas nacionais: Católica, Nova, ISCTE, ISEG e FEP. Desenvolveu-se o programa de estágios Bolsa de Valores, foi criado o *Growth Acceleration Program* em que, sob a gestão de um tutor, 10 grupos de estagiários desenvolveram projectos de áreas específicas do Banco, resultando 4 premiados pela inovação e possibilidade de implementação no Banco. Durante todo o ano, 164 jovens estagiaram no Banco, num total de 83.762 horas de formação.

Nº horas formação – 365.743
Nº horas formação por colaborador – 46
% formação *E-Learning* – 32%
Investimento em formação – 1.500.000 €
Investimento em formação/massa salarial – 0,89 %

Como vem sendo habitual, nos últimos anos, desenvolveram-se algumas iniciativas formativas para filhos de colaboradores, nomeadamente, nas férias da Páscoa e Natal, cursos de metodologias e técnicas de estudo (59 participantes) e nas férias do Verão o curso *Em Busca da Magia (TEEN)* que abordou a forma como traçar um caminho de sucesso e que envolveu 26 jovens entre os 14 e os 17 anos.

Realizou-se, ainda, o curso *Life Choices Today* para 16 jovens, dos 14 aos 17 anos e para os colaboradores 6 *workshops* sobre temas educativos e de desenvolvimento das crianças.

A atenção dada ao contexto económico e social desfavorável determinou a renovação e implementação de novas medidas de carácter extraordinário que visaram minorar os efeitos da crise, que, associadas às mais de 50 medidas de conciliação e equilíbrio que se encontram ao dispor dos colaboradores, continuam a distinguir o Santander Totta como Empresa Familiarmente Responsável.

A solidariedade continuou a fazer parte da agenda de iniciativas promovidas e apoiadas pela área de Recursos Humanos, com iniciativas que ocorreram ao longo do ano, em particular por ocasião da "Semana Somos Santander" e no Natal com 2 acções de recolha de alimentos, "Cabaz Solidário", destinada a apoiar instituições de carácter social e/ou famílias, sendo que foram já doados mais de 2.700 kg de alimentos.

Com o objectivo de reforçar valores como a colaboração e o trabalho de equipa, desenvolveu-se a iniciativa "Somos Santander Regiões". Durante 7 semanas, em equipa, os colaboradores de cada região do país prepararam uma apresentação sobre temas da sua região. No final, foi editado o jornal "Somos Santander Regiões" com uma compilação dos diversos trabalhos, que foi distribuído no primeiro dia da "Semana Somos Santander".

Uma vez mais foi realizada, em Junho, a "Semana Somos Santander", para celebrar, em equipa, o orgulho de pertencer ao Santander, com foco no reconhecimento pelo esforço e empenho de todos os que fazem parte do Santander Totta, uma oportunidade para consolidar o relacionamento entre as equipas, hierarquias e colaboradores.

Como já foi referido anteriormente, a promoção de hábitos de vida saudável junto dos colaboradores tem sido uma constante nos últimos anos expressa através das distintas iniciativas que têm sido implementadas e que mereceram o reconhecimento externo através da atribuição do prémio da GYM Factory "Por Um Mundo Mais Fitness" que distingue o Santander Totta *"Pelo desenvolvimento do sucesso organizacional através da promoção de estilos de vida saudáveis junto dos colaboradores e familiares".* Dando continuidade a esta orientação foi desenvolvido o programa "Caminhadas e Corridas" que decorreu entre Setembro e Dezembro, em Lisboa e Porto, e que contou com a participação de 68 colaboradores e familiares. Uma iniciativa que aliou a componente de solidariedade tendo o Banco entregue o valor total das inscrições ao Hospital D. Estefânia para a compra de um equipamento para o serviço de medicina física e reabilitação.

Tecnologia e Processos de Negócio

Integrada na Divisão Corporativa de Tecnologia e Operações, a área de Tecnologia e Processos de Negócio do Santander Totta é responsável pela disponibilização e gestão da infra-estrutura tecnológica e de processos do Banco, garantindo em permanência a adequação das plataformas de tecnologia (*hardware*, comunicações), de processos de negócio e controlo operativo para suportar de forma eficiente a actividade do Banco, com níveis de risco operativo e tecnológico controlados.

Durante 2014, foi assegurado um conjunto de projectos e iniciativas estruturantes nas diferentes áreas, com vista a prosseguir um processo contínuo de melhoria da eficiência operativa e aplicacional, optimização de custos, redução do risco tecnológico e de adaptação, em tempo oportuno, aos requisitos de negócio.

Manteve-se o desenvolvimento de projectos de carácter regulatório, nomeadamente, o aviso 5/2013, de redução de incidências, de estabilização e optimização da exploração dos recursos tecnológicos, bem como de aumento da disponibilidade dos serviços oferecidos pelo Banco, com particular incidência nos canais disponíveis na Internet e no *Mobile Banking*. Foi lançado um novo *site* institucional, que assenta numa plataforma nova com maior dinamismo, com alta disponibilidade, desempenho e segurança.

Foi implementada uma APP *Mobile* no *tablet* que possibilita a abertura de conta em 15 minutos e abre espaço para a inclusão de mais serviços bancários na referida APP.

Em conjunto com as áreas de negócio, foram iniciados programas estruturais com vista a melhorar as aplicações e processos ao nível da multicanalidade, negócio internacional e gestão documental e foi implementada a componente de "Watch List Management" integrada com a solução corporativa de *Anti-Money Laundering*.

Ficou concluído o processo de migração para o sistema operativo Windows 7, que integrou diversos projectos técnicos com vista a reduzir incidências e a manter o risco tecnológico das aplicações envolvidas em níveis adequados.

Na área de Processos de Negócio, foi realizado um conjunto de projectos que visaram a melhoria dos processos e o contínuo aumento da eficiência e melhoria do serviço ao cliente, assim como o cumprimento das normas emanadas, quer pelos reguladores, quer pelo Grupo. Salienta-se: (1) a optimização operativa e funcional da Rede Empresas; (2) a adaptação do *hardware* e *software* dos equipamentos da rede comercial para dar cumprimento à implementação da nova nota de 10 euros (2ª série), mantendo os equipamentos homologados pelo BCE; (3) a implementação de um novo processo que garante o cumprimento dos limites máximos definidos pelo Banco, no que concerne à concentração de património passivo; e (4) a implementação da regulamentação norte americana FATCA nomeadamente na identificação e documentação das respectivas entidades. Continua em curso a implementação do reporte e comunicação dos dados à Autoridade Tributária e Aduaneira.

O Departamento de Meios da Rede (DMR) tem vindo a actuar de forma sistemática, através de visitas e

acções periódicas junto das unidades de negócio, garantindo o cumprimento dos procedimentos instituídos e o normativo em vigor, identificando debilidades de controlo e funcionamento interno e promovendo várias acções mitigadoras, formativas, de apoio e melhoria.

No contexto de gestão da mudança, o DMR tem igualmente vindo a participar na definição da estratégia de implementação dos principais projectos ou melhorias relevantes promovendo, em articulação com outras áreas do Banco, o efectivo seguimento e acompanhamento junto da rede comercial, apoiando e formando os utilizadores para minimizar eventuais impactos.

No âmbito do seguimento operativo centralizado, tem vindo a ser efectuada uma revisão mensal sobre os principais aspectos de controlo operativo que devem ser assegurados pelas unidades de negócio da rede, visando a mitigação / minimização dos impactos em matéria de risco operacional.

Qualidade

A qualidade de serviço é um dos pilares do modelo de gestão do Santander Totta.

Num mundo em mudança e num mercado onde todos os "players" procuram a melhoria e a qualidade de serviço, nos últimos anos o Banco assumiu como objectivo a melhoria da experiência do cliente e a sua relação próxima com o Santander Totta, o que se reflectiu na evolução positiva dos indicadores de clientes.

Métricas e Indicadores de Gestão

Indicadores de Qualidade e Satisfação no Santander Totta	
Nº Balcões "5 Estrelas"	43% com classificação máxima
Nº de reclamações	Decréscimo de 28% em 2014 face a 2013
Clientes que recomendam o Banco*	94% dos Clientes
Indicador Meta 100 em Empresas	40% das Direcções de Empresas cumprem ou superam os objectivos

* Este atributo passou a ser questionado em escala de 1 a 10. Os resultados apresentados traduzem a percentagem de clientes com uma recomendação positiva ou seja, superior a 5.

Apoio ao Cliente	2013	2014
Índice de satisfação balcão de clientes particulares (1-10)	8,5	8,65
% de clientes particulares activos satisfeitos*	93,8	94,1
Índice de satisfação de gestor de clientes empresas (1-10)	8	8

* Este atributo passou a ser questionado em escala de 1 a 10. Os resultados apresentados traduzem a percentagem de clientes com uma recomendação positiva ou seja, superior a 5.

Em 2014, o Banco deu continuidade ao modelo de classificação por estrelas (modelo 5 estrelas) implementado nos balcões da rede de Particulares e Negócios. Estas estrelas são obtidas através de um conjunto de indicadores críticos quer de qualidade percebida quer de qualidade operativa. A percentagem de balcões com 5 estrelas passou de 27% no início do ano, para 43% no final de 2014, registando-se, também, uma evolução positiva com a redução da percentagem dos balcões com 2 estrelas (de 45% para 21%).

Na Rede Empresas foi também definido, à semelhança do modelo 5 estrelas nos balcões da rede de clientes particulares, um modelo que agrega indicadores de Banco e de Direcção Comercial. Cada Direcção de Empresas vai, a partir de 2015, ser classificada de acordo com um *rating* de satisfação com o objectivo de se atingir triplo A (AAA).

Do ponto de vista de serviços centrais e processos, 2014 foi o ano de estabilização do modelo de meta 100 dos serviços centrais, com 47 modelos definidos para outras tantas áreas e a promoção de um concurso para as áreas vencedoras.

Nos processos foi realizado um concurso assente numa visão transversal (de cliente) com a nomeação de um *process owner* e a constituição de equipas de trabalho para desenvolvimento de planos de acção específicos. Foram nomeados 15 processos para uma metodologia de melhoria assente na definição de objectivos e de uma sistemática para a definição de planos de acção.

Experiência do Cliente

A gestão da experiência dos clientes, com o objectivo de corresponder às suas expectativas, tornou-se num dos mais importantes factores diferenciadores no mercado bancário. Assim, a actividade foi desenvolvida no sentido de promover a melhoria das interacções dos clientes com os balcões. Realizaram-se cerca de 120 visitas, em que com base no modelo de qualidade se traçaram aspectos de melhoria e assumiram-se compromissos.

Deu-se continuidade, com a área de Recursos Humanos, ao programa de melhoria comportamental denominado "Be Up", aplicado em 70 balcões classificados em 2 e 3 estrelas, estabelecendo-se um plano de seguimento "no terreno" e com objectivos claros de melhoria. Os resultados atingidos foram, mais uma vez, muito positivos (mais de 60% dos balcões intervencionados subiram pelo menos um nível na classificação).

Escolha do Consumidor 2015

O Banco Santander Totta foi reconhecido com o prémio "Escolha do Consumidor 2015", na categoria dos grandes bancos. A "Escolha do Consumidor" é um estudo de referência, de avaliação do nível de satisfação e aceitabilidade de produtos e serviços que tem em conta os atributos mais valorizados pelos próprios consumidores.

Durante o ano, foi lançada a segunda e a terceira vaga do projecto "satisfação do cliente à saída do balcão". É utilizado um *tablet* onde o cliente responde qual o seu nível de satisfação relativamente a quatro atributos. O projecto teve uma excelente adesão quer ao nível dos clientes, com mais de 49 mil participações, quer ao nível da área comercial.

Os resultados obtidos no modelo de estrelas, no estudo corporativo "Benchmark" e nos vários prémios que o Banco ganhou são a expressão da melhoria da experiência que os nossos clientes tiveram no ano de 2014.

Certificação de Qualidade

A orientação ao cliente e a filosofia de melhoria contínua são conceitos que estão hoje bem presentes no dia-a-dia do Banco e nos modelos de qualidade que se têm vindo a implementar.

Em 2014, o sistema de gestão da qualidade foi novamente certificado e todos os requisitos da norma cumpridos.

Posicionamento face à Concorrência

Depois de uma tendência muito constante de subida, vaga após vaga desde 2011, no estudo de *benchmark*, o Santander Totta atingiu, na segunda vaga de 2014, o primeiro lugar face aos principais concorrentes. Confirmou-se, assim, a melhoria dos indicadores através de modelos de qualidade implementados.

Actividade Consolidada

Introdução

Num ano caracterizado por um enquadramento macroeconómico difícil e pela perturbação nos mercados financeiros nacionais, decorrente da aplicação, em agosto, da primeira medida de resolução bancária na União Europeia, o Santander Totta demonstrou uma forte capacidade de geração de resultados, um balanço solidamente capitalizado, sem necessidade de aumento de capital ou de qualquer ajuda pública, traduzindo-se em rácios de solvabilidade e de liquidez muito confortáveis, face aos valores mínimos exigidos.

O Santander Totta alcançou um resultado líquido de 193,1 milhões de euros, no final de 2014, aumentando de forma expressiva em comparação com 102,0 milhões de euros registados no período homólogo (+89,2%). Esta evolução reflectiu o aumento das receitas, salientando-se o crescimento da margem financeira e dos resultados de operações financeiras e a redução da necessidade de dotações para imparidades.

No ano em análise ocorreu uma receita extraordinária no valor de 32,0 milhões de euros, com a alienação de 51% da participação que a Santander Totta Seguros possuía nas empresas Aegon Santander Portugal Não Vida e na Aegon Santander Portugal Vida. Excluindo este resultado não recorrente, o resultado líquido seria de 161,1 milhões de euros, uma variação de +57,9% em relação ao período homólogo.

A carteira de crédito situou-se em 26,7 mil milhões de euros diminuindo 1,8% face ao ano anterior, em linha com a tendência evidenciada no sistema bancário, sendo de salientar, contudo, o aumento de 0,7% no crédito concedido a empresas que compara com um decréscimo acentuado no sistema.

O rácio de crédito em risco reduziu para 5,7%, comparativamente aos 5,9%, observados no final de 2013.

Os recursos de clientes ascenderam a 25,6 mil milhões de euros, uma variação de +3,7% face ao verificado no período homólogo, com evolução favorável dos depósitos e dos fundos de investimento comercializados.

O rácio de transformação, medido pelo peso do crédito líquido nos depósitos, alcançou 116,5%, no final de 2014, melhorando em relação aos 126,2% obtidos em 2013.

Os rácios de capital, de acordo com as regras da CRDIV/CRR, aplicáveis em 2014, registaram uma melhoria face ao final do ano anterior, com o rácio CET I a fixar-se em 15,1% (14,4% em 2013) e o rácio Tier I a situar-se em 16,5% (15,3% no final do ano anterior).

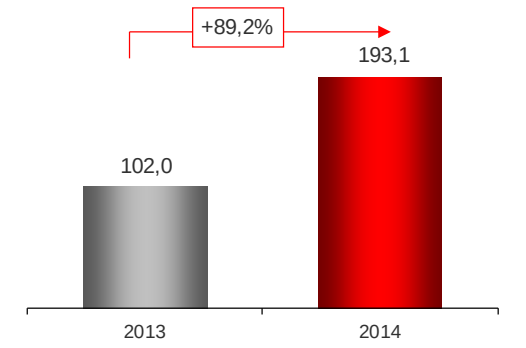
Em 2014, o Santander Totta regressou aos mercados internacionais através de duas emissões de obrigações hipotecárias: mil milhões de euros a 3 anos, com um cupão de 1,5% no final do primeiro trimestre, e 750 milhões de euros a 5 anos, com um cupão de 1,625%, no início de Junho. Em ambas as emissões a procura superou amplamente a oferta e os *spreads* foram de 88 e de 93 pontos base, a 3 e a 5 anos, respectivamente.

O financiamento líquido obtido junto do Eurosistema ascendeu a 3,8 mil milhões de euros, equivalente a uma redução de 0,7 mil milhões de euros (-15,6%) face ao período homólogo. A carteira de activos elegíveis como garantia nas operações de financiamento do Banco Central Europeu totalizou 12,3 mil milhões de euros.

A notação de risco do Banco Santander Totta continua a ser a melhor do sistema financeiro. No início de Julho, a Fitch reviu em alta o *rating* de curto e de longo prazo do Banco, passando o *outlook* de negativo para positivo. Os *ratings* da dívida de longo prazo do Banco em comparação com os da República Portuguesa são as seguintes: Fitch – BBB (Portugal – BB+), Moody's – Ba1 (Portugal – Ba1), S&P – BB (Portugal – BB) e DBRS – BBBH (Portugal – BBBL).

Resultado Líquido

Milhões de euros



Resultados

Demonstração de Resultados

Milhões de euros

	2014	2013 Proforma	2014/2013
Margem Financeira Estrita	**546,5**	**514,8**	**+6,2%**
Rendimento de Instrumentos de Capital	1,2	1,6	-24,6%
Margem Financeira	**547,7**	**516,5**	**+6,1%**
Comissões Líquidas e Outros Resultados da Actividade Bancária	256,9	290,3	-11,5%
Actividade de Seguros	13,8	18,9	-27,2%
Margem Comercial	**818,5**	**825,7**	**-0,9%**
Resultado de Operações Financeiras	149,4	27,3	>200%
Produto Bancário	**967,8**	**853,1**	**+13,4%**
Custos Operacionais	(494,6)	(472,6)	+4,7%
Resultado de Exploração	**473,2**	**380,5**	**+24,4%**
Imparidade e Provisões Líquidas	(221,7)	(242,6)	-8,6%
Res.de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Equiv.Patrimonial)	19,8	14,1	+40,7%
Resultado Antes de Impostos e Interesses Minoritários	**271,4**	**152,0**	**+78,5%**
Impostos	(78,2)	(49,9)	+56,7%
Resultado Após Impostos	**193,2**	**102,1**	**+89,2%**
Interesses Minoritários	(0,1)	(0,1)	+38,8%
Resultado Líquido	**193,1**	**102,0**	**+89,2%**

A margem financeira estrita atingiu 546,5 milhões de euros, no final de 2014, reflectindo uma subida de 6,2%, para a qual contribuiu a diminuição do custo de financiamento, em especial dos depósitos, não obstante os valores historicamente baixos das taxas de juro e do menor volume de crédito concedido.

As comissões líquidas e outros resultados da actividade bancária cifraram-se em 256,9 milhões de euros, com uma variação de -11,5%, em comparação com o montante registado em 2013, destacando-se o impacto decorrente de alterações regulamentares que limitaram administrativamente a capacidade de cobrança de comissões, principalmente a partir do terceiro trimestre de 2013, parcialmente compensado por um período maior de rendas cobradas dos imóveis do fundo de investimento imobiliário Novimovest, em simultâneo com custos inferiores com a avaliação ao valor de mercado desses imóveis.

A actividade de seguros cifrou-se em 13,8 milhões de euros, em comparação com 18,9 milhões de euros alcançados em 2013 (-27,2%). Esta variação é justificada principalmente pela anulação, em 2013, de custos com o cancelamento de contratos de resseguro, registados em 2012, os quais se verificou serem superiores ao necessário, na sequência de uma operação de resseguro extraordinária então ocorrida.

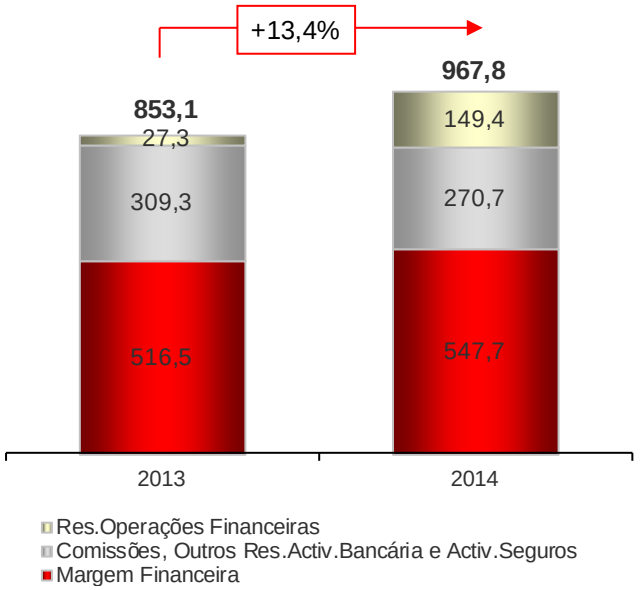
A margem comercial ascendeu a 818,5 milhões de euros, decrescendo 0,9% face ao ano anterior.

O resultado de operações financeiras situou-se em 149,4 milhões de euros, crescendo de forma significativa face ao período homólogo, principalmente devido à receita proveniente da venda da participação no negócio de seguros e de proveitos gerados na alienação de títulos, os quais foram parcialmente anulados pela constituição de provisões para reforço de balanço.

A evolução das receitas conduziu a um produto bancário de 967,8 milhões de euros, 13,4% acima do valor verificado no final de 2013, traduzindo os progressos obtidos na margem financeira e nos resultados em operações financeiras, que compensaram o decréscimo verificado nas comissões líquidas.

Produto Bancário

Milhões de euros



Os custos operacionais totalizaram 494,6 milhões de euros, com um acréscimo de 4,7%, face ao ano de 2013. Nos custos com pessoal observou-se uma subida de 4,4%, influenciada pelo englobamento dos encargos com a segurança social sobre o prémio de antiguidade. Os gastos gerais subiram 5,0%, justificados por alteração de política contabilística. As amortizações cresceram 5,0%, traduzindo o impacto do registo de uma amortização extraordinária, efectuada no primeiro semestre de 2014, na sequência da alteração da vida útil de aplicativo de *software* de 5 para 3 anos.

Custos Operacionais

Milhões de euros

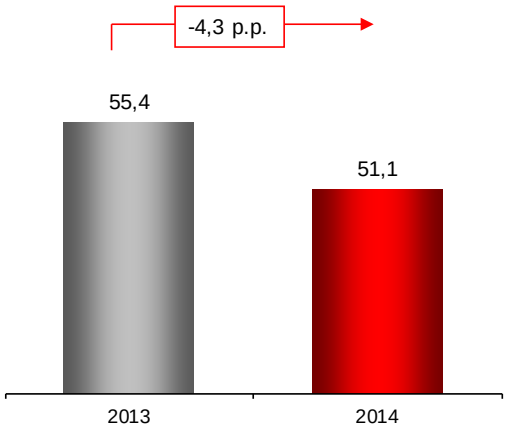
	2014	2013 Proforma	2014/2013
Custos com Pessoal	(284,4)	(272,3)	+4,4%
Gastos Gerais	(146,9)	(139,9)	+5,0%
Custos de Transformação	**(431,3)**	**(412,3)**	**+4,6%**
Amortizações	(63,3)	(60,3)	+5,0%
Custos Operacionais	**(494,6)**	**(472,6)**	**+4,7%**
Rácio de Eficiência (exclui amortizações)	**44,6%**	**48,3%**	**-3,7 p.p.**
Rácio de Eficiência	**51,1%**	**55,4%**	**-4,3 p.p.**

No final de 2014, o rácio de eficiência, que representa os custos operacionais em percentagem do produto bancário, alcançou 51,1%, conduzindo a uma melhoria de 4,3 p.p. face a 2013, indicando que o crescimento das receitas (+13,4%) situou-se acima do dos custos (+4,7%).

O resultado de exploração cifrou-se em 473,2 milhões de euros, acima dos 380,5 milhões de euros registados no período homólogo de 2013 (+24,4%).

Rácio de Eficiência

%



O Santander Totta apresentou uma evolução homóloga favorável nos indicadores de produtividade, com variações positivas no crédito, recursos e resultado líquido por colaborador e por ponto de atendimento, facto importante num enquadramento de redução de actividade.

Produtividade

	2014	2013	2014/2013
Crédito(1) por Colaborador	5,2	5,0	+2,4%
Recursos por Colaborador	4,8	4,4	+8,4%
Crédito(1) por Ponto de Atendimento(2)	46,8	44,3	+5,5%
Recursos por Ponto de Atendimento(2)	43,0	38,5	+11,8%
Resultado Líquido por Colaborador (mil euros)	35,9	18,2	+97,8%
Res. Líquido por Ponto de Atendimento (mil euros)(1)	325,0	159,4	+103,9%

(1) Inclui garantias

(2) Inclui balcões, centros de empresa e escritórios de representação

A dotação para imparidade e provisões líquidas ascendeu a 221,7 milhões de euros, comparando favoravelmente com 242,6 milhões de euros registados no período homólogo (variação de -8,6%). Esta evolução decorreu do abrandamento das novas entradas em crédito vencido, no seguimento da implementação de uma política conservadora de concessão de crédito e de uma eficiente metodologia de controlo e de seguimento de crédito vencido. O custo do crédito (medido pelo peso de imparidade, líquida de recuperações, no crédito total) atingiu 0,4% em termos anualizados, com tendência decrescente ao longo do ano.

O resultado de associadas reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial no valor de 19,8 milhões de euros, aumentou 40,7%, incorporando o resultado da participação no Banco Caixa Geral Totta de Angola, na Unicre-Instituição Financeira de Crédito, na Partang entre outras de menor relevância.

No final de 2014, o resultado antes de impostos e de interesses minoritários de 271,4 milhões de euros, apresentou um crescimento de 78,5%, em relação a 2013.

O Santander Totta registou um resultado líquido de 193,1 milhões de euros, no final do ano de 2014, comparando com 102,0 milhões de euros obtidos em 2013 (variação homóloga de +89,2%), correspondente a uma rentabilidade dos capitais próprios de 6,7%.

Balanço e Actividade

No final de 2014, o volume de negócio totalizou 53,3 mil milhões de euros, crescendo 0,6% em comparação com o valor registado no final de 2013.

O crédito (incluindo garantias e avales) diminuiu 2,1%, alcançando 27,8 mil milhões de euros, embora com a carteira de crédito a empresas a crescer 0,7% no último ano. Os recursos de clientes situaram-se em 25,6 mil milhões de euros, aumentando 3,7%, com os recursos de balanço a crescerem 4,7% e os fora de balanço 0,1%.

Volume de Negócio

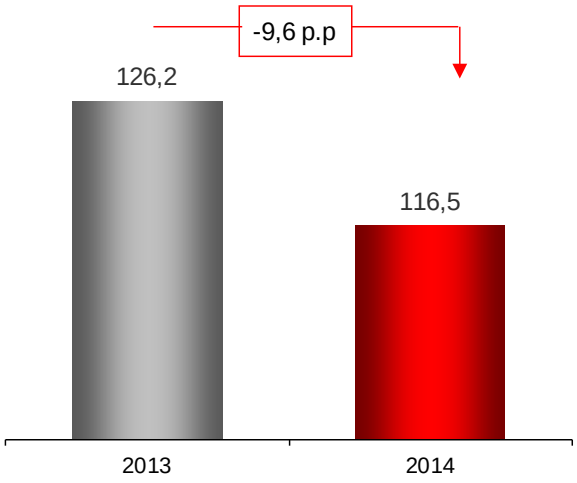
Milhões de euros

	2014	2013	2014/2013
Volume de Negócio	**53.331**	**53.000**	**+0,6%**
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	27.770	28.358	-2,1%
Recursos de Clientes	25.561	24.642	+3,7%

O rácio crédito/depósitos situou-se em 116,5%, em 2014 (rácio calculado de acordo com a definição estabelecida no Memorando de Entendimento), reduzindo 9,6 p.p. face aos 126,2% observados em 2013.

Crédito/Depósitos

%



Crédito

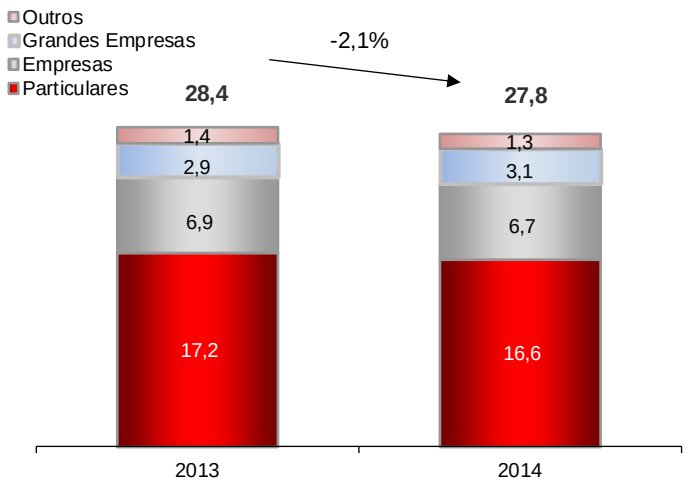
Milhões de euros

	2014	2013	2014/2013
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	**27.770**	**28.358**	**-2,1%**
Crédito Bruto	**26.686**	**27.173**	**-1,8%**
do qual			
Crédito a Particulares	16.635	17.164	-3,1%
do qual			
Habitação	14.794	15.276	-3,2%
Consumo	1.381	1.382	-0,1%
Crédito a Empresas	9.823	9.759	+0,7%

A carteira de crédito (incluindo garantias e avales) registou uma redução de 2,1%, no ano, num enquadramento de contracção do crédito concedido pelo sector bancário. No entanto, constata-se que o crédito a empresas tem aumentado gradualmente o seu peso na carteira, alcançando 9,8 mil milhões de euros, mais 0,7% face ao final do ano anterior. O crédito a particulares cifrou-se em 16,6 mil milhões de euros (variação homóloga de -3,1%), dos quais 14,8 mil milhões de euros de habitação. Apesar dos novos empréstimos concedidos para habitação terem subido 18,0% no último ano, este facto não compensou o valor das amortizações, pelo que a carteira desceu 3,2%.

CRÉDITO

Milhões de euros



No final de 2014, o rácio de crédito em risco alcançou 5,7%, que compara com 5,9% registado no período homólogo, mantendo-se significativamente abaixo da média do sistema bancário, e com cobertura por provisões de 75,9% (67,7% em Dezembro de 2013). O crédito reestruturado representou 9,4% do crédito total, acima dos 8,7% do período homólogo.

Indicadores de Crédito em Risco

	2014	2013	2014/2013
Credito Vencido s/ Clientes / Crédito Total	4,4%	4,0%	+0,4 p.p.
Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total	4,2%	3,7%	+0,5 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	4,2%	3,8%	+0,5 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	5,7%	5,9%	-0,1 p.p.
Crédito Reestruturado / Crédito Total	9,4%	8,7%	+0,8 p.p.
Crédito Reestruturado não incluído no Crédito em Risco / Crédito Total	6,8%	5,4%	+1,4 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido	99,6%	100,4%	-0,8 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido + 90 dias	103,4%	106,4%	-3,0 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	102,5%	104,7%	-2,1 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	75,9%	67,7%	+8,2 p.p.
Prémio de Risco	0,5%	0,4%	+0,1 p.p.
Custo de Crédito	0,4%	0,7%	-0,3 p.p.

O total de recursos de clientes, no final de 2014, aumentou 3,7% em relação ao valor alcançado em 2013.

Recursos

Milhões de euros

	2014	2013	2014/2013
Recursos de Clientes	**25.561**	**24.642**	**+3,7%**
Recursos de Balanço	20.480	19.565	+4,7%
Depósitos	20.346	19.271	+5,6%
Passivos representados por títulos colocados em clientes	134	294	-54,5%
Recursos fora de Balanço	5.082	5.077	+0,1%
Fundos de investimento geridos ou comercializados	1.414	1.212	+16,6%
Seguros e outros recursos	3.667	3.865	-5,1%

Os recursos de balanço situaram-se em 20,5 mil milhões de euros, representando 80,1% do total de recursos captados de clientes e crescendo 4,7% em termos homólogos, com os depósitos a aumentar 5,6%.

Os recursos fora de balanço atingiram 5,1 mil milhões de euros, com um acréscimo de 0,1% face a 2013. Os fundos de investimento comercializados pelo Banco evidenciaram um crescimento de 16,6%, compensando a diminuição dos seguros de capitalização e outros recursos (-5,1%).

Rácios de Solvabilidade

No final de 2014, o Banco apresentou rácios sólidos de capital, com o rácio CET I, de acordo com as regras CRD IV/CRR, para 2014, de 15,1%, muito superior ao valor mínimo exigido. O rácio CET I, *full implemented*, atingiu 13,3%.

Capital

Milhões de euros

	2014	2013	2014/2013
Common Equity Tier I	**2.464**	**2.426**	**+1,6%**
Tier I	2.704	2.583	+4,7%
Total Capital	2.704	2.583	+4,7%
Risk Weighted Assets (RWA)	**16.360**	**16.827**	**-2,8%**
CET I Ratio	**15,1%**	**14,4%**	**+0,7 p.p.**
Tier I Ratio	**16,5%**	**15,3%**	**+1,2 p.p.**
Total Capital Ratio	**16,5%**	**15,3%**	**+1,2 p.p.**

Introdução

Para o Santander Totta, a qualidade na gestão do risco constitui um eixo fundamental de actuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão tem sido um factor decisivo para a consecução dos objectivos do Banco.

Função de Gestão de Riscos

A função de Gestão de Riscos (FGR) é de âmbito transversal ao Santander Totta e está corporizada no Gabinete de Controlo / Função Gestão de Riscos (GCFGR).

Devido à elevada interligação entre sociedades do Grupo, com parte significativa das funções de medição e controlo de riscos asseguradas por serviços centrais de âmbito transversal, procedeu-se à adopção de uma óptica transversal e de serviço comum pela FGR a todas as instituições de crédito e sociedades financeiras directa ou indirectamente dominadas pela Santander Totta, SGPS, SA.

A função tem por missão geral a aplicação efectiva do sistema de gestão de riscos conforme o art. 16º do Aviso 5/2008 do BdP, visando avaliar a relevância dos riscos incorridos e o grau de eficácia das medidas adoptadas para o seu controlo, mitigação e superação. As linhas de orientação de Governo Interno do EBA de Setembro de 2011 (GL44) reforçaram o papel da FGR. O Regulamento de Requisitos de Capital (CRR) nº 575/2013 (EU) e a Directiva de Requisitos de Capital 2013/36/EU (CRDIV) constituíram o novo enquadramento jurídico necessário ao ajustamento do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado em Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro e republicado com as devidas alterações através do Decreto-Lei nº 157/2014. O artigo 115.º-M do novo RGICSF veio reforçar o papel da função de Gestão de Riscos na garantia da identificação, avaliação e reporte adequado de todos os riscos materiais, na participação da estratégia e decisão da gestão de riscos materiais e na independência e isenção de conflitos de interesses do responsável pela FGR. Ao nível da CMVM, o Decreto-Lei n.º 63-A/2013 alterou o Código de Valores Mobiliários e as exigências à gestão de riscos através da alteração ao artigo 305.º-B.

A FGR foi criada com o mais alto nível de independência, ou seja, sem responsabilidade directa sobre qualquer função de execução ou de controlo de primeira linha sobre as actividades a avaliar, ficando assim com capacidade para efectuar os seus próprios testes.

A Comissão Executiva conferiu a este órgão, os mais amplos poderes na sua aplicação, baseando a sua actividade na lei e na aplicação dos seguintes princípios e deveres:

- Acesso pleno a todas as actividades da instituição bem como a informação considerada relevante nomeadamente aos relatórios de auditoria;
- Independência relativamente às áreas avaliadas;
- Imparcialidade, integridade e objectividade;
- Reserva no uso da informação utilizada e das conclusões obtidas as quais, sem prejuízo dos deveres de informação às autoridades ou supervisores, devem ser apresentadas à Administração;
- Promoção de um adequado e eficiente nível de controlo interno extensível a toda a organização, tendo em consideração os diferentes riscos envolvidos, nomeadamente, os riscos de crédito, mercado, liquidez, cambial, taxa de juro, liquidação, operacional, tecnológico, cumprimento, reputacional e estratégico, sem prejuízo de outros que em juízo da instituição se possam revelar materiais;
- Efectuar a ligação entre a equipa local e as áreas corporativas com vista a determinar as melhores práticas e necessidades no que respeita ao desenvolvimento de novas ferramentas e à estimação dos parâmetros de risco;
- Realizar e apresentar ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal o relatório anual relativo à função de gestão de riscos nos termos regulamentares previstos;
- Realizar todos os relatórios e tarefas que a Administração estime como oportunos.

Em absoluta concordância com estas competências, o GCFGR foi criado na dependência directa da Comissão Executiva, o que lhe assegura também maior autonomia e liberdade no exercício das suas funções.

Está em aplicação pelo GFGR uma metodologia própria desenvolvida para avaliar o alcance e efectividade dos controlos e dos processos de mitigação do perfil de riscos, que se materializou num conjunto de testes ou verificações de requisitos formulados de forma específica para cada tipo de risco. Estes testes e requisitos foram inspirados nas recomendações efectuadas pelo Comité de Basileia e da European Banking Autorithy (EBA), Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission (COSO), Federal Reserve System (FED), Lei Sarbanes-Oxley (SOX), Financial Services Authority (FSA) e outras entidades normativas e reguladores.

Teve-se ainda presente o caso português, em especial a regulamentação sobre aspectos de controlo interno constante no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e documentação conexa como o Aviso 5/2008 do BdP e o Aviso Regulamentar 3/2008 da CMVM.

Como habitualmente, a actividade desenvolvida pela função de gestão de riscos é documentada num relatório próprio, de periodicidade anual, datando o último de Maio de 2014. Este documento destina-se a servir de apoio ao sistema de gestão de risco do Santander Totta, sendo muito relevante o acompanhamento dos controlos e a promoção do controlo interno, nomeadamente através de diversas acções que constam do referido relatório.

Salienta-se ainda que desde 2012, primeiro o Banco de Portugal com o apoio de auditores e consultores internacionais sob a supervisão da missão conjunta do Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia (FMI/BCE/EU), quer posteriormente, o Banco Central Europeu no âmbito da supervisão directa e conjunta com o Banco de Portugal têm vindo a confirmar a convicção da boa adequação das políticas, procedimentos e controlos instituídos pelo Santander Totta.

Risco de Crédito

Principais vectores da actividade

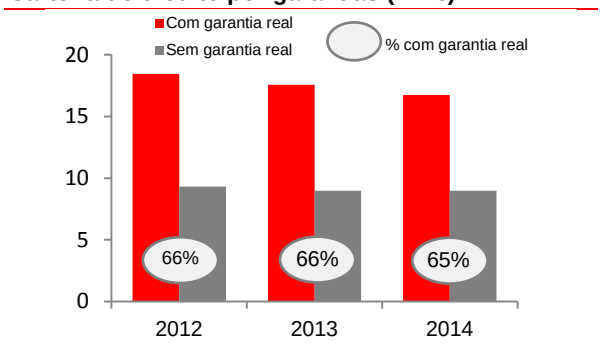
No exercício de 2014, a actividade da área de Risco de Crédito teve como vectores principais os seguintes:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento dos riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Reforço do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos, visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados intensificou-se a proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito e eventuais problemas na sua capacidade de reembolso;
- Esta actuação e o nível de qualidade creditícia dos clientes permitiu continuar a manter rácios de crédito vencido e de crédito em risco significativamente inferiores à média do sector. Por outro lado, intensificaram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco e implementaram-se melhorias nos processos com o objectivo de dar resposta aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida;
- Ao nível da função de seguimento de carteiras e clientes, manteve-se o foco permanente na vigilância de segmentos de menor *rating* e em sectores que estão a ser mais afectados pelo contexto macroeconómico com o objectivo de mitigar os rácios de crédito vencido. As permanentes revisões de todas as carteiras permitem concluir que a carteira está analisada com critérios adequados e o nível de imparidades estimado é, também, adequado;
- No decorrer do ano de 2014, foram implementadas várias medidas na gestão do processo de admissão de novos créditos com o objectivo de melhorar a qualidade de serviço aos clientes sempre que são apresentadas novas oportunidades de crédito;
- Nos riscos standardizados (ou não encarteirados), manteve-se o foco na manutenção da qualidade da carteira, actuando sobre a morosidade de gestão e o crédito vencido, continuando a disponibilizar um conjunto de produtos e soluções de reestruturação de dívida que permitam adaptar os encargos dos clientes à sua capacidade de reembolso e rendimento disponível actuais e futuros;
- Neste sentido estão definidas estratégias de admissão nos sistemas de decisão do Banco e utilizam-se sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos clientes;
- Ainda ao nível dos riscos standardizados, e tendo presente o objectivo da qualidade da carteira, o Banco procedeu à optimização dos modelos de decisão automática, nomeadamente *scorings* e sistemas comportamentais utilizados nos segmentos de Particulares e de Negócios;
- Por último, com o objectivo de reforçar o envolvimento comercial e *cross selling* dos clientes e em simultâneo potenciar a captação de novos clientes foram mantidas campanhas comerciais para o segmento Negócios, visando a produção de crédito novo e a retenção de clientes e operações em curso de forma a compensar a erosão natural desta carteira;
- Num cenário macroeconómico adverso com consequente aumento do crédito vencido, verificou-se um forte enfoque ao nível da actividade de recuperações reforçando a agilidade de intervenção. Destaque para a actividade ao nível de recuperações de gestão massiva mantendo simultaneamente um acompanhamento permanente dos casos especiais e dos judiciais/extrajudiciais;
- Manteve-se a política de reforço da negociação visando a obtenção de dações em pagamento em alternativa à actuação judicial;
- Modernização de área de Recuperações assente em desenvolvimentos informáticos cirurgicamente apontados pelos utilizadores como necessários e que visam o controlo do processo desde a entrada

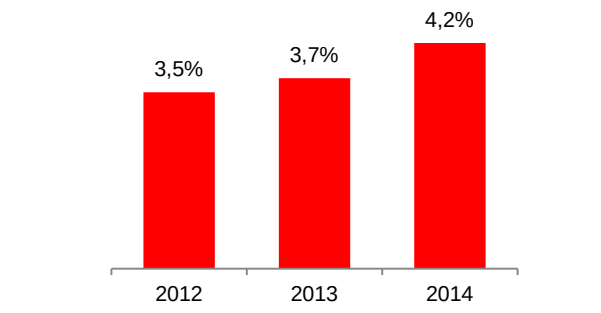
em recuperações, relação com os advogados e acção executiva;
- Mudança na metodologia de trabalho com a optimização dos vários processos. O objectivo é stressar o modelo, aumentando a eficiência dos recursos e a eficácia das acções para permitir antecipar a recuperação do crédito;
- Ao nível da gestão corporativa de riscos, manteve-se o foco permanente no conhecimento e acompanhamento da carteira de crédito, com vista a um rigoroso controlo do seu risco;
- Manteve-se, igualmente, a atenção nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de requerimento de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.

Indicadores

Carteira de crédito por garantias (MM€)



Evolução do rácio de crédito vencido > 90d



Modelo de risco

Introdução

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Santander Totta está especializada com base na tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados e clientes standardizados (não encarteirados).

- São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de banca de retalho. A avaliação do risco destes clientes é efectuada pelo analista e complementada com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco;
- São clientes standardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os riscos com particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de riscos especializados.

Métricas e ferramentas de medição do risco

Ferramentas de classificação (rating/scoring)

O Santander Totta utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação, correspondendo cada *rating* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas e complementado pela análise efectuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de banca minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efectuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que

entretanto tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exijam.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto de particulares como de negócios não encarteirados estão implementadas ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efectuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspectos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira, não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os factores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada. A perda esperada (ou perda provável) é considerada como mais um custo de actividade (reflectindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

O cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II), reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de factores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em morosidade e correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Exceptuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou banca maiorista global, o cálculo destes parâmetros é efectuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indirectos que decorrem da actividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

Ciclo do risco de crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais actuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Conselho Superior de Crédito (CSC). É o CSC que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância

relativa – é objecto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, etc.).

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de programas de gestão de crédito (PGC) onde se reflectem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rendibilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a actividade e a gestão de riscos associada.

Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander Totta. Este estudo consiste na análise da capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e rendibilidade. Adicionalmente, também se efectua um estudo e revisão do *rating* atribuído, sempre que se verifique um alerta ou evento que afecte o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objecto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rendibilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das acções desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está também especializada de acordo com a segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detectar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, acções destinadas a mitigá-los.

Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma actividade estratégica, integral e de negócio. Os objectivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negocial, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negocial não seja possível, a área de Recuperações procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial;
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A actividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares, Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta actividade é partilhada com as áreas de negócio.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efectuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo risco potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o ano de 2013, o valor presente das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) registou genericamente uma redução moderada, reflectindo a evolução das taxas de mercado de médio

e longo prazo. Relativamente à exposição com grupos financeiros, verificou-se a contratação de novas operações de cobertura de risco estrutural de taxa de juro, embora a exposição se mantenha relativamente reduzida, mantendo-se igualmente a aplicação de acordos de prestação de colateral (*ISDA Master Agreements/Credit Support Annex*).

Risco de Balanço

Controlo do risco de balanço

O controlo do risco de balanço incide sobre o risco proveniente da variação das taxas de juro e de câmbio, bem como sobre o risco de liquidez, resultantes dos desfasamentos nos vencimentos e na repreciação dos activos e passivos. A medição e o controlo do risco de balanço são assegurados por um órgão independente da gestão.

Metodologias

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através da modelação das posições de activos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco.

Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco baseados no valor patrimonial, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (*stress test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições actuais de balanço que constituem indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

O controlo dos riscos de balanço é garantido através da aplicação de uma estrutura de limites quantitativos que visam manter as exposições dentro dos níveis autorizados. Os limites incidem sobre os seguintes indicadores:

- Taxa de juro: sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial;
- Liquidez: cenários de *stress* e rácios de liquidez de curto prazo e estrutural.

Gestão do risco estrutural de balanço

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através de um modelo de análise dinâmica do risco de mercado do balanço, modelando a evolução no tempo dos factores de risco e das posições do banco sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. O modelo utilizado permite medir e controlar todos os factores de risco associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente, o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a exposição ao risco de taxa de juro dos agregados que constituem o balanço.

Face à incerteza na evolução dos níveis das taxas de juro para o ano de 2014, foi seguida uma política de manutenção da sensibilidade a níveis considerados adequados.

Risco da taxa de câmbio

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a sua cobertura na totalidade.

Risco de liquidez

A política de liquidez seguida pelo Grupo assenta num risco de liquidez baixo e na diversificação contínua das fontes de financiamento, perspectivando o volume e natureza dos instrumentos de financiamento, a utilizar para permitir a consecução e bom desenvolvimento do plano de negócio estabelecido.

Ao manter um perfil de risco conservador estamos muito mais protegidos relativamente a potenciais crises que afectem o meio envolvente.

A política do *mix* de financiamento tem sempre por base um nível de risco de liquidez adequado, de acordo com os limites estabelecidos, e será alvo de apreciação mensal em ALCO. Os limites para o risco de liquidez são estabelecidos por um órgão independente da gestão que de entre outros indicadores exige um volume razoável de activos líquidos disponíveis.

A gestão de liquidez é efectuada ao nível consolidado. A política de financiamento do Grupo toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

No final de 2014, o financiamento líquido obtido no Eurosistema cifrou-se em 3,8 mil milhões de euros, representando uma diminuição de 15,6% face ao valor observado no final de 2013, justificado pele melhoria do gap comercial e por duas emissões de obrigações hipotecárias no valor de mil milhões de euros (a 3 anos) e de 750 milhões de euros (a 5 anos), respectivamente, concretizadas no primeiro semestre do ano. Por sua vez, a carteira de activos elegíveis como garantia nas operações de financiamento junto do Eurosistema ascendeu a 12,3 mil milhões de euros, o que associado aos actuais níveis de utilização de fundos do BCE, já referidos, permite ao Banco manter níveis muito confortáveis de liquidez disponível.

A evolução favorável do gap comercial, com a subida significativa dos depósitos, em simultâneo com as emissões de obrigações hipotecárias conduziu a um aumento do peso relativo do financiamento a médio/longo prazo na estrutura de financiamento do Banco.

Risco de Mercado

Actividades sujeitas a risco de mercado

O perímetro de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos factores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados em que o Banco Santander Totta opera.

Em função da finalidade do risco, as actividades são segmentadas do seguinte modo:

- Negociação: Neste título inclui-se a actividade de serviço financeiro a clientes;
- Gestão de Balanço: Riscos decorrentes da actividade comercial do Grupo, nomeadamente o risco de taxa de juro e de liquidez resultante dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de activos e passivos.

Metodologias

Actividade de Negociação

A metodologia aplicada, no âmbito do Banco Santander Totta, para a actividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de simulação histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente, utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das alterações que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que permite identificar o impacto das variações das variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Medidas de calibração e contraste *(Backtesting)*

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *backtesting.* O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários “limpos” (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/esporádicos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Banco Santander Totta cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efectuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, entre outros.

Limites

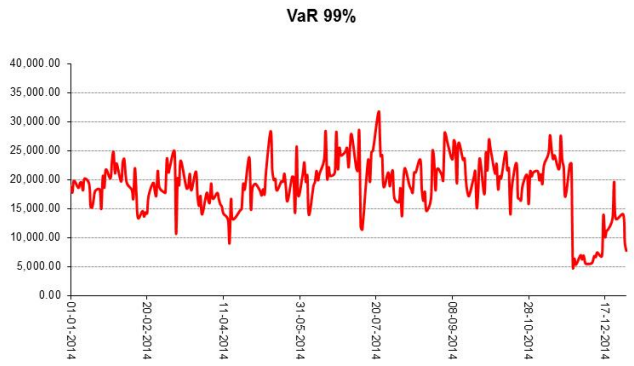
Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo

de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objectivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas *(loss triggers)*, permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima *(stop loss)*, a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR durante o ano

A evolução do risco relativo à actividade de negociação nos mercados financeiros durante o ano de 2014, quantificado através do VaR, é a seguinte:



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre os 5 mil euros e os 32 mil euros.

Risco Operacional

Definição e objectivos

O Santander Totta define o risco operacional como "o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas". Diferencia-o de outro tipo de riscos, por não estar associado a produtos ou negócio, mas que se encontra presente nos processos e/ou activos, e é gerado internamente (pessoas, sistemas, etc.) ou como consequência de riscos externos como por exemplo actuação de terceiros ou catástrofes naturais.

O objectivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional está direccionado na identificação, medição, avaliação, controlo e mitigação desse risco.

A abordagem prioritária é, portanto, identificar e eliminar focos de risco, independentemente de se terem produzido perdas ou não. A sua medição também contribui para o estabelecimento de prioridades na gestão do risco operacional.

Para o cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, o Grupo optou numa primeira fase pelo Método Standard previsto no normativo de BIS II.

Modelo de gestão

O modelo organizativo de controlo e gestão resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

É praticada uma supervisão e controlo do risco operacional, através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva inclui de forma periódica o tratamento de aspectos relevantes na gestão e mitigação do risco operacional.

A gestão e controlo do risco operacional são parte das responsabilidades de todas as áreas, uma vez que são elas que têm um maior conhecimento dos processos, assim como dos pontos susceptíveis de ocasionar exposições importantes de risco operacional. São acompanhadas por uma área central, responsável pela implementação e seguimento do projecto através do respectivo controlo e supervisão.

As diversas etapas do modelo de gestão permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as actividades, produtos, processos e sistemas do banco;
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objectiva, continuada e coerente com os *standards* de Basileia II, definir objectivos e analisar o perfil de risco de acordo com os respectivos limites;
- Realizar um seguimento contínuo das exposições ao risco operacional com o objectivo de detectar níveis de risco não assumidos;
- Implementar procedimentos de controlo, melhorando o conhecimento das causas de risco assim como as respectivas implicações;
- Estabelecer medidas de mitigação que eliminem ou minimizem o risco operacional.

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:

- Permite uma gestão integral e efectiva do risco operacional (identificação, medição/ avaliação, controlo/ mitigação e informação);
- Traduz-se numa melhoria do conhecimento dos riscos operacionais, tanto efectivos como potenciais, e o seu enquadramento nas linhas de negócio e de suporte;

- A informação de risco operacional contribui para melhorar os processos e os controlos, reduzir as perdas e a volatilidade das receitas;

Anualmente são estabelecidos limites de risco operacional. É igualmente estabelecido um apetite de risco, o qual deve sempre situar-se no perfil baixo/médio-baixo.

Risco de Cumprimento e Reputacional

O risco de cumprimento é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos para a instituição, com projecção nos resultados ou no capital, decorrentes da violação de normas jurídicas, determinações específicas, obrigações contratuais, regras de conduta e de relacionamento com clientes, princípios éticos e práticas instituídas, relativas à actividade desenvolvida, que se materializem, designadamente, em sanções de carácter legal ou regulatório, afectação das oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou impossibilidade de exigência do cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros.

Por sua vez, entende-se por risco de reputação a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a Instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma percepção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

A política do risco de cumprimento e reputacional tem por finalidade a gestão dos mesmos, tal como definidos nos parágrafos anteriores, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, detecção e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspectos que decorrem do que fica exposto, a política global relativa ao risco de cumprimento e reputacional abrange, designadamente, os instrumentos abaixo identificados que se referem pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco:

- Valores corporativos;
- Política de cumprimento;
- Prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;
- Códigos de conduta;
- Políticas de comercialização e seguimento de produtos;
- Política de riscos financeiros;
- Política de qualidade;
- Política de tratamento e protecção de dados pessoais;
- Monitorização e seguimento de novos normativos;
- Articulação com as autoridades de supervisão e seguimento de acções por elas desenvolvidas;
- Política de formação de colaboradores;
- Políticas de responsabilidade social e defesa do ambiente.

O Resultado Líquido do Exercício, em termos individuais e referente ao ano de 2014, foi de € 2.307.920,09 (dois milhões trezentos e sete mil novecentos e vinte euros e nove cêntimos) e o Resultado Consolidado em 2014 foi de € 193.061.416 (cento e noventa e três milhões sessenta e um mil quatrocentos e dezasseis euros).

Assim, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação de resultados:

- Reserva Legal: € 230.792,01(duzentos e trinta mil setecentos e noventa e dois euros e um cêntimo);
- Distribuição de Dividendos: € 2.071.610,18 (dois milhões setenta e um mil seiscentos e dez euros e dezoito cêntimos);
- Resultados Transitados: € 5.517,90 (cinco mil quinhentos e dezassete euros e noventa cêntimos).

O Conselho de Administração propõe ainda à Assembleia Geral, por se encontrarem reunidas as condições legais para o efeito, uma distribuição de dividendos extraordinária, no montante de € 84.817.639,80 (oitenta e quatro milhões oitocentos e dezassete mil seiscentos e trinta e nove euros e oitenta cêntimos), de resultados transitados.

Lisboa, 23 de Abril de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prevenção de Branqueamento de Capitais

O Banco Santander Totta desenvolve a sua actividade comercial seguindo políticas e aplicando critérios de prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, em conformidade com a legislação em vigor.

O Banco aplica procedimentos em linha com o normativo legal, tendo efectuado a adaptação do sistema ao Aviso do Banco de Portugal nº 5/2013, cumpre com os deveres determinados pela Lei, dispõe de uma estrutura orgânica assignada exclusivamente à prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que se encontra integrada na Direcção de Coordenação de Cumprimento e Assuntos Institucionais. O quadro de pessoal está formado e é regularmente actualizado nesta matéria para detectar as situações de eventual risco e efectuar de imediato as comunicações ao órgão competente quando se justifiquem, dispõe de aplicações informáticas para a movimentação atípica e para avaliar as transacções que se enquadram em tipologias de risco tendo em vista a eventual comunicação às Autoridades, e dispõe de automatismos informáticos para relevar clientes de risco alto a fim de aplicar medidas de diligência reforçada. Anualmente o sistema é objecto de auditoria.

As unidades sedeadas no exterior são seguidas pela estrutura central sediada na sede através de visitas ou de controlo centralizado, é efectuada a comprovação do funcionamento dos sistemas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo. Estas unidades aplicam os procedimentos instituídos no Banco ou o normativo legal do país, caso este seja mais exigente.

Dando cumprimento ao determinado no Aviso do Banco de Portugal nº 9/2012 o Banco Santander Totta elaborou o correspondente Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo relativo ao período entre 1 de Junho de 2013 a 31 de Maio de 2014, o qual uma vez aprovado pelo Conselho de Administração foi dirigido ao Banco de Portugal.

Por outro lado o Banco, dando cumprimento à Instrução do Banco de Portugal nº 46/2012, procedeu à elaboração do Questionário de Auto Avaliação em matéria de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo relativo ao período de 1 de Novembro de 2013 a 30 de Novembro de 2014 e ao envio do mesmo ao Banco de Portugal, previamente aprovado em Comissão Executiva.

Estrutura Accionista

Accionista	Nº acções	%
Santusa Holding SL	196.996.017.344	99,85%

Movimento de Acções Próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 15 de Maio de 2014, a Santander Totta SGPS, S.A. directamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir acções próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de Dezembro de 2013, a Santander Totta SGPS detinha 70.802.859 acções próprias correspondentes a 0,036% do seu capital social. Durante o ano 2014, a Santander Totta SGPS comprou 10.473.249 acções próprias, correspondente a 0,005% do seu capital social, fechando ano com um total de 81.276.108 acções próprias.

A aquisição está inserida na política geral da Santander Totta SGPS, no sentido de adquirir acções de accionistas fora do Grupo Santander que as queiram vender.

TRANSACÇÃO COM ACÇÕES PRÓPRIAS EM 2014

	Número de acções	Preço médio unitário (€)	Valor Contabilístico (€)	% no Capital Social
Saldo em 31/12/2013	**70.802.859**	**0,02**	**1.522.949**	**0,036%**
Aquisição de acções	10.473.249	0,02	233.677	0,005%
Alienação de acções	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2014	**81.276.108**	**0,02**	**1.756.626**	**0,041%**

Estrutura Orgânica por Pelouros

António Vieira Monteiro

Presidência, Função Gestão de Riscos e Auditoria

Gabinete da Presidência – Sebastião Beltrão
Controlo/Gestão de Riscos – Manuel Aragão
Auditoria Interna – Miguel Ruiz

Riscos – Alfredo Diez[2]

Gestão Corporativa de Riscos – Jesus Garcia
Metodologia de Riscos – Inês Furtado
Riscos de Crédito – Amílcar Lourenço
Riscos de Mercado e Estruturais – Cláudia Correia
Riscos Não Financeiros – Esther Casillas

Contabilidade e Controlo de Gestão – Ignacio Centenera[1]

Contabilidade – Graça Vale
Controlo de Gestão – Luís Capitão Mor
Controlo Interno – Américo Domingues

Recursos Humanos, Organização e Custos – Nuno Costa[1]

Recursos Humanos – Isabel Viegas
Imóveis, Serviços Gerais e Segurança – Luís Morais
Optimização de Custos e Compras – Mário Paulino
Organização, Produtividade e Eficiência – Miguel Neves

José Carlos Sítima

Jurídica e Cumprimento

Assessoria Jurídica do Negócio – João Gomes da Silva
Assuntos Institucionais e Cumprimento – João Labareda
Inspecção – João Mendes

Recuperações e Desinvestimento – José Carlos Ribeiro[2]

Recuperações – Mário Rodrigues Santos
Desinvestimento – Jacinto Galante

[1] Director Agregado da Comissão Executiva
[2] Adjunto da Administração

Luis Bento dos Santos

Qualidade, Comunicação, Estudos, Universidades e *Public Policy*

Qualidade – Abel Bernardes
Imagem e Comunicação Interna – Rui Santos
Comunicação Externa Institucional– João Velez
Relações Públicas e Eventos – Cristina Carvalho
Relação com Accionistas – José Pacheco
Economic Research – Rui Constantino
Universidades – Marcos Ribeiro
Public Policy – António Terra da Motta

José Leite Maia

Banca de Retalho

Particulares e Negócios Norte – Manuel Cerejeira Castro
Particulares e Negócios Sul – Sofia Frère
Controlo e Dinamização de Rede de P&N – Paulo Lourenço
Apoio à Rede de Particulares e Negócios – Pedro Louceiro
Private Banking – Luís Santos
Promotores e Mediadores Imobiliários – José Alberto Moura
Controlo de Irregulares – Jorge Mogo
Internacional - Residentes Estrangeiro – António Carneiro

Pedro Castro e Almeida

Empresas – Paulo Natal[2]

Empresas Norte – Paulo Costa
Empresas Sul – António Velez do Peso
Controlo e Dinamização da R. Empresas – Mota Veiga
Gestão e Coordenação com Riscos – Marcos Heitor
Negócio Internacional – Pedro Correia
Crédito Predial/Fomento Construção – António Fontes
Clientes Institucionais – Pedro Fialho

Banca Global e Mercados – João Veiga Anjos[2]

Corporate and Investment Banking – João Veiga Anjos
Financing Solutions & Advisory – Cristina Melo Antunes
Global Transaction Banking – Hélder Gomes
Tesouraria – Alexandra Gomes
Middle Office e Controlo GBM – António Rebocho
Active Credit Portfolio Management and Financial Control – José Viegas
Financial Institutions Group – Carlos Ramalho

João Baptista Leite

Tecnologia e Operações

Tecnologia e Sistemas de Negócio – Elsa Graça
Operações – Luís Alves
Integração de Dados e Informação – Otília Casquilho

Manuel Preto (*)

Financeira – Miguel Carvalho[2]

Financeira – Miguel Carvalho

Inteligência Comercial – Joaquim Filipe[2]

Estratégia e Gestão Multicanal – Isabel Guerreiro
Segmento *Mid & Mass Market* – Luis Coito
Segmento Select – Jorge Alcobia
Segmento de Negócios e Empresas – Inês Oom de Sousa
Desenvolvimento de Clientes e CRM – Sara Fonseca
Inovação, Optimização e Agilidade Comercial – Miguel Paixão

(*) Coadjuva o Presidente da Comissão Executiva na área de Inteligência Comercial
(**) Assume também as relações com as áreas de Seguros e de Gestão de Activos

[2] Adjunto da Administração

José Manuel Elias da Costa (**)

Produtos e Marketing – Armindo Escalda[2]

Produtos e Serviços de Particulares – Cláudia Barrocas
Produtos e Serviços de Empresas – Jorge Gaspar
Meios de Pagamento – Paula Resende
Marketing – José Saks

Funções exercidas pelos Membros do Conselho de Administração do Santander Totta noutras sociedades

As principais actividades que os membros do Conselho de Administração das sociedades SANTANDER TOTTA, SGPS, SA e BANCO SANTANDER TOTTA, SA, desempenham fora das sociedades, significativas em relação às mesmas, traduzem-se no exercício das seguintes funções, nas seguintes sociedades:

Nome	Sociedade	Função exercida
António Basagoiti Garcia-Tuñón	Banco Santander, S.A (Espanha).	Vogal da Comissão Delegada de Riscos do Conselho de Administração, da Comissão Internacional e da Comissão de Tecnologia, Produtividade e Qualidade
	Fundación Santander	Membro Patronato
	Fundación Banesto Sociedad y Tecnologia	Presidente (1)
	Fundación Cultural Banesto	Presidente (1)
	Fundación Eugenio Rodriguez Pascual	Presidente
	Fundación Príncipe de Asturias	Patrono e Membro do Júri do prémio da Concordia
	A.T. Kearney	Membro Externo do Conselho Consultivo
	Círculo de Empresários	Membro da Junta Directiva
	Real Asociación Amigos del Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia	Membro
	Fundación Amigos del Museo del Prado	Membro
	Real Club Náutico de Calpe	Vice-Presidente Económico
	Fundación Silos	Patrono
António José Sacadura Vieira Monteiro	Portal Universia Portugal, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova	Membro do Conselho Geral
	Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola	Vice-Presidente da Junta Directiva
	Vieira Monteiro, Lda.	Gerente
José Manuel Alves Elias da Costa	Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, SA	Presidente do Conselho de Administração (2)
José Carlos Brito Sítima	Portal Universia Portugal, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
	Partang, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Portal Universia Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Virtualteorema – Estágios Digitais Unipessoal, Lda.	Gerente (3)
	Casa da América Latina	Vice-Presidente
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

(1) Cessou funções em 10/07/14
(2) Eleito em 25/07/14
(3) Cessou funções em 2/10/14

Nome	Sociedade	Função exercida
Manuel António Amaral Franco Preto	Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
	Serfin International Bank & Trust	Administrador
	Taxagest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Presidente do Conselho de Administração (1)
	Santotta – International, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda	Gerente
	Totta & Açores Financing, Ltd.	Administrador
	Totta Ireland, Plc	Administrador
	Partang, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
João Baptista Leite	UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	SIBS – Forward Payment Solutions, S.A.	Vogal do Conselho de Administração (2)
	SIBS, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração (2)
José Urgel Moura Leite Maia	Associação dos Amigos de Recife	Presidente do Conselho Fiscal
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Presidente do Conselho de Administração (3)
	Trem – Aluguer de Material Circulante, ACE	Vogal do Conselho de Administração (4)
	Trem II – Aluguer de Material Circulante, ACE	Vogal do Conselho de Administração
	Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE	Presidente do Conselho de Administração
	SIBS – *Forward Payment Solutions*, S.A.	Vogal do Conselho de Administração (5)
	SIBS – SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração (5)
Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha	Fundação de Serralves	Vice-Presidente
	SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social	Presidente
	Galp Energia, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	Fundação Centro Cultural de Belém	Vice-Presidente do Conselho Directivo (6)
	Universidade Nova de Lisboa	Professor
Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro	Clube do Autor, S.A.	Administrador

(1) Passou de Vogal a Presidente
(2) Eleito em 31/01/14
(3) Cessou funções em 24/07/14
(4) Cessou funções em 23/12/14
(5) Cessou funções em 14/01/14
(6) Cessou funções 3/12/14

Movimentos de Acções e Obrigações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento 5/2008 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao ano de 2014, foram os seguintes:

Nome	Títulos	Posição 31/12/13	Movimentos em 2014				Posição 31/12/14
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (€)	
João Baptista Leite	Obrigações BST – Caixa EUA - Cx	820	30/06/14		820	50	0
	Obrig. BST – Caixa Rendimento América Latina TOP 3	400	31/12/14		400	50	0

I - Introdução

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

1. A Santander Totta, SGPS tem por objecto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividades económicas, e encontra-se sedeada em Portugal

2. O capital social da sociedade é detido em 99,848% pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa Holding, SL.

3. As acções representativas do capital são todas das mesmas espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respectivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

   Não há, consequentemente, acções privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das acções, que é totalmente livre.

   Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

4. Sem embargo do exposto no número anterior, nos termos estatutários, é atribuído um voto a cada cem acções.

   Para que os accionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito das acções em intermediários financeiros até ao terceiro dia útil anterior à data de realização da mesma.

5. A Sociedade não tem conhecimento de qualquer acordo parassocial que tenha sido celebrado entre accionistas.

6. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do CSC.

   São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 413º, nº 1 al. b e nº 2c do CSC.

   Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

   O Conselho de Administração integra uma Comissão Executiva na qual estão delegados todos os poderes permitidos pelo art. 407º, nº 4, do CSC.

   O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respectivo Presidente ou por dois Administradores.

   Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

   Não estão também definidos regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

7. A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente dos negócios e pela representação da Sociedade. Reúne sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por outros dois dos seus membros, seguindo continuadamente a evolução dos negócios sociais, nomeadamente através da análise dos projectos em curso ou a desenvolver, bem como dos resultados atingidos.

8. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição accionista da Sociedade ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

   Doutra parte, não existem acordos que confiram aos titulares da Administração direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Sociedade resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

II. Remuneração

Política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), é aprovada a proposta de política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Santander Totta, SGPS, S.A. (a "Sociedade"), a vigorar no ano 2014, a propor à reunião anual da Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício de 2013, nos termos seguintes:

A. Enquadramento

A política remuneratória da Sociedade enquadra-se nas directrizes definidas pelo accionista de referência da Sociedade para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no sector. O Grupo Santander detém mais de 99% do capital da Sociedade.

A política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização é anualmente revista e aprovada. Na respectiva definição foram formuladas propostas e preparadas recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo da Sociedade.

A Comissão de Vencimentos tem a seguinte composição:

D. António Basagoiti Garcia – Tuñón – Presidente do Conselho de Administração
Professor Doutor Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha – Presidente do Conselho Fiscal

B. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objectivos:

- Assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- Manter uma componente fixa equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à realização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos.

Acresce que o Grupo contou com a assistência da consultora Towers Watson na definição da sua política de remuneração.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na nova regulamentação portuguesa.

C. Princípios Orientadores da Política de Remuneração na Santander Totta, SGPS, S.A.

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza, transparência e alinhamento com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- Consistência com uma gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e a conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios preserva, e dos seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente através: i) da criação de limites máximos para as componentes da remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) do diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável; iii) do pagamento de parte da remuneração variável em instrumentos financeiros;
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adoptadas.

D. Componentes da Política de Remuneração

D.1. Aspectos gerais

Os administradores da Sociedade são remunerados por outras sociedades do Grupo Santander, na sua concomitante qualidade de administradores destas e de acordo com os princípios antecedentes.

O desempenho dos administradores é avaliado, em termos globais, pelo conjunto das funções exercidas no Grupo Santander e concretamente nas sociedades onde desempenham funções executivas de qualquer natureza.

Os membros do órgão de fiscalização auferem apenas remuneração fixa cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal.

D.2. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Santander Totta, SGPS, S.A.

Os montantes pagos aos administradores e aos membros do órgão de fiscalização, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, totalizam, na presente data, o valor global de 3,3 milhões de euros.

E. Benefícios

A Sociedade não atribui aos administradores executivos, directa ou indirectamente quaisquer planos complementares de reforma ou seguros de vida, para além daqueles que lhes foram atribuídos pelo Banco Santander Totta, S.A., por aí desempenharem funções idênticas.

F. Aspectos complementares

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2014.

Atento o disposto no número 5 do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não é previsível que, durante o ano 2014, venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

G. Cumprimento das políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

Esta política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo da Sociedade.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por parte fixa e parte variável, bem como a articulação destas

duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II do referido Aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância da Sociedade estar integrado no Grupo Santander, que dele detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais, por sua vez e atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

III. Política de Remuneração para 2015

A política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Santander Totta SGPS, SA, para o ano de 2015, será objecto de deliberação na Assembleia Geral Anual, em cumprimento do artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e do artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012).

Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração da Santander Totta, S.G.P.S., S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

"Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o Relatório de gestão, as Contas anuais, a Certificação legal das contas e demais documentos de prestação de contas da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., todas relativas ao exercício de 2014, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam".

Conselho de Administração

António Basagoiti Garcia-Tuñón
Presidente

António José Sacadura Vieira Monteiro
Vice-Presidente

José Carlos Brito Sítima
Vogal

José Manuel Alves Elias da Costa
Vogal

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
Vogal

Declaração do Conselho Fiscal sobre a Conformidade da Informação Financeira Apresentada

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho Fiscal da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

"Declaro nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o Relatório de gestão, as Contas anuais, a Certificação Legal das Contas e demais documentos de prestação de contas da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., todas relativas ao exercício de 2014, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o Relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam".

Conselho Fiscal

Presidente: Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Vogais: Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro

Demonstrações Financeiras Consolidadas

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2014 Valor antes de Imparidade e Amortizações	2014 Imparidade e Amortizações	2014 Valor líquido	2013 (proforma) Valor líquido	1 de Janeiro de 2013 (proforma) Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	830 475	-	830 475	337 841	352 365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	241 218	-	241 218	552 921	385 323
Activos financeiros detidos para negociação	7	2 289 131	-	2 289 131	1 946 394	2 259 805
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	2 278 634	-	2 278 634	2 314 561	2 357 988
Activos financeiros disponíveis para venda	9	7 075 108	62 888	7 012 220	4 724 053	3 989 822
Aplicações em instituições de crédito	10	1 220 917	-	1 220 917	3 270 973	3 097 422
Crédito a clientes	11	26 685 639	1 161 618	25 524 021	26 095 503	26 942 387
Derivados de cobertura	12	195 035	-	195 035	199 427	284 850
Activos não correntes detidos para venda	13	332 645	124 431	208 214	207 333	206 850
Propriedades de investimento	14	420 239	-	420 239	467 949	-
Outros activos tangíveis	15	748 322	451 118	297 204	316 934	335 078
Activos intangíveis	15	387 764	355 345	32 419	56 617	68 976
Investimentos em associadas	16	208 692	1 500	207 192	147 730	142 994
Activos por impostos correntes	17	15 136	-	15 136	70 685	4 903
Activos por impostos diferidos	17	472 571	-	472 571	557 513	654 859
Provisões técnicas de resseguro cedido	18	33 121	-	33 121	50 573	59 584
Outros activos	19	290 193	24 806	265 387	234 234	257 105
Total do Activo		43 724 840	2 181 706	41 543 134	41 551 241	41 400 311

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2014	2013 (proforma)	1 de Janeiro de 2013 (proforma)
Passivo				
Recursos de bancos centrais	20	4 406 312	6 241 410	5 837 242
Passivos financeiros detidos para negociação	21	1 943 360	1 566 789	1 979 728
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	22	3 403 409	3 592 776	4 065 110
Recursos de outras instituições de crédito	23	4 029 757	4 173 625	1 947 240
Recursos de clientes e outros empréstimos	24	20 345 997	19 271 178	19 659 923
Responsabilidades representadas por títulos	25	2 892 831	2 436 432	3 661 225
Derivados de cobertura	12	133 690	370 684	455 911
Provisões	26	103 394	64 589	76 250
Provisões técnicas	18	320 162	373 986	388 557
Passivos por impostos correntes	17	31 623	15 548	92 388
Passivos por impostos diferidos	17	147 374	61 845	79 769
Instrumentos representativos de capital	27	105 128	135 081	-
Outros passivos subordinados	25	-	-	-
Outros passivos	28	317 977	328 547	389 619
Total do Passivo		38 181 014	38 632 490	38 632 962
Capital próprio				
Capital	29	1 972 962	1 972 962	1 972 962
(Acções próprias)	29	(1 757)	(1 522)	(1 089)
Reservas de reavaliação	29	(311 745)	(622 217)	(751 625)
Outras reservas e resultados transitados	29	912 446	906 004	758 435
Dividendos antecipados		-	-	(35 000)
Resultado do exercício atribuível aos accionistas da ST SGPS	30	193 061	102 027	250 198
Capital próprio atribuível aos accionistas da ST SGPS		2 764 967	2 357 254	2 193 881
Interesses que não controlam	31	597 153	561 497	573 468
Total do Capital Próprio		3 362 120	2 918 751	2 767 349
Total do Passivo e do Capital Próprio		41 543 134	41 551 241	41 400 311

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2014	2013 (proforma)
Juros e rendimentos similares	33	1 197 051	1 276 427
Juros e encargos similares	34	(650 525)	(761 578)
Margem financeira		546 526	514 849
Rendimentos de instrumentos de capital	35	1 222	1 622
Rendimentos de serviços e comissões	36	332 357	372 017
Encargos com serviços e comissões	37	(60 542)	(55 552)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	38	(244 525)	19 857
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	39	306 046	4 534
Resultados de reavaliação cambial	40	5 440	4 048
Resultados de alienação de outros activos	41	82 399	(1 091)
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	42	19 340	16 245
Margem bruta da actividade de seguros	42	(5 560)	2 686
Outros resultados de exploração	43	(14 879)	(26 127)
Produto bancário		967 824	853 088
Custos com o pessoal	44	(284 429)	(272 337)
Gastos gerais administrativos	45	(146 874)	(139 916)
Amortizações do exercício	15	(63 309)	(60 298)
Provisões líquidas de anulações	26	(75 272)	(5 501)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	26	(111 206)	(197 039)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	26	(1 160)	(3 155)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	26	(34 012)	(36 894)
Resultados de associadas	46	19 791	14 069
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam		271 353	152 017
Impostos			
Correntes	17	(52 316)	(37 152)
Diferidos	17	(25 834)	(12 736)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		193 203	102 129
Interesses que não controlam	31	(142)	(102)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas da ST SGPS		193 061	102 027
Acções em circulação	30	197 225 004 483	197 244 041 422
Resultado por acção básico e diluído (em Euros)	30	0,0010	0,0005

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31 de Dezembro de 2014		31 de Dezembro de 2013 (proforma)	
	Atribuível aos accionistas da ST SGPS	**Atribuível a Interesses que não controlam**	**Atribuível aos accionistas da ST SGPS**	**Atribuível a Interesses que não controlam**
Resultado consolidado do exercício	193 061	142	102 027	102
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Desvios actuariais e financeiros relativos a pensões:				
. Valor bruto	(48 423)	(23)	(37 893)	78
. Impacto fiscal	767	(5)	7 480	(26)
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Variações cambiais em filiais no estrangeiro	9 048	35 476	(4 479)	(11 812)
. Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial:				
. Justo valor	959	-	796	-
. Impacto fiscal	(157)	-	(166)	-
. Variações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda:				
. Justo valor	525 517	462	282 269	360
. Impacto fiscal	(153 581)	(135)	(80 745)	(104)
. Transferência para resultados em activos financeiros disponíveis para venda:				
. Justo valor	2 677	-	-	-
. Impacto fiscal	(629)	-	-	-
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa:				
. Justo valor	(22 475)	(22)	(55 038)	(72)
. Impacto fiscal	6 740	7	15 739	21
. Variações na "shadow reserve":				
. Justo valor	(13 352)	-	1 212	-
. Impacto fiscal	2 621	-	(356)	-
	309 712	35 760	128 819	(11 555)
Rendimento integral consolidado do exercício	502 773	35 902	230 846	(11 453)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS NOS EXERCICÍOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

			Reservas de reavaliação								
	Capital	Acções Próprias	De Justo valor	De impostos diferidos	De flutuação cambial	Sub-total	Outras reservas e resultados transitados	Dividendos antecipados	Resultado do exercício	Interesses que não controlam	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	**1 972 962**	**(1 089)**	**(1 042 251)**	**296 477**	**(5 851)**	**(751 625)**	**758 435**	**(35 000)**	**250 198**	**573 468**	**2 767 349**
Impacto da reclassificação de interesses que não controlam para passivo relativamente às unidades de participação não detidas pelo Grupo em fundos de investimento consolidados pelo método integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 1 de Janeiro de 2013 (proforma)	**1 972 962**	**(1 089)**	**(1 042 251)**	**296 477**	**(5 851)**	**(751 625)**	**758 435**	**(35 000)**	**250 198**	**573 468**	**2 767 349**
Aplicação do resultado de 2012:											
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	35 000	(69 982)	-	(34 982)
. Transferência para reservas	-	-	-	452	-	452	179 764	-	(180 216)	-	-
. Distribuição de dividendos - acções preferenciais	-	-	-	-	137	137	(30 714)	-	-	-	(30 577)
Pagamento de remunerações com base em acções	-	-	-	-	-	-	(809)	-	-	-	(809)
Compra de acções a minoritários	-	-	-	-	-	-	(314)	-	-	(522)	(836)
Compra de acções próprias pela Santander Totta, SGPS	-	(433)	-	-	-	-	-	-	-	-	(433)
Outros	-	-	-	-	-	-	(358)	-	-	4	(354)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2013	-	-	191 346	(58 048)	(4 479)	128 819	-	-	102 027	(11 453)	219 393
Saldos em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	**1 972 962**	**(1 522)**	**(850 905)**	**238 881**	**(10 193)**	**(622 217)**	**906 004**	**-**	**102 027**	**561 497**	**2 918 751**
Aplicação do resultado de 2013:											
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(64 986)	-	(64 986)
. Transferência para reservas	-	-	-	95	-	95	36 946	-	(37 041)	-	-
. Distribuição de dividendos - acções preferenciais	-	-	-	-	665	665	(30 121)	-	-	-	(29 456)
Pagamento de remunerações com base em acções	-	-	-	-	-	-	(237)	-	-	-	(237)
Compra de acções próprias pela Santander Totta, SGPS	-	(235)	-	-	-	-	-	-	-	-	(235)
Outros	-	-	20	-	(20)	-	(146)	-	-	(246)	(392)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2014	-	-	444 903	(144 239)	9 048	309 712	-	-	193 061	35 902	538 675
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	**1 972 962**	**(1 757)**	**(405 982)**	**94 737**	**(500)**	**(311 745)**	**912 446**	**-**	**193 061**	**597 153**	**3 362 120**

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2014	2013 (proforma)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	1 315 185	1 497 466
Pagamento de juros e comissões	(712 981)	(789 619)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(435 545)	(419 722)
Contribuições para os fundos de pensões	(79 200)	(56 000)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais, incluindo comissões de resseguro cedido	68 498	(33 054)
Recuperação de créditos abatidos ao activo	5 403	7 457
Recebimentos/(Pagamentos) de prémios de seguros	26 643	58 071
Pagamento de sinistros	(13)	(13)
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais	187 990	264 586
(Aumentos)/diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	2 053 709	(171 659)
Activos financeiros detidos para negociação	(341 729)	442 302
Crédito a clientes	453 900	531 809
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(435 461)	(598 300)
Activos não correntes detidos para venda	(14 625)	(46 098)
Propriedades de investimento	8 870	-
Outros activos	(32 354)	24 515
	1 692 310	182 569
Aumentos/(diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	(1 937 896)	2 627 324
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 025 322	(310 336)
Passivos financeiros detidos para negociação	376 571	(412 940)
Outros passivos	(12 362)	(52 441)
	(548 365)	1 851 607
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	1 331 935	2 298 762
Impostos pagos	20 069	(172 325)
Caixa líquida das actividades operacionais	1 352 004	2 126 437
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	1 222	1 622
Aquisição de activos financeiros disponíveis para venda	(4 976 833)	(1 329 896)
Alienação/reembolso de activos financeiros disponíveis para venda	3 424 850	554 936
Rendimentos adquiridos nos activos financeiros disponíveis para venda	122 086	148 963
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(30 616)	(33 221)
Vendas de activos tangíveis	1 262	9 615
Caixa líquida das actividades de investimento	(1 458 029)	(647 981)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	(64 986)	(34 982)
Reembolso de dívida titulada e subordinada	-	(15 558)
Distribuição de dividendos de acções preferenciais	(30 229)	(29 311)
Emissão/(reembolso) de obrigações de caixa e outros	429 887	(1 184 542)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(47 624)	(60 896)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(92)	(93)
Caixa líquida das actividades de financiamento	286 956	(1 325 382)
Aumento/(Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	180 931	153 074
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	890 762	737 688
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1 071 693	890 762

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta, SGPS, S.A. (adiante igualmente designada por "Sociedade", "Santander Totta" "ST SGPS" ou "Grupo") foi constituída no dia 16 de Dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão / fusão do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Nos termos desta operação, as participações financeiras detidas pelo totta na Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) e na então denominada Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. ("Santander Totta Seguros" ou "Companhia") foram destacadas do património do totta e usadas para a realização em espécie do capital social da Santander Totta. Na mesma data, os restantes activos e passivos do totta, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), foram incorporados por fusão na Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) que alterou a sua designação para Banco Santander Totta, S.A. ("Banco" ou "BST"). A Santander Totta tem por objecto social a gestão de participações noutras empresas, como forma indirecta do exercício de actividades económicas, e encontra-se sedeada em Portugal.

A Santander Totta faz parte do Grupo Santander. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2014 e 2013 encontram-se detalhados na Nota 49.

O Grupo dispõe de uma rede nacional de 555 balcões (604 balcões em 31 de Dezembro de 2013) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efectuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

No exercício de 2014, o Grupo adoptou as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações adoptadas ("endorsed") pela União Europeia:

- IFRS 10 – "Demonstrações financeiras consolidadas" – Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" e a SIC 12 – "Consolidação – Entidades com finalidade especial". Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.

- IFRS 11 – "Acordos conjuntos" - Esta norma substitui a IAS 31 – "Empreendimentos conjuntos" e a SIC 13 – "Entidades controladas conjuntamente – Contribuições não monetárias por empreendedores" e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.

- IFRS 12 – "Divulgações sobre participações noutras sociedades" - Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.

- IAS 27 – "Demonstrações financeiras separadas" (2011) (alteração) – Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.

- IAS 28 - “Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas” (2011) (alteração) - Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – “Investimentos em associadas” e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – “Acordos conjuntos”.

- IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” e IFRS 12 – “Divulgações sobre participações noutras entidades” (entidades de investimento) (alteração) - Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.

- IAS 32 – “Compensação entre activos e passivos financeiros” (alteração) - Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.

- IAS 36 – “Imparidade” (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros) (alteração) - Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sida determinada com base no justo valor menos custos para vender.

- IAS 39 – “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração” (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura) - Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado, nomeadamente quando a contraparte é alterada.

A adopção das normas e interpretações acima referidas teve impacto sobretudo ao nível das divulgações e da apresentação das demonstrações financeiras.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRIC 21 – “Pagamentos ao Estado” (alteração) - Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclos 2011-2013): Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com as normas IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 3 – Concentração de Actividades Empresariais, IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor e IAS 40 – Propriedades de Investimento.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia não foram ainda adoptadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, em virtude de a sua adopção não ser ainda obrigatória.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias ainda não adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” (2009) e emendas posteriores – Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.

- IFRS 14 – “Activos regulados” – Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IAS/ IFRS, aplicáveis a activos regulados.

- IFRS 15 – “Rédito de contratos com clientes” - Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.

- IFRS 11 – “Acordos conjuntos” (revisão) – Esta emenda vem clarificar a IFRS 3 e deve ser aplicada quando um investidor adquire um interesse numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses.

- IAS 16 – “Activos fixos tangíveis” e IAS 38 – “Activos intangíveis” (revisão): Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de activos fixos tangíveis e de activos intangíveis que são permitidos.

- IAS 19 – “Benefícios dos empregados” (revisão) - Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

- IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” e IAS 28 – “Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas” (2011) (revisão) - Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de activos entre o investidor e a associada ou a entidade conjuntamente controlada.

- IAS 27 – “Demonstrações financeiras separadas” (2011) (revisão) - Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

- IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas”, IFRS 12 – “Divulgações sobre participações noutras entidades” e IAS 28 – “Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas” (2011) (revisão) - Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspectos relacionados com a aplicação da excepção de consolidação por parte de entidades de investimento.

- IAS 1 – “Apresentação de demonstrações financeiras” (Divulgações) (revisão) - Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos actuais requisitos de relato das IFRS.

- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclos 2010-2012 e 2012-2014): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Estas normas não foram ainda adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram adoptadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014. Excepto quanto ao efeito da aplicação da IFRS 9, o qual à data não é possível ainda estimar, não se prevêem impactos materiais resultantes da adopção das normas acima referidas.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Sociedade e as das entidades controladas por si directamente e indirectamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Empresas subsidiárias são aquelas em que o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto, pela exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida e a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afectar o valor dos seus resultados. Adicionalmente, em resultado da aplicação da IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" e da IFRS 10 – "Demonstrações Financeiras Consolidadas", o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global, a partir do momento em que a Sociedade assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica "Interesses que não controlam" (Nota 31).

Por outro lado, o Grupo gere activos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Grupo, excepto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, nomeadamente quando detém mais de 50% das suas unidades de participação, casos esses em que aqueles fundos são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IAS 32 e na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos fundos de investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica "Instrumentos representativos de capital" (Nota 27). Os interesses que não controlam de resultados relativos a fundos de investimento consolidados são reconhecidos como uma dedução às rubricas "Resultados de alienação de outros activos" (Fundo Multiobrigações) e "Outros resultados de exploração" (Fundo Novimovest) atendendo à natureza dos principais rendimentos auferidos por aqueles Fundos (Notas 41 e 43).

As empresas associadas são entidades nas quais a Santander Totta exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que a Sociedade passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efectiva equivalente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas adquiridas. Com uma periodicidade mínima anual, a Sociedade realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – "Imparidade de activos". Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respectivo valor recuperável com base em estimativas de "*cash-flows*" futuros, actualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pela Sociedade. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

O goodwill das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

A Santander Totta decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais". Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 foram registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivaleu ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com a IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados.

Com a aplicação das alterações às normas IFRS 3 e IAS 27, o Grupo definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado nessa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos activos e passivos da participada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às normas acima referidas, a Sociedade reavalia por resultados as participações nas quais perde controlo (nota 4).

Por outro lado, a Santander Totta decidiu anular na data de transição para as IAS/IFRS (1 de Janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas com moeda funcional diferente do Euro. A partir dessa data e de acordo com a IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euros de acordo com a seguinte metodologia:

- A conversão dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;

- Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos fixos tangíveis, permanecem reflectidos ao câmbio original; e

- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para Euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para Euros são registadas nos capitais próprios da Sociedade na rubrica de "Reservas de reavaliação - De flutuação cambial".

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

A Santander Totta adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas da Sociedade são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera ("moeda funcional"), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho ("fixing" do Banco de Portugal).

c) Crédito e contas a receber

Esta categoria de activos financeiros inclui o crédito concedido a clientes e as aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial e obrigações) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registadas inicialmente pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões e acrescido de todos os custos externos directamente atribuíveis às operações.

Posteriormente, o crédito e as outras contas a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e os custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do seu período de vigência, segundo o método da taxa de juro efectiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. A Santander Totta optou por diferir as comissões recebidas e pagas associadas aos créditos concedidos a partir de 1 de Janeiro de 2004.

O Grupo classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no Manual de Crédito aprovado pelo Grupo, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Por outro lado, o Grupo analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação daqueles créditos sejam reduzidas, os mesmos são considerados incobráveis e são reconhecidas perdas de imparidade para a sua totalidade. Para estes, o Grupo procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação posterior, esta é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Imparidade

Periodicamente, o Grupo analisa o crédito concedido a clientes e as outras contas a receber com o objectivo de identificar indícios de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Grupo segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Garantias e avales prestados; e
- Derivados.

Por outro lado, relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Grupo efectua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a mEuros 5.000;
- Responsabilidades superiores a mEuros 500 e que estejam classificados em "morosidade de gestão" no sistema de acompanhamento do Banco; e
- Responsabilidades superiores a mEuros 500 se classificados em VE1 e Substandard e mEuros 1.000 se classificados em VE2 e VE3, no seu sistema de vigilância especial.

Neste sentido, estes segmentos podem incluir clientes sem incumprimento. Pontualmente, o Grupo inclui ainda na sua análise individual alguns clientes por julgamento profissional, embora estes não apresentem as características indicadas anteriormente.

Os clientes analisados individualmente para os quais sejam apuradas perdas por imparidade inferiores a 0,5% são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise de imparidade colectiva sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a mEuros 300.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Grupo efectua uma análise colectiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
    - Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
    - Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos *cash-flows* estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percepcionada pelo Grupo ("Incurred but not reported"). Para todos os segmentos da carteira, o Grupo considera um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência que o Grupo incorreu numa perda por imparidade em crédito e em outras contas a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, estabelecida no respectivo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Grupo para a sua carteira de crédito concedido a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais desses activos e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Grupo entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a que esta reflicta os efeitos das condições actuais.

Quando num período subsequente se registe uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuída a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Anulação de capital e juros

De acordo com as políticas em vigor no Grupo, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados decorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais são suspensos a partir da data da denúncia do contrato.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados de alienação de outros activos" (Nota 41). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses activos, líquido de perdas por imparidade.

Factoring

Os activos associados a operações de factoring contratadas com recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos de fundos por conta dos contratos respectivos.

Os activos associados a operações de factoring contratadas sem recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o registo de um passivo na rubrica de "Outros passivos - Credores e outros recursos - Credores diversos - Credores por contratos de factoring". As entregas de fundos efectuadas aos aderentes originam o débito correspondente na rubrica de "Outros passivos - Credores e outros recursos - Credores diversos - Credores por contratos de factoring" (Nota 28).

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registados em contas extrapatrimoniais.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Grupo não desreconhece do activo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração, e;
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica "Crédito a clientes" e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respectivo prazo das operações de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no activo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Banco (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, não existem créditos titularizados desreconhecidos.

Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respectivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

i) *Como locatário*

Os activos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, na rubrica de "Outros activos tangíveis" por contrapartida de um passivo, processando-se as correspondentes amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de "Juros e encargos similares".

ii) *Como locador*

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

d) Reconhecimento de rendimentos e encargos com serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

O reconhecimento dos encargos com serviços e comissões é efectuado de acordo com os mesmos critérios adoptados para os rendimentos.

e) Instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Grupo na data de pagamento ou recebimento, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

Os activos e passivos financeiros são posteriormente classificados numa das quatro categorias previstas na IAS 39:

- Activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação e outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável e fixo transaccionados em mercados activos adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são registados na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

O justo valor dos activos e passivos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é apurado através do seu "bid-price" ou através da sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash-flows".

Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash-flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transaccionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação ("Credit Value Adjustments" e "Debit Value Adjustments"), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e de dívida que não se encontram classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados pelo seu custo de aquisição, líquido de imparidade. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Reservas de reavaliação – De justo valor" até à sua venda, ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade, momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros disponíveis para venda são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Rendimentos de instrumentos de capital" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iii) Reclassificação de activos financeiros

De acordo com a alteração introduzida em 13 de Outubro de 2008 na Norma IAS 39 - "Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração", o Grupo pode reclassificar um activo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido principalmente para efeitos de venda ou recompra a curto prazo), retirando-o da categoria de justo valor através de resultados, se forem cumpridos alguns requisitos. No entanto, não são permitidas reclassificações de outras categorias para a categoria de "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados".

iv) Reconhecimento de rendimentos

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o seu custo de aquisição e o seu valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados na rubrica de "Juros e rendimentos similares" da demonstração dos resultados.

v) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros a pagar.

vi) Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência objectiva de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência objectiva de imparidade quando ocorre uma desvalorização prolongada ou de valor significativo na cotação daqueles títulos. Para títulos não cotados, é considerada evidência objectiva de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

Desta forma, o Grupo considera a natureza e características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade que efectua. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o Grupo considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros e, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Excepto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registe uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e transferida para a demonstração dos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no seu justo valor resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no seu justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável daqueles activos corresponde à melhor estimativa dos seus fluxos de caixa futuros, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

vii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, de depósitos de clientes e emissões de obrigações. Estes passivos são registados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquido de custos de transacção, e são posteriormente registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Responsabilidades representadas por títulos” e “Passivos subordinados”.

Os derivados embutidos nas obrigações emitidas são registados separadamente nas rubricas de “Activos e passivos financeiros detidos para negociação”, sendo reavaliados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Transacções em mercado secundário

O Grupo efectua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respectivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate, ou o aumento do passivo, são reconhecidas de imediato em resultados.

Justo valor

Conforme referido anteriormente, os activos e passivos financeiros registados nas categorias de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Passivos financeiros detidos para negociação”, “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados”, “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado (ou seja, um preço de saída) entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos activos e passivos financeiros é determinado por um órgão do Grupo independente da função de negociação, tendo em consideração os seguintes aspectos:

- Relativamente a instrumentos financeiros transaccionados em mercados activos, cotação de fecho na data de balanço;

- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez), são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

  i) Preços ("bid prices") divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;

  ii) Cotações indicativas ("bid prices") obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers; e

  iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado, a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de despesas ou rendimentos directamente atribuíveis à transacção. O reconhecimento dos juros é efectuado pelo método da taxa de juro efectiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado seja revista, o respectivo valor de balanço é ajustado para reflectir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

f) Valorização e registo de instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados transaccionados pelo Grupo são reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em obrigações emitidas e em depósitos estruturados) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para a aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo.

Nos termos previstos na IAS 39, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Grupo, incluindo os seguintes aspectos:
  - . Identificação do instrumento de cobertura;
  - . Identificação do elemento coberto;
  - . Identificação do tipo de risco coberto; e
  - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia da cobertura é testada em cada data de reporte financeiro comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia de cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125%, a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos, são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

Neste sentido, o Grupo contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os activos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Grupo (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 foram registados pelo seu valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo de aquisição ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Por outro lado, periodicamente o Grupo efectua testes de imparidade aos seus activos tangíveis. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado, e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado actual.

h) Activos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercuta para além do exercício em que são realizadas. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual, em média, corresponde a três anos. Para a plataforma informática Pártenon, até 31 de Dezembro de 2013, a sua vida útil estimada correspondia a cinco anos. No exercício de 2014, o Banco procedeu a uma revisão da vida útil estimada daquela plataforma informática tendo reduzido a mesma para três anos.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o Grupo não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.

i) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efectuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

j) Activos não correntes detidos para venda

O Grupo regista na rubrica de “Activos não correntes detidos para venda ” os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica “Outros activos” (Nota 19). Estes activos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos custos que o Banco estima incorrer com a sua venda ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no activo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Esta rubrica inclui ainda unidades de participação de um Fundo Fechado de Investimento Imobiliário adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Grupo que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas), sendo igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

De acordo com as disposições previstas na norma IFRS 5 –" Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas", o Grupo não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

Por último, o Conselho de Administração da Sociedade considera que os métodos de valorização adoptados para estes activos são adequados e reflectem a realidade de mercado.

k) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Desta forma, a rubrica do passivo "Provisões", de acordo com a IAS 37, inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Grupo, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua actividade (Nota 26).

l) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

Banco Santander Totta S.A.

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Para estes colaboradores, o Banco era responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que definiu que os trabalhadores do sector bancário que estivessem no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de Janeiro de 2011. Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em Dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), relativamente à transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

Na sequência daquele acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que definiu que a Segurança Social era responsável, a partir de 1 de Janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo daquele Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de Dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com aquele Decreto-Lei, o Banco, através do seu Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

i) das actualizações do valor das pensões acima referidas, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;

ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respectivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;

iii) do subsídio por morte;

iv) da pensão de sobrevivência a filhos;

v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivo, desde que referente ao mesmo trabalhador; e

vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorressem a partir de 1 de Janeiro de 2012.

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram também transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. O valor dos activos do Fundo de Pensões transferido para o Estado correspondeu ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o acima referido Decreto-Lei, as quais foram determinadas tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (desconto)	4%

Os activos a transmitir tiveram de ser constituídos por numerário e, até 50% do valor dos mesmos, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respectivo valor de mercado.

Nos termos do acima referido Diploma, a transmissão da titularidade dos activos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos:

i) Até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor actual provisório das responsabilidades; e

ii) Até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades.

Neste sentido, e antes de proceder à transferência para a Segurança Social, o Banco obteve estudos actuariais que permitiram apurar o valor da transferência.

Na sequência do acordo de transferência para o âmbito da Segurança Social das responsabilidades dos reformados e pensionistas, e para efeitos da determinação do valor das responsabilidades a transferir de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o Banco efectuou o cálculo das responsabilidades separadamente para empregados no activo e para reformados, tendo definido pressupostos específicos para cada uma das populações (Nota 47).

A diferença entre o valor das responsabilidades a transmitir para o Estado, determinadas com base nos pressupostos acima referidos, e as responsabilidades determinadas com base nos pressupostos actuariais actualizados adoptados pelo Banco, foi registada na rubrica de resultados de “Custos com o pessoal”.

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões autónomo (Nota 47).

Por outro lado, em Fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de directivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

O ex-Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário. Desta forma, no exercício de 2006, o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida em que os seus colaboradores podiam efectuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN para aquele Fundo dependia dos seus resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 Euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Maio de 2010, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997. No primeiro semestre de 2014, o Fundo do ex-BSN foi liquidado após autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

A Totta IFIC não dispunha de Fundo de Pensões. Na sequência da fusão por incorporação da Totta IFIC no BST, os colaboradores desta foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Abril de 2011. Adicionalmente, foi reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997.

Santander Totta Seguros ("Companhia")

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho (CCT) então vigente para o sector segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no sector até 22 de Junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Caixa Génesis no âmbito do convénio celebrado entre a entidade e a Companhia em 29 de Junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

No âmbito do novo contrato colectivo de trabalho para a actividade seguradora, assinado em 23 de Dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no activo, com referência a 1 de Janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, tendo o valor actual das responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2011 sido transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de Dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. No entanto, nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

Em Julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander). As contribuições para o Fundo de Pensões são registadas na rubrica "Custos com o pessoal" como custo do exercício em que são efectuadas.

Aplicação da IAS 19

Em 1 de Janeiro de 2005, o Grupo optou por não aplicar retrospectivamente a IAS 19, não tendo então efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado aquela Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais existentes em 1 de Janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adopção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Grupo decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais, deixando de adoptar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios (outro rendimento integral), tal como previsto na versão revista da IAS 19.

Por outro lado, a partir de 1 de Janeiro de 2013, na sequência da revisão da IAS 19 – "Benefícios aos empregados", o Grupo passou a registar na rubrica de "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes;

- Proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões;

- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e

- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões é calculado pelo Grupo multiplicando o activo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o proveito/custo líquido de juros representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos activos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas actuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos actuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos activos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de "Outros activos" ou "Outros passivos", dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento (Notas 19 e 28).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo. No entanto, estabeleceu um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção da IAS 19.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a taxa de cobertura da totalidade das responsabilidades do BST (excluindo as associadas à sua sucursal de Londres) com benefícios a empregados, incluindo SAMS, ascendia a 100,32% e 99,25%, respectivamente (Nota 47).

m) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o BST assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O BST determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais baseados no método "Projected Unit Credit". Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do BST. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica "Outros passivos – Encargos a pagar – Relativos ao pessoal - Prémio de antiguidade" (Nota 28).

n) Impostos sobre os lucros

A Sociedade e as empresas do Grupo localizadas em Portugal estão sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas da sucursal são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados da sucursal são ainda sujeitos a impostos locais no país onde está estabelecida. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

Com a redacção dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55–A/2010, de 3 de Dezembro) e de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios passaram a poder deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida igualmente a derrama estadual, a qual teria que de ser paga por todos os sujeitos passivos que apurassem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual correspondia a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de Dezembro), as empresas que apresentassem nesse exercício e nos dois exercícios seguintes lucros tributáveis mais elevados passaram a estar sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Neste sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre mEuros 1.500 e mEuros 10.000 passaram a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a mEuros 10.000 passaram a estar sujeitas a uma taxa de 5%.

Contudo, a Lei nº 66–B/2012, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) veio proceder a uma redução do limite a partir do qual passou a ser aplicável a taxa de derrama estadual de 5% de 10.000 mEuros para 7.500 mEuros aplicável ao período de tributação que se iniciasse em ou após 1 de Janeiro de 2013.

Adicionalmente, na sequência da promulgação da Lei nº 2/2014, de 16 de Janeiro (Reforma do IRC), a tributação dos lucros das empresas para o ano de 2014 passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 23% sobre o lucro tributável (25% no exercício de 2013);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2013); e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
  - Menor do que mEuros 1.500 0%;
  - Entre mEuros 1.500 e mEuros 7.500 3%;
  - Entre mEuros 7.500 e mEuros 35.000 5%;
  - Maior do que mEuros 35.000 7%.

Com a redacção dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2015 (Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro), foi aprovada uma redução da taxa de IRC para 21%.

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos nos exercícios de 2013 e 2014 fosse de 23% e 21%, respectivamente, para prejuízos fiscais reportáveis e de 29,5% e 29%, respectivamente, para as outras diferenças temporárias.

Os prejuízos fiscais gerados a partir do exercício de 2014, inclusive, poderão ser utilizados nos doze períodos de tributação posteriores. Por outro lado, o prazo de reporte de prejuízos fiscais é de seis anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2008 e 2009, de quatro anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2010 e 2011 e de cinco anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2012 e 2013. Contudo, a dedução dos prejuízos a efetuar em cada exercício não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável (75% até 2013), podendo o remanescente (30% em 2014 e 25% até 2013) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (“Tier 1”) e complementares (“Tier 2”) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:

   - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
   - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
   - Passivos por provisões;
   - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
   - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
   - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.

b) O valor nocional dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,07% e 0,0003%, respectivamente, conforme previsto na alteração efectuada pela Portaria nº 64/2014, de 12 de Março, ao artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de Março.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

O Grupo não reconhece impostos diferidos activos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas filiais e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o activo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em activos financeiros disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios actuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

o) Provisões técnicas

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., comercializa seguros de vida e não vida.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária comercializados pela Santander Totta Seguros estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta nos termos previstos na IFRS 4. Nesse sentido, as provisões técnicas apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas correspondem às provisões técnicas registadas na Santander Totta Seguros para os referidos contratos:

- Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

  A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

  Esta provisão é aplicável aos produtos de risco do ramo vida e do ramo não vida. A Santander Totta Seguros passou a diferir os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respectivas apólices de seguro.

- Provisão matemática do ramo vida

  A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida em vigor, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases actuariais aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados e rendas.

- Provisão para compromissos de taxa

  A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rendibilidade efectiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

- Provisão para sinistros

  A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

  i) A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;

  ii) Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);

  iii) Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão.

- Provisão para participação nos resultados a atribuir

  Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor dos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

  A determinação da participação nos resultados a atribuir aos segurados tem por base as demonstrações financeiras estatutárias da Santander Totta Seguros preparadas de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador. Neste sentido, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os referidos activos financeiros são classificados na rubrica de activos financeiros disponíveis para venda, e as respectivas mais e menos-valias potenciais, líquidas de impostos, são registadas na rubrica de “Reservas de reavaliação” do capital próprio consolidado. Adicionalmente, é reconhecida a parte dos tomadores de seguro na rubrica “Provisões técnicas do passivo (provisão para participação nos resultados a atribuir – “shadow reserve”)” por contrapartida de “Reservas de reavaliação” do capital próprio consolidado, de forma a evitar distorções ao nível da conta de resultados e do capital próprio consolidados (“shadow accounting” previsto na IFRS 4).

- Provisão para participação nos resultados atribuída

  A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos de seguro, sendo o seu cálculo efectuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respectivas condições gerais das apólices.

- Provisões técnicas de resseguro cedido

  Corresponde à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Santander Totta Seguros, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, com base nas percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

- Provisão para riscos em curso

  A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

- Provisão para estabilização de carteira

  A partir do exercício de 2006, a Companhia passou a registar uma provisão para estabilização de carteira referente a um conjunto de apólices de Seguros Vida Grupo de crédito à habitação com tarifa plana. O cálculo desta provisão baseia-se essencialmente no valor actual do diferencial entre prémios e custos com sinistralidade futura dessa carteira.

- Teste de adequacidade dos passivos

  Nos termos da IFRS 4, a Santander Totta Seguros avalia a cada data de relato financeiro se os seus passivos por contratos de seguro reconhecidos são adequados, utilizando estimativas do valor actual dos fluxos de caixa futuros de acordo com os termos dos contratos. Se essa avaliação, designada por testes de adequacidade dos passivos, demonstrar que a quantia escriturada dos seus passivos por contratos de seguro é inadequada à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, a totalidade da insuficiência é reconhecida como perda na demonstração dos resultados.

p) Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objectivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização em conformidade com a Circular nº 9/2008, de 27 de Novembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

q) Reconhecimento de proveitos e custos – seguros

Os prémios de contratos de seguros de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando emitidos, na rubrica de "Margem bruta da actividade de seguros – Prémios brutos emitidos, líquidos de resseguro", da demonstração dos resultados" (Nota 42).

Os contratos de investimento sem componente discricionária na participação nos resultados, comercializados pela Santander Totta Seguros, estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas nos termos da IAS 39, como "Recursos de clientes e outros empréstimos" (Nota 24).

Os títulos afectos à actividade seguradora são todos aqueles que se encontram a representar os passivos por contratos de seguro e passivos financeiros por contratos de investimento com e sem participação discricionária nos resultados e estão registados nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica de "Activos financeiros disponíveis para venda", com excepção dos títulos afectos aos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (contratos "unit linked"), que se encontram registados na rubrica de "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados" (Nota 8).

r) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Grupo tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em "equity settled share-based payment transactions", conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, a cobertura e a execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander, S.A.. O Grupo paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Grupo a estes instrumentos na rubrica de "Outras reservas e resultados transitados", por contrapartida da rubrica de "Custos com o pessoal", na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander, S.A. que se encontram em vigor está incluída na Nota 50.

s) Acções próprias

As acções próprias são registadas em contas de capital próprio pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, bem como os respectivos impostos, são registados directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

t) Acções preferenciais

As acções preferenciais são classificadas como instrumento de capital próprio quando:

- Não existe uma obrigação contratual por parte do Grupo em reembolsar (em numerário ou em outro activo financeiro) as acções preferenciais adquiridas pelo detentor;
- A remissão ou reembolso antecipado das acções preferenciais apenas pode ocorrer por opção do Grupo; e
- As distribuições de dividendos efectuadas pelo Grupo aos detentores das acções preferenciais são discricionárias.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Grupo classificou como instrumentos de capital próprio as emissões de acções preferenciais da Totta & Açores Financing e do BST International Bank, Inc. – Porto Rico.

As acções preferenciais classificadas como instrumentos de capital próprio e detidas por terceiros são apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica "Interesses que não controlam" (Nota 31).

u) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas de "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

1.4. Comparabilidade da informação

No seguimento da adopção em 1 de Janeiro de 2014 da norma IFRS 10 – "Demonstrações financeiras consolidadas" e das clarificações entretanto ocorridas quanto à classificação dos interesses que não controlam em Fundos de Investimento consolidados pelo método de integração global, a Sociedade passou a registar os mesmos no passivo na rubrica "Instrumentos representativos de capital". Pelo mesmo motivo, os interesses que não controlam de resultados daqueles fundos passaram a ser registados nas rubricas "Outros resultados de exploração" (Nota 43) (Novimovest) e "Resultados de alienação de outros activos" (Nota 41) (Mutiobrigações).

A aplicação restrospectiva dos requisitos da IFRS 10, conforme previsto pela IAS 8, teve os seguintes impactos:

	Capitais próprios consolidados em 01-01-2013 (inclui resultado do exercício)	Resultado do exercício de 2013	Capitais próprios consolidados em 31-12-2013 (inclui resultado do exercício) (proforma)
Saldos conforme reportado (antes da aplicação retrospectiva da alteração de política contabilística)	2.767.349	102.027	3.053.832
Impacto da aplicação retrospectiva da IFRS 10			
Reclassificação dos interesses que não controlam em fundos de investimento para o passivo	-	-	(135.081)
Saldos (proforma)	**2.767.349**	**102.027**	**2.918.751**

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Santander Totta. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações actuariais efectuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e actuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Grupo quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos, são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 1.3. e). Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 1.3. e), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em crédito

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Grupo quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respectivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 1.3. e), as menos-valias potenciais resultantes da desvalorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da reserva de reavaliação – justo valor. No entanto, sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias potenciais acumuladas naquela reserva são transferidas para custos do exercício.

Quanto a instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Grupo determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias potenciais são transferidas da reserva de reavaliação – justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos.

A Sociedade enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, e tem de utilizar essas contas para apuramento do seu lucro tributável.

Com o objectivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

O acima referido Decreto-Lei procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo, adicionalmente, procedido à revogação do nº 2 do artigo 57º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, de acordo com a interpretação das mesmas efectuada por parte da Sociedade.

Determinação dos passivos por contratos de seguro

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efectuada com base em metodologias e pressupostos descritos na Nota 1.3. o) acima.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjectividade, podendo os valores efectivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa em 31 de Dezembro de 2014 das responsabilidades a que se encontra obrigada.

Resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, nomeadamente dos mencionados na Nota 53, bem como a respectiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do Banco, a qual no entanto poderá vir a não concretizar-se.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida, de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão da Sociedade:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a actividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a 5 milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio, às exportações e ao imobiliário.

Gestão de Activos e Seguros:

Esta área incluía a actividade de gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, a qual por sua vez incluía o lançamento de fundos que tinham por objectivo criar produtos de valor acrescentado para os clientes do Grupo. São igualmente incluídos nesta área os seguros de vida que, na estratégia de cross selling, são colocados através da rede de balcões do Grupo.

No final do exercício de 2013, o Grupo alienou as empresas responsáveis pela gestão de fundos de investimento a uma empresa do Grupo Santander.

Actividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

A demonstração dos resultados por segmento operacional em 31 de Dezembro de 2014 apresenta o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Actividades Corporativas	Total
Margem financeira estrita	102.597	308.053	126.704	1.133	8.039	546.526
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	1.222	1.222
Margem financeira alargada	**102.597**	**308.053**	**126.704**	**1.133**	**9.261**	**547.748**
Comissões líquidas	57.369	216.461	20.199	(4.281)	(17.933)	271.815
Outros resultados da actividade bancária	(57)	(1.483)	(218)	(356)	(12.765)	(14.879)
Actividade seguradora	-	-	-	13.780	-	13.780
Margem comercial	**159.909**	**523.031**	**146.685**	**10.276**	**(21.437)**	**818.464**
Resultado de operações financeiras	(9.125)	1.876	714	35.984	119.911	149.360
Produto bancário e actividade de seguros	**150.784**	**524.907**	**147.399**	**46.260**	**98.474**	**967.824**
Custos de transformação	(15.935)	(342.166)	(60.592)	(9.162)	(3.448)	(431.303)
Amortizações	(3.029)	(47.482)	(11.449)	(1.349)	-	(63.309)
Resultados de Exploração	**131.820**	**135.259**	**75.358**	**35.749**	**95.026**	**473.212**
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(41.234)	(75.282)	(39.957)	(22.357)	(42.820)	(221.650)
Resultados de associadas	-	-	17.652	-	2.139	19.791
Resultado antes de impostos	**90.586**	**59.977**	**53.053**	**13.392**	**54.345**	**271.353**
Impostos	(26.270)	(17.199)	(10.266)	(5.654)	(18.761)	(78.150)
Interesses que não controlam	(63)	(1)	-	-	(78)	(142)
Resultado líquido	**64.253**	**42.777**	**42.787**	**7.738**	**35.506**	**193.061**

Em 31 de Dezembro de 2014, os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Actividades Corporativas	Total
Activo						
Crédito a clientes						
Crédito hipotecário	-	14.795.658	-	-	-	14.795.658
Crédito ao consumo	-	1.398.725	-	-	-	1.398.725
Outros créditos	2.966.053	2.307.464	4.056.121	-	-	9.329.638
Total dos activos afectos	2.966.053	18.501.847	4.056.121	-	-	25.524.021
Activos não afectos						16.019.113
Total do activo						41.543.134
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	939.259	17.680.008	1.726.730	-	-	20.345.997
Responsabilidades representadas por títulos	-	140.945	51	-	2.751.835	2.892.831
	939.259	17.820.953	1.726.781	-	2.751.835	23.238.828
Garantias e avales (Nota 32)	125.654	157.480	800.895	-		1.084.029

A demonstração dos resultados por segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2013 apresentava o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos e Seguros	Actividades Corporativas	Total (proforma)
Margem financeira estrita	95.721	281.023	157.883	1.480	(21.258)	514.849
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	1.622	1.622
Margem financeira alargada	**95.721**	**281.023**	**157.883**	**1.480**	**(19.636)**	**516.471**
Comissões líquidas	63.663	231.843	22.723	1.072	(2.836)	316.465
Outros resultados da actividade bancária	-	1.421	-	(6.853)	(20.695)	(26.127)
Actividade seguradora	-	-	-	18.931	-	18.931
Margem comercial	**159.384**	**514.287**	**180.606**	**14.630**	**(43.167)**	**825.740**
Resultado de operações financeiras	2.065	839	429	12.117	11.898	27.348
Produto bancário e actividade de seguros	**161.449**	**515.126**	**181.035**	**26.747**	**(31.269)**	**853.088**
Custos de transformação	(17.063)	(334.921)	(45.458)	(14.811)	-	(412.253)
Amortizações	(2.230)	(54.405)	(3.201)	(462)	-	(60.298)
Resultados de Exploração	**142.156**	**125.800**	**132.376**	**11.474**	**(31.269)**	**380.537**
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(10.755)	(182.189)	(75.397)	(4.105)	29.857	(242.589)
Resultados de associadas	-	-	12.668	-	1.401	14.069
Resultado antes de impostos	**131.401**	**(56.389)**	**69.647**	**7.369**	**(11)**	**152.017**
Impostos	(38.106)	16.843	(16.524)	(6.117)	(5.984)	(49.888)
Interesses que não controlam	-	-	-	-	(102)	(102)
Resultado líquido	**93.295**	**(39.546)**	**53.123**	**1.252**	**(6.097)**	**102.027**

Em 31 de Dezembro de 2013, os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentavam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos e Seguros	Actividades Corporativas	Total (proforma)
Activo						
Crédito a clientes						
Crédito hipotecário	-	15.277.265	-	-	-	15.277.265
Crédito ao consumo	-	1.399.152	-	-	-	1.399.152
Outros créditos	2.758.577	2.620.747	4.039.761	-	-	9.419.085
Total dos activos afectos	2.758.577	19.297.165	4.039.761	-	-	26.095.503
Activos não afectos						15.455.738
Total do activo						41.551.241
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	762.829	16.426.759	2.081.591	-	-	19.271.178
Responsabilidades representadas por títulos	-	289.272	17.716	-	2.129.444	2.436.432
	762.829	16.716.031	2.099.307	-	2.129.444	21.707.611
Garantias e avales (Nota 32)	171.674	167.383	845.876	-	-	1.184.934

De seguida é apresentada a informação geográfica da actividade consolidada, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 31 de Dezembro de 2014, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	2014							
		Actividade internacional					Entre	Total
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	segmentos	consolidado
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	830.475	-	-	-	-	-	-	830.475
Disponibilidades em outras instituições de crédito	240.632	25	-	5.675	630	6.330	(5.744)	241.218
Activos financeiros detidos para negociação	2.289.131	-	-	-	-	-	-	2.289.131
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.278.634	-	-	-	-	-	-	2.278.634
Activos financeiros disponíveis para venda	7.012.220	987.451	-	-	-	987.451	(987.451)	7.012.220
Aplicações em instituições de crédito	1.220.665	50.001	-	465.478	334.887	850.366	(850.114)	1.220.917
Crédito a clientes	25.524.020	-	-	1	-	1	-	25.524.021
Derivados de cobertura	195.035	-	-	-	-	-	-	195.035
Activos não correntes detidos para venda	208.214	-	-	-	-	-	-	208.214
Propriedades de investimento	420.239	-	-	-	-	-	-	420.239
Outros activos tangíveis	297.169	1	-	-	34	35	-	297.204
Activos intangíveis	32.418	-	-	-	-	-	1	32.419
Investimentos em associadas	74.507	-	132.685	-	-	132.685	-	207.192
Activos por impostos correntes	15.136	-	-	-	-	-	-	15.136
Activos por impostos diferidos	472.571	-	-	-	-	-	-	472.571
Provisões técnicas de resseguro cedido	33.121	-	-	-	-	-	-	33.121
Outros activos	265.185	4.498	-	(196)	517	4.819	(4.617)	265.387
Total do activo líquido	41.409.372	1.041.976	132.685	470.958	336.068	1.981.687	(1.847.925)	41.543.134
Passivo								
Recursos de bancos centrais	4.406.312	-	-	-	-	-	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.943.360	-	-	-	-	-	-	1.943.360
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.403.409	-	-	-	-	-	-	3.403.409
Recursos de outras instituições de crédito	4.029.757	628.141	-	23.046	-	651.187	(651.187)	4.029.757
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.225.448	-	-	120.549	-	120.549	-	20.345.997
Responsabilidades representadas por títulos	2.892.831	-	-	-	-	-	-	2.892.831
Derivados de cobertura	133.690	-	-	-	-	-	-	133.690
Provisões	103.394	-	-	-	-	-	-	103.394
Provisões técnicas	320.162	-	-	-	-	-	-	320.162
Passivos por impostos correntes	31.359	-	-	-	-	-	264	31.623
Passivos por impostos diferidos	131.519	-	-	-	-	-	15.855	147.374
Instrumentos representativos de capital	105.128	-	-	-	-	-	-	105.128
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	316.984	132.960	-	779	187	133.926	(132.933)	317.977
Total do passivo	38.043.353	761.101	-	144.374	187	905.662	(768.001)	38.181.014
Capital próprio								
Capital próprio atribuível aos accionistas da ST SGPS	3.364.011	280.875	132.685	30.068	37.396	481.024	(1.080.068)	2.764.967
Interesses que não controlam	2.008	-	-	296.516	298.485	595.001	144	597.153
Total do capital próprio	3.366.019	280.875	132.685	326.584	335.881	1.076.025	(1.079.924)	3.362.120
Total do passivo e do capital próprio	41.409.372	1.041.976	132.685	470.958	336.068	1.981.687	(1.847.925)	41.543.134

Em 31 de Dezembro de 2013, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	2013 (proforma)							
		Actividade internacional					Entre	Total
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	segmentos	consolidado
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	337.841	-	-	-	-	-	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	552.432	1.566	-	5.479	438	7.483	(6.994)	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	1.946.393	-	-	-	-	-	1	1.946.394
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.314.561	-	-	-	-	-	-	2.314.561
Activos financeiros disponíveis para venda	4.724.053	1.186.994	-	-	-	1.186.994	(1.186.994)	4.724.053
Aplicações em instituições de crédito	3.270.752	50.000	-	424.659	327.238	801.897	(801.676)	3.270.973
Crédito a clientes	26.095.503	-	-	-	-	-	-	26.095.503
Derivados de cobertura	199.427	-	-	-	-	-	-	199.427
Activos não correntes detidos para venda	207.333	-	-	-	-	-	-	207.333
Propriedades de investimento	467.949	-	-	-	-	-	-	467.949
Outros activos tangíveis	316.908	2	-	-	24	26	-	316.934
Activos intangíveis	56.617	-	-	-	-	-	-	56.617
Investimentos em associadas	32.334	-	115.396	-	-	115.396	-	147.730
Activos por impostos correntes	70.685	-	-	-	-	-	-	70.685
Activos por impostos diferidos	557.513	-	-	-	-	-	-	557.513
Provisões técnicas de resseguro cedido	50.573	-	-	-	-	-	-	50.573
Outros activos	233.868	5.500	-	1.175	694	7.369	(7.003)	234.234
Total do activo líquido	41.434.742	1.244.062	115.396	431.313	328.394	2.119.165	(2.002.666)	41.551.241
Passivo								
Recursos de bancos centrais	6.241.410	-	-	-	-	-	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.566.789	-	-	-	-	-	-	1.566.789
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.592.776	-	-	-	-	-	-	3.592.776
Recursos de outras instituições de crédito	4.173.625	704.921	-	6.676	-	711.597	(711.597)	4.173.625
Recursos de clientes e outros empréstimos	19.133.001	-	-	138.177	-	138.177	-	19.271.178
Responsabilidades representadas por títulos	2.436.432	-	-	-	-	-	-	2.436.432
Derivados de cobertura	370.684	-	-	-	-	-	-	370.684
Provisões	64.589	-	-	-	-	-	-	64.589
Provisões técnicas	373.986	-	-	-	-	-	-	373.986
Passivos por impostos correntes	14.710	-	-	-	-	-	838	15.548
Passivos por impostos diferidos	45.312	-	-	-	-	-	16.533	61.845
Instrumentos representativos de capital	135.081	-	-	-	-	-	-	135.081
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	326.351	140.767	-	1.935	178	142.880	(140.684)	328.547
Total do passivo	38.474.746	845.688	-	146.788	178	992.654	(834.910)	38.632.490
Capital próprio								
Capital próprio atribuível aos accionistas da ST SGPS	2.949.339	398.374	115.396	23.485	29.623	566.878	(1.158.963)	2.357.254
Interesses que não controlam	10.657	-	-	261.040	298.593	559.633	(8.793)	561.497
Total do capital próprio	2.959.996	398.374	115.396	284.525	328.216	1.126.511	(1.167.756)	2.918.751
Total do passivo e do capital próprio	41.434.742	1.244.062	115.396	431.313	328.394	2.119.165	(2.002.666)	41.551.241

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	2014							
		Actividade internacional					Entre	Total
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	segmentos	consolidado
Juros e rendimentos similares	1.197.050	26.396	-	24.206	-	50.602	(50.601)	1.197.051
Juros e encargos similares	(647.739)	(12.307)	-	(2.822)	-	(15.129)	12.343	(650.525)
Margem financeira	549.311	14.089	-	21.384	-	35.473	(38.258)	546.526
Rendimentos de instrumentos de capital	1.222	-	-	-	-	-	-	1.222
Rendimentos de serviços e comissões	332.357	8.805	-	-	-	8.805	(8.805)	332.357
Encargos com serviços e comissões	(60.528)	-	-	-	(238)	(238)	224	(60.542)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(244.525)	-	-	-	-	-	-	(244.525)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	306.046	-	-	-	-	-	-	306.046
Resultados de reavaliação cambial	5.573	-	-	(133)	-	(133)	-	5.440
Resultados de alienação de outros activos	82.397	-	-	-	2	2	-	82.399
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	19.340	-	-	-	-	-	-	19.340
Margem bruta da actividade de seguros	(5.560)	-	-	-	-	-	-	(5.560)
Outros resultados de exploração	(14.788)	-	-	(4)	(86)	(90)	(1)	(14.879)
Produto bancário	970.845	22.894	-	21.247	(322)	43.819	(46.840)	967.824
Custos com o pessoal	(283.487)	(178)	-	(186)	(578)	(942)	-	(284.429)
Gastos gerais administrativos	(146.132)	(347)	-	(107)	(285)	(739)	(3)	(146.874)
Amortizações do exercício	(63.286)	(1)	-	-	(22)	(23)	-	(63.309)
Provisões líquidas de anulações	(75.272)	-	-	-	-	-	-	(75.272)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(111.206)	-	-	-	-	-	-	(111.206)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1.160)	-	-	-	-	-	-	(1.160)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(34.012)	-	-	-	-	-	-	(34.012)
Resultados de associadas	2.139	-	17.652	-	-	17.652	-	19.791
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	258.429	22.368	17.652	20.954	(1.207)	59.767	(46.843)	271.353
Impostos correntes	(48.838)	(3.471)	-	-	(10)	(3.481)	3	(52.316)
Impostos diferidos	(26.506)	679	-	-	-	679	(7)	(25.834)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	183.085	19.576	17.652	20.954	(1.217)	56.965	(46.847)	193.203
Interesses que não controlam	(106)	6	(10)	(19)	(13)	(36)	-	(142)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas da ST SGPS	182.979	19.582	17.642	20.935	(1.230)	56.929	(46.847)	193.061

	2013 (proforma)							
		Actividade internacional					Entre	Total
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	segmentos	consolidado
Juros e rendimentos similares	1.276.330	47.944	-	25.697	-	73.641	(73.544)	1.276.427
Juros e encargos similares	(756.656)	(9.878)	-	(4.982)	-	(14.860)	9.938	(761.578)
Margem financeira	519.674	38.066	-	20.715	-	58.781	(63.606)	514.849
Rendimentos de instrumentos de capital	1.622	-	-	-	-	-	-	1.622
Rendimentos de serviços e comissões	372.017	5.498	-	-	-	5.498	(5.498)	372.017
Encargos com serviços e comissões	(55.534)	-	-	(1)	(242)	(243)	225	(55.552)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	19.858	-	-	(1)	-	(1)	-	19.857
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	4.534	-	-	-	-	-	-	4.534
Resultados de reavaliação cambial	3.993	-	-	55	-	55	-	4.048
Resultados de alienação de outros activos	(1.092)	-	-	-	1	1	-	(1.091)
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	16.245	-	-	-	-	-	-	16.245
Margem bruta da actividade de seguros	2.686	-	-	-	-	-	-	2.686
Outros resultados de exploração	(26.037)	-	-	(4)	(87)	(91)	1	(26.127)
Produto bancário	857.966	43.564	-	20.764	(328)	64.000	(68.878)	853.088
Custos com o pessoal	(271.399)	(177)	-	(193)	(568)	(938)	-	(272.337)
Gastos gerais administrativos	(139.218)	(329)	-	(115)	(254)	(698)	-	(139.916)
Amortizações do exercício	(60.288)	(1)	-	-	(9)	(10)	-	(60.298)
Provisões líquidas de anulações	(5.501)	-	-	-	-	-	-	(5.501)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(197.039)	-	-	-	-	-	-	(197.039)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(3.155)	-	-	-	-	-	-	(3.155)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(36.894)	-	-	-	-	-	-	(36.894)
Resultados de associadas	1.401	-	12.668	-	-	12.668	-	14.069
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	145.873	43.057	12.668	20.456	(1.159)	75.022	(68.878)	152.017
Impostos correntes	(30.876)	(6.266)	-	-	(13)	(6.279)	3	(37.152)
Impostos diferidos	(13.587)	858	-	-	-	858	(7)	(12.736)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	101.410	37.649	12.668	20.456	(1.172)	69.601	(68.882)	102.129
Interesses que não controlam	(70)	7	(7)	(19)	(13)	(32)	-	(102)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas da ST SGPS	101.340	37.656	12.661	20.437	(1.185)	69.569	(68.882)	102.027

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram consistentes com as descritas na Nota 1.3. deste Anexo.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respectivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) directa		Participação (%) efectiva		Activo líquido		Capitais Próprios		Resultado do exercício	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.	-	-	100,00	100,00	3.036.087	3.106.293	3.035.516	3.104.942	2.308	72.589
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	97,68	97,68	99,90	99,90	39.994.424	40.260.305	1.918.640	1.471.117	134.473	2.449
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A.	-	-	24,96	24,96	1.843.631	1.359.538	313.771	247.304	70.243	52.120
TOTTA & AÇORES FINANCING (1) (4)	-	-	99,90	99.90	311.792	311.787	311.792	311.787	12.360	12.360
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	-	-	99,90	99,90	37.280	32.592	37.263	32.578	258	320
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	-	-	99,90	99,90	1.337	1.180	1.161	1.014	8	47
TOTTA IRELAND, PLC (3)	-	-	99,90	99,90	1.039.176	1.011.636	410.739	298.037	945	2.732
SANTOTTA INTERNACIONAL, SGPS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.	-	-	99,90	99,90	106.527	113.881	77.628	77.588	5.376	12.591
TOTTA URBE - EMP. ADMIN. E CONSTRUÇÕES, S.A. (2)	-	-	99,90	99,90	132.009	113.713	125.479	109.961	1.470	1.941
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	25,79	25,79	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.	-	-	99,90	99,90	15.804	49.795	15.788	49.417	(19)	7.784
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO (1) (5)	-	-	99,90	99,90	471.160	431.322	326.584	284.486	20.953	20.457
TAXAGEST, SGPS, S.A.	1,00	1,00	99,90	99,90	55.727	55.731	55.722	55.724	(2)	761
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	4.116.079	4.439.409	174.931	176.957	10.200	5.633
PARTANG, SGPS, S.A.	-	-	48,95	48,95	172.497	139.643	161.418	127.785	35.936	25.401
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	-	-	21,47	21,47	334.788	317.159	98.274	89.696	10.249	9.785
HIPOTOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	158.823	179.215	158.163	178.077	310	(24)
HIPOTOTTA nº 4 FTC	-	-	-	-	1.034.833	1.107.500	1.033.635	1.104.994	(1.305)	(1.035)
HIPOTOTTA nº 5 FTC	-	-	-	-	901.075	953.003	897.390	947.977	(123)	(1.932)
LEASETOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	-	347.423	-	350.252	4.143	(1.599)
HIPOTOTTA nº 1 PLC	-	-	-	-	176.126	194.678	(775)	(1.654)	798	(152)
HIPOTOTTA nº 4 PLC	-	-	-	-	1.081.604	1.147.748	(9.483)	(13.619)	2.915	(2.036)
HIPOTOTTA nº 5 PLC	-	-	-	-	930.559	972.764	(4.439)	(8.404)	2.826	(1.155)
LEASETOTTA nº 1 Ltd	-	-	-	-	111	428.640	(6)	(13.187)	10.854	3.434
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (6)	-	-	77,18	71,54	429.050	477.098	330.315	360.442	(17.324)	(28.670)
SANTANDER MULTIOBRIGAÇÕES - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável (6)	-	-	91,87	91,13	374.055	374.590	372.261	371.951	3.320	8.824
AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (7)	-	-	49,00	-	65.105	-	16.800	-	-	-
AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.(7)	-	-	49,00	-	12.505	-	12.400	-	-	-

Nota: As demonstrações financeiras de algumas empresas subsidiárias, associadas e entidades sob controlo conjunto estão pendentes de aprovação pelos respectivos Órgãos Sociais. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que não haverá alterações com impacto significativo no lucro consolidado do Grupo.

n/d – não disponível

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a actividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação foi como segue:

Empresa	Actividade	Sede	Método de consolidação
SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Matriz
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Portugal	Integral
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A.	Bancária	Angola	Equivalência patrimonial
TOTTA & AÇORES FINANCING (1) (4)	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	Captação de fundos	EUA	Integral
TOTTA IRELAND, PLC (3)	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA INTERNACIONAL, SGPS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
TOTTA URBE - EMP. ADMINISTRAÇÃO E CONSTRUÇÕES, S.A. (2)	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
BENIM - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.	Imobiliária	Portugal	Equivalência patrimonial
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO (1) (5)	Bancária	Porto Rico	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.	Seguradora	Portugal	Integral
PARTANG, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Equivalência patrimonial
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	Gestão de cartões de crédito	Portugal	Equivalência patrimonial
HIPOTOTTA nº 1 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
LEASETOTTA nº 1 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 1 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
LEASETOTTA nº 1 Ltd	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (6)	Gestão de fundos	Portugal	Integral
SANTANDER MULTIOBRIGAÇÕES - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável (6)	Gestão de fundos	Portugal	Integral
AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.(7)	Seguradora	Portugal	Equivalência patrimonial
AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (7)	Seguradora	Portugal	Equivalência patrimonial

(1) A situação líquida destas sociedades inclui a emissão de acções preferenciais com natureza de capital que foram subscritas por entidades do Grupo Santander (Nota 31).

(2) A situação líquida desta subsidiária inclui prestações suplementares no montante de mEuros 99.760.

(3) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro, os montantes reflectidos nas colunas do "Resultado do exercício" correspondem ao resultado líquido apurado no mês de Dezembro de cada um dos exercícios. Nos períodos compreendidos entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2014 e 2013, o resultado líquido da Totta Ireland, PLC. ascendeu a mEuros 23.347 e a mEuros 41.105, respectivamente.

(4) O capital desta subsidiária está representado por 50.000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 0,01%.

(5) O capital desta subsidiária está representado por 5.000.000 de acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares dos Estados Unidos cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 1,37%.

(6) Estas entidades foram consolidadas pela primeira vez durante o exercício de 2013, em virtude do Grupo deter mais de 50% das suas unidades de participação em circulação.

(7) Estas entidades foram constituídas e consolidadas pela primeira vez durante o exercício de 2014.

De acordo com a IFRS 10, que veio substituir a IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE's) criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém controlo sobre estas entidades, uma vez que detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua actividade, nomeadamente, as obrigações emitidas por aquelas entidades com maior grau de subordinação (Nota 48). Aquelas entidades estão acima identificadas como Leasetotta FTC ou Hipototta FTC (fundos de titularização de créditos) e Hipototta PLC ou Leasetotta Ltd. (entidades que subscreveram as unidades de participação dos fundos de titularização).

Em 16 de Dezembro de 2014, no âmbito da constituição das companhias Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Aegon Vida) e Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Aegon Não Vida), o Grupo realizou entradas nos montantes de mEuros 16.800 e de mEuros 12.400, respectivamente. Estes montantes incluem o capital social de cada companhia, no montante de mEuros 7.500, bem como os respetivos prémios de emissão, nos montantes de mEuros 9.300 e de mEuros 4.900, respectivamente.

A Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. foi constituída em 16 de Dezembro de 2014 e tem por objecto o exercício da actividade de seguro direto e de resseguro cedido, do ramo Vida, para a qual tem as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte e sobrevivência da pessoa segura.

A Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. foi constituída em 16 de Dezembro de 2014 e tem por objecto o exercício da actividade de seguro direto e de resseguro cedido do ramo não vida, acidentes e doença, para a qual tem as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Os seguros não vida têm por objecto segurar danos em coisas, bens imateriais, créditos e quaisquer outros direitos patrimoniais.

Em 31 de Dezembro de 2014, o Grupo alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social de cada uma das novas companhias constituídas pelo valor global de mEuros 42.500, tendo registado mais valias líquidas de mEuros 34.848 (mais valia bruta de mEuros 37.408 e custos associados ao processo de constituição e alienação destas duas entidades, que foram totalmente suportados pela Companhia e que ascenderam a mEuros 2.560). Adicionalmente, decorrente da alienação e perda de controlo sobre as companhias acima mencionadas, o Grupo gerou uma mais valia decorrente da valorização ao justo valor das participações remanescentes de 49% de mEuros 27.525 (Nota 41).

A constituição e posterior alienação de uma participação no capital social das novas companhias foi efetuada no contexto do "Alliance and Shareholders's agreement", celebrado em 30 de Julho de 2014 entre a Companhia, o Banco Santander Totta, S.A. e a Aegon Spain Holding, B.V., no âmbito do qual foram estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem ao Grupo Santander e ao Grupo Aegon controlo conjunto sobre estas entidades. Na sequência deste acordo, foi celebrado entre as duas novas sociedades e o Banco Santander Totta, S.A. um acordo de distribuição, mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos das companhias até 31 de Dezembro de 2039.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o balanço daqueles Companhias apresentava a seguinte composição:

	Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	38.101	7.534	45.635
Outros activos intangíveis	9.823	4.957	14.780
Provisões Técnicas de resseguro cedido	15.847	15	15.862
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1.334	-	1.334
	65.105	12.506	77.611
Provisões Técnicas	34.072	46	34.118
Outros passivos financeiros	13.711	3	13.714
Outros credores por operações de seguros e outras operações	522	57	579
Capital	7.500	7.500	15.000
Outras Reservas	9.300	4.900	14.200
	65.105	12.506	77.611

Durante o exercício de 2013, o Grupo reforçou a sua participação no Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Novimovest, gerido pela Santander Asset Management, SGFIM, S.A. (“SAM”), passando a deter uma participação superior a 50%. De acordo com a política contabilística adoptada pelo Grupo, os fundos de investimento são consolidados (pelo método da consolidação integral) quando o Banco detém controlo sobre o Fundo, nomeadamente quando forem detidas mais de 50% das suas unidades de participação.

A partir de 1 de Julho de 2013, o Grupo passou a consolidar aquele Fundo.

Pelos motivos acima referidos, o Grupo procedeu igualmente em 31 de Dezembro de 2013 à consolidação do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável – Santander Multiobrigações, igualmente gerido pela SAM.

Em 31 de Dezembro de 2013, os Fundos consolidados pela primeira vez durante o exercício, a sua actividade, a percentagem de participação detida pelo Grupo e o montante suportado com a sua aquisição, foram como segue:

Entidade	Actividade desenvolvida	% de participação	Montante pago
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto - Novimovest	Fundo de investimento imobiliário	71,54%	275.910
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável - Santander Multiobrigações	Fundo de investimento mobiliário	91,13%	346.171

Dado que as unidades de participação nos fundos de investimento acima referidos eram registadas pelo seu justo valor, apurado com base no valor da unidade de participação divulgado periodicamente pela SAM junto da Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários, e dado que a totalidade das subscrições das unidades de participação foram efectuadas com base naquela fonte de valorização, não foi gerado goodwill nestas aquisições. Por outro lado, todas as subscrições de unidades de participação naqueles fundos tiveram como contrapartida numerário.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o balanço daqueles Fundos apresentava a seguinte composição:

	31-12-2014			31-12-2013 (proforma)		
	Novimovest	Multiobrigações	Total	Novimovest	Multiobrigações	Total
Carteira de títulos	3.019	318.129	321.148	3.151	344.421	347.572
Carteira de imóveis	401.239	-	401.239	449.758	-	449.758
Contas de terceiros	23.640	-	23.640	23.257	-	23.257
Disponibilidades	499	54.677	55.176	513	28.150	28.663
Acréscimos e diferimentos	653	1.249	1.902	419	2.019	2.438
	429.050	374.055	803.105	477.098	374.590	851.688
Capital do Fundo	330.315	372.261	702.576	360.442	371.951	732.393
Ajustamentos e provisões	5.366	383	5.749	5.285	580	5.865
Contas de terceiros	87.099	1.405	88.504	104.260	1.718	105.978
Acréscimos e diferimentos	6.270	6	6.276	7.111	341	7.452
	429.050	374.055	803.105	477.098	374.590	851.688

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o resultado líquido consolidado inclui um prejuízo de mEuros 13.385 e mEuros 20.529, respectivamente, atribuível ao Fundo Novimovest.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o resultado líquido consolidado inclui mEuros 3.050 e mEuros 0, respectivamente, de resultado atribuível ao Fundo Santander Multiobrigações.

Em Dezembro de 2013, o Grupo, através da Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A., procedeu à alienação de 100% das acções que detinha na Santander Asset Management, SGFIM, S.A. e na Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Santander Pensões, S.A.”) a uma entidade do Grupo Santander, tendo registado um ganho de mEuros 12.588 (Nota 41), o qual foi apurado da seguinte forma:

	Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Santander Pensões, S.A.	Total
Activos líquidos alienados	25.440	3.472	28.912
Montante recebido em numerário	37.400	4.100	41.500
Ganho apurado na operação			12.588

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Caixa	208.015	221.706
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco Central Europeu	622.460	116.135
	830.475	337.841

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Cheques a cobrar	64.841	54.077
Depósitos à ordem	709	756
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	173.847	496.556
Cheques a cobrar	1.821	1.532
	241.218	552.921

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as sub-rubricas de "Cheques a cobrar" correspondem a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito, os quais, em geral, são compensados nos dias úteis seguintes.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos à ordem" incluía um depósito à ordem no montante de mEuros 67.831 e mEuros 165.375, respectivamente, o qual é mobilizável à medida do cumprimento de determinadas obrigações assumidas perante terceiros.

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Derivados com justo valor positivo	1.966.891	1.597.172
Títulos – Instrumentos de dívida	319.221	346.070
Títulos – Unidades de participação	3.019	3.152
	2.289.131	1.946.394

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de "Instrumentos financeiros derivados" apresentavam a seguinte composição:

	2014			2013 (proforma)		
	Activo	Passivo (Nota 21)	Líquido (Nota 12)	Activo	Passivo (Nota 21)	Líquido (Nota 12)
Forwards	30.441	30.886	(445)	1.250	1.311	(61)
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	19.568	-	19.568	1.119	7.400	(6.281)
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	1.555.737	1.575.353	(19.616)	1.200.663	1.184.740	15.923
Contratos sobre cotações (equity swaps)	36.580	31.026	5.554	76.883	76.233	650
Eventos de crédito	-	7	(7)	-	-	-
Opções						
Contratos de taxa de câmbio	1.368	1.184	184	831	836	(5)
Contratos sobre cotações	157.258	136.362	20.896	137.075	116.954	20.121
Outros	-	-	-	5	-	5
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	165.939	168.542	(2.603)	179.346	179.315	31
	1.966.891	1.943.360	23.531	1.597.172	1.566.789	30.383

Em 31 de Dezembro de 2014, as rubricas de activos e passivos de "Instrumentos financeiros derivados" encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, mEuros 142.400 e mEuros 110.700, respectivamente, de "Credit Value Adjustments" e de "Debit Value Adjustments".

Em 31 de Dezembro de 2013, as rubricas de activos e passivos de "Instrumentos financeiros derivados" encontravam-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, mEuros 187.800 e mEuros 168.000, respectivamente, de "Credit Value Adjustments" e de "Debit Value Adjustments".

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de "Instrumentos financeiros derivados – Activo" incluía saldos mantidos com entidades pertencentes ao Sector Público Português em litígio no montante de mEuros 1.420.000 e mEuros 1.030.000, respectivamente (Nota 53).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos "back-to-back" com o Banco Santander, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Títulos – Instrumentos de dívida" apresentava a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Emitidos por residentes:		
De dívida pública portuguesa	11.177	76.613
De outros	9.531	23.583
Emitidos por não residentes:		
De emissores públicos estrangeiros	40.935	7.667
De outros	257.578	238.207
	319.221	346.070

Em 31 de Dezembro de 2013, o Grupo passou a consolidar pelo método de integração global o Fundo Santander Multiobrigações, o qual detém os instrumentos de dívida acima referidos.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Títulos - Unidades de participação" correspondia ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maxirent.

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Instrumentos de dívida		
Emitidos por residentes		
Obrigações do Tesouro	682.010	617.201
Dívida não subordinada	112.769	118.698
Emitidos por não residentes		
Emissores públicos estrangeiros	110.655	53.978
Outros emissores	1.365.232	1.516.632
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes	4.758	5.077
Emitidos por não residentes	3.210	2.975
	2.278.634	2.314.561

Os juros e os resultados da valorização destes activos financeiros ao seu justo valor foram reflectidos na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" (Nota 38).

Os títulos incluídos na rubrica "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados" em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, podem ser detalhados como se segue:

	2014					2013 (proforma)				
	Produtos "Unit link"		Outros produtos			Produtos "Unit link"		Outros produtos		
Descrição	Capital	Juros a receber	Capital	Juros a receber	Justo valor	Capital	Juros a receber	Capital	Juros a receber	Justo valor
Instrumentos de dívida										
Emitidos por residentes										
Obrigações do Tesouro	668.897	13.113	-	-	682.010	603.189	14.012	-	-	617.201
Dívida não subordinada	110.952	1.817	-	-	112.769	116.803	1.895	-	-	118.698
Emitidos por não residentes										
Emissores públicos estrangeiros	109.547	1.108	-	-	110.655	53.535	443	-	-	53.978
Dívida não subordinada	1.305.147	32.277	-	-	1.337.424	1.458.713	31.135	-	-	1.489.848
Dívida subordinada	17.910	4	9.893	1	27.808	-	-	26.777	7	26.784
Instrumentos de capital										
Emitidos por residentes	2.661	-	2.097	-	4.758	3.020	-	2.057	-	5.077
Emitidos por não residentes	3.052	-	158	-	3.210	2.975	-	-	-	2.975
	2.218.166	48.319	12.148	1	2.278.634	2.238.235	47.485	28.834	7	2.314.561

9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014							
			Reserva de justo valor					
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total	Correcções de valor	Imparidade (Nota 26)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	4.983.083	133.938	259.353	-	259.353	37.421	(130)	5.413.665
Outros emissores públicos nacionais	7.502	-	-	(672)	(672)	-	-	6.830
Outros residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	79.600	72	-	(8.045)	(8.045)	-	-	71.627
Dívida não subordinada	831.626	15.000	35.802	(6.957)	28.845	-	(230)	875.241
Dívida subordinada	185.322	21	-	(29.769)	(29.769)	-	(6.603)	148.971
Emitidos por não residentes								
De emissores públicos estrangeiros	222.292	3.209	26.270	(2)	26.268	-	-	251.769
Outros emissores não residentes	126.009	3.657	1.786	(344)	1.442	-	-	131.108
	6.435.434	155.897	323.211	(45.789)	277.422	37.421	(6.963)	6.899.211
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	158.224	-	621	(10.859)	(10.238)	-	(48.130)	99.856
Valorizados ao custo histórico	18.945	-	-	-	-	-	(6.396)	12.549
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	11	-	-	-	-	-	-	11
Valorizados ao custo histórico	1.992	-	-	-	-	-	(1.399)	593
	179.172	-	621	(10.859)	(10.238)	-	(55.925)	113.009
	6.614.606	155.897	323.832	(56.648)	267.184	37.421	(62.888)	7.012.220

	2013 (proforma)							
			Reserva de justo valor					
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total	Correcções de valor	Imparidade (Nota 26)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	2.166.699	29.563	409	(136.771)	(136.362)	105.608	(231)	2.165.277
Outros emissores públicos nacionais	479.002	1.118	13.156	(1.456)	11.700	-	-	491.820
Outros residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	86.505	87	-	(23.349)	(23.349)	-	-	63.243
Dívida não subordinada	417.488	8.033	7.690	(11.220)	(3.530)	-	(231)	421.760
Dívida subordinada	198.428	35	-	(46.950)	(46.950)	-	(11.193)	140.320
Emitidos por não residentes								
De emissores públicos estrangeiros	1.246.508	26.067	11.731	(75.166)	(63.435)	120.005	-	1.329.145
Outros emissores não residentes	19.002	368	412	(8)	404	-	-	19.774
	4.613.632	65.271	33.398	(294.920)	(261.522)	225.613	(11.655)	4.631.339
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	121.744	-	374	(326)	48	-	(42.737)	79.055
Valorizados ao custo histórico	20.810	-	-	-	-	-	(7.760)	13.050
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	16	-	-	-	-	-	-	16
Valorizados ao custo histórico	1.992	-	-	-	-	-	(1.399)	593
	144.562	-	374	(326)	48	-	(51.896)	92.714
	4.758.194	65.271	33.772	(295.246)	(261.474)	225.613	(63.551)	4.724.053

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de Obrigações do Tesouro e de emissores públicos estrangeiros incluíam valias reconhecidas em resultados nos montantes de mEuros 37.421 e mEuros 225.613, respectivamente, relativas a correcções de valor por operações de cobertura de risco de taxa de juro. Estes títulos apresentavam as seguintes características:

	2014						2013 (proforma)					
Descrição	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal												
. Com vencimento a um ano	2.983	22	-	102	-	3.107	677.846	5.234	12.388	(7.411)	-	688.057
. Com vencimento entre um e três anos	-	-	-	-	-	-	2.953	22	-	75	-	3.050
. Com vencimento entre três e cinco anos	1.790.592	42.375	-	54.783	-	1.887.750	517.531	6.447	-	(4.195)	-	519.783
. Com vencimento entre cinco e dez anos	3.187.521	91.485	37.421	204.082	-	3.520.509	678.096	17.804	93.220	(124.737)	-	664.383
. Com vencimento a mais de dez anos	1.500	52	-	386	-	1.938	1.493	52	-	(200)	-	1.345
Bilhetes do Tesouro - Portugal	-	-	-	-	-	-	288.293	-	-	106	-	288.399
Outros	487	4	-	-	(130)	361	487	4	-	-	(231)	260
	4.983.083	133.938	37.421	259.353	(130)	5.413.665	2.166.699	29.563	105.608	(136.362)	(231)	2.165.277
Obrigações do Tesouro - Espanha												
. Com vencimento a um ano	33.674	550	-	195	-	34.419	23.621	138	-	422	-	24.181
. Com vencimento entre um e três anos	48.320	1.233	-	2.180	-	51.733	60.829	1.101	-	505	-	62.435
. Com vencimento entre três e cinco anos	29.932	570	-	2.328	-	32.830	39.011	1.057	-	898	-	40.966
. Com vencimento entre cinco e dez anos	28.028	674	-	2.275	-	30.977	1.027.916	23.544	120.005	(75.127)	-	1.096.338
. Com vencimento a mais de dez anos	3.210	51	-	109	-	3.370	-	-	-	-	-	-
	143.164	3.078	-	7.087	-	153.329	1.151.377	25.840	120.005	(73.302)	-	1.223.920
Obrigações do Tesouro - Outros países												
. Com vencimento a um ano	2.243	9	-	1	-	2.253	30.467	211	-	697	-	31.375
. Com vencimento entre um e três anos	15.184	9	-	918	-	16.111	12.036	-	-	1.303	-	13.339
. Com vencimento entre três e cinco anos	26.666	2	-	5.737	-	32.405	-	-	-	-	-	-
. Com vencimento entre cinco e dez anos	18.362	98	-	3.971	-	22.431	36.601	4	-	5.552	-	42.157
. Com vencimento a mais de dez anos	16.673	13	-	8.554	-	25.240	16.027	12	-	2.315	-	18.354
	79.128	131	-	19.181	-	98.440	95.131	227	-	9.867	-	105.225
	5.205.375	137.147	37.421	285.621	(130)	5.665.434	3.413.207	55.630	225.613	(199.797)	(231)	3.494.422

Em 31 de Dezembro de 2014, o Banco detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro de Portugal, nos montantes de mEuros 2.002.426, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 23).

Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro de Portugal e Espanha, nos montantes de mEuros 1.595.639 e mEuros 1.070.943, respectivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 23).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Instrumentos de dívida – Emitidos por residentes - Outros residentes" incluía, entre outros, os seguintes títulos:

	2014					2013 (proforma)				
Descrição	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Adquiridos no âmbito de operações de titularização										
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES MAY	79.550	72	(8.025)	-	71.597	86.455	87	(23.329)	-	63.213
Outros	50	-	(20)	-	30	50	-	(20)	-	30
	79.600	72	(8.045)	-	71.627	86.505	87	(23.349)	-	63.243
Dívida não subordinada										
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS 3.75% JAN/2018	251.991	8.931	21.143	-	282.065	199.819	7.143	6.521	-	213.483
PARPUBLICA 2013/2015	200.000	78	4.136	-	204.214	-	-	-	-	-
BANCO COMERC PORTUGUES 22/06/201	105.358	2.512	3.702	-	111.572	-	-	-	-	-
GALP ENERGIA 2013/2017	99.455	429	1.530	-	101.414	99.226	446	1.141	-	100.813
CGD 3% 2014/2019	49.965	1.442	4.582	-	55.989	-	-	-	-	-
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	35.000	82	(442)	-	34.640	35.000	98	(2.295)	-	32.803
IBERWIND II P- CONSULTORIA SENIOR A	28.046	29	(4.165)	-	23.910	29.956	32	(5.845)	-	24.143
GALP ENERGIA SGPS SA-4.125-25/01	23.885	894	215	-	24.994	-	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES ZON MULTIMÉDIA 2010/2014	-	-	-	-	-	24.300	50	(294)	-	24.056
EDIA 2010/2030	19.250	226	(1.401)	-	18.075	19.250	227	(1.413)	-	18.064
REN REDES ENERGETICAS 4.125% 201	9.302	341	430	-	10.073	-	-	-	-	-
Outros	9.374	36	(885)	(230)	8.295	9.937	37	(1.345)	(231)	8.398
	831.626	15.000	28.845	(230)	875.241	417.488	8.033	(3.530)	(231)	421.760
Dívida subordinada										
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS 2017	122.087	19	-	(6.603)	115.503	111.360	32	-	(11.193)	100.199
CXGD Float 06/49	45.780	-	(20.940)	-	24.840	45.780	-	(24.180)	-	21.600
BPI Cap Fin Float 49	-	-	-	-	-	23.882	-	(13.632)	-	10.250
CXGD Float 49-15	14.533	-	(5.908)	-	8.625	14.533	-	(7.033)	-	7.500
Outros	2.922	2	(2.921)	-	3	2.873	3	(2.105)	-	771
	185.322	21	(29.769)	(6.603)	148.971	198.428	35	(46.950)	(11.193)	140.320

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Instrumentos de dívida - Outros emissores não residentes" incluía os seguintes títulos:

	2014				2013 (proforma)			
Descrição	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Valor de balanço
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5.875%2	57.222	2.221	97	59.540	-	-	-	-
PORTUGAL TELECOM INT FIN 4.625%2	31.373	923	(344)	31.952	-	-	-	-
EDP FINANCE BV 4.875% 14/09/2020	14.199	194	1.226	15.619	-	-	-	-
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5 2019	10.714	81	-	10.795	-	-	-	-
EDP FINANCE BV-5.75%21/09/2017	3.913	58	134	4.105	-	-	-	-
ISPIM 4% 9/11/17	2.025	11	146	2.182	2.033	12	74	2.119
GASSM 3.375% 27/1/15	2.003	63	1	2.067	2.041	63	7	2.111
BBVA 4.375% 21/9/15	1.219	15	13	1.247	1.246	14	15	1.275
BCP 9.25% 12/10/2014	-	-	-	-	2.597	53	130	2.780
CABK 4.125% 20/11/14	-	-	-	-	2.396	11	16	2.423
BBVSM 4.25% 07/14	-	-	-	-	1.200	24	21	1.245
AYT Cedulas 4% 04/14	-	-	-	-	1.199	35	9	1.243
BBVA SM 4.875% 01/14	-	-	-	-	1.000	46	2	1.048
BKT 3.25% 13/11/14	-	-	-	-	1.011	4	8	1.023
Outros	3.341	91	169	3.601	4.279	106	122	4.507
	126.009	3.657	1.442	131.108	19.002	368	404	19.774

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Instrumentos de capital" incluía os seguintes títulos:

	2014				2013 (proforma)			
Descrição	Custo de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Valorizados ao justo valor								
FUNDO SOLUÇÃO ARRENDAMENTO	28.925	(1.769)	-	27.156	24.915	(319)	-	24.596
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	33.120	-	(8.109)	25.011	28.491	-	(3.850)	24.641
LUSIMOVEST - F.I. IMOBILIARIO	26.379	186	(2.827)	23.738	26.379	-	(1.998)	24.381
BANCO BPI, SA	21.502	(9.010)	-	12.492	-	-	-	-
SANTANDER MULTIACTIVOS 0-30	3.000	(21)	-	2.979	-	-	-	-
SANTANDER MULTIACTIVOS 20-60	3.000	(49)	-	2.951	-	-	-	-
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S.A.	1.443	64	-	1.507	1.759	51	-	1.810
Títulos com imparidade a 100%	33.508	-	(33.508)	-	32.050	-	(32.050)	-
Outros	7.358	361	(3.686)	4.033	8.166	316	(4.839)	3.643
	158.235	(10.238)	(48.130)	99.867	121.760	48	(42.737)	79.071
Valorizados ao custo histórico								
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS SARL	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS NORTE S.A. (EX - AENOR)	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	(531)	3.218
(prestações suplementares) (EX - AENOR)	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	(531)	3.218
Títulos com imparidade a 100%	5.206	-	(5.206)	-	6.104	-	(6.104)	-
Outros	4.772	-	(1.527)	3.245	5.739	-	(1.993)	3.746
	20.937	-	(7.795)	13.142	22.802	-	(9.159)	13.643

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Grupo detinha 5.861.770 e 5.020.942 de unidades de participação do Fundo Solução Arrendamento Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional nos montantes de mEuros 27.156 e mEuros 24.596, respectivamente, as quais foram subscritas através do pagamento em numerário de mEuros 2 e o remanescente através da entrega de imóveis.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o Banco respondeu a chamadas de capital do Fundo Recuperação, FCR nos montantes de mEuros 4.629 e mEuros 3.477, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco detinha em carteira 33.110 e 28.427 unidades de participação, respectivamente, correspondentes a 4,12% do capital daquele Fundo.

No exercício de 2014, o Grupo participou numa operação de oferta pública de troca de valores mobiliários emitidos pelo Banco BPI, S.A. (BPI Cap Fin Float 49) por acções ordinárias da mesma entidade, sendo que aquelas acções em 31 de Dezembro de 2014 encontram-se registadas por mEuros 12.492.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda apresentavam as seguintes percentagens face aos respectivos custos de aquisição:

	2014					2013 (proforma)				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida										
. Entre 0% e 25%	224.402	1.590	-	(16.000)	209.992	3.023.712	53.913	225.613	(224.621)	3.078.617
. Entre 25% e 50%	60.363	-	-	(26.867)	33.496	101.038	87	-	(30.382)	70.743
. Mais de 50%	2.922	3	-	(2.922)	3	72.535	3	-	(39.917)	32.621
	287.687	1.593	-	(45.789)	243.491	3.197.285	54.003	225.613	(294.920)	3.181.981
Instrumentos de capital										
. Entre 0% e 25%	35.012	-	-	(1.849)	33.163	24.988	-	-	(326)	24.662
. Entre 25% e 50%	21.502	-	-	(9.010)	12.492	-	-	-	-	-
	56.514	-	-	(10.859)	45.655	24.988	-	-	(326)	24.662
	344.201	1.593	-	(56.648)	289.146	3.222.273	54.003	225.613	(295.246)	3.206.643

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Aplicações no Banco Central Europeu	-	1.600.000
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	200.000	200.407
Empréstimos	22.212	36.522
Juros a receber	5.806	3.526
	228.018	1.840.455
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	833.764	1.158.953
Aplicações a muito curto prazo	71.574	68.797
Outras aplicações	55.884	172.464
Juros a receber	31.677	30.304
	992.899	1.430.518
	1.220.917	3.270.973

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Outras aplicações” inclui contas margem de mEuros 46.926 e mEuros 172.446, respectivamente.

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Crédito geral		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	3.793.601	3.898.652
Créditos tomados	1.057.039	995.271
Crédito em conta corrente	738.311	1.011.146
Locação financeira	733.256	460.387
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	139.255	144.180
Descobertos	91.381	93.235
Outros créditos	19.866	20.309
A particulares		
Habitação	12.199.253	12.554.234
Consumo e outros	1.652.604	1.722.630
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	147.724	132.935
Créditos tomados	71.325	57.974
Crédito em conta corrente	7.263	11.615
Locação financeira	1.272	2.282
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	140	128
Descobertos	62	440
Outros créditos	3	3.231
A particulares		
Habitação	334.883	361.067
Consumo e outros	27.812	32.147
	21.015.050	21.501.863
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada emitidos	2.390.245	2.003.612
Activos titularizados não desreconhecidos (Nota 48)		
Empresas		
Locação financeira		
. Leasetotta nº 1	-	335.458
Particulares		
Empréstimos		
Crédito à habitação		
. Hipototta nº 1	157.613	177.830
. Hipototta nº 4	1.031.230	1.103.384
. Hipototta nº 5	894.145	945.687
Locação financeira		
. Leasetotta nº 1	-	205
	2.082.988	2.562.564

	2014	2013 (proforma)
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	41.490	60.190
Há mais de 90 dias	1.079.431	949.842
Activos financeiros não desreconhecidos até 90 dias	1.620	1.102
Activos financeiros não desreconhecidos há mais de 90 dias	43.696	62.830
	1.166.237	1.073.964
	26.654.520	27.142.003
Juros a receber		
Crédito não titulado	39.206	47.070
Crédito titulado	11.498	4.791
Activos titularizados não desreconhecidos	2.181	3.165
Despesas com encargo diferido	69.414	77.415
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(95.426)	(105.267)
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	4.246	4.202
	31.119	31.376
	26.685.639	27.173.379
Imparidade em crédito a clientes (Nota 26)	(1.161.618)	(1.077.876)
	25.524.021	26.095.503

Nos exercícios de 2014 e 2013 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas que na sua maioria já tinham sido abatidos ao activo. Como resultado destas operações foram registados em 2014 e 2013 ganhos líquidos nos montantes de mEuros 1.128 e mEuros 2.321, respectivamente (Nota 41).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Crédito interno – A particulares - Habitação” incluía créditos afectos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco nos montantes de mEuros 8.021.820 e mEuros 8.245.739, respectivamente (Nota 25).

No exercício de 2014 foi liquidada antecipadamente a operação de titularização Leasetotta nº 1, a qual justificou o aumento da rubrica de “Crédio interno – A empresas – Locação financeira”.

O movimento ocorrido na imparidade de crédito a clientes durante os exercícios de 2014 e 2013 é apresentado na Nota 26.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	2014	2013 (proforma)
Até três meses	43.110	61.292
Entre três e seis meses	61.723	32.115
Entre seis meses e um ano	127.866	163.839
Entre um ano e três anos	545.546	627.701
Mais de três anos	387.992	189.017
	1.166.237	1.073.964

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição da carteira de crédito concedido a clientes por sectores de actividade era a seguinte:

	2014			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura	136.363	7.203	143.566	0,54%
Silvicultura e Exploração Florestal	9.896	770	10.666	0,04%
Pesca	3.758	44	3.802	0,01%
Indústrias Extractivas	16.617	1.043	17.660	0,07%
Indústrias Alimentares	202.359	10.093	212.452	0,80%
Indústrias de Bebidas e Tabaco	160.933	11.062	171.995	0,65%
Indústrias Têxteis e do Calçado	194.547	8.379	202.926	0,76%
Indústrias de Madeira e Cortiça	94.716	5.254	99.970	0,38%
Indústrias do Papel e das Artes Gráficas	193.675	2.361	196.036	0,74%
Indústrias Químicas	171.963	3.774	175.737	0,66%
Indústrias Cerâmicas, do Vidro e do Cimento	164.282	3.488	167.770	0,63%
Indústrias Metalomecânicas	117.888	8.559	126.447	0,47%
Fabricação de Máquinas Eléctricas e Materiais de Transporte	162.960	12.526	175.486	0,66%
Electricidade, Água e Gás	683.108	2.474	685.582	2,57%
Construção Civil e Obras Públicas	1.195.295	228.721	1.424.016	5,34%
Comércio por Grosso	650.927	55.595	706.522	2,65%
Comércio a Retalho	948.063	66.781	1.014.844	3,81%
Turismo, Restaurantes e Hotéis	367.792	21.709	389.501	1,46%
Transportes e Armazenagem	227.030	10.728	237.758	0,89%
Comunicações	174.774	5.599	180.373	0,68%
Sociedades gestoras de participações sociais	881.578	11.911	893.489	3,35%
Instituições Financeiras não Monetárias	557.031	13.535	570.566	2,14%
Sector Público Administrativo	556.792	2.096	558.888	2,10%
Outras Empresas de Serviços	1.262.402	128.172	1.390.574	5,22%
Crédito a Particulares	15.816.560	532.172	16.348.732	61,34%
Crédito ao Exterior	306.597	5.112	311.709	1,17%
Outros Créditos	230.377	7.076	237.453	0,89%
	25.488.283	1.166.237	26.654.520	100,00%

	2013 (proforma)			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura	141.978	8.389	150.367	0,55%
Silvicultura e Exploração Florestal	9.449	582	10.031	0,04%
Pesca	3.122	35	3.157	0,01%
Indústrias Extractivas	23.673	1.739	25.412	0,09%
Indústrias Alimentares	220.499	9.243	229.742	0,85%
Indústrias de Bebidas e Tabaco	182.416	1.165	183.581	0,68%
Indústrias Têxteis e do Calçado	172.748	7.202	179.950	0,66%
Indústrias de Madeira e Cortiça	95.945	4.358	100.303	0,37%
Indústrias do Papel e das Artes Gráficas	186.370	2.394	188.764	0,70%
Indústrias Químicas	176.808	3.483	180.291	0,66%
Indústrias Cerâmicas, do Vidro e do Cimento	247.282	2.088	249.370	0,92%
Indústrias Metalomecânicas	114.182	7.608	121.790	0,45%
Fabricação de Máquinas Eléctricas e Materiais de Transporte	180.979	10.768	191.747	0,71%
Electricidade, Água e Gás	277.654	1.355	279.009	1,03%
Construção Civil e Obras Públicas	1.354.988	220.361	1.575.349	5,80%
Comércio por Grosso	642.398	50.003	692.401	2,55%
Comércio a Retalho	842.497	57.899	900.396	3,32%
Turismo, Restaurantes e Hotéis	398.634	27.176	425.810	1,57%
Transportes e Armazenagem	364.677	9.416	374.093	1,38%
Comunicações	175.610	4.496	180.106	0,66%
Sociedades gestoras de participações sociais	811.988	9.967	821.955	3,03%
Instituições Financeiras não Monetárias	690.880	31	690.911	2,55%
Sector Público Administrativo	551.843	2.760	554.603	2,04%
Outras Empresas de Serviços	1.307.673	128.433	1.436.106	5,29%
Crédito a Particulares	16.217.460	489.350	16.706.810	61,55%
Crédito ao Exterior	339.915	5.851	345.766	1,27%
Outros Créditos	336.371	7.812	344.183	1,27%
	26.068.039	1.073.964	27.142.003	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, considerando a segmentação para efeitos de apuramento de perdas por imparidade do Grupo, apresentavam o seguinte detalhe:

	2014		
	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito total
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	8.919.710	8.919.710
. Com indícios de imparidade	613.100	425.763	1.038.863
	613.100	9.345.473	9.958.573
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	13.934.518	13.934.518
. Com indícios de imparidade	350.449	682.606	1.033.055
	350.449	14.617.124	14.967.573
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.028.509	1.028.509
. Com indícios de imparidade	50.726	42.685	93.411
	50.726	1.071.194	1.121.920
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	236.810	236.810
. Com indícios de imparidade	37.268	4.408	41.676
	37.268	241.218	278.486
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	169.572	169.572
. Com indícios de imparidade	114.694	43.702	158.396
	114.694	213.274	327.968
	1.166.237	25.488.283	26.654.520

	2013 (proforma)		
	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito total
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	9.003.913	9.003.913
. Com indícios de imparidade	562.922	324.948	887.870
	562.922	9.328.861	9.891.783
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	14.477.439	14.477.439
. Com indícios de imparidade	339.470	664.763	1.004.233
	339.470	15.142.202	15.481.672
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.047.541	1.047.541
. Com indícios de imparidade	35.496	48.351	83.847
	35.496	1.095.892	1.131.388
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	233.736	233.736
. Com indícios de imparidade	35.152	3.508	38.660
	35.152	237.244	272.396
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	190.756	190.756
. Com indícios de imparidade	100.924	73.084	174.008
	100.924	263.840	364.764
	1.073.964	26.068.039	27.142.003

12. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014			2013 (proforma)		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Coberturas de justo valor						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	33.317	45.550	(12.233)	46.101	272.356	(226.255)
Swaps cotações (equity swap)	37.701	20.185	17.516	51.381	37.484	13.897
Opções AutoCallable	-	208	(208)	-	49.951	(49.951)
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	124.017	67.747	56.270	101.945	10.893	91.052
	195.035	133.690	61.345	199.427	370.684	(171.257)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

	2014								
		Valor nocional							
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	Valor nocional EUR	Valor nocional Outros
1.Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras	(445)	50.478	46.467	16.221	180	-	113.346	52.872	60.474
. Vendas		50.370	46.414	16.173	175	-	113.132	59.219	53.913
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	19.568	1.177.015	-	-	-	-	1.177.015	-	1.177.015
. Vendas		1.157.722	-	-	-	-	1.157.722	1.157.722	-
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)	(19.616)	733.977	79.160	438.306	992.448	4.455.578	6.699.469	6.641.360	58.109
Swaps de cotações (equity swaps)	5.554	-	66.950	120.002	210.649	70.000	467.601	467.601	-
Opções de moeda									
. Compras	184	30.560	43.043	51.373	-	-	124.976	-	124.976
. Vendas		30.560	43.043	51.373	-	-	124.976	-	124.976
Opções de cotações									
. Compras	20.896	-	-	29.053	326.093	-	355.146	353.328	1.818
. Vendas		-	-	29.053	1.818	-	30.871	29.053	1.818
Caps	(2.603)	1.047	4.145	38.207	679.144	1.155.913	1.878.456	1.878.456	-
Floors	-	-	-	5.805	649.000	448.733	1.103.538	1.103.539	-
Eventos de crédito	(7)	-	-	7.000	-	-	7.000	7.000	-
	23.531	3.231.729	329.222	802.566	2.859.507	6.130.224	13.353.248	11.750.150	1.603.099
2.Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	28.635	7.100	25.873	74.588	89.178	179.974	376.713	376.713	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(40.868)	-	-	-	-	200.000	200.000	200.000	-
Swaps de cotações (equity swaps)	17.516	293.305	398.095	610.838	1.870.023	141.301	3.313.562	3.118.223	195.339
Opções AutoCallable	(208)	-	-	21.253	-	-	21.253	21.253	-
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	56.270	200.000	-	-	1.400.000	1.300.000	2.900.000	2.900.000	-
	61.345	500.405	423.968	706.679	3.359.201	1.821.275	6.811.528	6.616.189	195.339

	2013 (proforma)								
		Valor nocional							
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	Valor nocional EUR	Valor nocional Outros
1.Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras	(61)	30.337	58.904	7.202	81	-	96.524	45.471	51.053
. Vendas		30.306	58.916	7.214	81	-	96.517	42.220	54.297
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	(6.281)	1.212.071	-	-	-	-	1.212.071	-	1.212.071
. Vendas		1.218.426	-	-	-	-	1.218.426	1.218.426	-
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)	15.923	1.357.023	524.230	454.549	2.291.303	3.090.827	7.717.932	7.631.392	86.540
Swaps de cotações (equity swaps)	650	-	-	-	337.525	140.000	477.525	477.525	-
Opções de moeda									
. Compras	(5)	13.307	35.035	10.333	-	-	58.675	23.078	35.597
. Vendas		13.307	35.035	10.333	-	-	58.675	23.078	35.597
Opções de cotações									
. Compras	20.121	-	23.079	-	346.590	-	369.669	369.669	-
. Vendas		-	23.079	-	346.590	-	369.669	369.669	-
Opções de taxa de juro									
. Compras	5	182	-	-	346.590	-	346.772	346.590	182
. Vendas		182	-	-	-	-	182	-	182
Outros (Caps & Floors)									
Caps	31	33.214	95.005	2.804	85.379	1.743.201	1.959.603	1.931.432	28.171
	30.383	3.908.355	853.283	492.435	3.754.139	4.974.028	13.982.240	12.478.550	1.503.690
2.Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	41.625	48.320	46.510	891.120	191.241	212.566	1.389.757	1.389.757	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(267.880)	-	-	400.000	-	1.675.000	2.075.000	2.075.000	-
Swaps de cotações (equity swaps)	13.897	185.571	207.162	586.121	2.426.063	34.303	3.439.220	3.270.182	169.038
Opções AutoCallable	(49.951)	62.160	153.520	1.140	21.253	-	238.073	238.073	-
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	91.052	1.000.000	-	-	1.375.000	1.525.000	3.900.000	3.900.000	-
FRA's	-	2.200.000	-	-	-	-	2.200.000	2.200.000	-
	(171.257)	3.496.051	407.192	1.878.381	4.013.557	3.446.869	13.242.050	13.073.012	169.038

O Grupo realiza operações de derivados no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura).

O Grupo transacciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC – Over-the-counter).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um Master Agreement da ISDA – Internacional Swaps and Derivatives Association. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transacções por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transacções em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a IAS 39, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comummente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Imóveis recebidos em dação em pagamento	271.204	268.035
Imóveis de serviço próprio para venda	39.214	29.485
Unidades de participação	18.663	18.663
Equipamento	3.464	4.021
Outros imóveis	100	100
	332.645	320.304
Imparidade (Nota 26)	(124.431)	(112.971)
	208.214	207.333

O movimento ocorrido na rubrica de ”Activos não correntes detidos para venda” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014										
	Saldos em 31-12-2013								Saldos em 31-12-2014		
	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Aquisições	Alienações	Transfe-rências	Utilização de imparidade	Perdas por imparidade Reforços	Perdas por imparidade Reversões	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor líquido
					(Notas 15 e 19)	(Nota 26)	(Nota 26)	(Nota 26)			
Imóveis:											
. Recebidos em dação em pagamento	268.035	(87.677)	110.040	(106.219)	(652)	19.244	(30.183)	6.210	271.204	(92.406)	178.798
. Serviço próprio para venda	29.485	(18.367)	124	(1.570)	11.175	982	(8.262)	121	39.214	(25.526)	13.688
Outros	100	-	-	-	-	-	-	-	100	-	100
Equipamento	4.021	(2.927)	1.758	(2.315)	-	989	(1.823)	1.262	3.464	(2.499)	965
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663
	320.304	(112.971)	111.922	(110.104)	10.523	21.215	(40.268)	7.593	332.645	(124.431)	208.214

	2013 (proforma)										
	Saldos em 31-12-2012								Saldos em 31-12-2013		
	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Aquisições	Alienações	Transfe-rências	Utilização de imparidade	Perdas por imparidade Reforços	Perdas por imparidade Reversões	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor líquido
					(Nota 15)	(Nota 26)	(Nota 26)	(Nota 26)			
Imóveis:											
. Recebidos em dação em pagamento	245.155	(71.078)	158.002	(135.122)	-	20.523	(55.840)	18.718	268.035	(87.677)	180.358
. Serviço próprio para venda	31.760	(15.735)	115	(9.820)	7.430	4.150	(6.832)	50	29.485	(18.367)	11.118
Outros	100	-	-	-	-	-	-	-	100	-	100
Equipamento	5.559	(3.574)	5.477	(7.015)	-	1.185	(3.914)	3.376	4.021	(2.927)	1.094
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663
	301.237	(94.387)	163.594	(151.957)	7.430	25.858	(66.586)	22.144	320.304	(112.971)	207.333

No exercício de 2014, foram transferidos para a rubrica “Outros activos - Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento” mEuros 652 de imóveis recebidos em dação.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Unidades de participação” inclui unidades de participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário - Imorent, adquiridas na sequência de um acordo de regularização de uma dívida celebrado com um cliente.

O Grupo tem como objectivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtidos através de prospecção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo

O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação/obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas, as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

14. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	401.239	449.758
Hotel	19.000	18.191
	420.239	467.949

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Grupo passou a consolidar pelo método de integração global o Fundo Imobiliário Novimovest cujo principal activo são imóveis para arrendamento.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentavam as seguintes características:

	2014	2013 (proforma)
Terrenos		
Urbanizados	38.651	47.809
Não urbanizados	9.378	9.457
Construções acabadas		
Arrendadas	278.440	307.213
Não arrendadas	74.770	85.279
	401.239	449.758

Por outro lado, durante os exercícios de 2014 e 2013, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos anuais:

	2014	2013 (proforma)
Rendas	19.630	22.744
Impostos	(3.913)	(4.762)
Condomínio	(1.339)	(1.369)
Conservação e reparação	(1.382)	(945)
Seguros	(279)	(316)
	12.717	15.352

Por último, durante o primeiro semestre de 2013, o Banco recebeu em dação em pagamento um hotel avaliado naquela data em mEuros 18.660. Em simultâneo, o Banco celebrou um contrato de locação sobre aquele imóvel pelo prazo de 1 ano renovável automaticamente. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Grupo actualizou o justo valor daquele imóvel tendo por base, respectivamente, um contrato promessa de compra e venda celebrado e um relatório de avaliação por uma entidade certificada.

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi como segue:

	2014				
	Saldo a 31 de Dezembro de 2013	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	Saldo a 31 de Dezembro de 2014
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	449.758	-	(22.507)	(26.012)	401.239
Hotel	18.191	-	809	-	19.000
	467.949	-	(21.698)	(26.012)	420.239

	2013 (proforma)					
	Saldo a 31 de Dezembro de 2012	Entradas	Alteração do perímetro de consolidação	Valorização a justo valor	Alienações	Saldo a 31 de Dezembro de 2013
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	-	-	523.886	(25.978)	(48.150)	449.758
Hotel	-	18.660	-	(469)	-	18.191
	-	18.660	523.886	(26.447)	(48.150)	467.949

O efeito da valorização ao justo valor das propriedades de investimento do Fundo Novimovest encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados "Outros resultados de exploração – Mais / menos valias não realizadas em propriedades de investimento" (Nota 43). O efeito em 2014 da valorização ao justo valor do Hotel encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados "Resultados de alienação de outros activos" (Nota 41).

As propriedades de investimento detidas pelo Banco são avaliadas, com uma periodicidade bianual, ou mais curta se entretanto tiver ocorrido um evento que suscite dúvidas quanto ao valor da última avaliação realizada, por entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 13.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a forma de apuramento do justo valor destes activos de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 foi como segue:

	2014			
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Propriedades de investimento	19.000	-	401.239	420.239

	2013 (proforma)			
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Propriedades de investimento	-	-	467.949	467.949

De acordo com os requisitos estabelecidos pela IFRS 13, apresentamos de seguida para as propriedades de investimento com maior valor na carteira do Grupo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, um resumo das suas principais características, das técnicas de valorização adoptadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

Descrição do imóvel	Ocupação	Valor em 2014	Valor em 2013 (proforma)	Técnica de valorização	*Inputs* relevantes
Hotel Delfim - Alvor Hotel em Portimão	Arrendado	33.284	33.284	Método do rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Stª Cruz do Bispo - Lotes 1,2 e 3 Terrenos em Matosinhos	Urbanizado	22.110	31.796	Método comparativo de mercado/ Método do Valor Residual	Taxa de capitalização Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
Galerias Saldanha Residence Centro Comercial em Lisboa	Arrendado	29.347	31.006	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Hotel em Cascais	Arrendado	19.000	18.191	Método do rendimento / Método do custo de reposição amortizado (2013) Contrato promessa de compra e venda (2014)	Taxa de capitalização Taxa de ocupação
Armazém em Perafita Armazém em Matosinhos	Arrendado	16.855	17.315	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Av. Antero de Quental, 9 Escritórios e loja em Ponta Delgada	Arrendado	12.441	12.441	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Estrada da Outurela, 119, Carnaxide Escritórios em Oeiras	Arrendado	12.021	12.399	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Campos de Golf Vila Sol - G1 e G2 Campos de Golf em Loulé	Arrendado	11.738	11.799	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Parque Logistico SPC Armazéns 1 e 4 Armazéns em Vila Franca de Xira	Arrendado	10.216	10.823	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Alfena - Valongo Terrenos Terrenos em Valongo	Não urbanizado	8.224	8.224	Método comparativo de mercado/ Método do custo/ Método do Valor Residual	Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
		175.236	**187.278**		

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso venha a ocorrer um aumento dos custos de construção ou de comercialização, um aumento da taxa de capitalização, uma diminuição do valor da renda por metro quadrado ou uma diminuição da taxa de ocupação, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

15. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2014															
	31-12-2013				Abates		Transferências: De / Para activos detidos para venda (Nota 13)		Transferências: Entre activos fixos	Amortizações do Exercício	Diferenças de câmbio		31-12-2014			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 26)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 26)	Valor Líquido
Outros activos tangíveis																
Imóveis																
. Imóveis de serviço próprio	405.286	(134.195)	(3.842)	1.248	102	98	(15.048)	(3.909)	(10)	7.512	-	-	391.374	(137.700)	(3.842)	249.832
. Despesas em edifícios arrendados	129.254	(110.982)	-	527	4.441	4.441	-	-	4	5.565	19	19	125.363	(112.125)	-	13.238
. Outros imóveis	312	(4)	(64)	-	6	-	-	-	-	1	-	-	306	(5)	(64)	237
Activos tangíveis em curso																
. Imóveis de serviço próprio	535	-	-	906	-	-	-	-	10	-	-	-	1.451	-	-	1.451
. Despesas em edifícios arrendados	4	-	-	-	-	-	-	-	(4)	-	-	-	-	-	-	-
	535.391	(245.181)	(3.906)	2.681	4.549	4.539	(15.048)	(3.909)	-	13.078	19	19	518.494	(249.830)	(3.906)	264.758
Equipamento																
. Mobiliário e material	22.582	(19.848)	-	278	100	100	-	-	(2)	1.037	5	5	22.763	(20.790)	-	1.973
. Máquinas e ferramentas	3.781	(3.691)	-	21	12	11	-	-	-	36	4	4	3.794	(3.720)	-	74
. Equipamento informático	126.662	(117.104)	-	4.586	1.959	1.959	-	-	-	3.844	2	2	129.291	(118.991)	-	10.300
. Instalações interiores	92.078	(83.255)	-	2.622	75.977	75.969	(140)	(104)	-	2.003	-	-	18.583	(9.185)	-	9.398
. Material de transporte	19.325	(13.261)	-	3.523	1.638	1.611	-	-	-	1.681	10	9	21.220	(13.340)	-	7.880
. Equipamento de segurança	27.016	(26.505)	-	89	454	454	-	-	-	250	-	-	26.651	(26.301)	-	350
. Outro equipamento	5.733	(4.417)	-	184	211	194	-	-	2	550	-	-	5.708	(4.773)	-	935
	297.177	(268.081)	-	11.303	80.351	80.298	(140)	(104)	-	9.401	21	20	228.010	(197.100)	-	30.910
Outros activos tangíveis																
. Equipamento em locação financeira	281	(281)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	(281)	-	-
. Património artístico	1.537	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.537	(1)	-	1.536
	1.818	(282)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.818	(282)	-	1.536
	834.386	(513.544)	(3.906)	13.984	84.900	84.837	(15.188)	(4.013)	-	22.479	40	39	748.322	(447.212)	(3.906)	297.204
Activos intangíveis																
. Software	364.141	(311.114)	-	16.622	63	63	-	-	1.665	40.830	-	-	382.365	(351.881)	-	30.484
. Activos intangíveis em curso	2.099	-	-	10	-	-	-	-	(1.665)	-	-	-	444	-	-	444
. Outros activos intangíveis																
. Trespasses	3.464	(3.464)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.464	(3.464)	-	-
. Outros	1.491	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.491	-	-	1.491
	371.195	(314.578)	-	16.632	63	63	-	-	-	40.830	-	-	387.764	(355.345)	-	32.419

	2013 (proforma)																	
	31-12-2012			Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação			Abates		Transferências De / Para activos detidos para venda (Nota 13)		Amortizações do Exercício	Reversões de Imparidade	Diferenças de câmbio		31-12-2013			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 26)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas		(Nota 26)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 26)	Valor Líquido
Outros activos tangíveis																		
Imóveis																		
. Imóveis de serviço próprio	409.631	(128.895)	(3.874)	-	-	5.922	1.010	412	(9.257)	(1.842)	7.554	32	-	-	405.286	(134.195)	(3.842)	267.249
. Despesas em edifícios arrendados	134.256	(110.173)	-	(258)	(258)	790	5.527	5.504	-	-	6.578	-	(7)	(7)	129.254	(110.982)	-	18.272
. Outros imóveis	306	(3)	(64)	-	-	6	-	-	-	-	1	-	-	-	312	(4)	(64)	244
Activos tangíveis em curso																		
. Imóveis de serviço próprio	129	-	-	-	-	406	-	-	-	-	-	-	-	-	535	-	-	535
. Despesas em edifícios arrendados	1	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4
	544.323	(239.071)	(3.938)	(258)	(258)	7.127	6.537	5.916	(9.257)	(1.842)	14.133	32	(7)	(7)	535.391	(245.181)	(3.906)	286.304
Equipamento																		
. Mobiliário e material	23.544	(19.604)	-	(669)	(669)	65	356	356	-	-	1.271	-	(2)	(2)	22.582	(19.848)	-	2.734
. Máquinas e ferramentas	4.001	(3.891)	-	(187)	(187)	23	54	54	-	-	43	-	(2)	(2)	3.781	(3.691)	-	90
. Equipamento informático	126.290	(114.623)	-	(1.281)	(1.246)	2.720	1.066	1.032	-	-	4.760	-	(1)	(1)	126.662	(117.104)	-	9.558
. Instalações interiores	92.585	(84.360)	-	(254)	(254)	3.170	3.355	3.344	(68)	(53)	2.546	-	-	-	92.078	(83.255)	-	8.823
. Material de transporte	17.898	(12.094)	-	(160)	(133)	2.623	1.033	957	-	-	2.257	-	(3)	-	19.325	(13.261)	-	6.064
. Equipamento de segurança	27.593	(26.903)	-	-	-	154	731	731	-	-	333	-	-	-	27.016	(26.505)	-	511
. Outro equipamento	5.801	(4.010)	-	-	-	141	209	209	-	-	616	-	-	-	5.733	(4.417)	-	1.316
	297.712	(265.485)	-	(2.551)	(2.489)	8.896	6.804	6.683	(68)	(53)	11.826	-	(8)	(5)	297.177	(268.081)	-	29.096
Outros activos tangíveis																		
. Equipamento em locação financeira	281	(281)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	(281)	-	-
. Património artístico	1.537	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.537	(1)	-	1.536
	1.818	(281)	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.818	(282)	-	1.536
	843.853	(504.837)	(3.938)	(2.809)	(2.746)	16.023	13.341	12.599	(9.325)	(1.895)	25.959	32	(15)	(12)	834.386	(513.544)	(3.906)	316.936
Activos intangíveis																		
. Software	345.838	(279.480)	-	(1.999)	(1.947)	21.060	758	758	-	-	34.339	-	-	-	364.141	(311.114)	-	53.027
. Activos intangíveis em curso	1.126	-	-	-	-	973	-	-	-	-	-	-	-	-	2.099	-	-	2.099
. Outros activos intangíveis																		
. Trespasses	3.614	(3.613)	-	(29)	(29)	-	121	120	-	-	-	-	-	-	3.464	(3.464)	-	-
. Outros	1.491	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.491	-	-	1.491
	352.069	(283.093)	-	(2.028)	(1.976)	22.033	879	878	-	-	34.339	-	-	-	371.195	(314.578)	-	56.617

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, a coluna de “Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação” refere-se à Santander Asset Management, SGFIM, S.A. e à Santander Pensões, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Software” inclui o software adquirido à Santander Tecnologia y Operaciones A.E.I.E., um agrupamento europeu de interesse económico pertencente ao Grupo Santander, nos montantes líquidos de depreciações de mEuros 25.414 e mEuros 50.783 respectivamente.

Durante o exercício de 2014, o Banco procedeu à revisão da vida útil estimada da sua plataforma informática Pártenon de 5 para 3 anos. Como resultado daquela revisão, as amortizações do exercício da rubrica “Software” aumentaram em cerca de mEuros 7.300 comparativamente ao exercício anterior.

16. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014		2013 (proforma)	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Investimentos em associadas				
No país				
. Partang, SGPS, S.A.	48,95	132.685	48,94	115.396
. Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A (Unicre)	21,47	33.109	21,47	31.265
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A. (Benim)	25,79	2.065	25,79	2.129
. Aegon Santander Portugal Vida	49,00	26.613	-	-
. Aegon Santander Portugal Não Vida	49,00	14.220	-	-
		208.692		148.790
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 26)				
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.		(1.500)		(1.060)
		207.192		147.730

Nos termos do acordo assinado em Agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e o BST, em 4 de Junho de 2009 a Santotta – Internacional, SGPS, S.A. (Santotta) e o BST constituíram a Partang, SGPS, S.A (Partang) mediante a entrega de acções do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. ("BCGTA"), com a anterior designação de Banco Totta de Angola, S.A., correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, respectivamente. Nos termos do mesmo acordo, foi efectuado em 2 de Julho de 2009 um aumento de capital na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo aquela participada passado a ser detida em 50% pela CGD e em 50% pelo Grupo Santander (dos quais 49,51% detidos pela subsidiária Santotta e 0,49% directamente pelo BST).

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de Julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang. Na sequência daquela operação, o BST passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA. De acordo com a IAS 27, naquela data o Banco valorizou ao justo valor a participação que passou a deter. Desta forma, a participação na Partang passou a ser registada pelo método da equivalência patrimonial.

Por outro lado, o Banco tem uma opção de venda à CGD da sua participação na Partang a exercer no prazo de 4 anos a partir de 2 de Julho de 2011 até 2015. Adicionalmente, a CGD detinha uma segunda opção de compra sobre a participação do Banco na Partang, com um limite de 80% do capital social e respectivos direitos de voto, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de aumento de capital da Partang (2 de Julho de 2009). A CGD no dia 2 de Julho de 2014 não exerceu a sua opção de compra.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Partang detém 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2014, os investimentos financeiros detidos na Partang e na Unicre incluíam goodwill. A opção de venda detida pelo Banco sobre a CGD relativamente à Partang permite recuperar na íntegra o investimento financeiro detido naquela participada. Por outro lado, o teste de imparidade efectuado sobre o goodwill da Unicre não evidenciou qualquer perda de imparidade naquele investimento financeiro.

O resumo dos dados financeiros da principal associada da Sociedade em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	Partang	
	2014	2013
Balanço		
Activos correntes	11.176	10.558
Activos não correntes	161.321	142.084
	172.497	152.642
Passivos correntes	11.079	10.555
Passivos não correntes	-	1.373
	11.079	11.928
Capital próprio, excluindo resultado líquido	125.482	115.098
Resultado líquido do exercício	35.936	25.616
Demonstração de resultados		
Resultado operacional	35.949	25.643
Resultado antes de impostos	35.949	25.643
Resultado líquido do exercício	35.936	25.616

17. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Activos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	14.538	16.973
. Pagamentos por conta	-	51.495
. Outros	598	2.217
	---	---
	15.136	70.685
	=====	=====
Passivos por impostos correntes:		
. IRC a pagar	24.642	6.266
. Outros	6.981	9.282
	---	---
	31.623	15.548
	=====	=====
Activos por impostos diferidos:		
. Relativos a diferenças temporárias	446.613	514.384
. Prejuízos fiscais reportáveis	25.958	43.129
	---	---
	472.571	557.513
	======	======
Passivos por impostos diferidos:		
. Relativos a diferenças temporárias	143.869	58.080
. Por créditos fiscais	3.505	3.765
	---	---
	147.374	61.845
	======	=====

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Activos por impostos correntes – IRC a recuperar” incluía mEuros 7.856 e mEuros 9.807, respectivamente, pagos pelo Banco relativos a correcções efectuadas pela Administração Tributária às suas declarações de impostos de exercícios anteriores. Por não concordar com os motivos daquelas correcções, o Banco registou aqueles pagamentos como um activo e apresentou reclamações graciosas relativamente às mesmas.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Impostos correntes		
. Do exercício	(32.725)	(21.449)
. Contribuição especial sobre o sector bancário	(13.922)	(10.802)
. Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's)	(1.833)	(1.598)
. Outros	(3.836)	(3.303)
	(52.316)	(37.152)
Impostos diferidos		
. Registo e reversão de diferenças temporárias	(11.910)	(26.655)
. (Encargos)/ Rendimentos por créditos fiscais	(13.924)	13.919
	(25.834)	(12.736)
	(78.150)	(49.888)

O movimento ocorrido nos impostos diferidos activos e passivos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Saldos a 31-12-2013 (proforma)	Outro rendimento integral	Resultados	Outros	Saldos a 31-12-2014
Provisões/imparidade temporariamente não aceites como custo fiscal:					
. Impostos diferidos passivos	(2.155)	-	40	-	(2.115)
. Impostos diferidos activos	242.103	-	(4.155)	-	237.948
Prejuízos fiscais reportáveis	43.129	-	(17.171)	-	25.958
Pensões:					
. Desvios actuariais	139.771	-	(18.952)	-	120.819
. Reformas antecipadas	24.244	-	7.745	-	31.989
. Prémio de antiguidade	8.423	-	2.148	-	10.571
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	4.921	-	219	-	5.140
Actividade seguradora:					
. Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve"	2.718	2.621	-	-	5.339
. Justo valor de passivos por seguros - Outros	(263)	-	69	-	(194)
Activos financeiros disponíveis para venda:					
. Impostos diferidos passivos	(6.570)	(98.067)	-	341	(104.296)
. Impostos diferidos activos	83.218	(56.278)	-	-	26.940
Derivados de cobertura:					
. Fluxos de caixa	(13.092)	6.747	-	-	(6.345)
Reavaliação de activos tangíveis	(3.765)	-	260	-	(3.505)
Operações de titularização:					
. Prémio/ desconto em dívida emitida	(251)	-	37	-	(214)
. Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(8.573)	-	4.213	-	(4.360)
. Resultados em compras de títulos intragrupo	(18.417)	-	(1.997)	-	(20.414)
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1.685	-	(802)	-	883
Outros	(1.458)	-	2.512	(1)	1.053
	495.668	(144.977)	(25.834)	340	325.197

	Saldos a 31-12-2012	Outro rendimento integral	Resultados	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação e regularizações	Saldos a 31-12-2013 (proforma)
Provisões/imparidade temporariamente não aceites como custo fiscal:					
. Impostos diferidos passivos	(5.911)	-	3.756	-	(2.155)
. Impostos diferidos activos	242.396	-	(293)	-	242.103
Prejuízos fiscais reportáveis	27.369	-	16.660	(900)	43.129
Pensões:					
. Desvios actuariais	162.482	-	(22.711)	-	139.771
. Reformas antecipadas	27.317	-	(3.073)	-	24.244
. Prémio de antiguidade	7.871	-	552	-	8.423
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	5.442	-	(521)	-	4.921
Actividade seguradora:					
. Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve"	3.074	(356)	-	-	2.718
. Justo valor de passivos por seguros - Outros	(286)	-	23	-	(263)
Activos financeiros disponíveis para venda:					
. Impostos diferidos passivos	(9.811)	3.582	-	(341)	(6.570)
. Impostos diferidos activos	167.649	(84.431)	-	-	83.218
Derivados de cobertura:					
. Fluxos de caixa	(28.852)	15.760	-	-	(13.092)
Reavaliação de activos tangíveis	(3.861)	-	96	-	(3.765)
Operações de titularização:					
. Prémio/ desconto em dívida emitida	(283)	-	32	-	(251)
. Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(8.850)	-	277	-	(8.573)
. Resultados em compras de títulos intragrupo	(18.034)	-	(383)	-	(18.417)
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.226	-	(1.541)	-	1.685
Outros	4.152	-	(5.610)	-	(1.458)
	575.090	(65.445)	(12.736)	(1.241)	495.668

A aferição da realização dos activos por impostos diferidos, nomeadamente dos associados a prejuízos fiscais reportáveis, foi efectuada através do último Business Plan aprovado pelo Conselho de Administração do Banco o qual contempla um período de 3 anos. De acordo com aquele Business Plan, os activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis serão recuperados nos próximos 2 anos.

Nos exercícios de 2014 e 2013, a reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva, foi como segue:

	2014		2013 (proforma)	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro antes de impostos		271.353		152.017
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente vigente em Portugal e nos países onde estão estabelecidas as participadas	21,31%	57.830	23,90%	36.328
Contribuição especial sobre o sector bancário	5,13%	13.922	7,11%	10.802
Constituição/(reversão) de provisões tributadas	5,00%	13.580	3,88%	5.903
Activação de impostos diferidos activos associados a reformas antecipadas	-4,04%	(10.954)	0,00%	-
Activação de impostos diferidos activos por prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores	-3,98%	(10.793)	-2,02%	(3.068)
Impacto da alteração da taxa de imposto no cálculo dos impostos diferidos do Banco	3,42%	9.283	-3,22%	(4.902)
Anulação de impostos diferidos activos resultantes de correcções efectuadas pela administração fiscal	2,24%	6.069	0,00%	-
Derramas	2,03%	5.509	0,00%	-
Efeito na taxa efectiva da desconsideração do resultado de associadas	-2,01%	(5.442)	-2,74%	(4.172)
Correcções relativas a exercícios anteriores	1,56%	4.223	1,04%	1.577
Tributação autónoma	1,13%	3.073	1,83%	2.775
Benefícios fiscais	-0,19%	(507)	-0,25%	(386)
Dividendos não tributáveis	-0,11%	(290)	-0,16%	(246)
Anulação de imposto diferido pela não atribuição de incentivos de longo prazo	0,33%	889	1,17%	1.777
Mais/menos valias não tributadas na alienação e revalorização de participadas	-2,94%	(7.982)	-2,44%	(3.713)
Outros	-0,10%	(260)	4,75%	7.213
Imposto sobre os lucros do exercício	28,78%	78.150	32,85%	49.888

Na sequência da alteração da legislação fiscal para o ano de 2015, o Banco passou a apurar e a registar os activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis a uma taxa de 21% (23% em 31 de Dezembro de 2013) e os impostos diferidos associados a diferenças temporárias a uma taxa de 29% (29,5% em 31 de Dezembro de 2013).

Os dividendos distribuídos ao Grupo por empresas filiais e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Grupo durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social), excepto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objecto de inspecção fiscal até ao exercício de 2012, inclusive. Como resultado da inspecção ao ano de 2012, o Banco foi sujeito em sede de IRC a uma liquidação adicional relativa a tributação autónoma e a diversas correcções ao prejuízo fiscal apurado naquele exercício. Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correcções efectuadas à matéria colectável abrangeram diversas matérias, incluindo, entre outras, ajustamentos relativos ao reconhecimento fiscal dos desvios actuariais, ajustamentos ao nível das reformas antecipadas e ajustamentos ao nível das utilizações de provisões para crédito vencido. Parte destas correcções são meramente temporárias.

Relativamente às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto, bem como às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 26).

18. PROVISÕES TÉCNICAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2014		
	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor de balanço
Provisão matemática de seguro directo:			
- PPR/E Garantido	224.389	-	224.389
- PPR/E Maxinveste	16.205	-	16.205
- Temporários Individual	11.872	(2.252)	9.620
- Sistema Previdencial	7.177	-	7.177
- Plano Génesis	3.919	-	3.919
- Outros produtos	2.706	-	2.706
	266.268	(2.252)	264.016
Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo			
- Temporários Individual/Grupo	3.901	-	3.901
Provisão para sinistros de seguro directo – vida	29.455	-	29.455
Provisão para sinistros de seguro directo – não vida	5	-	5
	29.460	-	29.460
Provisão para participação nos resultados atribuída de seguro directo:			
- Temporários Individual/Grupo	32	-	32
- Sistema Previdencial	30	-	30
- Plano Génesis	3	-	3
- PPR/E Garantido	1	-	1
	66	-	66
Provisão para participação nos resultados a atribuir de seguro directo:			
- PPR/E Garantido	16.966	-	16.966
- PPR/E Maxinveste	2.969	-	2.969
- Plano Génesis	444	-	444
- Outros produtos	2.340	-	2.340
	22.719	-	22.719
Total de provisão para participação nos resultados	22.785	-	22.785
Total de provisões técnicas de seguro directo	322.414	(2.252)	320.162
Provisões matemáticas de resseguro cedido	(9.765)	-	(9.765)
Provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(3.911)	-	(3.911)
Provisão para sinistros de resseguro cedido	(19.445)	-	(19.445)
Total de provisões técnicas de resseguro cedido	(33.121)	-	(33.121)

	2013 (proforma)		
	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor de balanço
Provisão matemática de seguro directo:			
- PPR/E Garantido	261.127	-	261.127
- PPR/E Maxinveste	17.600	-	17.600
- Sistema Previdencial	6.466	-	6.466
- Plano Génesis	4.749	-	4.749
- Outros produtos	2.850	-	2.850
	292.792	-	292.792
Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo			
- Temporários Individual/Grupo	55.589	(5.530)	50.059
Provisão para sinistros de seguro directo – vida	21.032	-	21.032
Provisão para sinistros de seguro directo – não vida	14	-	14
	21.046	-	21.046
Provisão para participação nos resultados atribuída de seguro directo:			
- Temporários Individual/Grupo	487	-	487
- PPR/E Garantido	107	-	107
- Sistema Previdencial	59	-	59
- PPR/E Maxinveste	7	-	7
- Plano Génesis	3	-	3
	663	-	663
Provisão para participação nos resultados a atribuir de seguro directo:			
- PPR/E Garantido	7.290	-	7.290
- PPR/E Maxinveste	1.491	-	1.491
- Outros produtos	591	-	591
	9.372	-	9.372
Total de provisão para participação nos resultados	10.035	-	10.035
Provisão para prémios não adquiridos – não vida	54	-	54
Total de provisões técnicas de seguro directo	379.516	(5.530)	373.986
Provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(38.153)	-	(38.153)
Provisão para sinistros de resseguro cedido	(12.420)	-	(12.420)
Total de provisões técnicas de resseguro cedido	(50.573)	-	(50.573)

As provisões matemáticas constituídas para os contratos do ramo vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos à participação nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas provisões foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64, GKM80 e GKM95 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro utilizadas foram de 3% e 4%, respectivamente.

19. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 proforma
Outras disponibilidades	327	315
Devedores e outras aplicações		
. Devedores por operações sobre futuros	9.523	12.548
. Capital vencido	6.677	6.481
IVA a recuperar	2.055	1.905
Contratos de suprimentos:		
. Propaço – Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda.	2.450	2.443
. Fafer – Empreendimentos Urbanísticos e Construção, S.A.	401	401
. Pavril, S.A.	269	269
. Supergolf, SGPS, S.A.	170	170
. Gestínsua – Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Devedores por bonificações a receber	3.780	4.617
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	65.440	72.478
Outros devedores diversos	48.441	56.575
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.483	2.503
Devedores por seguro directo e resseguro	6.644	9.606
Proveitos a receber		
. Outros juros e rendimentos similares	3.867	4.991
. Outros proveitos a receber	9.508	8.097
Despesas com encargo diferido	5.364	6.320
Outras imobilizações financeiras:		
. NORTREM – Aluguer de Material Ferroviário, ACE	1.138	2.093
. TREM II – Aluguer de Material Circulante, ACE	-	216
Outros	121.530	65.689
	290.193	257.843
Perdas por imparidade (Nota 26):		
. Contratos de suprimentos	(2.869)	(2.662)
. Activos recebidos em dação em pagamento	(15.849)	(14.933)
. Devedores e outras aplicações	(6.088)	(6.014)
	(24.806)	(23.609)
	265.387	234.234

A rubrica “Devedores e outras aplicações – Devedores por operações sobre futuros” refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à actividade de “trading” de futuros. As contas margem de futuros de clientes estão registadas na rubrica “Outros passivos – Credores e outros recursos – Credores por operações sobre futuros” (Nota 28).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica "Outros devedores diversos" incluía o valor dos direitos de crédito detidos sobre o Fundo Lusimovest no montante de mEuros 17.600 e mEuros 24.500, respectivamente, referentes a resgates liquidados por conta do Fundo. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica incluía mEuros 16.600 e mEuros 16.488, respectivamente, relativos a valores a receber pelo Fundo Novimovest por vendas de imóveis.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Devedores e outras aplicações - Capital vencido" incluía mEuros 6.141 e mEuros 5.017, respectivamente, relativos a rendas vencidas de imóveis arrendados pelo Fundo Novimovest.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Proveitos a receber – Outros juros e rendimentos similares" refere-se ao valor de juros a receber dos "Swap agreements" celebrados entre o Banco e o Grupo Santander e entre o Grupo Santander e os veículos de titularização (Nota 48). O valor de juros a pagar relativo a estas operações encontra-se registado na rubrica "Outros passivos – Outros juros – Relativos a "Swap agreements" (Nota 28).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outros" inclui operações activas/(passivas) a liquidar conforme se detalha de seguida:

	31-12-2014		31-12-2013 (proforma)	
	Outros activos	Outros passivos	Outros activos	Outros passivos
		(Nota 28)		(Nota 28)
Juros a receber de swaps contratados com entidades do sector público português (Nota 53)	178.048	-	45.022	-
Cheques, valores em trânsito e outras transacções a regularizar	37.112	(541)	45.669	(1.157)
Comissões a receber de unit-links	10.557	-	11.764	-
Contas a receber por operações de seguro directo e resseguro	8.209	-	7.566	-
Contratos de confirming	-	-	9.957	-
Sistema de Compensação de Débitos Directos	(8)	-	26.317	-
Saldos a regularizar em ATM's	(34.988)	-	(34.736)	-
Transferências no âmbito do SEPA	(77.400)	-	(45.870)	-
	121.530	(541)	65.689	(1.157)

20. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Recursos do Banco Central Europeu		
Depósitos	4.406.000	6.200.000
Juros a pagar	261	41.394
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	51	16
	4.406.312	6.241.410

21. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Derivados com justo valor negativo (Nota 7)	1.943.360	1.566.789

22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	3.403.409	3.592.776

A rubrica de "Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro" corresponde a valores recebidos de clientes para subscrição de produtos "Unit link" da Seguradora do Grupo e às subsequentes valorizações e desvalorizações resultantes das aplicações financeiras em que foram investidos os valores recebidos.

23. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Recursos de instituições de crédito no País		
Depósitos	66.520	135.361
Juros a pagar	7	11
	66.527	135.372
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Operações de venda com acordo de recompra	2.797.788	3.082.444
Depósitos	706.026	711.980
Recursos consignados	400.046	200.100
Recursos a muito curto prazo	33.770	41.261
Outros recursos	25.383	2.142
Juros a pagar	217	326
	3.963.230	4.038.253
	4.029.757	4.173.625

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de "Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra" tem a seguinte composição, por tipo de activo subjacente às operações de reporte:

	2014			
Tipo de subjacente	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	2.002.426	2.009	(557)	2.003.878
Dívida não subordinada	401.744	182	(122)	401.804
Obrigações emitidas pelo Grupo BST em operações de titularização	371.789	159	(66)	371.882
Obrigações emitidas por não residentes	20.222	4	(2)	20.224
	2.796.181	2.354	(747)	2.797.788

	2013 (proforma)			
Tipo de subjacente	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	1.595.639	891	(270)	1.596.260
Obrigações do Tesouro - Espanha	1.070.943	426	(191)	1.071.178
Obrigações emitidas pelo Grupo BST em operações de titularização	362.758	287	(84)	362.961
Obrigações Hipotecárias emitidas pelo BST	52.029	395	(379)	52.045
	3.081.369	1.999	(924)	3.082.444

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de "Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Recursos consignados" incluía mEuros 400.000 e mEuros 200.000, respectivamente, relativos a recursos captados junto do Banco Europeu de Investimento.

24. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Depósitos a prazo	11.837.611	11.846.823
Depósitos à ordem	5.279.885	4.487.351
Depósitos estruturados	2.996.564	2.631.902
Depósitos de poupança	27.710	36.599
Depósitos com pré-aviso	19.346	18.267
	20.161.116	19.020.942
Produtos financeiros sem participação nos resultados (Nota 51)	49.605	64.887
Cheques e ordens a pagar	30.097	75.843
Juros e custos a pagar	129.585	140.935
Correcções de valor por operações de cobertura	(24.406)	(31.429)
	20.345.997	19.271.178

25. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS E OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	6.000.000	7.132.300
Readquiridas	(4.251.000)	(6.269.550)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	13.270	5.277
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização		
Emitidas	2.140.550	2.714.309
Readquiridas	(1.185.537)	(1.590.550)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	(1.332)	(1.501)
Obrigações de caixa		
Emitidas	273.608	614.557
Readquiridas	(134.631)	(286.901)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	5.089	10.459
	2.860.017	2.328.400
Outros		
Obrigações emitidas ao abrigo do Programa EMTN		
Emitidas	32.300	141.830
Readquiridas	(1.250)	(2.940)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	2	4
	31.052	138.894
Correcções de valor por operações de cobertura	1.762	(30.862)
	2.892.831	2.436.432
Outros passivos subordinados		
Obrigações em circulação		
Emitidas	947.405	911.928
Readquiridas	(947.405)	(911.928)
	-	-

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições das obrigações hipotecárias, das obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização, das obrigações de caixa e dos outros passivos subordinados são apresentadas nos Anexos I e II, respectivamente.

Entre Maio de 2008 e Dezembro de 2014, o BST procedeu a treze emissões de obrigações hipotecárias ao abrigo do programa "€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme". Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as obrigações hipotecárias tinham um património autónomo constituído por:

	2014	2013 (proforma)
Crédito a clientes (Nota 11)	8.021.820	8.245.739
Juros de crédito	7.938	8.649
Comissões	(35.378)	(36.575)
Despesas com encargo diferido	8.458	11.222
	8.002.838	8.229.035
Derivados de cobertura	4.859	11.642
	8.007.697	8.240.677

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Grupo durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Obrigações em circulação		Programa EMTN	
	Emitidas	Readquiridas	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	6.540.960	(4.269.749)	160.530	(1.650)
. Emissões efectuadas	3.250.000	-	-	-
. Emissões reembolsadas	(2.044.103)	1.043.813	(18.700)	-
. Emissões readquiridas	-	(3.330.515)	-	(1.290)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	7.746.857	(6.556.451)	141.830	(2.940)
. Emissões efectuadas	2.501.211	-	-	-
. Emissões reembolsadas	(3.974.460)	2.921.570	(109.530)	1.690
. Emissões readquiridas	-	(750.750)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	6.273.608	(4.385.631)	32.300	(1.250)

As emissões de dívida readquiridas durante o exercício de 2013 originaram menos-valias no montante de, aproximadamente, mEuros 11.100, tendo sido registadas na rubrica "Resultados de alienação de outros activos" (Nota 41) e foram na sua maioria compensadas por ganhos na liquidação de operações de derivados.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Grupo mantinha as seguintes obrigações emitidas ao abrigo do seu programa de European Medium Term Notes (EMTN):

	2014	2013 (proforma)
Obrigações com remuneração indexada a cabazes de acções		
. Com vencimento entre um e três anos	-	109.530
Obrigações com remuneração indexada à Euribor		
. Com vencimento entre um e três anos	32.300	-
. Com vencimento entre três e cinco anos	-	32.300
	32.300	141.830

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2014 e 2013 nas obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização foi o seguinte:

	Obrigações	
	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	4.270.551	(3.060.104)
Reembolsadas	1.556.242	(1.531.525)
Readquiridas:		
- Hipototta Nr. 1 - Classe A	-	(18.687)
- Hipototta Nr. 4 - Classe A	-	(31.905)
- Hipototta Nr. 5 - Classe A2	-	(11.379)
	-	(61.971)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	2.714.309	(1.590.550)
Reembolsadas	573.759	(503.313)
Readquiridas:		
- Hipototta Nr. 4 - Classe A	-	(31.736)
- Hipototta Nr. 5 - Classe A2	-	(66.564)
	-	(98.300)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	2.140.550	(1.185.537)

Nos exercícios de 2014 e 2013, o Grupo readquiriu obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização tendo registado mais-valias de mEuros 8.900 e mEuros 2.942, respectivamente (Nota 41).

26. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E NA IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014				
	31-12-2013 (proforma)	Dotações	Reversões	Utilizações	31-12-2014
Provisões para contingências fiscais	4.476	6.500	(307)	-	10.669
Provisões para pensões e outros encargos	25.478	32.783	(5.468)	(24.607)	28.186
Provisões e imparidade para garantias e compromissos assumidos	9.125	8.263	(5.833)	-	11.555
Outras provisões	25.510	53.908	(14.574)	(11.860)	52.984
	64.589	101.454	(26.182)	(36.467)	103.394

	2013 (proforma)					
	31-12-2012	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação	Dotações	Reversões	Utilizações	31-12-2013 (proforma)
Provisões para contingências fiscais	5.663	-	835	(2.022)	-	4.476
Provisões para pensões e outros encargos	31.846	-	9.863	-	(16.231)	25.478
Provisões e imparidade para garantias e compromissos assumidos	14.894	-	540	(6.309)	-	9.125
Outras provisões	23.847	168	14.010	(11.416)	(1.099)	25.510
	76.250	168	25.248	(19.747)	(17.330)	64.589

	2014					
	Saldos em 31-12-2013 (proforma)	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	Saldos em 31-12-2014	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):						
Crédito interno	287.036	116.807	(174.300)	-	229.543	-
Crédito ao exterior	1.657	-	(556)	-	1.101	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	14.669	183	(4.208)	-	10.644	-
Outros créditos e valores a receber titulados	12.296	74	(5.143)	-	7.227	-
Imparidade para crédito e juros vencidos:						
Crédito a clientes						
. Crédito interno	694.768	258.490	(59.110)	(32.394)	861.754	(5.403)
. Crédito ao exterior	20.803	3.673	(5.162)	(91)	19.223	(1)
. Créditos titularizados não desreconhecidos	46.647	9.647	(25.804)	(383)	30.107	-
Outros créditos e valores a receber titulados	-	2.019	-	-	2.019	-
	1.077.876	390.893	(274.283)	(32.868)	1.161.618	(5.404)
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	63.551	5.554	(4.834)	(1.383)	62.888	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 16)	1.060	440	-	-	1.500	-
	64.611	5.994	(4.834)	(1.383)	64.388	-
Imparidade em activos não financeiros:						
Activos tangíveis (Nota 15)	3.906	-	-	-	3.906	-
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	112.971	40.268	(7.593)	(21.215)	124.431	-
Outros activos (Nota 19)	23.609	26.004	(24.667)	(140)	24.806	-
	140.486	66.272	(32.260)	(21.355)	153.143	-
	1.282.973	463.159	(311.377)	(55.606)	1.379.149	(5.404)

	2013 (proforma)						
	Saldos em 31-12-2012	Entradas e/ou saídas de entidades no perímetro de consolidação	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	Saldos em 31-12-2013 (proforma)	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):							
Crédito interno	319.663	-	69.020	(101.647)	-	287.036	-
Crédito ao exterior	2.120	-	-	(463)	-	1.657	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	22.742	-	187	(8.260)	-	14.669	-
Outros créditos e valores a receber titulados	3.460	-	8.836	-	-	12.296	-
Imparidade para crédito e juros vencidos:							
Crédito a clientes							
. Crédito interno	543.351	-	296.873	(54.264)	(91.192)	694.768	(7.456)
. Crédito ao exterior	17.269	-	6.671	(2.892)	(245)	20.803	-
. Créditos titularizados não desreconhecidos	54.480	-	13.329	(20.318)	(844)	46.647	-
Outros créditos e valores a receber titulados	2.577	-	-	(2.577)	-	-	-
	965.662	-	394.916	(190.421)	(92.281)	1.077.876	(7.456)
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	60.796	-	11.100	(8.345)	-	63.551	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 16)	660	-	400	-	-	1.060	-
	61.456	-	11.500	(8.345)	-	64.611	-
Imparidade em activos não financeiros:							
Activos tangíveis (Nota 15)	3.938	-	-	(32)	-	3.906	-
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	94.387	-	66.586	(22.144)	(25.858)	112.971	-
Outros activos (Nota 19)	26.352	5.095	12.340	(19.856)	(322)	23.609	-
	124.677	5.095	78.926	(42.032)	(26.180)	140.486	-
	1.151.795	5.095	485.342	(240.798)	(118.461)	1.282.973	(7.456)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as provisões para pensões e outros encargos apresentavam o seguinte detalhe:

	2014	2013 (proforma)
Planos de reestruturação	9.804	9.880
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 49)	18.381	15.598
	28.185	25.478

No exercício de 2014, as dotações e as utilizações de provisões para pensões e outros encargos são justificadas, essencialmente, pela passagem à reforma de acordo com a cláusula 137.ª do Acordo Colectivo de Trabalho de um conjunto de colaboradores.

No exercício de 2013, a redução ocorrida nas "Provisões e imparidade para garantias e compromissos assumidos" resultou, essencialmente, da redução das linhas de programas de papel comercial e da execução de algumas garantias bancárias de clientes.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outras provisões" incluía:

- Provisões para processos judiciais, na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Grupo, nos montantes de mEuros 16.780 e mEuros 4.094, respectivamente. A perda esperada por processo é apurada pela área jurídica do Grupo, com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento;

- Provisões no montante de mEuros 18.580 e mEuros 0, respectivamente, destinadas a fazer face a encargos prováveis com a diferença entre os rendimentos indicativos comunicados aos clientes de seguros e o valor gerado pelas carteiras afectas, relativamente a um conjunto de produtos ainda não vencidos; e

- Outras provisões nos montantes de mEuros 17.625 e mEuros 21.416, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, aquelas provisões destinavam-se, essencialmente, a fazer face a contingências diversas, entre as quais, fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas.

27. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Unidades de participação no Fundo Novimovest não detidas pelo Grupo	75.108	102.336
Unidades de participação no Fundo Multiobrigações não detidas pelo Grupo	30.020	32.745
	105.128	135.081

28. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros (Nota 19)	9.467	12.433
Recursos diversos		
Recursos – conta cativa	52.698	38.474
Recursos – conta caução	1.458	3.250
Outros recursos	1.452	1.438
Sector público administrativo		
Retenção de impostos na fonte	21.101	18.966
IVA a pagar	5.593	3.077
Contribuições para a segurança social	3.972	3.924
Outros	1.069	805
Cobranças por conta de terceiros	161	162
Juros, dividendos e outras remunerações de capital a pagar		
Dividendos	241	239
Outros juros e encargos similares	4.356	5.185
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.532	1.534
Credores diversos		
Credores por contratos de factoring	31.757	45.443
Credores por fornecimento de bens	7.567	9.205
Credores por operações sobre valores mobiliários	1.013	201
Outros credores	32.675	44.071
Responsabilidades com pensões (Nota 47):		
Responsabilidades do BST	907.691	846.885
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do BST	(910.580)	(840.543)
Responsabilidades da sucursal de Londres	42.855	35.037
Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	(38.223)	(30.720)
Encargos a pagar		
Por serviços bancários e operações realizadas por terceiros	2.097	642
Relativos ao pessoal		
Férias e subsídio de férias	30.779	31.447
Prémio de antiguidade	36.452	28.552
Outras remunerações variáveis	28.094	24.617
ACTV e encargos sociais	45	50
Outros custos com o pessoal	1.134	1.063
Gastos gerais administrativos	598	826
Facturas em recepção e conferência	26.874	24.265
Outros juros - relativos a “Swap agreements” (Nota 19)	4.498	5.500
Outras receitas com rendimento diferido	2.098	2.083
Valores a regularizar com bancos e clientes	6.912	9.279
Outros (Nota 19)	541	1.157
	317.977	328.547

29. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Santander Totta, SGPS, S.A. estava representado por 197.296.207.958 acções, com o valor nominal de 1 cêntimo cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	2014		
	Número de acções	% de participação	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85%	1.969.960
Outros	218.914506	0,11%	2.189
Acções próprias	81.276.108	0,04%	813
	197.296.207.958	100%	1.972.962

	2013 (proforma)		
	Número de acções	% de participação	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85%	1.969.960
Outros	229.387.755	0,11%	2.294
Acções próprias	70.802.859	0,04%	708
	197.296.207.958	100%	1.972.962

Durante os exercícios de 2014 e 2013, a Sociedade procedeu à aquisição de 10.473.249 e 19.465.759 de acções próprias pelos montantes de mEuros 235 e mEuros 433, respectivamente.

Durante o exercício de 2014, a Sociedade procedeu à distribuição de dividendos no montante de mEuros 64.986 (montante líquido dos dividendos afectos a acções próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,0003 Euros por acção.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade não procedeu à distribuição de dividendos.

Reservas de reavaliação

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda	266.934	(261.260)
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	4.351	3.314
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	21.863	44.338
Resultantes da valorização de passivos por seguros (“shadow reserve”) (Nota 42)	(22.718)	(9.366)
Ganhos e perdas actuariais	(674.971)	(626.548)
Ganhos e perdas actuariais de sociedades em equivalência patrimonial	(1.455)	(1.377)
Reservas de flutuação cambial	(486)	(10.199)
	(406.482)	(861.098)

	2014	2013 (proforma)
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda	(77.284)	76.926
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	(967)	(788)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(6.340)	(13.080)
Resultantes da valorização de passivos por seguros (“shadow reserve”)	5.339	2.718
Impacto fiscal dos desvios actuariais	177.462	176.695
Impacto fiscal dos desvios actuariais em sociedades em equivalência patrimonial	421	399
Relativas à reavaliação de activos tangíveis	(3.762)	(3.857)
Relativas à reavaliação de activos tangíveis de sociedades em equivalência patrimonial	(132)	(132)
	94.737	238.881
	(311.745)	(622.217)

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, o movimento ocorrido na rubrica “Reservas por impostos diferidos – Impacto fiscal dos desvios actuariais” foi como segue:

Saldo inicial	176.695
Impacto fiscal resultante dos desvios actuariais e financeiros apurados no ano	4.963
Impacto fiscal resultante das correcções efectuadas pelas Autoridades Fiscais aos desvios actuariais deduzidos pelo Banco em 2011 e 2012	(4.196)
Saldo final	177.462

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação actualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

Outras reservas e resultados transitados

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de "Outras reservas e resultados transitados" tinha a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Reserva legal	189.896	182.637
Reserva de fusão	640.575	640.575
Reservas consolidadas		
Empresas consolidadas pelo método integral	(230.957)	(226.462)
Empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial	23.979	15.877
Resultados transitados	288.953	293.377
	912.446	906.004

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

30. RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

Nos exercícios de 2014 e 2013, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	31-12-2014		31-12-2013 (proforma)	
	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do exercício da ST SGPS (actividade individual)	2.308	2.308	72.589	72.589
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Banco Santander Totta, S.A.	134.473	134.349	2.449	2.447
Totta Ireland PLC (1)	24.292	24.269	43.837	43.795
Santander Totta Seguros, S.A.	10.200	10.200	5.633	5.633
BST International Bank, Inc - Porto Rico	20.953	20.934	20.457	20.437
Totta & Açores Financing	12.360	12.349	12.360	12.348
Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.	(19)	(19)	7.784	7.777
Santotta - Internacional, SGPS, S.A.	5.376	5.371	4.933	4.928
Partang, SGPS, S.A.	35.936	17.593	25.616	12.540
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	70.243	17.538	52.120	13.012
Totta & Açores Inc. - New ark	8	8	47	47
Serfin - International Bank & Trust	258	258	320	320
Totta Urbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	1.470	1.469	1.997	1.995
Taxagest, SGPS, S.A.	(2)	(2)	761	760
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	10.249	2.201	9.785	2.102
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(17.324)	(13.372)	(28.670)	(20.509)
Santander Multiobrigações Fundo	3.320	3.050	-	-
		236.196		107.632
Anulação de dividendos recebidos:				
Totta Ireland PLC		(26.055)		(45.102)
Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.		(7.756)		-
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.		(6.376)		(5.589)
Partang, SGPS, S.A.		(5.385)		(5.042)
Santotta Internacional, SGPS, S.A.		(5.331)		(10.816)
Banco Santander Totta, S.A.		(1.201)		-
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.		(1.160)		(984)
Santander Totta Seguros, S.A.		-		(70.018)
Santander Pensões, S.A.		-		(759)
		(53.264)		(138.310)
Ganhos na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de titularização de crédito à habitação (Nota 41)		8.900		2.942
Outros ajustamentos relacionados com operações de titularização		(14.510)		32.493
Anulação da valorização por equivalência patrimonial pela Partang da participação no BCGTA		(11.384)		(8.102)
Valia obtida com a venda da Santander Asset Management, SGFIM, S.A. e com a Santander Pensões, S.A.		-		12.588
Anulação da imparidade reconhecida no BST para as unidades de participação do Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto		13.295		17.821
Reconhecimento das participações detidas nas sociedades Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. pelo justo valor, de acordo com o valor de venda das partes de capital alienadas (Nota 4)		27.525		-
Anulação da comissão cobrada pelo Banco Santander Totta, S.A. à Santander Totta Seguros, S.A.		(1.000)		-
Anulação da valorização das unidades de participação detidas pelo BST no Fundo Multiobrigações		(2.141)		-
Transferência de valias de activos financeiros disponíveis para venda de rendimento integral para os resultados		(2.048)		-
Outros		(10.816)		2.374
		193.061		102.027

(1) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro, o montante reflectido corresponde ao resultado líquido apurado no mês de Dezembro, acrescido do resultado líquido do período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2014 e 2013, o qual ascendeu a mEuros 23.347 e mEuros 41.105, respectivamente.

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício.

	2014	2013 (proforma)
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Sociedade	193.061	102.027
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	197.296.207.958	197.296.207.958
Número médio ponderado de acções próprias em carteira	71.203.475	52.166.536
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação	197.225.004.483	197.244.041.422
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas da Sociedade (em Euros)	0,0010	0,0005

Os resultados por acção básicos são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem acções ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

31. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Nos exercícios de 2014 e 2013, o valor das participações de terceiros em empresas do Grupo tem a seguinte distribuição por entidade:

	Balanço		Demonstração dos resultados	
	2014	2013 (proforma)	2014	2013 (proforma)
Acções preferenciais BST International Bank, Inc.	296.516	261.040	-	-
Acções preferenciais TAF	300.000	300.000	-	-
Dividendos antecipados	(1.515)	(1.407)	-	-
Outros	2.152	1.864	(142)	(102)
	597.153	561.497	(142)	(102)

Em 30 de Junho de 2006, o BST International Bank, Inc. (BST Porto Rico) procedeu à emissão de 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares Norte Americanos cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o BST Porto Rico garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 6,56%, pago se e quando declarado pelos Directores do BST Porto Rico no início de Janeiro de cada ano. O BST Porto Rico pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2016 ao preço de 100.000 Dólares Norte Americanos por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 29 de Junho de 2005, o TAF procedeu à emissão de 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o TAF garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 4,12%, pago se e quando declarado pelos Directores do TAF no início de Janeiro de cada ano. O TAF pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2015 ao preço de 1.000 Euros por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

As supra referidas emissões foram classificadas como capitais próprios dos emitentes nos termos da IAS 32. De acordo com esta Norma, as acções preferenciais emitidas são classificadas como capital próprio se:

- Não existir obrigação contratual do emitente de entregar numerário ou outro activo financeiro aos detentores das mesmas; e

- Existir discricionariedade quanto à distribuição de dividendos e ao reembolso das acções preferenciais aos respectivos detentores.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os principais dados financeiros do BST International Bank, Inc. (BST Porto Rico) e do Totta & Açores Financing (TAF), eram como segue:

	2014		2013	
	BST Porto Rico (*)	TAF	BST Porto Rico (*)	TAF
Balanço				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	11.792	-	11.787
Disponibilidades em outras instituições de crédito	570.598	297.750	593.203	297.750
Créditos sobre clientes	1	-	-	-
Outros activos	1.437	2.250	1.634	2.250
	572.036	311.792	594.837	311.787
Recursos de outras instituições de crédito	27.977	-	9.207	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	145.653	-	190.623	-
Outros passivos	1.900	-	2.672	-
	175.530	-	202.502	-
Capital próprio (excluindo resultado líquido do exercício)	368.719	299.432	365.179	299.427
Resultado líquido do exercício	27.787	12.360	27.156	12.360
	572.036	311.792	594.837	311.787
Demonstração de Resultados				
Margem financeira	28.358	13.110	27.499	13.110
Produto bancário	28.176	13.335	27.565	13.335
Resultado antes de impostos	27.787	12.360	27.156	12.360
Resultado líquido do exercício	27.787	12.360	27.156	12.360

(*) Montantes expressos em milhares de Dólares dos Estados Unidos.

32. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.084.029	1.184.934
Créditos documentários abertos	216.516	199.314
Activos dados em garantia		
Por empréstimo de títulos	-	526.720
Banco de Portugal	143.700	142.677
Fundo de Garantia de Depósitos	75.300	71.645
Sistema de Indemnização aos Investidores	5.792	4.980
Outros passivos eventuais	6	6
	1.525.343	2.130.276
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.061.094	4.169.780
Irrevogáveis	417.809	652.278
Fundo de Garantia de Depósitos	54.092	54.092
Sistema de Indemnização aos Investidores	4.139	3.178
Outros compromissos irrevogáveis	-	11.447
Outros compromissos revogáveis	215	215
	4.537.349	4 890 990
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	54.546.480	48.525.709
Valores recebidos para cobrança	125.186	142.214
Valores administrados pela instituição		
Outros valores	7	12
	54.671.673	48 667 935

O aumento ocorrido em 2014 na rubrica “Depósito e guarda de valores” é explicado, essencialmente, pela valorização dos activos depositados, nomeadamente acções nacionais e dívida pública portuguesa, bem como pela angariação de novos clientes de custódia pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Activos dados em garantia - Por empréstimo de títulos” correspondiam a obrigações emitidas pelo BST utilizadas como colaterais em operações de refinanciamento.

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

No exercício de 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos no montante de mEuros 3.918. Nesse exercício, o Banco assumiu igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 54.092. Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Nos exercícios de 2014 e 2013, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de mEuros 4.222 e mEuros 4.642, respectivamente (Nota 43).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas responsabilidades ascendia a mEuros 4.139 e mEuros 3.178, respectivamente.

33. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais		
No Banco de Portugal	229	950
Em instituições de crédito no estrangeiro	13	16
Em instituições de crédito no País	36	313
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País		
Em outras instituições de crédito	5.575	7.702
Em instituições de crédito no estrangeiro	36.844	53.150
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	554.474	593.748
Crédito ao exterior	15.460	16.115
Outros créditos e valores a receber (titulados)	65.102	64.284
Proveitos por comissões associadas ao custo amortizado	33.419	35.751
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	33.402	41.725
Juros de crédito vencido (Nota 51)	7.178	8.643
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros		
Activos financeiros disponíveis para venda - Títulos	214.159	157.484
Activos financeiros detidos para negociação – Títulos	7.593	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.075	3.952
Derivados de cobertura	220.370	290.038
Devedores e outras aplicações	147	-
Outros juros e rendimentos similares	1.975	2.556
	1.197.051	1.276.427

34. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes	309.372	369.157
De não residentes	19.813	28.781
	329.185	397.938
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	20.941	25.542
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	1.681	1.000
Organismos financeiros internacionais	1.922	71
No estrangeiro	35.898	26.851
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações hipotecárias	46.824	41.034
Outros	3.927	4.117
Juros de passivos subordinados	92	93
Juros de derivados de cobertura	208.309	262.792
Outros juros e rendimentos similares	1.663	2.001
Comissões pagas associadas ao custo amortizado do crédito	83	139
	650.525	761.578

35. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos e a rendimentos recebidos e tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Activos financeiros disponíveis para venda		
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.090	881
Unicampus	88	88
Finangest	-	206
PME Investimentos	-	120
Outros	44	327
	1.222	1.622

36. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	15.227	16.294
Créditos documentários abertos	3.633	3.605
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	4.011	7.442
Por serviços prestados		
Por transacções de cartões	63.476	63.742
Operações de crédito	32.494	44.327
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	17.908	24.734
Cobrança e administração de valores	14.365	16.949
Anuidades	15.357	14.434
Outros serviços prestados	1.874	1.779
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	28.366	39.961
Outras	317	424
Outras comissões recebidas		
Seguradoras	93.808	94.300
Depósitos à ordem	26.354	25.603
Cheques	8.175	11.702
De assessoria	6.991	6.693
Outras	1	28
	332.357	372.017

37. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	1.761	805
Por compromissos assumidos por terceiros		
Compromissos revogáveis	-	76
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Transacções de clientes	29.730	30.136
Operações de crédito	12.912	12.869
Cobrança e administração de valores	4.049	3.759
Outros serviços bancários	8.337	3.944
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	1.875	1.972
Outras	1.046	1.273
Outras comissões pagas	832	718
	60.542	55.552

38. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Activos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos de dívida	1.135	-
Instrumentos de capital	(127)	5.034
Instrumentos derivados:		
"FRA's"	-	(14)
"Swaps"		
. Contratos de taxa de câmbio	(1.373)	584
. Contratos de taxa de juro	(249.346)	8.313
. Contratos sobre cotações	1.857	12.876
. Outros	(2.464)	(10.197)
Opções:		
. Contratos de taxa de câmbio	183	476
. Contratos sobre cotações	1.820	2.449
. Outros	2.177	(427)
Futuros		
. Contratos sobre cotações	(10)	-
Contratos de garantia de taxa de juro	374	63
Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.100	1.008
	(244.674)	20.165
Derivados de cobertura:		
"Swaps"		
. Contratos de taxa de juro	180.038	62.331
. Contratos sobre cotações	(1.990)	(43.648)
Opções: - "Auto-callable"	2.530	17.702
Correcções de valor de activos e passivos objecto de cobertura		
. Crédito a clientes	44	(1.738)
. Activos financeiros disponíveis para venda	(188.189)	(95.965)
. Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.833)	49.207
. Responsabilidades representadas por títulos	9.549	11.803
	149	(308)
	(244.525)	19.857

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica "Activos financeiros detidos para negociação: Instrumentos derivados: Swaps: Contratos de taxa de juro" inclui mEuros 238.335 referentes à anulação da valorização positiva do elemento coberto, como resultado da alienação de um conjunto de títulos (Nota 39) para os quais tinha sido aplicada contabilidade de cobertura.

39. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014			2013 (proforma)		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
Dívida pública nacional	171.004	-	171.004	573	-	573
Emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros	137.760	-	137.760	3.723	-	3.723
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor	82	(2.677)	(2.595)	-	-	-
Valorizados ao custo histórico	968	-	968	-	(2)	(2)
Outros	-	(1.091)	(1.091)	-	240	240
	309.814	(3.768)	306.046	4.296	238	4.534

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, os ganhos registados na rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda" foram justificados, essencialmente, pela alienação de Obrigações do Tesouro Portuguesas e Espanholas.

40. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Ganhos na reavaliação da posição cambial	52.119	46.506
Perdas na reavaliação da posição cambial	(46.679)	(42.458)
	5.440	4.048

41. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Ganhos na alienação de investimentos em filiais e associadas (Nota 4)	62.373	12.588
Ganhos em activos tangíveis	3.806	3.739
Ganhos na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de titularização de crédito à habitação (Nota 25)	8.900	2.942
Ganhos em activos não correntes detidos para venda	3.663	2.696
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 11)	1.220	2.321
Ganhos em activos afectos a passivos por seguros	36	134
Outros ganhos	4.920	3.256
	84.918	27.676

	2014	2013 (proforma)
Perdas em activos não correntes detidos para venda	(1.360)	(3.869)
Perdas na recompra de emissão de dívida (Nota 25)	-	(11.107)
Perdas em activos tangíveis	(706)	(5.952)
Mais valias associadas a unidades de participação do Fundo Multiobrigações detidos por interesses que não controlam	(286)	-
Perdas na alienação de créditos a clientes (Nota 11)	(92)	-
Outras perdas em operações financeiras	(75)	(7.839)
	(2.519)	(28.767)
	82.399	(1.091)

42. MARGEM BRUTA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

A margem bruta de seguros apresenta a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido	35.695	32.336
Prémios brutos emitidos líquidos de resseguro	7.330	8.804
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(37.896)	(37.791)
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	(15.224)	(10.843)
Juros e rendimentos líquidos de activos afectos a provisões técnicas	7.898	11.157
Juros líquidos de encargos associados a passivos por seguros	(232)	(92)
Ganhos líquidos de activos afectos a provisões técnicas	38	1.052
Encargos com serviços e comissões associadas a provisões técnicas	(3.169)	(1.937)
	(5.560)	2.686
Margem bruta de seguros de vida em que o risco de investimento é do tomador do seguro	19.340	16.245

As provisões técnicas compreendem os passivos por contratos de seguro e os passivos financeiros por contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

Os passivos financeiros por contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados não são considerados no apuramento da margem bruta da actividade de seguros.

Nos exercícios de 2014 e 2013, a rubrica "Prémios brutos emitidos líquidos de resseguro" apresentava o seguinte detalhe:

	2014	2013 (proforma)
Temporários Individual/Grupo	79.465	75.191
Plano Poupança Reforma Educação (PPR/E)	26.080	22.036
Acidentes pessoais (não vida)	837	1.072
Seguros de capital diferido	556	593
Produtos tradicionais	355	445
	107.293	99.337
Resseguro cedido	(99.963)	(90.533)
	7.330	8.804

Nos exercícios de 2014 e 2013, a rubrica "Custos com sinistros líquidos de resseguro" apresentava o seguinte detalhe:

	2014		
	Montantes pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
PPR/E Garantido	29.530	145	29.675
Temporários Individual/Grupo	27.628	8.501	36.129
PPR/E Maxinveste	2.530	(25)	2.505
Plano Génesis	1.219	(5)	1.214
Outros produtos	288	4	292
	61.195	8.620	69.815
Resseguro cedido	(24.928)	(6.991)	(31.919)
	36.267	1.629	37.896

	2013 (proforma)		
	Montantes pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
PPR/E Garantido	31.488	(4)	31.484
Temporários Individual/Grupo	24.913	324	25.237
PPR/E Maxinveste	3.149	15	3.164
Plano Génesis	1.400	40	1.440
Outros produtos	301	2	303
	61.251	377	61.628
Resseguro cedido	(22.632)	(1.205)	(23.837)
	38.619	(828)	37.791

Nos exercícios de 2014 e 2013, o movimento ocorrido na rubrica "Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro" foi como segue:

Variação das provisões para prémios não adquiridos

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	2.612
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro em 2013	8.583
Variação dos custos de aquisição diferidos	765
Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (proforma) (Nota 18)	11.960
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro em 2014	(16.213)
Variação dos custos de aquisição diferidos	4.720
Transferência para as Aegon	
. Provisão para prémios não adquiridos líquidos de resseguro	(911)
. Custos de aquisição diferidos	434
Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (Nota 18)	(10)

Variação da provisão matemática e para compromissos de taxa

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	305.551
Variação da provisão matemática	1.237
Transferência para provisão para participação nos resultados atribuídos	357
Reconversão de passivos financeiros por contratos de investimento com participação nos resultados, para passivos por contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados	(14.353)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (proforma) (Nota 18)	292.792
Variação da provisão matemática	36.954
Acréscimos referentes à distribuição de participação nos resultados	174
Reconversão de passivos financeiros por contratos de investimento com participação nos resultados, para passivos financeiros por contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados	(47.609)
Custos de aquisição diferidos	(10.282)
Transferência para as Aegon	
. Provisão matemática líquida de resseguro	(25.808)
. Custos de aquisição diferidos	8.030
Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (Nota 18)	254.251

Variação da provisão para participação nos resultados atribuída

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	756
Participação nos resultados liquidada	(368)
Transferência para provisão matemática	(357)
Participação nos resultados atribuída em 2013	632
Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (proforma) (Nota 18)	663
Participação nos resultados liquidada	(470)
Transferência para provisão matemática	(174)
Participação nos resultados atribuída em 2014	47
Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (Nota 18)	66

Variação da provisão para participação nos resultados a atribuir

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	10.578
Variação em capitais próprios em 2013	(1.212)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (proforma) (Nota 18)	9.366
Variação em capitais próprios em 2014	13.352
Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (Nota 18)	22.718

43. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Outros rendimentos e receitas de exploração		
Rendas auferidas	20.033	11.589
Aluguer de terminais de pagamento automático	14.612	15.455
Mais valias não realizadas em propriedades de investimento (Nota 14)	7.885	2.767
Menos valias associadas a unidades de participação do Fundo Novimovest detidas por interesses que não controlam	4.556	8.904
Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.714	5.585
Reembolso de despesas	2.656	2.787
Outros	2.198	2.186
	55.654	49.273
Outros encargos de exploração		
Menos valias não realizadas em propriedades de investimento (Nota 14)	(30.392)	(29.214)
Outros encargos e gastos operacionais	(12.586)	(14.166)
Encargos com transacções realizadas por clientes	(7.903)	(10.677)
Quotizações e donativos	(5.375)	(5.206)
Despesas com máquinas de levantamento automático	(4.456)	(4.848)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 32)	(4.222)	(4.642)
Contribuições para o Fundo de Resolução	(2.528)	(4.205)
Outros impostos		
Directos	(1.645)	(1.703)
Indirectos	(1.426)	(739)
	(70.533)	(75.400)
	(14.879)	(26.127)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Rendas auferidas” incluía os montantes de mEuros 19.630 e mEuros 11.036, respectivamente, relativos a rendas auferidas pelo Fundo Imobiliário Novimovest no exercício de 2014 e no período compreendido entre 1 de Junho de 2013 (data de início de consolidação do Fundo) e 31 de Dezembro de 2013.

O Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de Fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o novo Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso nº 1/2013 e as Instruções nº 6/2013 e nº 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução.

44. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção e fiscalização (Nota 49)	8.174	6.310
Empregados	193.529	187.820
Plano de acções (Nota 50)	543	1.835
Outras remunerações variáveis	22.874	17.953
	225.120	213.918
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	51.067	50.588
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 47)	2.149	1.924
Fundo de pensões de contribuição definida	86	79
Redução das responsabilidades com subsídio por morte (Nota 47)	-	(416)
Outros encargos sociais obrigatórios	755	806
	54.057	52.981
Outros custos com o pessoal		
Transferências de pessoal	678	599
Plano complementar de reforma (Nota 47)	583	583
Outros	3.991	4.256
	5.252	5.438
	284.429	272.337

Nos exercícios de 2014 e 2013, o Grupo não registou qualquer custo com reformas antecipadas uma vez que procedeu à utilização de parte das provisões que dispunha para esse efeito (Nota 26).

O saldo da rubrica “Redução das responsabilidades com subsídio por morte” refere-se à diminuição de responsabilidades com reformados e pensionistas resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 133/2012, de 27 de Junho, o qual introduziu um limite máximo para o valor do subsídio por morte igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais.

45. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Fornecimentos externos:		
Água, energia e combustíveis	7.576	7.778
Material de consumo corrente	1.907	1.979
Outros fornecimentos	238	283
Serviços externos:		
Serviços especializados	41.956	41.696
Manutenção de software e equipamento informático	44.179	37.770
Comunicações	12.240	13.261
Rendas e alugueres	10.077	10.274
Publicidade e edição de publicações	9.535	9.559
Deslocações, estadas e representação	4.603	4.634
Conservação e reparação	4.423	3.543
Transportes	2.283	2.337
Formação de pessoal	1.482	1.810
Seguros	1.127	1.065
Outros serviços de terceiros	5.248	3.927
	146.874	139.916

46. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013 (proforma)
Partang SGPS, S.A.	17.652	12.668
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	2.203	1.473
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	(64)	(72)
	19.791	14.069

A Partang, SGPS, S.A. é participada pelo Grupo em 49% e por sua vez detém 51% do capital social do Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A..

47. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais em 2014 e 2013 pela Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada. O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades do BST com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2014 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2014	2013	2012	2011	2010
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	308.223	282.028	251.252	210.669	275.580
. Pensionistas	26.343	22.891	21.002	18.455	36.406
. Reformados e reformados antecipadamente	415.679	399.434	388.656	387.608	855.952
	750.245	704.353	660.910	616.732	1.167.938
- Cuidados de saúde (SAMS)	151.903	137.970	129.267	117.422	127.822
- Subsídio por morte	5.543	4.562	4.331	16.973	18.184
	907.691	846.885	794.508	751.127	1.313.944
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	910.580	840.543	784.937	758.244	1.312.888
Valor financiado em excesso / (não financiado)	2.889	(6.342)	(9.571)	7.117	(1.056)
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	37.912	42.565	73.518	(103.831)	-
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	6.580	(1.775)	(25.383)	(23.708)	(29.458)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	1.111	(3.115)	(15.796)	339.627	103.392
	7.691	(4.890)	(41.179)	315.919	73.934
	45.603	37.675	32.339	212.088	73.934

O aumento das responsabilidades nos exercícios de 2014 e 2013 é explicado, essencialmente, pela diminuição da taxa de desconto considerada para o cálculo das responsabilidades por serviços passados.

Em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (ACTV). Em consequência, foram transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº127/2011, de 31 de Dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a mEuros 456.111.

O valor das responsabilidades a transferir, calculado pelo Banco no momento imediatamente anterior à transferência, de acordo com os pressupostos actuariais e financeiros actualizados, por si adoptados, ascendia a mEuros 435.260.

A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social, calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro (mEuros 456.111) e os adoptados pelo Banco (mEuros 435.260), no montante de mEuros 20.851, foi registada na rubrica de "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados do exercício de 2011.

Os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das responsabilidades no momento imediatamente anterior à transferência para a Segurança Social foram os seguintes:

	Activos	Reformados
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	5,92%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	-
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,35%

O valor das responsabilidades apurado com base nos pressupostos acima totalizou mEuros 1.186.387, dos quais mEuros 435.260 correspondentes às responsabilidades transferidas, conforme referido anteriormente.

Os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foram os seguintes:

	2014	2013 (proforma)
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	2,50%	4,00%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)		
- Activos	2,50%	4,30%
- Inactivos	2,50%	3,54%
Taxa de crescimento salarial para 2015 (2014)	0,50%	0,50%
Taxa de crescimento salarial para 2016 (2015)	0,75%	0,50%
Taxa de crescimento salarial após 2016 (2015)	1,00%	2,35%
Taxa de crescimento das pensões para 2015 e 2016 (2014 e 2015)	0,00%	0,00%
Taxa de crescimento das pensões após 2016 (2015)	0,75%	1,35%
Taxa de inflação	0,75%	1,75%

Em 2013, as taxas de desconto para os activos de 4,30% e de 3,54% para os inactivos correspondiam a uma taxa média de 4%, ou seja, a utilização de taxas diferenciadas para diferentes populações conduziria ao mesmo valor de responsabilidades que seria determinado caso fosse utilizada uma taxa de 4% para a totalidade da população.

Para efeitos de apuramento do valor da pensão da Segurança Social que nos termos do ACT do sector bancário deverá abater à pensão prevista no referido ACT, foram utilizados os seguintes pressupostos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

	2014	2013 (proforma)
Taxa de crescimento salarial para cálculo da pensão dedutível:		
. Para 2015 e 2016 (2014 e 2015)	0,50%	0,50%
. Para 2016 (2015)	0,75%	0,50%
. Após 2016 (2015)	1,00%	2,35%
Inflação (nº 1 do Artigo 27.º)	1,75%	1,75%
Inflação (nº 2 do Artigo 27.º)	2,00%	2,00%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2014	Redução de 4,78%	
Factor de sustentabilidade acumulado até 2013	Redução de 4,78%	
Factor de sustentabilidade acumulado até 2012	Redução de 3,92%	
Factor de sustentabilidade acumulado até 2011	Redução de 3,14%	
Factor de sustentabilidade futuro	Redução de 0,5% por ano	

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de Dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social (para 66 anos em 2014 e 2015), deixando contudo de ser aplicável o factor de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

A conjuntura económica e a crise de dívida soberana do Sul da Europa implicaram volatilidade e disrupção no mercado de dívida da Zona Euro, com a consequente redução abrupta das yields de mercado da dívida das empresas com melhores ratings e limitação do cabaz disponível dessas obrigações. De forma a manter a representatividade da taxa de desconto tendo em consideração o universo da Zona Euro, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o BST incorporou na determinação da taxa de desconto informação sobre as taxas de juro que é possível obter em obrigações denominadas em Euros, incluindo dívida pública, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, pode ser detalhado como se segue, no que respeita ao plano de pensões do BST:

	2014	2013 (proforma)
Responsabilidades no início do exercício	846.885	794.508
Custo dos serviços correntes	1.783	1.054
Custo dos juros	30.942	32.880
(Ganhos)/perdas actuariais	44.492	40.790
Reformas antecipadas	19.790	14.028
Valores pagos	(38.532)	(38.285)
Contribuições dos empregados	2.331	2.326
Diminuição de responsabilidades com subsídio por morte (Nota 44)	-	(416)
Responsabilidades no fim do exercício	907.691	846.885

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões. Nos exercícios de 2014 e 2013, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 44):

	2014	2013 (proforma)
Custo dos serviços correntes	1.783	1.054
Custo dos juros	30.942	32.880
Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	(30.942)	(32.449)
Plano de benefício definido	1.783	1.485
Plano de contribuição definida	45	42
Plano da Sucursal de Londres	321	397
	2.149	1.924

Os colaboradores admitidos no BST após 1 de Janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o BST transfere a sua contribuição.

O movimento ocorrido nos desvios actuariais nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	583.394
Perdas actuariais com pensões geradas em 2013	32.728
Ganhos financeiros com pensões geradas em 2013	(2.653)
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2013	8.062
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2013	(462)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	621.069
Perdas actuariais com pensões geradas em 2014	31.163
Perdas financeiras com pensões geradas em 2014	896
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2014	13.329
Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2014	215
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	666.672

Os desvios actuariais com pensões ocorridos nos exercícios de 2014 e 2013 podem ser explicados como se segue:

	2014	2013 (proforma)
Alteração de pressupostos actuariais	25.033	34.831
Alteração da tabela salarial com impacto em pensões e salários	4.064	(4.362)
Alterações na população	636	2.693
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(5.474)	(4.049)
. Por permanência	3.774	3.299
. Por pensões de sobrevivência e orfandade	3.519	3.074
Passagem de reformados antecipadamente a reformados	(389)	(2.758)
	31.163	32.728

Em 2014, a alteração de pressupostos actuariais incluiu o efeito da redução da taxa de desconto de 4,0% para 2,5%, em média.

Em 2013, a alteração de pressupostos actuariais incluiu o efeito da redução da taxa de desconto de 4,5% para 4,0%, em média.

Os crescimentos de salários e pensões estimados foram revistos tendo em conta a actual situação nacional e as consequentes perspectivas de menores aumentos no futuro, ou mesmo de manutenção dos valores actuais, particularmente nos exercícios de 2015 e 2016.

O crescimento salarial efectivamente verificado nos exercícios de 2014 e 2013 para efeitos das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 1,02% e 1,63%, respectivamente.

Não houve aumento efectivo das pensões e da tabela salarial em 2014 e 2013.

Os desvios actuariais com cuidados de saúde e com o subsídio por morte ocorridos nos exercícios de 2014 e 2013 podem ser explicados como se segue:

	2014	2013 (proforma)
Alteração de pressupostos	12.878	7.734
Alterações salariais e de nível	358	130
Outros	93	198
	13.329	8.062

Em 2015, o BST espera efectuar uma contribuição de mEuros 3.049 para o seu plano de benefício definido.

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do BST é de 17 anos, incluindo activos e reformados.

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o número de participantes do Fundo era como segue:

	2014	2013 (proforma)
Empregados no activo[1]	5.262	5.409
Pensionistas	1.031	996
Reformados e reformados antecipadamente	5.373	5.339
	11.666	11.744

(1) Dos quais 195 e 181 empregados pertencem ao plano de contribuição definida em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, respectivamente.

As principais alterações demográficas ocorridas nos exercícios de 2014 e 2013 foram as seguintes:

	Activos			
	Plano de contribuição definida	Plano de benefício definido	Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
Número total em 31 de Dezembro de 2012	177	5.341	5.332	954
Saídas:				
. De activos	(16)	(42)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(78)	(30)
Transferências	-	(74)	74	-
Entradas	20	3	11	72
Número total em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	181	5.228	5.339	996
Saídas:				
. De activos	(11)	(45)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(94)	(31)
Transferências	-	(120)	120	-
Entradas	25	4	8	66
Número total em 31 de Dezembro de 2014	195	5.067	5.373	1.031

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões do BST durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	784.937
Contribuições do Banco (monetárias)	56.000
Contribuições dos empregados	2.326
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	32.449
. Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	3.116
Valores pagos	(38.285)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	840.543
Contribuições do Banco (monetárias)	76.410
Contribuições dos empregados	2.331
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	30.942
. Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	(1.114)
Valores pagos	(38.532)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2014	910.580

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2014 e 2013 ascenderam a 3,55% e 4,66%, respectivamente.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões do BST prevê que a carteira de activos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rendibilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente acções, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento colectivo, depósitos bancários, outros activos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a acções ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões do BST em vigor prevê os seguintes limites:

Classe de Activos	Intervalos previstos
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Acções	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
Commodities	0% a 5%

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição do Fundo de Pensões do BST era como segue:

	2014	2013
Instrumentos de dívida:		
. Rating A	1.110	-
. Rating BBB	106.271	83.939
. Rating BB	170.057	164.839
. Rating B	-	22.161
. Sem rating atribuido à emissão ou ao emissor	85.396	36.372
Fundos de Investimento Imobiliário	192.145	207.011
Fundos de Investimento Mobiliário	157.337	141.059
Depósitos	94.420	75.556
Imóveis:		
. Espaços comerciais	54.708	63.316
. Terrenos	860	860
Instrumentos de capital:		
. Acções portuguesas – cotadas	3.588	2.582
. Acções portuguesas – não cotadas	152	152
. Acções estrangeiras – cotadas	41.927	44.316
Instrumentos financeiros derivados		
. Opções cotadas	(790)	(1.765)
Outros	3.399	145
	910.580	840.543

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a metodologia de apuramento do justo valor dos activos e passivos acima referidos adoptada pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do BST, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 51), foi como segue:

	31-12-2014				31-12-2013 (proforma)			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos de dívida	327.908	13.829	21.097	362.834	246.197	22.846	38.268	307.311
Fundos de Investimento	144.334	2	205.146	349.482	138.865	16.004	193.201	348.070
Instrumentos de capital	45.515	-	152	45.667	46.898	-	152	47.050
Instrumentos financeiros derivados	(790)	-	-	(790)	(1.765)	-	-	(1.765)
Imóveis	-	-	55.568	55.568	-	-	64.176	64.176
	516.967	13.831	281.963	812.761	430.195	38.850	295.797	764.842

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes activos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	2014	2013 (proforma)
Imóveis arrendados	16.509	21.918
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	184.108	160.279
	200.617	182.197

Em 2010, foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definido atribuído a directivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de mEuros 4.430. Em 2014 e 2013, o prémio pago pelo Banco ascendeu a mEuros 583 (Nota 44).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verifiquem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estavam abrangidos por este plano 113 e 111 colaboradores, respectivamente.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres do BST foram os seguintes:

	2014	2013 (proforma)
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AMC00/AFC00
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	3,60%	4,60%
Taxa de crescimento salarial	3,40%	3,70%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,10%
Taxa de inflação	2,40%	2,70%

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	2014	2013 (proforma)
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	42.855	35.037
Cobertura – valor patrimonial do Fundo de Pensões	38.223	30.720
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(4.632)	(4.317)

Relativamente ao plano de pensões da Sucursal de Londres, o movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, pode ser detalhado como se segue:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2012	35.303
Custo dos serviços correntes	174
Custo dos juros	1.513
Ganhos actuariais	(353)
Valores pagos	(855)
Variações cambiais	(745)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	35.037
Custo dos serviços correntes	168
Custo dos juros	1.712
Perdas actuariais	4.622
Valores pagos	(1.139)
Variações cambiais	2.455
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2014	42.855

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	31.342
Rendimento líquido do Fundo	741
Contribuição da Sucursal	152
Valores pagos	(855)
Variações cambiais	(660)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	30.720
Rendimento líquido do Fundo	3.690
Contribuição da Sucursal	2.790
Valores pagos	(1.139)
Variações cambiais	2.162
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2014	38.223

Os custos com o plano de benefício definido da Sucursal de Londres nos exercícios de 2014 e 2013 apresentam o seguinte detalhe:

	2014	2013 (proforma)
Custo dos serviços correntes	168	174
Custo dos juros	1.712	1.513
Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	(1.559)	(1.290)
	321	397

O movimento ocorrido nos desvios actuariais da Sucursal de Londres nos exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	5.968
Ganhos actuariais com pensões em 2013	(353)
Perdas financeiras com pensões em 2013	548
Variações cambiais	(87)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	6.076
Perdas actuariais com pensões em 2014	4.622
Ganhos financeiros com pensões em 2014	(2.131)
Variações cambiais	300
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	8.867

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

	2014	2013 (proforma)
Instrumentos de dívida	32.564	25.218
Instrumentos de capital	5.582	5.413
Depósitos	77	89
Valor do Fundo	38.223	30.720

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo em balanço relacionado com os planos de pensões pode ser detalhado como se segue:

	2014	2013 (proforma)
(Insuficiência) / excesso de financiamento (plano de benefício definido)	2.889	(6.342)
(Insuficiência) de financiamento (Sucursal de Londres)	(4.632)	(4.317)
Total	(1.743)	(10.659)

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor actualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em Euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rendibilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.

- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões; contudo, será parcialmente compensada com um aumento na rendibilidade do Fundo de Pensões.

- Risco de longevidade – o valor actualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.

- Risco de salário - o valor actualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 31 de Dezembro de 2014, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada a esta data conduziria aos seguintes impactos no valor actual das responsabilidades por serviços passados do Banco (excluindo as associadas à Sucursal de Londres):

	(Redução)/Acréscimo em %	em valor
Alteração da taxa de desconto:		
. Acréscimo de 0,5%	(7,2%)	(65.686)
. Redução de 0,5%	8,20%	74.417
Alteração da taxa de crescimento dos salários:		
. Acréscimo de 0,5%	5,6%	50.729
. Redução de 0,5%	(4,8%)	(43.462)
Alteração da taxa de crescimento das pensões:		
. Acréscimo de 0,5%	7,5%	67.806
. Redução de 0,5%	(6,9%)	(62.587)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde (SAMS) decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como se segue:

	2014			2013 (proforma)		
	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.067	40.282	54.930	5.228	32.130	43.814
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	195	190	258	181	104	142
Pensionistas	1.031	5.147	7.019	996	4.784	6.524
Reformados e reformados antecipadamente	5.373	82.915	113.065	5.339	79.725	108.717
	11.666	128.534	175.272	11.744	116.743	159.197

As análises de sensibilidade acima apresentadas poderão não ser representativas das alterações que possam vir a ocorrer no futuro no plano de benefícios definidos em virtude de as mesmas estarem a ser consideradas isoladamente e algumas delas estarem correlacionadas.

48. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre Julho de 2003 e Fevereiro de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de doze operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 23.250.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC, à excepção das últimas operações de titularização (Hipototta nº 11 e Hipototta nº 12), em que os créditos foram vendidos à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus).

Em Abril de 2009, a Totta IFIC procedeu à titularização de parte da sua carteira de leasing e aluguer de longa duração, através de uma operação cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.300.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a um fundo de titularização de créditos denominado LeaseTotta nº 1 FTC.

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito de uma operação de titularização de Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.462.000.

Em Abril de 2010, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 6 Ltd, criado no âmbito de uma operação de titularização de Outubro de 2007, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 2.200.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.752.357.

Em Janeiro e Fevereiro de 2011, o BST celebrou “Mortgage Retransfer Agreements” com o Hipototta nº 2 PLC, com o Hipototta nº 3 PLC e com o Hipototta nº 10 Ltd. Ao abrigo dos referidos acordos, o BST recomprou os créditos previamente titularizados, nos montantes de mEuros 880.636, mEuros 1.548.396 e mEuros 803.494, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas titularizações pelo respectivo valor nominal.

Em Março de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito a empresas e de papel comercial através de uma operação designada por BST SME nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 2.000.000. Adicionalmente, em Junho de 2011 titularizou parte da sua carteira de crédito ao consumo através de uma operação designada por Totta Consumer nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.000.000. Os créditos destas operações foram vendidos pelo seu valor nominal à Tagus. Em Março de 2012, o BST procedeu à liquidação do BST SME nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “SME Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.792.480.

Em Outubro de 2011, o BST procedeu à liquidação do Hipottota nº 8. Esta liquidação ocorreu através do “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 907.828.

Em Maio e Junho de 2012, o BST celebrou “Mortgage Retransfer Agreements” com o Hipototta nº 11 e o Hipototta nº 12. Ao abrigo dos referidos acordos, o BST recomprou os créditos previamente titularizados, nos montantes de mEuros 1.719.660 e mEuros 1.197.009, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas titularizações pelo respectivo valor nominal.

Em Agosto de 2012, o BST procedeu à liquidação do Totta Consumer nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “Consumer Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 626.373.

Em Maio de 2013, o BST procedeu à liquidação do Hipototta n.º 7. Esta liquidação ocorreu através do “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.196.403.

Em Dezembro de 2014, o BST procedeu à liquidação do LeaseTotta nº 1 FTC. A referida liquidação ocorreu através do "Consumer Receivables Retransfer Agreement", mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 280.175.

Os Fundos Hipototta são geridos pela Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navegator). O BST continua a efectuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação directa ou indirecta na Navegator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta PLC efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2014, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipottta nº 1 PLC

	Montante		Rating				Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Actual	S&P	Moody's	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	145.770	A-	Baa3	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	9.714	A-	Ba1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	4.281	A-	Ba2	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	1.100.000	159.765						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	1.117.600	170.765						

Hipottta nº 4 PLC

	Montante					Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Actual	Rating Fitch	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	905.861	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%
Classe B	44.240	32.956	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%
Classe C	139.720	104.081	CCC	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%
	2.800.000	1.042.898					
Classe D	14.000	14.000		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.814.000	1.056.898					

Hipottta nº 5 PLC

	Montante		Rating				Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Actual	S&P	Moody's	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	796.849	BBB	Baa3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	BBB-	Ba3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	BBB-	B2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BB	B3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB-	Caa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	2.000.000	903.849						
Classe F	10.000	9.038	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.010.000	912.887						

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC e Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos Hipototta nº 1 e nº 4 e as obrigações da classe F, no que se refere ao Hipototta nº 5 constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito titularizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1 e nº 4 PLC correspondia a uma taxa média anual de 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 0,9% sobre o valor total da carteira de crédito.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipototta, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados “Swap Agreements” entre o Grupo Santander e os primeiros Hipototta emitidos e entre o BST e os restantes veículos de titularização destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

49. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transacções no exercício de 2014 foram as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo	
Banco Santander, S.A.	Espanha
Santusa Holding SL	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta & Açores Financing	Ilhas Cayman
Serfim International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta Ireland, PLC	Irlanda
BST International Bank, Inc. - Porto Rico	Porto Rico
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Santotta Internacional - S.G.P.S., S.A.	Portugal
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Tottaurbe - Empresa de Adminstração e Construções, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável – Santander Multiobrigações	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
Hipototta Nº. 1 PLC	Irlanda
Hipototta Nº. 4 PLC	Irlanda
Hipototta Nº. 5 PLC	Irlanda
Leasetotta Nº. 1 LTD	Irlanda
Hipototta Nº. 1 FTC	Portugal
Hipototta Nº. 4 FTC	Portugal
Hipototta Nº. 5 FTC	Portugal
Leasetotta Nº.1 FTC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com o Grupo	
Abbey National Treasury Services, PLC	Reino Unido
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Banco Santander de Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, S.A. S.G.E.C.R.	Espanha
Financeira El Corte Inglês, E.F.C., S.A.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Optimal Strategic Us Equity Irl Euro Fnd	Irlanda
Portal Universia Portugal - Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	Espanha
Retama Real Estate, SL	Espanha
Santander Asset Management, S.A., SGIIC	Espanha
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Back-Office Globales Espec, S.A.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Bank S.A.	Noruega
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities, SL	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities, Inc.	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander UK PLC	Reino Unido
Sovereign Bank	EUA
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transacções no exercício de 2013 foram as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo	
Banco Santander, S.A.	Espanha
Santusa Holding SL	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta & Açores Financing	Ilhas Cayman
Serfim International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta Ireland, PLC	Irlanda
BST International Bank, Inc. - Porto Rico	Porto Rico
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santotta Internacional - S.G.P.S., S.A.	Portugal
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Tottaurbe - Empresa de Adminstração e Construções, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável – Santander Multiobrigações	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
Hipototta Nº. 1 PLC	Irlanda
Hipototta Nº. 4 PLC	Irlanda
Hipototta Nº. 5 PLC	Irlanda
Hipototta Nº. 7 LTD	Irlanda
Leasetotta Nº. 1 LTD	Irlanda
Hipototta Nº. 1 FTC	Portugal
Hipototta Nº. 4 FTC	Portugal
Hipototta Nº. 5 FTC	Portugal
Hipototta Nº. 7 FTC	Portugal
Leasetotta Nº.1 FTC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com o Grupo	
Abbey National Treasury Services, PLC	Reino Unido
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Banco Banif, S.A.	Espanha
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Banco Santander de Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, S.A. S.G.E.C.R.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Grupo Banesto	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Optimal Strategic Us Equity Irl Euro Fnd	Irlanda
Portal Universia Portugal - Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	Espanha
Retama Real Estate, SL	Espanha
Santander Asset Management, S.A., SGIIC	Espanha
Santander Back-Office Globales Espec, S.A.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander de Titulizacion SGFT	Espanha
Santander Global Facilities	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities, Inc.	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander UK PLC	Reino Unido
Sovereign Bank	EUA
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos e transacções mantidas durante aqueles exercícios com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	2014		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum com o Grupo
Activos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15.855	-	604
Activos financeiros detidos para negociação	222.816	35.326	2.030
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	25.145	-	188.527
Activos financeiros disponíveis para venda	604	-	1.236
Aplicações em instituições de crédito	945.038	826	206.433
Crédito a clientes	-	35.065	1.402
Derivados de cobertura	190.764	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	207.192	-
Outros activos	13.396	5.395	1.547
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.806.191	-	2
Recursos de outras instituições de crédito	1.118.533	101.906	2.967
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	56.811	35.946
Responsabilidades representadas por títulos	35.936	-	1.517
Derivados de cobertura	133.100	-	-
Outros passivos	4.375	1.332	3.423
Custos:			
Juros e encargos similares	183.610	290	968
Encargos com serviços e comissões	256	-	8.070
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.348.551	1.966	147
Resultados de reavaliação cambial	5	-	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	-	-	1.184
Margem bruta da actividade de seguros	-	-	38
Gastos gerais administrativos	-	-	47.228
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	207.926	60	5.423
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	716.098	3.814	2.319
Rendimentos de serviços e comissões	189	-	17.712
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	506	-	7.489
Margem bruta da actividade de seguros	62	-	-
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	19.791	-
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	19.786	-	15.249
Garantias recebidas	1	-	16.000
Compromissos perante terceiros	25.788	6.829	30.721
Operações cambiais e instrumentos derivados	15.159.296	29.744	1.818
Responsabilidades por prestação de serviços	2.066.519	35.017	46.532

	2013 (proforma)		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum com o Grupo
Activos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.674	-	1.780
Activos financeiros detidos para negociação	262.686	25.416	24.724
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	29.455	-	306.230
Activos financeiros disponíveis para venda	562	-	533
Aplicações em instituições de crédito	1.256.990	1.686	218.579
Crédito a clientes	-	35.717	1.097
Derivados de cobertura	174.964	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	147.730	-
Outros activos	17.536	5.047	1.574
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.552.750	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	574.924	154.986	5.666
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	10.801	34.437
Responsabilidades representadas por títulos	73.580	-	35.172
Derivados de cobertura	370.487	-	-
Outros passivos	5.329	-	1.562
Custos:			
Juros e encargos similares	224.137	551	1.060
Encargos com serviços e comissões	26	-	1.320
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.009.308	-	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	13	-	20.016
Margem bruta da actividade de seguros	-	-	71
Gastos gerais administrativos	-	-	40.639
Imparidade em Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	400	-
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	268.873	145	3.909
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.201.389	-	3.003
Resultados de reavaliação cambial	642	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	161	-	369
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	1.831	-	49.221
Margem bruta da actividade de seguros	1	-	2
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	14.069	-
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	309
Resultados de outros activos	-	-	12.588
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	11.642	-	96.436
Garantias recebidas	710	-	1.400
Compromissos perante terceiros	19.669	6.058	10.244
Operações cambiais e instrumentos derivados	20.678.434	23.078	-
Responsabilidades por prestação de serviços	2.017.935	32.487	18.328

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência da Sociedade, ascenderam a mEuros 809 e mEuros 1.009, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nessas datas mEuros 8.174 e mEuros 6.310, respectivamente (Nota 44).

O Grupo Santander, no qual está inserida a Santander Totta, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, o qual se encontra descrito na Nota 50 e que está dividido em ciclos. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica de "Custos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é apresentado de seguida:

	2014	2013 (proforma)
Quinto ciclo – PI13– atribuídas em 2010 e a exercer em Julho de 2013	-	118
Sexto ciclo – PI14– atribuídas em 2011 e a exercer em Julho de 2014	7	11
	---	-----
	7	129
	==	===

Os ciclos do plano de acções vinculado a objectivos dos membros do Conselho de Administração terminaram nas datas abaixo indicadas e foram atribuídas acções aos seguintes valores por acção:

Ciclo	Data de finalização	Número de acções atribuídas	Valor por acção
Primeiro	6 de Julho de 2009	97.676	8,49 Euros
Segundo	8 de Julho de 2010	140.124	8,77 Euros
Terceiro	11 de Julho de 2011	137.038	7,51 Euros
Quarto	9 de Julho de 2012	39.075	4,88 Euros
Quinto	31 de Julho de 2013	-	n.a.
Sexto	31 de Julho de 2014	-	n.a.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3 l).

Em Assembleia Geral de Accionistas do BST de 30 de Maio de 2007 foi aprovado o "Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez", aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - Totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-Totta. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, actualmente, está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 18.381 e mEuros 15.598, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica "Provisões para pensões e outros encargos" (Nota 26).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do Grupo, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

Sociedade de revisores oficiais de contas

A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Sociedade em 2014 ascendeu a mEuros 60, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

50. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Por decisão da Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander, S.A. foi aprovado o "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander". Este plano está dividido em ciclos, tendo sido aprovados até ao momento seis ciclos. O Grupo está também inserido neste plano.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander, S.A.. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções definido inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander, S.A. comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção, para os primeiros três ciclos e o retorno total para o accionista nos restantes ciclos.

As datas de finalização dos ciclos do Plano de Acções Vinculado a Objectivos, o número total de acções atribuídas e o valor por acção, apresentam o seguinte detalhe:

Ciclo	Data de finalização	Número total de acções atribuídas	Valor por acção
Primeiro	6 de Julho de 2009	326.681	8,49 Euros
Segundo	8 de Julho de 2010	540.822	8,77 Euros
Terceiro	11 de Julho de 2011	571.640	7,51 Euros
Quarto	9 de Julho de 2012	200.897	4,88 Euros
Quinto	31 de Julho de 2013	-	n.a.
Sexto	31 de Julho de 2014	-	n.a.

Conforme descrito na Nota 1.3. r), o registo contabilístico dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Grupo a estes instrumentos na demonstração de resultados do exercício, na rubrica de "Custos com o pessoal", na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, a cobertura e a execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o custo total do "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander" para todos os colaboradores do Grupo abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como se segue:

	2014	2013 (proforma)
Quinto ciclo – PI13 – atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	-	748
Sexto ciclo – PI14 – atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	543	1.087
	---	---
	543	1.835
	===	====

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das mesmas encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2012:					
PI13	715.213	5,5707	jul-2013	330	2010
PI14	629.698	4,5254	jul-2014	323	2011
Movimento em 2013:					
PI13 - Acções não disponibilizadas	(715.213)	-	jul-2013	(330)	-
PI14 - Anulações	(2.600)	-	jul-2014	(1)	-
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2013 (proforma):					
PI14	627.098	4,5254	jul-2014	322	2011
Movimento em 2014:					
PI14 - Acções não disponibilizadas	(627.098)	-	jul-2014	(322)	-

Nos exercícios de 2014 e 2013, não foram disponibilizadas quaisquer acções aos colaboradores do Grupo, na medida em que não foram atingidos os parâmetros mínimos definidos no plano.

51. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13

BALANÇO

Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2014				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	622.460	208.015	-	830.475
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	174.556	66.662	-	241.218
Activos financeiros detidos para negociação	2.289.131	-	-	-	2.289.131
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.278.634	-	-	-	2.278.634
Activos financeiros disponíveis para venda	7.054.171	-	20.937	(62.888)	7.012.220
Aplicações em instituições de crédito	-	1.220.917	-	-	1.220.917
Crédito a clientes	37.394	26.648.245	-	(1.161.618)	25.524.021
Derivados de cobertura	195.035	-	-	-	195.035
	11.854.365	28.666.178	295.614	(1.224.506)	39.591.651
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	4.406.312	-	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.943.360	-	-	-	1.943.360
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.403.409	-	-	-	3.403.409
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.029.757	-	-	4.029.757
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.187.344	17.128.556	30.097	-	20.345.997
Responsabilidades representadas por títulos	144.614	2.748.217	-	-	2.892.831
Derivados de cobertura	133.690	-	-	-	133.690
Provisões técnicas	-	277.402	-	-	277.402
	8.812.417	28.590.244	30.097	-	37.432.758

	2013 (proforma)				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	116.135	221.706	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	497.312	55.609	-	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	1.946.394	-	-	-	1.946.394
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.314.561	-	-	-	2.314.561
Activos financeiros disponíveis para venda	4.764.802	-	22.802	(63.551)	4.724.053
Aplicações em instituições de crédito	-	3.270.973	-	-	3.270.973
Crédito a clientes	42.609	27.130.770	-	(1.077.876)	26.095.503
Derivados de cobertura	199.427	-	-	-	199.427
	9.267.793	31.015.190	300.117	(1.141.427)	39.441.673
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	6.241.410	-	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.566.789	-	-	-	1.566.789
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.592.776	-	-	-	3.592.776
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.173.625	-	-	4.173.625
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.986.356	16.208.979	75.843	-	19.271.178
Responsabilidades representadas por títulos	1.280.786	1.155.646	-	-	2.436.432
Derivados de cobertura	370.684	-	-	-	370.684
Provisões técnicas	-	320.164	-	-	320.164
	9.797.391	28.099.824	75.843	-	37.973.058

Nos exercícios de 2014 e 2013 não ocorreram quaisquer reclassificações de activos financeiros.

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

O montante apresentado nesta Nota como “Provisões técnicas” corresponde a provisões técnicas associadas a produtos do ramo vida com participações nos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” corresponde à valorização de produtos de seguros de vida comercializados pelo Grupo em que o risco é do tomador do seguro (Nota 22).

Os seguros de vida com risco do tomador de seguro correspondem a fundos de investimento colectivo, compostos por títulos ou cabazes de títulos e subscritos através da aquisição de unidades de participação. Os títulos que compõem os fundos de investimento colectivo encontram-se registados na rubrica “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados”, cuja valorização em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 ascende a mEuros 2.266.485 e mEuros 2.285.720, respectivamente (Nota 8).

As responsabilidades do Grupo face aos detentores das unidades de participação na maturidade dos produtos encontram-se cobertas pelos rendimentos dos títulos em carteira afectos aos referidos produtos.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” inclui mEuros 49.605 e mEuros 64.887, respectivamente, de produtos financeiros sem participação nos resultados (Nota 24).

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2014					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	1.598.691	(1.836.872)	(238.181)	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	324.177	(66.880)	257.297	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	349.778	(9.763)	340.015	529.153	-	529.153
Disponibilidades em bancos centrais e aplicações em outras instituições de crédito	42.697	-	42.697	-	-	-
Crédito a clientes	1.218.468	(593.193)	625.275	-	-	-
Derivados de cobertura	392.060	(200.465)	191.595	-	(22.475)	(22.475)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	302.917	(538.799)	(235.882)	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(60.442)	(60.442)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	44.757	(333.012)	(288.255)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	72.498	(99.902)	(27.404)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(92)	(92)	-	-	-
Provisões técnicas	45.455	(58.851)	(13.396)	-	-	-
	4.391.498	(3.798.271)	593.227	529.153	(22.475)	506.678
Garantias prestadas	19.435	(3.139)	16.296			
Linhas de crédito	9.270	(5.124)	4.146			

	2013 (proforma)					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	1.809.203	(1.790.047)	19.156	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	316.152	(116.614)	199.538	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	88.091	(11.361)	76.730	283.065	-	283.065
Disponibilidades em bancos centrais e aplicações em outras instituições de crédito	62.131	-	62.130	-	-	-
Crédito a clientes	1.157.030	(556.752)	600.278	-	-	-
Derivados de cobertura	433.812	(367.122)	66.690	-	(55.038)	(55.038)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	408.288	(586.003)	(177.715)	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(53.464)	(53.464)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	95.610	(400.005)	(304.395)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	34.453	(64.881)	(30.428)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(93)	(93)	-	-	-
Provisões técnicas	32.504	(42.646)	(10.142)	-	-	-
	4.437.274	(3.988.988)	448.285	283.065	(55.038)	228.027
Garantias prestadas	24.849	(217)	24.632			
Linhas de crédito	8.802	(323)	8.479			

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de mEuros 5.440 e mEuros 4.048, respectivamente (Nota 40).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	2014			2013 (proforma)		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	229	-	229	950	-	950
Disponibilidades em outras instituições de crédito	49	-	49	329	-	329
Activos financeiros disponíveis para venda	216.134	-	216.134	160.040	-	160.040
Aplicações em instituições de crédito	42.419	-	42.419	60.852	-	60.852
Crédito a clientes	709.035	(61)	708.974	760.266	(116)	760.150
	967.866	(61)	967.805	982.437	(116)	982.321
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	(20.941)	(20.941)	-	(25.542)	(25.542)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(39.501)	(39.501)	-	(27.922)	(27.922)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(330.848)	(330.848)	-	(399.939)	(399.939)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(50.751)	(50.751)	-	(45.151)	(45.151)
Passivos subordinados	-	(92)	(92)	-	(93)	(93)
	-	(442.133)	(442.133)	-	(498.647)	(498.647)
Garantias prestadas	18.860	-	18.860	19.899	-	19.899
Linhas de crédito	4.011	-	4.011	7.442	-	7.442

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa de juro efectiva, de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	2014			2013 (proforma)		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Crédito a clientes	37.954	(13.958)	23.996	49.889	(14.142)	35.747
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	44.426	(366)	44.060	46.177	(429)	45.748

O Grupo reconheceu durante os exercícios de 2014 e 2013 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido ou em situação de imparidade, nos montantes de mEuros 7.178 e mEuros 8.643, respectivamente (Nota 33).

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Contabilidade de cobertura

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentavam o seguinte detalhe:

	2014					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	32.887	33.108	4.246	37.354	32.888	(4.291)
Activos financeiros disponíveis para venda	200.000	205.260	37.421	242.681	200.000	(40.868)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.166.211)	(3.211.751)	24.406	(3.187.344)	3.511.254	41.824
Responsabilidades representadas por títulos	(137.765)	(142.852)	(1.762)	(144.614)	167.386	8.410
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.207.528	3.207.528	-	3.207.528	2.250.000	124.017
Responsabilidades representadas por títulos	1.005.866	1.005.866	-	1.005.866	650.000	(67.747)
	1.142.305	1.097.159	64.311	1.161.471	6.811.528	61.345

	2013 (proforma)					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	38.086	38.321	4.202	42.523	38.086	(4.477)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.118.833	225.613	2.344.446	2.075.000	(267.880)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.993.231)	(3.017.785)	31.429	(2.986.356)	3.579.439	33.602
Responsabilidades representadas por títulos	(1.280.720)	(1.311.648)	30.862	(1.280.786)	1.449.525	(23.554)
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	4.492.042	4.492.042	-	4.492.042	5.450.000	80.640
Responsabilidades representadas por títulos	1.141.190	1.141.190	-	1.141.190	650.000	10.412
	3.472.367	3.460.953	292.106	3.753.059	13.242.050	(171.257)

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência de cash flows que venham a afectar os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2014					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	27.459	9.076	9.644	24.358	(14.267)	56.270

	2013 (proforma)					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	40.959	8.125	6.861	48.869	(13.762)	91.052

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	2014			2013 (proforma)		
	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	44	(44)	-	(1.738)	1.738	-
Activos financeiros disponíveis para venda	(188.189)	188.189	-	(95.965)	95.965	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.833)	3.896	2.063	49.207	(29.352)	19.855
Responsabilidades representadas por títulos	9.549	(11.463)	(1.914)	11.803	(31.966)	(20.163)
	(180.429)	180.578	149	(36.693)	36.385	(308)

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2014		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	830.475	830.475
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	241.218	241.218
Activos financeiros detidos para negociação	2.289.131	-	2.289.131
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.278.634	-	2.278.634
Activos financeiros disponíveis para venda	6.999.078	13.142	7.012.220
Aplicações em instituições de crédito	-	1.220.917	1.220.917
Crédito a clientes	37.354	25.486.667	25.524.021
Derivados de cobertura	195.035	-	195.035
	11.799.232	27.792.419	39.591.651
Passivo			
Recursos de bancos centrais	-	4.406.312	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.943.360	-	1.943.360
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.403.409	-	3.403.409
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.029.757	4.029.757
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.187.344	17.158.653	20.345.997
Responsabilidades representadas por títulos	144.614	2.748.217	2.892.831
Derivados de cobertura	133.690	-	133.690
Provisões técnicas	-	277.402	277.402
	8.812.417	28.620.341	37.432.758

	2013 (proforma)		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	337.841	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	552.921	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	1.946.394	-	1.946.394
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.314.561	-	2.314.561
Activos financeiros disponíveis para venda	4.710.410	13.643	4.724.053
Aplicações em instituições de crédito	-	3.270.973	3.270.973
Crédito a clientes	42.523	26.052.980	26.095.503
Derivados de cobertura	199.427	-	199.427
	9.213.315	30.228.358	39.441.673
Passivo			
Recursos de bancos centrais	-	6.241.410	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.566.789	-	1.566.789
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.592.776	-	3.592.776
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.173.625	4.173.625
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.986.356	16.284.822	19.271.178
Responsabilidades representadas por títulos	1.280.786	1.155.646	2.436.432
Derivados de cobertura	370.684	-	370.684
Provisões técnicas	-	320.164	320.164
	9.797.391	28.175.667	37.973.058

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o justo valor dos activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	2014					
	Custo de aquisição	Periodi-ficações	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade	Valor líquido contabilístico
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	320.347	1.093	1.967.691	-	-	2.289.131
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.230.314	48.320	-	-	-	2.278.634
Activos financeiros disponíveis para venda	6.593.669	155.897	267.184	37.421	(55.093)	6.999.078
Crédito a clientes	32.887	261	-	4.246	(40)	37.354
Derivados de cobertura	-	-	195.035	-	-	195.035
	9.177.217	205.571	2.429.910	41.667	(55.133)	11.799.232
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.943.360	-	-	1.943.360
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.403.409	-	-	-	-	3.403.409
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.166.211	45.539	-	(24.406)	-	3.187.344
Responsabilidades representadas por títulos	137.765	5.088	-	1.761	-	144.614
Derivados de cobertura	-	-	133.690	-	-	133.690
	6.707.385	50.627	2.077.050	(22.645)	-	8.812.417

	2013 (proforma)					
	Custo de aquisição	Periodi-ficações	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade	Valor líquido contabilístico
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	355.922	1.650	1.588.822	-	-	1.946.394
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.267.069	47.492	-	-	-	2.314.561
Activos financeiros disponíveis para venda	4.703.536	65.271	(261.477)	225.613	(22.533)	4.710.410
Crédito a clientes	38.086	321	-	4.202	(86)	42.523
Derivados de cobertura	-	-	199.427	-	-	199.427
	7.364.613	114.734	1.526.772	229.815	(22.619)	9.213.315
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.566.789	-	-	1.566.789
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.592.776	-	-	-	-	3.592.776
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.993.321	24.464	-	(31.429)	-	2.986.356
Responsabilidades representadas por títulos	1.280.720	30.928	-	(30.862)	-	1.280.786
Derivados de cobertura	-	-	370.684	-	-	370.684
	7.866.817	55.392	1.937.473	(62.291)	-	9.797.391

Para apuramento do justo valor, os métodos de valorização utilizados consistiram em cotações em mercados activos dos instrumentos financeiros ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2014			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	304.871	1.759.296	224.964	2.289.131
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.136.485	136.750	5.399	2.278.634
Activos financeiros disponíveis para venda	6.401.811	353.544	243.723	6.999.078
Crédito a clientes	-	37.354	-	37.354
Derivados de cobertura	-	195.035	-	195.035
	8.843.167	2.481.979	474.086	11.799.232
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.943.360	-	1.943.360
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3.403.409	-	3.403.409
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.187.344	-	3.187.344
Responsabilidades representadas por títulos	-	144.614	-	144.614
Derivados de cobertura	-	133.690	-	133.690
	-	8.812.417	-	8.812.417

	2013 (proforma)			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	267.025	1.537.298	142.071	1.946.394
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.049.923	259.050	5.588	2.314.561
Activos financeiros disponíveis para venda	3.728.578	725.664	256.168	4.710.410
Crédito a clientes	-	42.523	-	42.523
Derivados de cobertura	-	199.427	-	199.427
	6.045.526	2.763.962	403.827	9.213.315
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.566.789	-	1.566.789
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3.592.776	-	3.592.776
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	2.986.356	-	2.986.356
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.280.786	-	1.280.786
Derivados de cobertura	-	370.684	-	370.684
	-	9.797.391	-	9.797.391

A valorização ao justo valor dos activos e passivos financeiros do Grupo compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, alguma dívida privada, fundos de investimento mobiliário abertos e acções.

- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda valorizados com bids indicativos fornecidos por contrapartes externas e a maioria dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização de cash flows futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do spread de crédito do emitente ou da entidade com rating similar.

  Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

  Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos Credit Value Adjustments e dos Debit Value Adjustments aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes inputs:

  - Contrapartes com credit default swaps cotados – Cotações publicadas em mercados activos;

  - Contrapartes sem credit default swaps cotados:
    - Cotações publicadas em mercados activos para contrapartes com risco similar; ou
    - Probabilidade de default apurada tendo em conta o rating interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x loss given default (específica para clientes de project finance e 60% para outros clientes em 2014 e 45% em 31 de Dezembro 2013).

  Quando os inputs utilizados na valorização de instrumentos financeiros derivados resultaram de dados observáveis de mercado, o Grupo classificou os seus instrumentos financeiros derivados no Nível 2. Quando tal valorização resultou de informação interna preparada pelo Grupo, o mesmo classificou aqueles instrumentos financeiros no Nível 3.

- Nível 3 – O Grupo classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados activos para os quais o Grupo utiliza extrapolações de dados de mercado.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	Activos financeiros detidos para negociação		Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda	Total
	Títulos	Derivados			
Instrumentos financeiros classificados no Nível 3 em 31 de Dezembro de 2012	-	-	-	40.052	40.052
Entradas no perímetro de consolidação (Multiobrigações)					
Aquisições	32.802	-	-	-	32.802
Alienações	3.886	-	-	13.807	17.693
Alterações de justo valor	-	-	-	(694)	(694)
Reclassificações	(736)	-	-	(21.190)	(21.926)
Imparidade reconhecida no exercício	-	106.119	5.588	230.711	342.418
	-	-	-	(6.518)	(6.518)
Instrumentos financeiros classificados no Nível 3 em 31 de Dezembro de 2013 (proforma)	35.952	106.119	5.588	256.168	403.827
Aquisições	718	47.258	217	12.502	60.695
Alienações	(32.802)	(29.492)	(406)	(36.002)	(98.702)
Alterações de justo valor	(201)	97.412	-	18.822	116.033
Reclassificações	-	-	-	-	-
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	-	(7.767)	(7.767)
Instrumentos financeiros classificados no Nível 3 em 31 de Dezembro de 2014	3.667	221.297	5.399	243.723	474.086

As reclassificações ocorridas no exercício de 2013 para o Nível 3 podem ser explicadas essencialmente como se segue:

- Reclassificação de Nível 1 e Nível 2 de unidades de participação detidas em Fundos de Investimento Imobiliário Fechados ou com liquidez reduzida;
- Reclassificação de Nível 2 de instrumentos de dívida cuja valorização se baseou, nomeadamente, em *spreads* de crédito apurados internamente pelo Grupo;
- Classificação em Nível 3 dos instrumentos financeiros derivados cujos respectivos *Credit value adjustments/Debit value adjustments* foram apurados tendo em conta *spreads* de crédito apurados internamente pelo Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as técnicas de valorização, os inputs utilizados e a relação entre esses inputs e o justo valor apurado para os instrumentos financeiros classificados no Nível 3 são como segue:

Instrumentos financeiros	Técnicas de valorização	*Inputs* utilizados	Relação entre os *inputs utilizados* e o justo valor apurado
Activos financeiros detidos para negociação			
Títulos de dívida	Preço disponibilizado pela contraparte	. Sem informação	Não aplicável
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	. Taxas de capitalização . Valor das rendas por m2 . Taxas de ocupação	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m^2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m^2 ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá diminuído.
Instrumentos financeiros derivados	Discounted cash flows/ Modelos de valorização	. Probabilidade de *default* (PD) tendo em conta os ratings internos de crédito atribuídos pelo Grupo . LGD's específicas	Caso seja utilizada uma probabilidade de *default* ou uma LGD maior, o justo valor do instrumento financeiro virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizada uma probabilidade de default ou uma LGD menor, o justo valor do instrumento financeiro virá aumentado.
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados			
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	. Taxas de capitalização . Valor das rendas por m2 . Taxas de ocupação	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m^2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m^2 ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá diminuído.
Unidades de participação em Fundos de Capital de Risco	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	. Sem informação	Não aplicável
Activos financeiros disponíveis para venda			
Títulos de dívida	Discounted cash flows	. *Spread* de crédito apurado internamente pelo Grupo	Caso seja utilizado um *spread* de crédito maior, o justo valor do título virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizado um *spread* de crédito menor, o justo valor do título virá aumentado.
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	. Taxas de capitalização . Valor das rendas por m2 . Taxas de ocupação	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m^2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m^2 ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá diminuído.
Unidades de participação em Fundos de Capital de Risco	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	. Sem informação	Não aplicável

As curvas de taxa de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	2014		2013	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	0,02%	0,22%	0,28%	0,31%
1 mês	0,10%	0,23%	0,44%	0,25%
3 meses	0,17%	0,26%	0,39%	0,25%
6 meses	0,17%	0,29%	0,38%	0,27%
9 meses	0,16%	0,35%	0,39%	0,29%
1 ano	0,16%	0,44%	0,40%	0,31%
3 anos	0,22%	1,29%	0,74%	0,86%
5 anos	0,36%	1,80%	1,26%	1,80%
7 anos	0,53%	2,09%	1,70%	2,51%
10 anos	0,82%	2,34%	2,21%	3,18%

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	2014		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	830.475	830.475	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	241.218	241.218	-
Activos financeiros disponíveis para venda	13.142	13.142	-
Aplicações em instituições de crédito	1.220.917	1.273.301	52.384
Crédito a clientes	25.486.667	23.640.126	(1.846.541)
	27.792.419	25.998.262	(1.794.157)
Passivo			
Recursos de bancos centrais	4.406.312	4.403.630	2.682
Recursos de outras instituições de crédito	4.029.757	4.008.880	20.877
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.158.653	17.291.816	(133.163)
Responsabilidades representadas por títulos	2.748.217	2.718.790	29.427
Provisões técnicas	277.402	277.402	-
	28.620.341	28.700.518	(80.177)

	2013 (proforma)		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	337.841	337.841	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	552.921	552.921	-
Activos financeiros disponíveis para venda	13.643	13.643	-
Aplicações em instituições de crédito	3.270.973	3.360.000	89.027
Crédito a clientes	26.052.980	23.102.013	(2.950.967)
	30.228.358	27.366.418	(2.861.940)
Passivo			
Recursos de bancos centrais	6.241.410	6.122.608	118.802
Recursos de outras instituições de crédito	4.173.625	4.196.230	(22.605)
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.284.822	16.429.398	(144.576)
Responsabilidades representadas por títulos	1.155.646	879.041	276.605
Provisões técnicas	320.164	320.164	-
	28.175.667	27.947.441	228.226

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, os métodos de valorização utilizados consistiram em técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2014			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	830.475	-	830.475
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	241.218	-	241.218
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	13.142	13.142
Aplicações em instituições de crédito	-	1.220.917	-	1.220.917
Crédito a clientes	-	-	25.486.667	25.486.667
	-	2.292.610	25.499.809	27.792.419
Passivo				
Recursos de bancos centrais	-	4.406.312	-	4.406.312
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.029.757	-	4.029.757
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	17.158.653	17.158.653
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	2.748.217	2.748.217
Provisões técnicas	-	-	277.402	277.402
	-	8.436.069	20.184.272	28.620.341

	2013 (proforma)			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	337.841	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	552.921	-	552.921
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	13.643	13.643
Aplicações em instituições de crédito	-	3.270.973	-	3.270.973
Crédito a clientes	-	-	26.052.980	26.052.980
	-	4.161.735	26.066.623	30.228.358
Passivo				
Recursos de bancos centrais	-	6.241.410	-	6.241.410
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.173.625	-	4.173.625
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	16.284.822	16.284.822
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	1.155.646	1.155.646
Provisões técnicas	-	-	320.164	320.164
	-	10.415.035	17.760.632	28.175.667

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os cash flows futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;

- Para efeito do desconto dos fluxos futuros da carteira, o justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o spread médio da produção efectiva no último trimestre do ano. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os cash flows futuros foram descontados às taxas médias que o Grupo estava a praticar no último trimestre do ano;

- Para os depósitos à ordem de clientes, foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo, foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano tendo em conta as diversas tipologias;

- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efectuado o desconto dos cash flows futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;

- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos cash flows futuros foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

De acordo com a IFRS 4, a Santander Totta Seguros efectuou testes de adequacidade dos passivos de contratos de seguro, com e sem participação nos resultados, onde assume o risco de investimento e em que a cobertura é superior a um ano, de modo a aferir da adequacidade das provisões técnicas constituídas.

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

Actividade Bancária e outras

A gestão do risco de crédito no Grupo abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rendibilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e de *rating* utilizados no Grupo.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento, pelas contrapartes, dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Grupo. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Actividade Seguradora

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no spread de crédito.

De um modo geral, são definidos limites em função do rating da emissão/emissor, em Euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, só estão autorizadas aquisições de títulos (Senior, LT2 e Corporate) que apresentem ratings mínimos de BBB-, com *outlook* estável pela Agência de rating Fitch IBCA (ou pela S&P ou pela Moodys não estando a primeira disponível).

Por outro lado, é definido um limite máximo para determinado emissor. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afectas aos produtos.

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que assim o justifiquem (exemplo: alteração do rating). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são apenas revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efectuada em Comité de Investimentos e obedece a critérios prudenciais e de diversificação.

No controlo de risco de crédito, é importante que todos os activos tenham um rating, e que na ausência deste, se possa associar um nível de rating enquadrado nas normas aprovadas.

O rating consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende reflectir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O rating atribuído por uma Agência, o qual expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o rating menor a probabilidade de default atribuída, não consubstancia nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de rating a probabilidade de default deve ser entendida como nula, sendo o rating uma medida de risco ex-ante que serve para qualificar em termos relativos o tipo de risco.

O rating utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver rating, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito o rating é o da dívida sénior.

- No caso de veículos ou credit linked notes, será tomado em conta o rating do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (credit default swap) para o tipo de dívida em causa. O rating obtido deverá ter em conta a estrutura do activo (distribuição pro-rata, rating da referência mais baixa no caso de first-to-default, rating do colateral no caso de ser inferior ao dos activos referenciados via CDS).

- No caso de não ser possível atribuir um rating, então considera-se a emissão como sem rating.

- No caso dos depósitos considera-se que o rating implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos.

Adicionalmente, procede-se ao acompanhamento periódico dos níveis dos Credit Default Spreads Senior dos diferentes emissores, para o prazo de 5 anos, para efeitos de seguimento da evolução do risco de crédito das contrapartes.

No que diz respeito a resseguradores, a Santander Totta Seguros trabalha fundamentalmente com sete: Abbey Life, Genworth, Gen Re, Munich Re, Swiss Re, Partner Re e New Re.

Os ratings dos maiores resseguradores podem ser consultados na tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores	
Abbey Life	A+
Gen Re	AA+
Genworth	A-
Munich Reinsurance Co.	AA-
National Re	BBB-
Cardif	A+
CNP	A+
Partner Re	A+
Swiss Re	AA-
AXA France Vie / Axa France IARD	A+
RGA Insurance Company	AA-

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a exposição máxima ao risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	2014		2013 (proforma)	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	830.475	830.475	337.841	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	241.218	241.218	552.921	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	2.289.131	2.289.131	1.946.394	1.946.394
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.278.634	2.278.634	2.314.561	2.314.561
Activos financeiros disponíveis para venda	7.012.220	7.012.220	4.724.053	4.724.053
Aplicações em instituições de crédito	1.220.917	1.220.917	3.270.973	3.270.973
Crédito a clientes	25.524.021	30.002.924	26.095.503	30.917.561
Derivados de cobertura	195.035	195.035	199.427	199.427
	39.591.651	44.070.554	39.441.673	44.263.731
Garantias prestadas e créditos documentários abertos (Nota 32)	1.300.545	1.300.545	1.384.248	1.384.248

A exposição máxima de “Crédito a clientes” em 31 de Dezembro de 2014, incluía os montantes de mEuros 417.809 e mEuros 4.061.094 referentes a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 652.278 e mEuros 4.169.780 em 31 de Dezembro de 2013, respectivamente).

Crédito concedido

Mensalmente, o Banco analisa o crédito concedido a clientes e outros valores a receber para identificar indícios de imparidade. Para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, o BST efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 11).

De acordo com os requisitos definidos na carta circular n.º 02/2014/DSP de 26 de Fevereiro de 2014 do Banco de Portugal, o Grupo apresenta a seguinte informação referente a 31 de Dezembro de 2014:

A exposição creditícia e a respectiva imparidade por segmento:

	Exposição a 31-12-2014						Imparidade a 31-12-2014		
Segmento	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	7.560.304	7.195.933	3.429	229.547	364.371	194.706	(282.266)	(75.813)	(206.453)
Construção e CRE	3.036.506	2.553.175	14	357.260	483.331	232.453	(351.994)	(54.868)	(297.126)
Habitação	14.950.327	14.491.945	2.025	993.184	458.382	166.322	(301.645)	(106.856)	(194.789)
Retail	1.890.535	1.666.376	319	221.511	224.159	125.367	(236.011)	(34.014)	(201.997)
Garantias não afectas a outros segmentos	988.087	988.087	-	-	-	-	(1.257)	(706)	(550)
	28.425.759	26.895.516	5.787	1.801.502	1.530.243	718.848	(1.173.173)	(272.257)	(900.915)

A reconciliação entre a exposição máxima de crédito referida no quadro anterior e a exposição total constante neste quadro é como segue:

Exposição máxima ao risco de crédito	30.002.924
Compromissos por linhas de crédito revogáveis	(4.061.094)
Garantias prestadas e outros eventuais - garantias e avales	1.084.029
Garantias prestadas e outros eventuais - créditos documentários abertos	216.516
Imparidade registada	1.161.618
Despesas com encargo diferido	(69.414)
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	95.426
Correcções de cobertura	(4.246)
Exposição total de crédito para divulgações carta circular	28.425.759

O detalhe da imparidade total é como segue:

Imparidade em crédito a clientes (Nota 11)	(1.161.618)
Provisões e imparidade para garantias e compromissos assumidos (Nota 26)	(11.555)
	(1.173.173)

A exposição creditícia e a respectiva imparidade em função da antiguidade do vencido é como segue:

		Exposição total 31-12-2014			
		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
Segmento	Total	Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90	Dias de atraso > 90 dias
Crédito					
Corporate	7.560.304	7.149.953	45.980	-	364.371
Construção e CRE	3.036.506	2.504.283	48.892	-	483.331
Habitação	14.950.327	14.336.869	155.076	-	458.382
Retail	1.890.535	1.637.097	29.279	-	224.159
Garantias não afectas a outros segmentos	988.087	988.087	-	-	-
	28.425.759	26.616.289	279.227	-	1.530.243
Imparidade					
Corporate	(282.266)	(60.175)	(15.638)	-	(206.453)
Construção e CRE	(351.994)	(49.173)	(5.695)	-	(297.126)
Habitação	(301.645)	(34.706)	(72.150)	-	(194.789)
Retail	(236.011)	(18.257)	(15.757)	-	(201.997)
Garantias não afectas a outros segmentos	(1.257)	(706)	-	-	(550)
	(1.173.173)	(163.017)	(109.240)	-	(900.915)
	27.252.586	26.453.272	169.987	-	629.328

A exposição creditícia e a respectiva imparidade em função do ano de produção é como segue:

	Corporate			Construção e CRE			Habitação			Retail			Garantias não afectas a outros segmentos		
Ano de produção	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	2.832	206.851	(5.097)	3.734	157.453	(8.670)	127.884	4.385.492	(98.462)	114.634	132.074	(4.731)	1.961	140.372	(190)
2005	1.147	74.840	(5.106)	888	94.858	(8.212)	26.270	1.351.318	(29.167)	18.124	25.569	(794)	189	18.798	(23)
2006	1.178	90.266	(5.580)	1.078	95.410	(12.595)	27.245	1.595.630	(34.632)	18.473	30.277	(1.531)	213	23.179	(111)
2007	1.801	130.465	(7.960)	1.604	147.108	(21.325)	36.880	2.201.465	(52.906)	27.504	55.737	(3.992)	226	63.910	(26)
2008	2.238	209.079	(14.057)	2.172	195.682	(26.234)	27.030	1.614.876	(43.611)	30.947	61.985	(7.693)	505	70.806	(68)
2009	2.941	255.572	(24.413)	2.483	194.248	(36.357)	17.792	1.126.443	(19.776)	29.001	70.789	(15.587)	508	35.397	(98)
2010	5.634	366.588	(35.851)	3.320	272.111	(46.129)	15.898	1.161.120	(12.140)	54.716	151.913	(32.989)	542	77.830	(157)
2011	7.972	360.406	(42.976)	3.873	320.765	(56.232)	7.720	511.073	(6.263)	68.483	195.891	(52.903)	572	45.255	(477)
2012	8.419	489.267	(53.745)	3.819	426.386	(79.051)	4.995	329.726	(2.770)	81.923	269.566	(57.378)	619	47.430	(11)
2013	10.542	763.152	(52.601)	3.448	308.230	(37.974)	4.010	300.413	(1.138)	90.847	407.421	(37.808)	893	155.723	(39)
2014	118.482	4.613.818	(34.880)	18.097	824.255	(19.215)	4.576	372.772	(780)	78.564	489.313	(20.605)	2.127	309.387	(57)
	163.186	7.560.304	(282.266)	44.516	3.036.506	(351.994)	300.300	14.950.328	(301.645)	613.216	1.890.535	(236.011)	8.355	988.087	(1.257)

Em 31 de Dezembro de 2014, a imparidade estimada de forma individual e através do modelo de análise colectiva apresentava a seguinte composição por segmento:

	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
Corporate	350.672	7.209.632	7.560.304	(113.681)	(168.585)	(282.266)
Construção e CRE	924.918	2.111.588	3.036.506	(276.135)	(75.859)	(351.994)
Habitação	-	14.950.327	14.950.327	-	(301.645)	(301.645)
Retail	-	1.890.535	1.890.535	-	(236.011)	(236.011)
Garantias não afectas a outros segmentos	9.744	978.343	988.087	(1.034)	(223)	(1.257)
	1.285.334	27.140.425	28.425.759	(390.850)	(782.323)	(1.173.173)

Em 31 de Dezembro de 2014, o risco de crédito estimado de forma individual e através do modelo de análise colectiva apresentava a seguinte composição por sector de actividade, para os segmentos C*orporate* e "Construção e CRE":

	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
Actividades Financeiras e de Seguros	60.470	1.766.254	1.826.724	(23.388)	(10.571)	(33.959)
Actividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares	30.093	168.710	198.803	(8.135)	(6.964)	(15.099)
Actividades de saúde humana e apoio social	9.684	146.274	155.958	(2.617)	(3.797)	(6.414)
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	24.538	24.538	-	(236)	(236)
Indústrias Transformadoras	58.352	1.487.066	1.545.418	(16.760)	(43.626)	(60.386)
Captação, tratamento e distribuição de água saneamento, gestão de resíduos e despoluição	516	82.716	83.232	(10)	(1.044)	(1.054)
Construção	684.308	1.309.813	1.994.121	(212.921)	(47.675)	(260.596)
Actividades imobiliárias	227.852	422.896	650.748	(58.192)	(10.587)	(68.779)
Educação	1.000	29.355	30.355	(650)	(956)	(1.606)
Outras actividades de serviços	17.916	54.099	72.015	(1.473)	(1.765)	(3.238)
Transportes e armazenagem	6.009	221.922	227.931	(1.398)	(10.175)	(11.573)
Actividades artísticas, de espectaculos, desportivas e recreativas	9.387	19.727	29.114	(939)	(1.475)	(2.414)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3.775	78.867	82.642	(1.139)	(2.699)	(3.838)
Comércio por grosso e a retalho	104.259	1.497.295	1.601.554	(38.061)	(78.585)	(116.646)
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	17.230	186.298	203.528	(12.125)	(6.388)	(18.513)
Actividades de informação e de comunicação	783	173.332	174.115	(267)	(4.056)	(4.323)
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	(20.778)	730.329	709.551	-	(1.590)	(1.590)
Alojamento, Restauração e Similares	63.968	300.756	364.724	(11.592)	(10.938)	(22.530)
Indústrias Extrativas	613	16.019	16.632	(5)	(1.089)	(1.094)
Administração Pública e defesa segurança social obrigatória	-	604.787	604.787	-	(71)	(71)
Outros	153	167	320	(144)	(157)	(301)
	1.275.590	9.321.220	10.596.810	(389.816)	(244.444)	(634.260)

Em 31 de Dezembro de 2014, o risco de crédito estimado de forma individual e através do modelo de análise colectiva de imparidade apresentava a seguinte composição por geografia:

	Portugal		Inglaterra	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	1.285.334	(390.850)	-	-
Colectiva	26.341.798	(755.932)	798.627	(26.391)
	27.627.132	(1.146.782)	798.627	(26.391)

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Grupo tem uma exposição superior a 500.000 Euros são efectuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvidos pelo Grupo e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de default a um ano que o Grupo monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o rating é determinado pela análise dos seguintes factores:

. Procura/Mercado;
. Sócios/Gestão;
. Acesso ao crédito;
. Rentabilidade;
. Geração de fluxos;
. Solvência.

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes Empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Grupo.

Desta forma, o sistema de rating interno do Grupo pode ser descrito da seguinte forma:

Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 31 de Dezembro de 2014, a carteira de crédito do Banco apresentava a seguinte segmentação de acordo com o grau de risco interno atribuído:

	Grau de risco				
	Elevado	Médio	Baixo	Sem Rating	Total
Corporate	247.552	4.280.905	1.351.484	1.680.363	7.560.304
Construção e CRE	482.922	1.853.631	107.463	592.490	3.036.506
Habitação	2.183.434	1.437.204	10.318.509	1.011.180	14.950.327
Retail	363.638	297.380	897.056	332.461	1.890.535
Garantias	9.940	656.948	213.721	107.478	988.087
	3.287.486	8.526.068	12.888.233	3.723.972	28.425.759

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascendia a mEuros 263.017 e mEuros 271.851, respectivamente, e apresentava o seguinte detalhe:

	2014	2013 (proforma)
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	271.204	268.035
. Unidades de participação	18.663	18.663
. Equipamento	3.464	4.021
Propriedades de investimento (Nota 14)	19.000	18.191
Outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 19)	65.440	72.478
Activos financeiros disponíveis para venda	22.121	22.121
	399.892	403.509
Imparidade para activos não correntes detidos para venda (Nota 13)		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	(92.406)	(87.677)
. Unidades de participação	(4.000)	(4.000)
. Equipamento	(2.499)	(2.927)
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 19)	(15.849)	(14.933)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	(22.121)	(22.121)
	(136.875)	(131.658)
	263.017	271.851

O detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de activo é o seguinte:

Activo	2014		
	Números de imóveis	Justo valor do activo (*)	Valor líquido contabilístico
Terreno			
Urbano	129	23.623	19.005
Rural	78	10.523	8.288
Edificios Construídos			
Comerciais	449	52.937	44.856
Habitação	1.571	126.560	96.547
Outros	32	8.931	6.112
Outros	14	5.097	3.990
	2.273	227.671	178.798

(*) não inclui custos com a venda e estimativa de perda histórica com a alienação deste tipo de activos.

O detalhe do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por antiguidade é o seguinte:

Activo	2014				
	< 1 ano	>= 1ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total
Terreno					
Urbano	214	2.769	15.166	856	19.005
Rural	90	6.540	722	936	8.288
Edificios Construídos					
Comerciais	5.649	31.427	4.531	3.249	44.856
Habitação	34.000	41.304	17.022	4.221	96.547
Outros	-	2.533	2.994	585	6.112
Outros	1.368	2.576	46	-	3.990
	41.321	87.149	40.481	9.847	178.798

Crédito reestruturado

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as operações de crédito reestruturado foram identificadas de acordo com a Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal (que substituiu a Instrução nº 18/2012) a qual estabelece a definição de crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente.

De acordo com a referida Instrução, as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respectivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente, devendo para o efeito incluir a menção “crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente”.

Considera-se que um cliente está em situação de dificuldades financeiras quando tiver incumprido alguma das suas obrigações financeiras perante a instituição ou se for previsível, em face da informação disponível, que tal venha a ocorrer.

A desmarcação do crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente apenas se pode verificar depois de decorrido um período mínimo de dois anos desde a data da sua reestruturação, desde que se verifiquem cumulativamente determinadas condições. O Grupo até ao momento não procedeu a qualquer desmarcação.

O movimento da carteira de créditos marcados como reestruturados durante o ano de 2014 foi como segue:

	31-12-2014
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de provisões)	2.352.993
Créditos reestruturados no exercício	563.837
Juros corridos da carteira reestruturada	(1.192)
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(372.288)
Outros	(23.000)
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de provisões)	2.520.350

Em 31 de Dezembro de 2014, a carteira de crédito reestruturado apresentava a seguinte composição por medida de reestruturação aplicada:

	2014								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Período de carência	36.117	987.824	61.542	8.751	177.463	153.884	44.868	1.165.287	215.426
Outros	27.987	813.678	89.707	10.875	541.385	254.350	38.862	1.355.063	344.057
	64.104	1.801.502	151.249	19.626	718.848	408.234	83.730	2.520.350	559.483

Colaterais

Em 31 de Dezembro de 2014, o grau de cobertura do crédito vencido por garantias reais apresentava a seguinte composição:

	Exposição			Colaterais			
Grau de cobertura	Vincendo associado a crédito vencido	Vencido	Total	Hipotecas	Outras garantias reais	Total	Imparidade
Empresas							
>= 100%	59.188	45.087	104.275	178.573	6.122	184.695	(14.991)
>= 80% e < 100%	6.987	39.536	46.523	30.990	5.425	36.415	(17.781)
>= 60% e < 80%	935	39.723	40.658	23.877	1.094	24.971	(18.132)
< 60%	12.692	60.534	73.226	21.079	2.175	23.254	(35.305)
Sem garantia	559.152	439.216	998.368	-	-	-	(410.965)
Habitação							
>= 100%	303.112	2.297	305.409	578.589	732	579.321	(40.736)
>= 80% e < 100%	18.908	124	19.032	24.061	3	24.064	(6.288)
>= 60% e < 80%	6.213	47	6.260	8.288	6	8.294	(5.444)
< 60%	2.772	1.526	4.298	4.062	163	4.225	(7.240)
Sem garantia	39.335	340.567	379.902	-	-	-	(135.081)
Outros particulares							
>= 100%	2.740	5.738	8.478	8.524	4.237	12.761	(5.430)
>= 80% e < 100%	1.576	336	1.912	-	1.836	1.836	(356)
>= 60% e < 80%	850	203	1.053	-	736	736	(291)
< 60%	2.375	1.658	4.033	-	1.130	1.130	(1.862)
Sem garantia	83.465	189.646	273.111	-	-	-	(201.013)
	1.100.300	1.166.237	2.266.537	878.043	23.659	901.702	(900.915)

Em 31 de Dezembro de 2014, o grau de cobertura do crédito sem incumprimento para o qual foi atribuída imparidade com base em análise individual apresenta o seguinte detalhe:

	Crédito em	Colaterais			
Grau de cobertura	cumprimento	Hipotecas	Outras garantias reais	Total	Imparidade
>=100%	202.105	381.619	2.077	383.696	(23.017)
>= 80% e < 100%	31.924	26.250	2.559	28.809	(10.704)
>= 60% e < 80%	23.942	6.044	10.014	16.058	(9.283)
< 60%	10.288	347	1.862	2.209	(1.321)
Sem garantia	326.136	-	-	-	(69.025)
	594.395	414.260	16.512	430.772	(113.350)

Activos onerados

Considera-se um activo onerado, um activo explícita ou implicitamente constituído como garantia ou sujeito a um acordo para garantir, colateralizar ou melhorar a qualidade de crédito em qualquer operação da qual não possa ser livremente retirado.

De acordo com os requisitos definidos na Instrução n.º 28/2014, de 15 de Janeiro de 2015 do Banco de Portugal, o Banco apresenta de seguida informação relativamente aos activos onerados.

Em 31 de Dezembro de 2014, a composição dos activos onerados e não onerados é a seguinte:

	Quantia escriturada dos activos onerados	Valor justo dos activos onerados	Quantia escriturada dos activos não onerados	Valor justo dos activos não onerados
Activos				
Disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	-	-	863.678	-
Instrumentos de capital	-	-	116.028	116.028
Títulos de dívida	5.294.786	5.294.786	4.019.108	4.019.108
Crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito	10.303.931	-	14.026.324	-
Outros activos	-	-	6.919.279	-
	15.598.717	5.294.786	25.944.417	4.135.136

Em 31 de Dezembro de 2014, os passivos associados a activos onerados e a colaterais recebidos são os seguintes:

	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Activos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não *covered bonds* próprias ou ABS onerados
Quantia escriturada dos passivos financeiros	11.850.791	15.598.717
Outros	364.000	-
	12.214.791	15.598.717

Instrumentos de dívida

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço referente a instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe, por *rating* externo:

	2014	2013 (proforma)
Activos financeiros detidos para negociação		
Rating S&P/Moody´s		
AA + / AA / AA -	1.257	2.098
A + / A / A -	103.947	53.382
BBB + / BBB / BBB -	133.495	96.913
BB + / BB / BB -	23.741	101.171
B + / B / B -	-	7.816
Sem rating externo	56.781	84.690
	319.221	346.070
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Rating S&P/Moody´s		
AAA	15.828	17.266
AA + / AA / AA -	71.139	104.704
A + / A / A -	119.112	79.986
BBB + / BBB / BBB -	598.339	669.717
BB + / BB / BB -	1.439.890	1.339.443
B + / B / B -	1.958	9.293
CC + / CC / CC -	-	8.897
Sem rating externo	24.400	77.203
	2.270.666	2.306.509
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P/Moody´s		
AAA	4.530	3.351
AA + / AA / AA -	59.997	71.237
A + / A / A -	1.069	4.228
BBB + / BBB / BBB -	175.462	1.252.370
BB + / BB / BB -	5.898.141	2.287.831
B + / B / B -	111.575	362.756
CCC + / CCC / CCC -	-	10.250
D	33.467	29.100
Sem rating externo	614.970	610.216
	6.899.211	4.631.339
	9.489.098	7.283.918

Para os casos em que o rating da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os ratings divulgados pelas agências Moody's ou Fitch.

RISCO DE LIQUIDEZ

Actividade Bancária e outras

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liabilities Management (ALM),* o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva do Banco que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Grupo considera a evolução dos agregados do Balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

No âmbito da sua política de liquidez, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Grupo mantinha um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN) de mEuros 5.000.000, do qual estavam utilizados mEuros 32.300 e mEuros 141.830, respectivamente.

De referir que não é realizada pelo Grupo uma análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (trading).

Actividade Seguradora

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade de alienação de um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

A monitorização do risco de liquidez é efectuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à:

- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro nos activos financeiros e passivos técnicos (passivos por contratos de seguro e de investimento) de curto prazo (maturidade igual ou inferior a um ano); e

- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de activos financeiros e passivos técnicos.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais de activos financeiros e passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro forward;

- Os activos financeiros e passivos técnicos associados a produtos “unit-linked” são considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respectivo justo valor desses activos e passivos à data de cada relato financeiro.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	2014							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	208.015	78	238	632	623.094	-	-	832.057
Disponibilidades em outras instituições de crédito	241.218	-	-	-	-	-	-	241.218
Activos financeiros detidos para negociação	2.289.131	-	-	-	-	-	-	2.289.131
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.278.634	-	-	-	-	-	-	2.278.634
Activos financeiros disponíveis para venda	2	98.960	460.839	925.304	2.567.758	3.707.708	179.173	7.939.744
Aplicações em instituições de crédito	80.897	54.609	613.661	477.306	2.175	49.954	-	1.278.602
Crédito a clientes	315.350	2.200.754	3.184.119	5.225.099	4.068.893	14.240.783	-	29.234.998
Derivados de cobertura	195.035	-	-	-	-	-	-	195.035
	5.608.282	2.354.401	4.258.857	6.628.341	7.261.920	17.998.445	179.173	44.289.419
Passivo								
Recursos de bancos centrais	3.800.088	-	-	-	609.694	-	-	4.409.782
Passivos financeiros detidos para negociação	1.943.360	-	-	-	-	-	-	1.943.360
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.403.409	-	-	-	-	-	-	3.403.409
Recursos de outras instituições de crédito	224.704	2.804.571	316.600	302.951	4.636	405.393	-	4.058.855
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.954.297	2.680.337	4.944.207	6.982.064	157.728	39.837	-	20.758.470
Responsabilidades representadas por títulos	1.761	86.662	152.151	1.224.063	901.707	646.635	-	3.012.979
Derivados de cobertura	133.690	-	-	-	-	-	-	133.690
Provisões técnicas	46.897	173.037	6.045	13.406	12.100	53.427	-	304.913
	15.508.206	5.744.607	5.419.003	8.522.484	1.685.865	1.145.292	-	38.025.458

	2013 (proforma)							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	222.107	72	221	588	587	123.086	-	346.661
Disponibilidades em outras instituições de crédito	552.921	-	-	-	-	-	-	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	1.946.394	-	-	-	-	-	-	1.946.394
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.314.561	-	-	-	-	-	-	2.314.561
Activos financeiros disponíveis para venda	2	324.104	1.188.644	630.607	1.141.669	2.068.696	144.563	5.498.285
Aplicações em instituições de crédito	1.679.810	42.892	124.521	1.411.556	63.308	53.578	-	3.375.665
Crédito a clientes	665.187	2.896.386	3.989.655	4.465.835	3.072.981	15.022.088	-	30.112.132
Derivados de cobertura	199.427	-	-	-	-	-	-	199.427
	7.580.409	3.263.454	5.303.041	6.508.586	4.278.545	17.267.448	144.563	44.346.046
Passivo								
Recursos de bancos centrais	41.410	2.200.138	-	4.030.742	-	-	-	6.272.290
Passivos financeiros detidos para negociação	1.566.789	-	-	-	-	-	-	1.566.789
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.592.776	-	-	-	-	-	-	3.592.776
Recursos de outras instituições de crédito	474.345	2.869.871	86.796	575.858	3.995	206.009	-	4.216.874
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.091.257	2.806.731	4.831.375	6.901.740	112.392	31.880	-	19.775.375
Responsabilidades representadas por títulos	(30.862)	54.799	1.211.161	341.332	150.195	774.295	-	2.500.920
Derivados de cobertura	370.684	-	-	-	-	-	-	370.684
Provisões técnicas	28.698	202.550	6.347	12.716	13.014	57.865	-	321.190
	11.135.097	8.134.089	6.135.679	11.862.388	279.596	1.070.049	-	38.616.898

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;

- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com excepção dos instrumentos de capital registados como activos financeiros disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito, instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Grupo considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;

- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;

- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista;

- Os activos e passivos associados a produtos "unit link" da actividade seguradora do Grupo foram considerados como exigíveis "à vista" pelo montante do respectivo justo valor dos activos e passivos.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de negociação do Banco consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente, o Grupo procede a outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado, nomeadamente a Análise de Cenários (Stress Testing), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objectivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (Loss Triggers e Stop Losses).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	2014				
	Exposição a		Não sujeito a risco		
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	622.460	208.015	-	830.475
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	241.218	-	241.218
Activos financeiros detidos para negociação	121.600	197.621	3.019	1.966.891	2.289.131
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.106.841	115.505	56.288	-	2.278.634
Activos financeiros disponíveis para venda	5.584.330	851.106	576.784	-	7.012.220
Aplicações em instituições de crédito	900.197	282.915	37.805	-	1.220.917
Crédito a clientes	2.821.746	22.672.212	30.063	-	25.524.021
Derivados de cobertura	-	-	-	195.035	195.035
	11.534.714	24.741.819	1.153.192	2.161.926	39.591.651
Passivo					
Recursos de bancos centrais	606.000	3.800.000	312	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.943.360	1.943.360
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.403.409	-	-	-	3.403.409
Recursos de outras instituições de crédito	3.166.461	863.072	224	-	4.029.757
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.862.160	5.299.231	184.606	-	20.345.997
Responsabilidades representadas por títulos	1.887.977	986.063	18.791	-	2.892.831
Derivados de cobertura	-	-	-	133.690	133.690
Provisões técnicas	277.402	-	-	-	277.402
	24.203.409	10.948.366	203.933	2.077.050	37.432.758

	2013 (proforma)				
	Exposição a		Não sujeito a risco		
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	116.135	221.706	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	552.921	-	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	-	346.070	3.152	1.597.172	1.946.394
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.995.107	263.033	56.421	-	2.314.561
Activos financeiros disponíveis para venda	3.752.985	860.650	110.418	-	4.724.053
Aplicações em instituições de crédito	2.432.516	804.453	34.004	-	3.270.973
Crédito a clientes	2.382.892	23.686.915	25.696	-	26.095.503
Derivados de cobertura	-	-	-	199.427	199.427
	10.563.500	26.077.256	1.004.318	1.796.599	39.441.673
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	6.200.000	41.410	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.566.789	1.566.789
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.592.776	-	-	-	3.592.776
Recursos de outras instituições de crédito	3.581.166	592.122	337	-	4.173.625
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.515.180	4.505.618	250.380	-	19.271.178
Responsabilidades representadas por títulos	1.295.944	1.157.111	(16.623)	-	2.436.432
Derivados de cobertura	-	-	-	370.684	370.684
Provisões técnicas	320.164	-	-	-	320.164
	23.305.230	12.454.851	275.504	1.937.473	37.973.058

Actividade Bancária e outras

Instrumentos financeiros – balanço estrutural (exclui activos e passivos de negociação)

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira sofrem alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;

- Os activos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;

- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);

- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;

- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;

- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;

- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados;

- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;

- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro;

- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro supõem uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;

- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;

- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente;

- Características das novas operações "New Business" (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Grupo a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) correspondia a:

	2014		2013 (proforma)	
	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	263	9.556	96	(195)
Activos financeiros disponíveis para venda	(364.152)	208.349	(146.008)	144.690
Aplicações em instituições de crédito	(8.362)	3.714	(14.643)	8.042
Crédito a clientes	(134.636)	53.399	(136.262)	111.563
	(506.887)	275.018	(296.817)	264.100
Derivados de cobertura	(54.126)	9.259	(3.830)	(43.088)
Passivo				
Recursos de bancos centrais	(22.764)	6.170	(1.444)	7.820
Recursos de outras instituições de crédito	(4.802)	538	(7.165)	2.904
Recursos de clientes e outros empréstimos	(374.639)	128.136	(330.746)	259.917
Responsabilidades representadas por títulos	(57.999)	14.904	(12.477)	4.397
	(460.204)	149.748	(351.832)	275.038

Instrumentos financeiros – negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia;

- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos);

- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo.

  O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela Metodologia de Risco de Mercado;

  Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o factor de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e

- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interacções entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados, e ficam recolhidos nos valores do VaR, os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

	2014	2013 (proforma)
VaR Percentil 99%	(1)	(4)
VaR Weighted Percentil 99%	(1)	(2)

Actividade Seguradora

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujo caucionamento é composto por activos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis conforme a maturidade desses mesmos activos.

Na sua generalidade, os activos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável ou de taxa fixa.

As obrigações de taxa variável são menos sensíveis a variações das taxas de juros, dado que até à sua maturidade os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no spread de crédito, representativo do risco do emissor.

Assim sendo, o valor das obrigações de taxa variável é mais estável que o das obrigações de taxa fixa.

O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro dos activos de taxa fixa é a MDuration, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração na taxa de rendimento até à sua maturidade.

É definido em Comité de Investimentos a MDuration média para as carteiras de obrigações de taxa fixa e o desvio máximo permitido, a qual é calculada periodicamente e reportada aos Comités de Investimentos e de Riscos.

Procede-se, ainda, ao controlo do cumprimento da normativa legal conforme as características e classificação legal dos produtos.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros associados a produtos de seguro (à excepção de produtos Unit Links) a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp’s) corresponde a:

	2014	2013 (proforma)
+ 100 bp's	(112)	(96)
- 100 bp's	112	96

A sensibilidade do valor patrimonial associado aos produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro é considerada imaterial, decorrente do comportamento simétrico dos activos e passivos associados a estes produtos.

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes e é efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	2014				2013 (proforma)			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	822.546	4.277	3.652	830.475	329.257	5.391	3.193	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	184.397	42.768	14.053	241.218	493.501	34.386	25.034	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	2.259.095	28.528	1.508	2.289.131	1.905.691	38.432	2.271	1.946.394
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.278.634	-	-	2.278.634	2.304.359	10.202	-	2.314.561
Activos financeiros disponíveis para venda	7.012.220	-	-	7.012.220	4.716.616	7.437	-	4.724.053
Aplicações em instituições de crédito	834.220	353.009	33.688	1.220.917	2.907.503	327.607	35.863	3.270.973
Crédito a clientes	25.261.972	238.869	23.180	25.524.021	26.031.411	38.177	25.915	26.095.503
Derivados de cobertura	193.802	1.233	-	195.035	198.634	793	-	199.427
Investimentos em associadas	207.192	-	-	207.192	147.730	-	-	147.730
	39.054.078	668.684	76.081	39.798.843	39.034.702	462.425	92.276	39.589.403
Passivo								
Recursos de bancos centrais	4.406.312	-	-	4.406.312	6.241.410	-	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.941.470	1.671	219	1.943.360	1.565.627	1.111	51	1.566.789
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.403.409	-	-	3.403.409	3.592.776	-	-	3.592.776
Recursos de outras instituições de crédito	3.653.103	371.309	5.345	4.029.757	3.777.810	393.149	2.666	4.173.625
Recursos de clientes e outros empréstimos	19.260.129	918.625	167.243	20.345.997	18.348.947	763.909	158.322	19.271.178
Responsabilidades representadas por títulos	2.891.619	-	1.212	2.892.831	2.436.432	-	-	2.436.432
Derivados de cobertura	131.337	2.353	-	133.690	368.086	2.598	-	370.684
Provisões técnicas	277.402	-	-	277.402	320.164	-	-	320.164
	35.964.781	1.293.958	174.019	37.432.758	36.651.252	1.160.767	161.039	37.973.058

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o VaR associado ao risco cambial referente à actividade bancária do Grupo correspondia a:

	2014	2013 (proforma)
VaR Percentil 99%	(6)	(7)
VaR Weighted Percentil 99%	(5)	(5)

Os activos e passivos financeiros associados à actividade Seguradora são maioritariamente expressos em Euros, sendo o risco cambial imaterial.

Risco de cotação de activos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Grupo não tinha risco associado de cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

Compensação de activos e passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2014, o valor dos instrumentos financeiros derivados, negociados em mercado de balcão, compensados por derivados financeiros relacionados, por tipo de contraparte, é o seguinte:

Contraparte	Activos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash recebido como garantia	
Instituições Financeiras	4.271	-	(4.200)	71
Empresas do Grupo	(1.749.115)	-	200.000	(1.549.115)
	(1.744.844)	-	195.800	(1.549.044)

Em 31 de Dezembro de 2014, o valor das operações de venda com acordo de recompra, por tipo de contraparte, é o seguinte:

Contraparte	Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	
Instituições Financeiras	(2.797.788)	2.796.181	43.734	42.127
	(2.797.788)	2.796.181	43.734	42.127

52. GESTÃO DO CAPITAL

O Grupo procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um elevado rácio core Tier I e por um rácio de fundos próprios totais – relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os ativos ponderados pelo risco (ou posições em risco) – confortavelmente acima de 8%, correspondente ao mínimo legal estabelecido na Diretiva 2013/36/UE (CRD IV) e no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), ambos do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2013 e enquadrados num novo Acordo de Basileia (BIS III).

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Grupo sustentar o desenvolvimento das suas operações dentro da sua política de riscos.

O Grupo utiliza o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para a maioria dos segmentos de crédito e o método padrão para o leasing, factoring e operações manuais.

Em Dezembro de 2010, o Grupo passou a utilizar o método misto para o risco de mercado, nomeadamente modelos internos para a maioria dos derivados de negociação (IRB) e o método padrão para o resto da carteira de negociação.

Em Junho de 2012, o Grupo passou a utilizar o método padrão para efeitos de apuramento dos requisitos de risco operacional, tendo até então utilizado o método do indicador básico.

A partir de 1 de Janeiro de 2014, o Grupo passou a reportar os rácios de capital de acordo com o novo enquadramento regulatório do BIS III que, embora preveja um período de transição (phasing in), é mais exigente para o rácio core capital (ou Common Equity Tier I, CET1) em particular por via de deduções adicionais e ponderadores mais elevados no cômputo dos ativos ponderadores de risco (ou posições em risco).

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Grupo em 31 de Dezembro de 2014 (BIS III – Phasing in) e 2013 (BIS II):

Valores em milhões de Euros

	2014 (*)	2013
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	2.704	2.582
Capital Elegível	1.971	1.972
Reservas e Resultados Elegíveis	534	542
Interesses Minoritários Elegíveis	415	561
Impactos de transição IAS (regime transitório)	-	14
Deduções aos Fundos Próprios de Base	(216)	(507)
B - FUNDOS PRÓPRIOS Complementares (TIER II)	-	-
Passivos subordinados com vencimento indeterminado	4	4
Passivos subordinados com vencimento determinado	7	-
Reservas de reavaliação	-	-
Outros Elementos/ Deduções aos Fundos Próprios Complementares	(11)	(4)
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	-	(8)
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	2.704	2.574
E - POSIÇÕES DE RISCOS PONDERADAS	16.360	16.188

RÁCIOS	2014 (*)	2013
TIER I (A/E)	16,5%	15,9%
CORE CAPITAL	15,1%	15,2%
TIER II (B/E)	0,0%	0,0%
RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (D/E)	16,5%	15,9%

(*) Excluindo os resultados gerados em 2014, o rácio de fundos próprios totais é de 16,3%, o Tier I é de 16,3% e o Core Tier I é de 14,6%.

O Grupo mantém níveis sólidos de capital como o demonstra o rácio de fundos próprios principais de nível 1 (ou rácio CET1) de 15,1% e o rácio de fundos próprios de nível 1 (ou rácio Tier I) de 16,5% em Dezembro de 2014 (BIS III) e que comparam com 15,2% e 15,9%, respetivamente, em Dezembro de 2013 (BIS II). Por sua vez, o rácio de fundos próprios totais atingiu 16,5% em Dezembro de 2014 (BIS III) comparado com 15,9% em Dezembro de 2013 (BIS II).

Para a evolução em geral favorável dos rácios de capital contribuiu uma maior incorporação do resultado do ano, menores deduções relacionadas com intangíveis, com insuficiências de provisões face a perdas esperadas em carteiras IRB e participações significativas, que contrariaram os impactos negativos da reavaliação de ativos não financeiros (fundo de pensões), uma menor elegibilidade das ações preferenciais por aplicação do coeficiente de transição a instrumentos de salvaguarda de direitos adquiridos e o novo enquadramento dos interesses que não controlam e de posições em risco mais elevadas.

53. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A partir do final do primeiro trimestre de 2013 desencadeou-se em Portugal um movimento com projecção pública, na sequência do qual se passou a questionar a validade de alguns contratos de swap de taxa de juro celebrados entre diversas instituições financeiras e várias empresas do sector público, nomeadamente do sector dos transportes ferroviários e rodoviários. Estes contratos foram maioritariamente celebrados até 2008, ou seja, antes de eclodir a última crise financeira e representam para aquelas empresas elevados encargos.

Entre aqueles contratos foram questionados alguns celebrados com o Banco, cujo justo valor positivo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 ascendia a cerca de mEuros 1.320.000 e mEuros 1.030.000, respectivamente, o qual se encontra reflectido no balanço anexo na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” (Nota 7). Estes contratos desenrolaram-se sem qualquer incidente até Setembro de 2013.

No seguimento do movimento acima referido, na convicção da total regularidade e força vinculante dos contratos celebrados com as empresas do sector público, o Banco tomou a iniciativa de requerer a declaração judicial da sua validade, considerando que era seu dever contribuir, pela via apropriada, para a eliminação de toda e qualquer dúvida sobre a sua validade e força vinculante. Esta iniciativa teve lugar durante o segundo trimestre de 2013, junto de tribunais ingleses, por estes terem sido os escolhidos pelas partes nos termos expressamente estabelecidos nos respectivos contratos.

Em Setembro de 2013, já após a instauração das acções judiciais acima mencionadas, as empresas do sector público comunicaram formalmente ao Banco que iriam suspender, a partir dessa data, a liquidação dos juros devidos associados aos contratos de swap até que aquelas acções judiciais fossem julgadas. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica do balanço “Outros activos – Outros” incluía cerca de mEuros 163.000 e mEuros 45.000, respectivamente, relativos aos juros não liquidados (Nota 19).

Em Novembro de 2013, as empresas do sector público apresentaram junto dos tribunais ingleses a sua contestação às acções interpostas pelo Banco requerendo a nulidade dos contratos e solicitando o ressarcimento dos fluxos líquidos de juros pagos no passado, os quais ascenderam a cerca de mEuros 134.000.

No dia 14 de Fevereiro de 2014, o Banco apresentou junto dos tribunais ingleses a sua resposta à contestação apresentada pelas empresas do sector público, tendo sido apresentadas as réplicas por parte da defesa em 4 de Abril de 2014. No dia 16 de Maio de 2014, foi realizada a audiência preliminar, estando actualmente o processo na fase de análise documental.

É convicção do Conselho de Administração do Banco, suportado pela opinião dos seus consultores legais ingleses e portugueses, que estão reunidas todas as condições para que o tribunal dê seguimento às suas pretensões, nomeadamente declarando a validade dos acima referidos contratos e notificando as empresas do sector público para liquidarem os juros que lhes estão associados, motivo pelo qual não foram constituídas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras anexas para fazer face a um eventual desfecho desfavorável daquelas acções.

Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2014, foram interpostas junto de tribunais portugueses cinco acções judiciais contra o Banco, questionando a validade e a força vinculante de alguns contratos de swap de taxa de juro celebrados com algumas entidades integrantes do Governo Regional da Madeira (entidades incluídas no sector público português), as quais suspenderam igualmente a liquidação dos juros associados àqueles contratos. Em 31 de Dezembro de 2014, o justo valor positivo daqueles swaps ascendia a cerca de mEuros 100.000 e encontrava-se reflectido no balanço anexo na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” (Nota 7). Por outro lado, em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica do balanço “Outros activos – Outros” incluía cerca de mEuros 15.000 relativos aos juros não liquidados (Nota 19). Por último, as entidades acima referidas reclamam igualmente a devolução dos juros líquidos pagos por si no passado, os quais em 31 de Dezembro de 2014 ascendiam a cerca de mEuros 20.000. No entretanto, o Banco já apresentou a sua contestação a estas acções judiciais e, em três delas os tribunais da primeira instância declararam-se incompetentes para as julgarem por, aceitando os argumentos do Banco, entenderem que as questões levantadas são da competência dos tribunais ingleses. Destas decisões houve recurso para o tribunal da relação de Lisboa. Uma vez que os argumentos utilizados por aquelas entidades para questionar a validade dos contratos de swap acima referidos são similares aos utilizados nas acções judiciais que envolvem as empresas do sector público referidas no início desta Nota, o Conselho de Administração do Banco não estima um desfecho desfavorável decorrente do julgamento daquelas acções judiciais.

Por outro lado, em 31 de Dezembro de 2014, existia um conjunto de reclamações/acções judiciais interpostas contra o Banco por parte de outros clientes relacionadas igualmente com contratos de swap. Na maioria daquelas reclamações/acções, os clientes solicitam o cancelamento dos contratos de swap celebrados com o Banco, bem como o reembolso dos juros líquidos pagos por si no passado. Em 31 de Dezembro de 2014, os montantes envolvidos naquelas reclamações/acções judiciais eram os seguintes:

Juros recebidos de clientes	52.665
Juros pagos a clientes	(8.879)
	43.786
Juros vencidos não pagos pelos clientes	10.551
Mark to Market dos swaps	72
Imparidade registada	(9.624)
	999
Provisão para outros riscos e encargos registada	(12.440)
Exposição	32.345

No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que as provisões constituídas nas demonstrações financeiras anexas são suficientes para fazer face ao eventual desfecho desfavorável das reclamações/acções judiciais acima referidas.

Por último, no exercício de 2014, foram interpostas duas acções judiciais contra o Banco, envolvendo o montante total de aproximadamente mEuros 350.000, as quais não estão incluídas no quadro acima e que consistem em duas acções Populares instauradas contra o Banco, contra o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e contra o Metro do Porto, S.A.. Estas acções incidem sobre o cancelamento de alguns contratos de swap celebrados entre o Banco e as empresas públicas acima referidas, os quais já são objecto de apreciação pelos tribunais ingleses desde o segundo trimestre de 2013, em consequência da iniciativa do próprio Banco conforme descrito na parte inicial desta Nota.

54. FUNDO DE RESOLUÇÃO

De acordo com um comunicado emitido pelo Banco de Portugal em 3 de Agosto de 2014, foi decidido aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. uma medida de resolução que consistiu na transferência da generalidade da sua actividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, criado especialmente para o efeito. De acordo com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro. Conforme previsto no referido Decreto-Lei, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

No caso concreto da medida de resolução relativa ao Banco Espírito Santo, S.A., para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4,9 mil milhões de euros. Desse montante, mEuros 377.000 correspondem a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução, resultantes das contribuições já pagas pelas instituições participantes e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, foi concretizado um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução de mEuros 700.000, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos factores, incluindo a respectiva dimensão. A participação do BST neste empréstimo foi de mEuros 116.200. O restante montante necessário ao financiamento da medida de resolução adoptada proveio de um empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será posteriormente reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Quando o Novo Banco for alienado, o produto da alienação será prioritariamente afecto ao Fundo de Resolução.

Até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas pelo Conselho de Administração, o BST não dispõe de informação que lhe permita estimar com razoável fiabilidade os valores potencialmente envolvidos na alienação do Novo Banco. Pelo mesmo motivo, não é possível estimar com razoável fiabilidade se na sequência deste processo de alienação irá existir uma eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução e, caso aplicável, a forma como a mesma será financiada.

Desta forma, a esta data não é possível avaliar o eventual impacto desta situação para as demonstrações financeiras do BST, uma vez que eventuais custos a suportar dependem do preço pelo qual venha a ser alienado o Novo Banco e das determinações que venham a ser emanadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

55. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Abril de 2015.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificações			Correcções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado						
Obrigações de caixa													
ST Diversificação Invest 3º amortização Clientes	EUR	23 913	23 788	125	1 246	1 236	10	1 328	1 463	Variável	17-mar-2009	28-mar-2015	Cabaz índices
ST Diversificação Invest 4º amortização Clientes	EUR	23 913	23 788	125	-	-	-	-	125	Variável	17-mar-2009	28-mar-2017	Cabaz índices
Performance Mais II	EUR	13 731	13 731	-	-	-	-	-	-	Variável	22-dez-2009	15-jan-2015	Cabaz índices
Valorização Performance 5 anos	EUR	21 533	4 317	17 216	366	-	366	105	17 687	Variável	30-set-2010	30-set-2015	Cabaz índices
Valorização Performance 5 anos OUTUBRO 2010	EUR	9 993	-	9 993	208	-	208	55	10 256	Variável	2-nov-2010	2-nov-2015	Cabaz índices
Top Alemanha	EUR	65 042	29 342	35 700	1 386	-	1 386	62	37 148	Variável	14-fev-2011	13-fev-2015	Cabaz de Acções
Top Alemanha Fevereiro 2011	EUR	57 892	26 513	31 379	1 497	-	1 497	79	32 955	Variável	9-mar-2011	9-mar-2015	Cabaz de Acções
Valorização China	EUR	56 379	13 152	43 227	1 622	-	1 622	133	44 982	Variável	11-abr-2011	2-abr-2015	Índice FTSE China 25
Valorização Europa GBP	GBP	1 212	-	1 212	-	-	-	-	1 212	Variável	27-jun-2014	27-jun-2017	Índice de Acções
		273 608	**134 631**	**138 977**	**6 325**	**1 236**	**5 089**	**1 762**	**145 828**				
Obrigações Hipotecárias													
Hipotecárias VIII - 1ª tranche	EUR	250 000	250 000	-	-	-	-	-	-	2,72%	20-jul-2012	20-jul-2015	Taxa Fixa
Hipotecárias IX - 1ª tranche	EUR	500 000	500 000	-	-	-	-	-	-	2,59%	2-abr-2013	2-abr-2016	Taxa Fixa
Hipotecárias IX - 2ª tranche	EUR	1 000 000	1 000 000	-	-	-	-	-	-	2,48%	15-abr-2013	15-abr-2016	Taxa Fixa
Hipotecárias X	EUR	750 000	750 000	-	-	-	-	-	-	2,48%	26-jul-2013	26-jul-2016	Taxa Fixa
Hipotecárias XI - 1ª tranche	EUR	500 000	500 000	-	-	-	-	-	-	2,15%	19-dez-2013	19-dez-2016	Taxa Fixa
Hipotecárias XI - 2ª tranche	EUR	500 000	500 000	-	-	-	-	-	-	2,24%	19-dez-2013	19-dez-2016	Taxa Fixa
Hipotecárias XI - 3ª tranche	EUR	750 000	750 000	-	-	-	-	-	-	2,58%	13-jan-2014	13-jan-2017	Taxa Fixa
Hipotecária XII - 1ª	EUR	1 000 000	1 000	999 000	10 191	13	10 178	-	1 009 178	1,50%	1-abr-2014	3-abr-2017	Taxa Fixa
Hipotecária XIII - 1ª	EUR	750 000	-	750 000	3 092	-	3 092	-	753 092	1,63%	11-jun-2014	11-jun-2019	Taxa Fixa
		6 000 000	**4 251 000**	**1 749 000**	**13 283**	**13**	**13 270**	**-**	**1 762 270**				

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificações			Correcções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado						
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização													
Hipototta 1 - Classe A - Notes	EUR	145 770	118 518	27 252	(28)	4	(32)	-	27 220	Variável	25-jul-2003	25-nov-2034	Euribor 3m+0,27% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+0,54% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe B - Notes	EUR	9 714	9 714	-	-	-	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Euribor 3m+0,65% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+0,95% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe C - Notes	EUR	4 281	4 281	-	-	-	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Euribor 3m+1,45% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+1,65% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe D - Notes	EUR	11 000	11 000	-	3 551	3 551	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	905 861	489 815	416 046	(965)	5	(970)	-	415 076	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	32 956	32 956	-	1	1	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	104 081	104 081	-	2	2	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	14 000	14 000	-	19 409	19 409	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	796 849	285 134	511 715	(238)	92	(330)	-	511 385	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26 000	26 000	-	15	15	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24 000	24 000	-	12	12	-	-	-	Variável	16-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26 000	26 000	-	15 876	15 876	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31 000	31 000	-	102	102	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	9 038	9 038	-	-	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
		2 140 550	**1 185 537**	**955 013**	**37 737**	**39 069**	**(1 332)**	**-**	**953 681**				
Obrigações emitidas ao abrigo do programa EMTN													
EMTN's	EUR	32 300	1 250	31 050	2	-	2	-	31 052				
TOTAL DE RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS		**8 446 458**	**5 572 418**	**2 874 040**	**57 347**	**40 318**	**17 029**	**1 762**	**2 892 831**				

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros)

		Valor de emissão			Periodificações			Total			
Títulos emitidos	Moeda	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Balanço Consolidado	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
BST											
- Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270 447	270 447	-	143	143	-	-	1,93%	Perpétuas	22 de Junho de 2010
- Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4 275	4 275	-	31	31	-	-	2,04%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
- Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	EUR	13 818	13 818	-	101	101	-	-	2,04%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
- Empréstimo Subordinado ao TAF	EUR	297 750	297 750	-	36	36	-	-	4,40%	Perpétuas	30 de Setembro de 2015
- Empréstimo Subordinado ao BSTI - Porto Rico	EUR	296 516	296 516	-	58	58	-	-	7,01%	Perpétuas	30 de Junho de 2016
- Empréstimo Subordinado 2007	EUR	50 000	50 000	-	1	1	-	-	0,73%	Perpétuas	29 de Junho de 2017
- MC Factor 2008	EUR	599	599	-	-	-	-	-	2,69%	Perpétuas	-
Totta Seguros											
- Obrigações Perpétuas Subordinadas - Totta Seguros 2002	EUR	14 000	14 000	-	1	1	-	-	1,77%	Perpétuas	-
		947 405	**947 405**	**-**	**371**	**371**	**-**	**-**			

Relatórios e Pareceres Consolidados

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
- CONTAS CONSOLIDADAS -

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, SA**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 41.543.134 mEuros e um total de capital próprio de 3.362.120 mEuros, incluindo um resultado consolidado líquido atribuível aos acionistas de 193.061 mEuros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, das alterações nos capitais próprios, do rendimento integral e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas, e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da sociedade SANTANDER TOTTA, SGPS, SA em 31 de Dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos 7 e 8 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:

9.1. Conforme divulgado de forma detalhada na Nota 53 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se pendentes de decisão junto de tribunais ingleses diversas ações judiciais que o Banco Santander Totta, SA intentou em 2013 envolvendo algumas empresas do sector público português dos transportes relativamente à validade e ao caráter vinculante de um conjunto de contratos de swap de taxa de juro celebrados entre as partes em exercícios anteriores. Por outro lado, durante o exercício de 2014, foram interpostas junto de tribunais portugueses por parte de algumas entidades integrantes do Governo Regional da Madeira ações judiciais contra o Banco Santander Totta, SA questionando igualmente a validade e o carácter vinculante de alguns contratos de swap de taxa de juro celebrados com o mesmo em exercícios anteriores. Em 31 de Dezembro de 2014, o justo valor positivo daqueles contratos de swap, os juros cujo pagamento se encontra suspenso e os juros que estão agora a ser objeto de um pedido de devolução são apresentados na referida Nota. Conforme indicado na Nota 53, é convicção do Conselho de Administração, suportado pela opinião dos seus consultores legais ingleses e portugueses, que o desfecho daquelas ações judiciais lhe será favorável, razão pela qual não foram constituídas quaisquer provisões para esta situação nas demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 23 de abril de 2015

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha

Santander Totta

L.C.G

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2014.

2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão do Grupo **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, dos Revisores Oficiais de Contas da empresa mãe e das sociedades dependentes bem como do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.

3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna implantados no Grupo.

4. O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário e verificou que no mesmo se encontram tratados os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários.

5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual merece o seu acordo.

6. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras consolidadas (Balanço em 31 de Dezembro de 2014, Demonstração dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial do Grupo empresarial liderado pela **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.**, no fim do exercício e como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade nesse período.

7. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.**, aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas consolidadas do exercício de 2014.

Lisboa, 23 de Abril de 2015

O CONSELHO FISCAL

Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha (Presidente)

Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)

Demonstrações Financeiras Individuais

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2014 Valor antes de Imparidade e Amortizações	2014 Amortizações, Provisões e Imparidade	2014 Valor líquido	2013 Valor líquido
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	88 754	-	88 754	1 192
Activos financeiros disponíveis para venda	3	16 002	945	15 057	27 102
Aplicações em instituições de crédito	4	-	-	-	131 503
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5	2 839 256	-	2 839 256	2 854 256
Activos por impostos correntes	6	463	-	463	1 732
Activos por impostos diferidos	6	6 940	-	6 940	5 450
Outros activos	7	85 487	487	85 000	85 037
Total do Activo		3 036 902	1 432	3 035 470	3 106 272

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2014	2013
Passivo			
Provisões	8	42	42
Passivos por impostos correntes	6	361	1 159
Outros passivos	9	168	150
Total do Passivo		571	1 351
Capital Próprio			
Capital	10	1 972 962	1 972 962
Reservas de reavaliação	10	(23 903)	(16 793)
Outras reservas e resultados transitados	10	1 085 289	1 077 686
(Acções próprias)	10	(1 757)	(1 523)
Resultado líquido do exercício	10	2 308	72 589
Total do Capital Próprio		3 034 899	3 104 921
Total do Passivo e do Capital Próprio		3 035 470	3 106 272

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2014.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2014	2013
Juros e rendimentos similares	11	1 774	4 290
Margem financeira		1 774	4 290
Rendimentos de instrumentos de capital	12	1 201	70 327
Produto bancário		2 975	74 617
Custos com pessoal		(37)	(29)
Gastos gerais administrativos		(196)	(179)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	8	(30)	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	8	(37)	-
Resultado antes de impostos		2 675	74 409
Impostos			
Correntes	6	(367)	(1 820)
Resultado líquido do exercício		2 308	72 589

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados individuais por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	1 339	3 226
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(216)	(188)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(2)	(1)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	1 121	3 037
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	131 500	(48 800)
	131 500	(48 800)
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	132 621	(45 763)
Impostos pagos	463	(1 605)
Caixa líquida das actividades operacionais	133 084	(47 368)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	1 201	144 327
Reembolso de activos disponíveis para venda	3 496	3 408
Caixa líquida das actividades de investimento	4 697	147 735
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	(64 984)	(69 979)
Aquisição de acções próprias	(234)	(434)
Prestações Acessórias	15 000	(32 000)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(50 218)	(102 413)
Aumento/(Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	87 563	(2 046)
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 192	3 238
Caixa e seus equivalentes no fim do período	88 755	1 192

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta – SGPS, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 16 de Dezembro de 2004 e tem como objecto social a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividade económica, nos termos previstos na lei.

Por escritura pública celebrada no dia 16 de Dezembro de 2004, registou-se a cisão simples da sociedade Banco Totta & Açores, S.A. (totta), mediante a transferência de parte do seu património para com ela constituir esta nova sociedade – Santander Totta, SGPS, S.A (Santander Totta). O património cedido consiste em participações financeiras maioritárias, que foram transmitidas pelo valor que se encontravam registadas na sociedade cindida.

Por escritura celebrada no dia 21 de Abril de 2005, foi efectuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) na Santander Totta, tendo sido extinta a sociedade incorporada e transmitida a universalidade dos seus direitos e obrigações para a incorporante. O património da sociedade incorporada foi registado pelo seu valor líquido contabilístico, tendo os termos de troca sido determinados a 1 de Janeiro de 2005, com base na relação entre os capitais próprios por acção. Em consequência da fusão, o capital social da Santander Totta foi aumentado de mEuros 464.168 para mEuros 1.972.962 representado por 197.296.207.958 acções ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma. Nesta operação foi ainda registada uma reserva de fusão no montante de mEuros 640.575.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras da Santander Totta foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº. 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal e a Instrução nº23/2004, com as alterações introduzidas pelas Instruções nº9/2005 e nº33/2005 e nº28/2009,na sequência da competência que lhe é conferida pelo nº 3 do artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº. 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº. 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto nas situações referidas na carta circular n.º102/2004/DSB de 23 de Dezembro de 2004.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

i) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados na rubrica de "Juros e rendimentos similares" da demonstração dos resultados.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

ii) Imparidade em activos financeiros

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

Caso num período subsequente se registe uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

iii) Provisões

São reconhecidas provisões quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

iv) Impostos sobre Lucros

A Sociedade é tributada segundo o regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

v) Especialização dos exercícios

A Sociedade adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

vi) Investimento em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

As empresas filiais são entidades nas quais a Santander Totta exerce controlo sobre a sua gestão. As empresas associadas são entidades em que a Santander Totta exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem existir controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objecto de análise de perdas por imparidade.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2014 esta rubrica diz respeito a um depósito à ordem junto do Banco Santander Totta no montante de mEuros 88.754 (mEuros 1.192 em 31 de Dezembro de 2013).

3. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é constituída da seguinte forma:

	2014					2013				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de Justo Valor (Nota 10)	Imparidade (Nota 8)	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de Justo Valor (Nota 10)	Imparidade (Nota 8)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida										
Emitidos por residentes										
Outros não residentes	45 765	2	(30 843)	-	14 924	49 181	1	(22 243)	-	26 939
	45 765	2	(30 843)	-	14 924	49 181	1	(22 243)	-	26 939
Instrumentos de Capital										
Emitidos por residentes										
Valorizados ao justo valor	112	-	-	(112)	-	113	-	-	(83)	30
Valorizados ao custo histórico	180	-	-	(180)	-	1 077	-	-	(1 077)	-
Emitidos por não residentes										
Valorizados ao justo valor	786	-	-	(653)	133	786	-	-	(653)	133
	1 078	-	-	(945)	133	1 976	-	-	(1 813)	163
	46 843	2	(30 843)	(945)	15 057	51 157	1	(22 243)	(1 813)	27 102

O movimento ocorrido na imparidade em 2014 é apresentado na Nota 8.

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Aplicações em Instituições de Crédito no País		
Depósitos	-	131 500
Juros a Receber	-	3
	-	131 503

Em 31 de Dezembro de 2013 , o depósito a prazo encontrava-se expresso em Euros e era remunerado à taxa de juro média anual de 0,787% , o mesmo estava domiciliado no Banco Santander Totta.

5. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os investimentos em empresas filiais apresentam a seguinte composição:

	2014		2013	
	Participação Directa (%)	Valor de balanço	Participação Directa (%)	Valor de balanço
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	100,00	64.250	100,00	79.250
Banco Santander Totta, S.A.	97,65	2.774.601	97,65	2.774.601
Taxagest, SGPS, S.A.	1,00	405	1,00	405
		2.839.256		2.854.256

Em Dezembro de 2013 a sociedade concedeu à Santander Totta Seguros prestações acessórias no montante de mEuros 32.000. Em 2014 a Santander Totta Seguros reembolsou mEuros 15.000 das prestações acessórias concedidas em 2013. O reembolso destas prestações acessórias depende de deliberação da Assembleia Geral e obedece aos demais termos e condições aplicáveis ao reembolso de prestações suplementares nas sociedades por quotas, podendo no entanto ser total ou parcial e, neste caso, fazer-se em uma ou mais vezes.

6. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Activos por impostos correntes		
Pagamento por conta	65	94
Pagamento adicional por conta	40	654
Retenções na fonte	358	984
	463	1 732
Activos por impostos diferidos		
Relativos a diferenças temporárias (Nota 10)	6 940	5 450
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	(361)	(1 159)
	7 042	6 023

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de Dezembro), as empresas que apresentassem nesse exercício e nos dois exercícios seguintes lucros tributáveis mais elevados passaram a estar sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Neste sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre mEuros 1.500 e mEuros 10.000 passaram a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a mEuros 10.000 passaram a estar sujeitas a uma taxa de 5%.

Contudo, a Lei nº 66–B/2012, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) veio proceder a uma redução do limite a partir do qual passou a ser aplicável a taxa de derrama estadual de 5% de 10.000 mEuros para 7.500 mEuros aplicável ao período de tributação que se iniciasse em ou após 1 de Janeiro de 2013.

Adicionalmente, na sequência da promulgação da Lei nº 2/2014, de 16 de Janeiro (Reforma do IRC), a tributação dos lucros das empresas para o ano de 2014 passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 23% sobre o lucro tributável (25% no exercício de 2013);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2013); e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
  - Menor do que mEuros 1.500 0%;
  - Entre mEuros 1.500 e mEuros 7.500 3%;
  - Entre mEuros 7.500 e mEuros 35.000 5%;
  - Maior do que mEuros 35.000 7%.

Com a redacção dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2015 (Lei nº 82–B/2014, de 31 de Dezembro), foi aprovada uma redução da taxa de IRC para 21%.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, excepto nos casos de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade do direito à liquidação é de seis anos. Desse facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos anos em aberto.

A reconciliação entre a taxa normal de imposto e a taxa efectiva, nos exercícios de 2014 e 2013, é como segue:

	2014		2013	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro considerado para apuramento de imposto		**2 675**		**74 409**
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente	24,50%	655	26,50%	19 718
Dividendos não tributáveis	-10,99%	(294)	-25,05%	(18 637)
Correcções de anos anteriores	0,22%	6	0,89%	661
Outros	0,00%	-	0,10%	78
Impostos sobre os lucros do exercício	**13,73%**	**367**	**2,45%**	**1 820**

7. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Devedores e Outras Aplicações		
Devedores diversos		
Suprimentos	476	477
Outros	85 011	85 040
	85 487	85 517
Imparidade (Nota 8)	(487)	(480)
	85 000	85 037

Os contratos de suprimentos foram efectuados à sociedade SUPERGOLF, SGPS, S.A. no montante de 170 mEuros, à sociedade PAVRIL – Pavimentos do Ribatejo, S.A. no montante de 269 mEuros e à sociedade FAFER – Empreendimentos Urbanísticos e de Construções, S.A. no montante de 37 mEuros e são saldos provenientes da incorporação da FOGGIA, SGPS, S.A. na Sociedade.

Em Outubro de 2008 a Santander Totta concedeu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., prestações acessórias, reembolsáveis nos termos dos Estatutos da sociedade, no montante de 85.000 mEuros. Estas prestações foram classificadas como outros activos de acordo com a IAS 32.

8. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões durante o ano de 2013 e 2014 foi o seguinte:

	Saldos em 2012	Dotações	Reposições	Saldos em 2013	Dotações	Utilizações	Saldos em 2014
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 3)							
Emitidos por residentes							
Instrumentos de capital	1 160	-	-	1 160	30	(898)	292
Emitidos por não residentes							
Instrumentos de capital	653	-	-	653	-	-	653
	1 813	-	-	1 813	30	(898)	945
Imparidade em Outros Activos (Nota 7)							
Devedores e Outras Aplicações	480	-	-	480	37	(30)	487
Outras provisões	42	-	-	42	-	-	42
	2 335	-	-	2 335	67	(928)	1 474

9. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Credores e outros recursos		
Dividendos a pagar	50	48
Encargos a pagar		
Custos com pessoal	4	4
Gastos gerais administrativos	101	85
Receitas com rendimento diferido	13	13
	168	150

10. CAPITAIS PRÓPRIOS

Conforme descrito na Nota 1, a Santander Totta foi constituída no dia 16 de Dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão/fusão do totta. O capital social foi realizado em espécie pelos accionistas da Sociedade, através da entrega das acções das participações financeiras na Foggia, SGPS e na Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, as quais foram destacadas do património do ex-totta pelo seu valor contabilístico.

Desta forma, em 31 de Dezembro de 2004, o capital social da Santander Totta estava representado por 150.879.442.125 acções, com o valor nominal de um cêntimo cada, estando totalmente subscrito e realizado.

Em 21 de Abril de 2005 foi efectuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS na Santander Totta. Procedeu-se em consequência ao aumento do capital social da Sociedade, que desta forma estava a 30 de Junho representado por 197.296.207.958 acções ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma, tendo sido ainda registada uma reserva de fusão de mEuros 640.575.

No dia 15 de Maio de 2014, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2013 no montante de mEuros 65.009, os quais foram pagos em 2014 ao acionista maioritário, de acordo com a correspondente percentagem de capital detida, e colocados à disposição dos acionistas minoritários.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os principais accionistas da sociedade eram os seguintes:

	% Participação
Santusa Holding – Grupo Santander	99,85%
Outros	0,15%
	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as outras reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

	2014	2013
Reserva de fusão	640 575	640 575
Reserva Legal	189 896	182 637
Resultados Transitados	254 818	254 474
	1 085 289	1 077 686

Durante os exercícios de 2014 e 2013, a Sociedade procedeu à aquisição de 10.473.249 e 19.465.759 acções próprias, pelos montantes de mEuros 234 e mEuros 433, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	2014	2013
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 3)	(30 843)	(22 243)
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias:		
Relativas a activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	6 940	5 450
	(23 903)	(16 793)

O movimento da situação líquida é o seguinte:

	TOTAL	Capital Social	Reserva Legal	Res. de Justo Valor	Res. p/ Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Acções Próprias	Resultado Líquido do Exercício
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	**3 104 921**	**1 972 962**	**182 637**	**(22 243)**	**5 450**	**640 575**	**254 474**	**(1 523)**	**72 589**
Aplicação de resultados	-	-	7 259	-	-	-	65 330	-	(72 589)
Distribuição de Dividendos	(64 986)	-	-	-	-	-	(64 986)	-	-
carteira de activos disponíveis para venda	(7 110)	-	-	(8 600)	1 490	-	-	-	-
Aquisição de acções próprias	(234)	-	-	-	-	-	-	(234)	-
Resultado Líquido do Exercício	2 308	-	-	-	-	-	-	-	2 308
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	**3 034 899**	**1 972 962**	**189 896**	**(30 843)**	**6 940**	**640 575**	**254 818**	**(1 757)**	**2 308**

11. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Juros e rendimentos similares		
Juros de aplicações em Instituições de Crédito	1.430	3.937
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	344	353
	1.774	4.290

12. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Banco Santander Totta, S.A.	1.201	-
Ibérica de Compras Corporativas, S.L.	-	309
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	-	70.018
	1.201	70.327

13. NUMERO E COLABORADORES AO SERVIÇO DA EMPRESA

Em cumprimento do disposto no n.º 3, art.º 66 do CSC, informamos que, em 2014, a Santander Totta, SGPS não dispõe de colaboradores ao seu serviço, sendo o montante dos encargos suportados a título de Gastos com o Pessoal, os relativos à remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

14. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, art.º 66-A do CSC, informamos que, a título de honorários pela revisão legal de contas, os encargos suportados em 2014 foram de 60.000€ (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado).

15. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após o encerramento do exercício em 31 de Dezembro de 2014, não ocorreram eventos subsequentes que tivessem dado origem a alterações nas demonstrações financeiras reportadas àquela data, ou que devessem ser divulgadas nas mesmas.

16. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados. Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Relatórios e Pareceres Individuais

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
- CONTAS INDIVIDUAIS -

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 3.035.469.909 euros e um total de capital próprio de 3.034.899.188 euros, incluindo um resultado líquido de 2.307.920 euros), as Demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data bem como o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em

juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da sociedade SANTANDER TOTTA, SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2014 o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) emitidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 23 de abril de 2015

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda,
representada por José Luís Areal Alves da Cunha

Santander Totta

L.C.a

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2014.

2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão da **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.

3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.

4. O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário e verificou que no mesmo se encontram tratados os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários.

5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo.

6. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras individuais (Balanço em 31 de Dezembro de 2014, Demonstração dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial da sociedade no fim do exercício e como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade nesse período.

7. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços da Sociedade.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.** aprove:

a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais do exercício de 2014;

b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 23 de Abril de 2015

O CONSELHO FISCAL

Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha (Presidente)

Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)